

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – MESTRADO

NEYLA SABRINA BACH

AÇÃO INTELECTUAL DE THEOBALDO MIRANDA SANTOS NO CAMPO
EDUCACIONAL: IMPRENSA PERIÓDICA CATÓLICA E
PRODUÇÃO DE MANUAIS DIDÁTICOS (1935-1947)

PONTA GROSSA

2021

NEYLA SABRINA BACH

AÇÃO INTELECTUAL DE THEOBALDO MIRANDA SANTOS NO CAMPO
EDUCACIONAL: IMPRENSA PERIÓDICA CATÓLICA E
PRODUÇÃO DE MANUAIS DIDÁTICOS (1935-1947)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), na linha de Pesquisa História e Política Educacionais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Oriomar Skalinski Junior.

PONTA GROSSA

2021

B117 Bach, Neyla Sabrina
Ação intelectual de Theobaldo Miranda Santos no campo educacional:
imprensa periódica católica e produção de manuais didáticos (1935-1947) /
Neyla Sabrina Bach. Ponta Grossa, 2021.
220 f.

Dissertação (Mestrado em Educação - Área de Concentração: Educação),
Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientador: Prof. Dr. Oriomar Skalinski Junior.

1. Theobaldo Miranda Santos. 2. Intelectuais católicos. 3. Imprensa
periódica. 4. Manuais didáticos. 5. Campo educacional brasileiro. I. Skalinski
Junior, Oriomar. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Educação. III.T.

CDD: 370.981

NEYLA SABRINA BACH

AÇÃO INTELECTUAL DE THEOBALDO MIRANDA SANTOS NO CAMPO
EDUCACIONAL: IMPRENSA PERIÓDICA CATÓLICA E
PRODUÇÃO DE MANUAIS DIDÁTICOS (1935-1947)

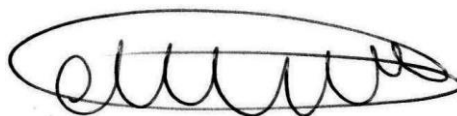
Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no
Curso de Pós-Graduação em Educação, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes
da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:



Orientador: Prof. Dr. Oriomar Skalinski Junior – UEPG



Prof. Dra. Natália Cristina de Oliveira - UFMS



Prof. Dr. Névio, de Campos - UEPG

Ponta Grossa, 09 de dezembro de 2021

DEDICATÓRIA

Passamos por períodos conturbados nesse processo. Produzir conhecimento em tempos de pandemia não foi fácil, mas deixar de lutar pela Ciência e pela produção do conhecimento científico nunca foi uma opção.

Essa dedicatória tem um teor diferente, destina-se à vida que contínua e passageira vem nos fazendo refletir dia, após dia. À vida daqueles que produziram conhecimento, em tempos em que a educação lutava por espaço em nosso país e se caracterizava por diferentes vertentes (tempo esse tão presente).

À vida de todos que fizeram parte desse processo de amadurecimento que me fez ver quão pequenos somos frente a uma história tão grande. Àqueles que auxiliaram em minha formação pessoal, e também em minha formação acadêmica, que continua se constituindo.

À vida da minha família que me apoia e me auxilia frente aos caminhos, e que fazem parte da construção de quem sou hoje. Todos tão únicos e especiais que faltariam linhas para descrevê-los.

À vida de todas as pessoas que, frente a dificuldades a elas impostas decidiram lutar, decidiram resistir e acima de tudo escolheram construir um futuro melhor, vislumbrando em um céu azul a possibilidade do crescimento.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que foi refúgio e consolo e por vezes forneceu força e coragem para permanecer na trajetória acadêmica de produção do conhecimento.

À família, que foi espaço de compreensão e apoio durante todas as vivências, pessoais e profissionais.

Aos amigos, com os quais dividi esse momento de pesquisa e àqueles que propiciaram diversão e descanso em momentos turbulentos.

Ao orientador, que foi suporte para superação das dificuldades e companheiro na produção do conhecimento, por seu apoio e incentivo na produção e correção do trabalho.

À Universidade e seu corpo docente, que propiciou uma formação de qualidade e que luta para que a ciência permaneça autêntica em sua produção brasileira.

Às companheiras e aos companheiros de jornada, que serviram de apoio e de compreensão em uma jornada tão substancial e tão nossa com vistas à elevação do futuro.

Aos profissionais que em tempos longínquos decidiram reservar um tempo de suas vidas para a produção intelectual, e hoje são objetos de estudos de tantos pesquisadores.

Aos pesquisadores, que frente tantas dificuldades impostas pela própria escolha profissional, escolheram permanecer firmes e prosseguir.

E a todos que de alguma maneira fizeram parte da minha formação, meu singelo e sincero agradecimento, pela força, carinho, dedicação, paciência, incentivo, apoio e principalmente cooperação nos momentos em que precisei.

*Perdoem a cara amarrada
Perdoem a falta de abraço
Perdoem a falta de espaço
Os dias eram assim*

*Perdoem por tantos perigos
Perdoem a falta de abrigo
Perdoem a falta de amigos
Os dias eram assim*

*Perdoem a falta de folhas
Perdoem a falta de ar
Perdoem a falta de escolha
Os dias eram assim*

*E quando passarem a limpo
E quando cortarem os laços
E quando soltarem os cintos
Façam a festa por mim*

*E quando lavarem a mágoa
E quando lavarem a alma
E quando lavarem a água
Lavem os olhos por mim*

*Quando brotarem as flores
Quando crescerem as matas
Quando colherem os frutos
Digam o gosto pra mim*

*Digam o gosto pra mim
(Elis Regina)*

RESUMO

BACH, Neyla Sabrina. **Ação intelectual de Theobaldo Miranda Santos no campo educacional**: imprensa periódica católica e produção de manuais didáticos (1935-1947). 2021. 220 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2021.

O objetivo desta dissertação é analisar a ação do intelectual católico Theobaldo Miranda Santos no campo educacional brasileiro, no período de 1935 a 1947. Trata-se de uma pesquisa situada no âmbito da História da Educação, conduzida mais especificamente a partir da perspectiva da História Intelectual. A seleção e a coleta de fontes para o levantamento de informações se deram por meio de pesquisa bibliográfica e documental. Foram utilizadas duas modalidades de documentos: a imprensa periódica católica – a saber, 2 artigos da **Revista Brasileira de Pedagogia** e 13 artigos da revista **A Ordem** – e 4 manuais didáticos da Coleção Atualidades Pedagógicas – **Noções de História da Educação**, **Noções de Psicologia Educacional**, **Noções de Filosofia Educacional**, e **Noções de Sociologia da Educação**. Os textos escritos por Miranda Santos tratavam especificamente de questões educacionais e balizaram o critério da delimitação temporal em nosso estudo, qual seja, 1935 publicação do primeiro artigo no periódico **A Ordem**, e 1947 publicação do último manual na referida coleção. Como instrumentos conceituais para análise do objeto circunscrito para investigação foram empregadas categorias elaboradas pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu, com destaque para as de campo (educacional, religioso e político), espaço social, intelectuais, *habitus*, capital cultural e capital simbólico. Verificou-se com a investigação que Theobaldo Miranda Santos desenvolveu pela via de sua produção escrita – por meio de periódicos e de manuais didáticos – uma ação intencional que respondia a demandas apresentadas aos intelectuais católicos em relação ao campo educacional brasileiro. O debate com opositores da educação católica e o caráter didático de seus textos, foram aspectos importantes para o fortalecimento das ideias cristãs nessa seara. O diálogo que Miranda Santos estabeleceu com as modernas ciências pedagógicas foi salutar para a Igreja no Brasil, a considerar o fato de ter incorporado novos elementos da técnica e da prática de ensino, de modo a trazer renovação sem desfigurar os princípios que sustentavam o tradicional modelo educativo católico. A ampla distribuição e circulação de seus textos levava tais conteúdos a terem uma recepção entre católicos e não católicos, possibilitando amplo acesso à sua perspectiva acerca de conteúdos relativos às discussões da realidade pedagógica brasileira, a partir de elementos que articulavam os campos educacional, religioso e político. Foi possível verificar, ainda, que Theobaldo Miranda Santos, por meio de sua produção escrita e de sua presença intelectual, conseguiu atingir variados grupos em diferentes setores sociais, de modo a difundir os princípios e as proposições católicas em educação para um importante número de pessoas, com destaque para aquelas de algum modo ligadas a instituições escolares.

Palavras-chave: Theobaldo Miranda Santos; Intelectuais católicos; Imprensa periódica; Manuais didáticos; Campo educacional brasileiro.

ABSTRACT

BACH, Neyla Sabrina. **Theobaldo Miranda Santos' intellectual action in the educational field: Catholic periodic press and didactical manuals production (1935-1947).** 2021. 220 f. Dissertation (Master Education of Degree) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2021.

The aim of this dissertation is to analyze the action of the Catholic intellectual Theobaldo Miranda Santos in the Brazilian educational field, from 1935 to 1947. It is a research situated in the scope of the History of Education, conducted more specifically from the perspective of Intellectual History. The selection and collection of sources for the survey of information took place through bibliographical and documental research. Two types of documents were used: the Catholic periodical press – namely, 2 articles in the **Revista Brasileira de Pedagogia** and 13 articles from the magazine **A Ordem** – and 4 didactical manuals from the “Coleção Atualidades Pedagógicas” – **Noções de História da Educação**, **Noções de Psicologia Educacional**, **Noções de Filosofia Educacional**, and **Noções de Sociologia da Educação**. The texts written by Miranda Santos dealt specifically with educational issues and defined the criterion of temporal delimitation in our study, that is, 1935 publication of the first article in **A Ordem**, and 1947 publication of the last manual in “Coleção Atualidades Pedagógicas”. As conceptual instruments for analyzing the circumscribed object for investigation, categories elaborated by the French sociologist Pierre Bourdieu were used, with emphasis on the field (educational, religious and political), social space, intellectuals, *habitus*, cultural capital and symbolic capital. It was verified with the investigation that Theobaldo Miranda Santos developed through his written production – athwart periodicals, and didactical manuals – an intentional action that responded to demands presented to Catholic intellectuals in relation to the Brazilian educational field. The debate with opponents of Catholic education and the didactic character of their texts were important aspects for the strengthening of Christian ideas in this field. The dialogue that Miranda Santos established with the modern pedagogical sciences was beneficial for the Brazilian Catholic Church, considering the fact of having incorporated new elements of technique and teaching practice, in order to bring renewal without disfiguring the principles that supported the traditional Catholic educational model. The wide distribution and circulation of their texts led such contents to have a reception between Catholics and non-Catholics, allowing wide access to their perspective on contents related to discussions of the Brazilian pedagogical reality, based on elements that articulated the educational, religious and political fields. It was also possible to verify that Theobaldo Miranda Santos, through his written production and his intellectual presence, managed to reach different groups in different social sectors, in order to spread the Catholic principles and propositions in education to an important number of people, with emphasis on those linked to school institutions.

Key words: Theobaldo Miranda Santos; Catholic intellectuals; Periodical press; Didactical manuals; Brazilian educational field

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	– Foto de Theobaldo Miranda Santos.....	54
Figura 2	– Foto da capa da revista A Ordem , em que Theobaldo Miranda Santos publicou seu primeiro artigo no periódico.....	62
Figura 3	– Foto da capa da Revista Brasileira de Pedagogia , em que Theobaldo Miranda Santos publicou seu primeiro artigo no periódico.....	63
Figura 4	– Mapa mental elaborado por Theobaldo Miranda Santos acerca das finalidades de cada modalidade de formação humana, a considerar os aspectos de sua natureza.....	93

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	–	Obras de Theobaldo Miranda Santos utilizadas nesta pesquisa.....	13
Quadro 2	–	Teses e Dissertações encontradas no catálogo da CAPES.....	17
Quadro 3	–	Artigos de Theobaldo Miranda Santos fora de periódicos católicos.....	56

LISTA DE SIGLAS

ABE	Associação Brasileira de Educação
ACB	Ação Católica Brasileira
AL	Aliança Liberal
CCBE	Confederação Católica Brasileira de Educação
CDV	Centro Dom Vital
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LEC	Liga Eleitoral Católica
PPGE	Programa de Pós-Graduação em Educação
RBP	Revista Brasileira de Pedagogia
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO 1 ESTADO, IGREJA, EDUCAÇÃO E INTELECTUAIS NO BRASIL.....	25
1.1 As fronteiras entre os campos religioso e político: ações da Igreja católica na Primeira República.....	25
1.2 O campo educacional nas décadas de 1920, 1930 e 1940: a “restauração católica” em busca de consolidação.....	40
1.3 Intelectuais no Brasil, seu papel no espaço social e a ação intelectual de Theobaldo Miranda Santos.....	50
CAPÍTULO 2 THEOBALDO MIRANDA SANTOS E SUA AÇÃO NA IMPRENSA PERIÓDICA CATÓLICA.....	61
2.1 Imprensa periódica como fonte para a História da Educação.....	61
2.2 Os artigos de Miranda Santos referentes à educação nos periódicos católicos Revista Brasileira de Pedagogia e A Ordem	65
2.3 Catolicismo e educação nos artigos de Miranda Santos: os problemas pedagógicos e seus encaminhamentos a partir dos princípios cristãos.....	81
CAPÍTULO 3 THEOBALDO MIRANDA SANTOS: UM INTELECTUAL CATÓLICO AUTOR DE MANUAIS DIDÁTICOS.....	110
3.1 Manuais didáticos: uma abordagem teórico-metodológica.....	110
3.2 Posicionamentos no manual <i>Noções de História da Educação</i> (1945).....	119
3.3 Posicionamentos no manual <i>Noções de Psicologia Educacional</i> (1945)...	135
3.4 Posicionamentos no manual <i>Noções de Filosofia da Educação</i> (1947)....	150
3.5 Posicionamentos no manual <i>Noções de Sociologia Educacional</i> (1947)...	162
CONCLUSÃO.....	174
REFERÊNCIAS.....	179
ANEXO A – FAC-SÍMILE DA CAPA E DO ÍNDICE DO MANUAL: NOÇÕES DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO.....	186
ANEXO B – FAC-SÍMILE DA CAPA E DO ÍNDICE DO MANUAL: NOÇÕES DE PSICOLOGIA EDUCACIONAL.....	196
ANEXO C – FAC-SÍMILE DA CAPA E DO ÍNDICE DO MANUAL: NOÇÕES DE FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO.....	204
ANEXO D – FAC-SÍMILE DA CAPA E DO ÍNDICE DO MANUAL: NOÇÕES DE SOCIOLOGIA EDUCACIONAL.....	211

INTRODUÇÃO

Nossa temática de investigação trata do intelectual Theobaldo Miranda Santos (1904-1971) com destaque para sua produção de artigos na imprensa católica e para sua escrita de manuais didáticos, entre as décadas de 1930 e 1940. Publicações alinhadas aos princípios cristãos de educação e, concomitantemente, amparadas por um repertório conceitual ligado às ciências emergentes no período. Mais especificamente o período pesquisado vai de 1935, ano de publicação do primeiro artigo do intelectual na revista **A Ordem**, até 1947, ano de publicação do livro **Noções de Sociologia Educacional**, último manual selecionado para análise no presente trabalho.

A presente pesquisa se enquadra na grande área da Educação, mais especificamente, na linha de História e Política Educacionais, e apresenta uma abordagem qualitativa. Trata-se de investigação de caráter bibliográfico e documental. No que diz respeito à metodologia de levantamento e coleta de dados, observam-se as indicações de Laurence Bardin (1997), a considerar sua perspectiva de Análise de Conteúdo. A partir dessa perspectiva de organização de dados, nossa investigação busca responder a um problema central relacionado à temática delimitada, qual seja: ao tomar como fonte os artigos na imprensa periódica católica e os manuais didáticos, da Coleção Atualidades Pedagógicas, escritos Theobaldo Miranda Santos, investigar como o autor atuou e se articulou ao grupo de intelectuais católicos do campo educacional brasileiro, entre 1935 e 1947?

Para avançar em conhecimento acerca da temática pesquisada, bem como para construir um referencial teórico-analítico para este trabalho, foi empreendida pesquisa bibliográfica, a qual: “[...] oferece meios para definir, resolver, não somente problemas já conhecidos, como também explorar novas áreas onde os problemas não se cristalizaram suficientemente”. (MANZO, 1971, 32). Essa etapa da pesquisa permite a quem a realiza o contado direto com o que já foi produzido, pois oferece acesso a aspectos de fontes que já receberam tratamento e identifica em teses, dissertações, livros e artigos informações e análises que contribuem para a compreensão do objeto de pesquisa. (MANZO, 1971).

A pesquisa documental é compreendida como aquela que se desenvolve a partir de fontes primárias, que não receberam tratamento. Esse tipo de pesquisa precisa partir de questões e para a pesquisa histórica “[...] não há questões sem

documento [...]. Tampouco existe documento sem ter sido questionado”. (PROST, 2012, p. 76). Essa modalidade de pesquisa possibilita a coleção de dados, os quais permitem discutir o processo histórico. (PROST, 2012). Nesses termos, nosso trabalho lança mão de documentos oficiais do Estado e da Igreja, além de publicações de Theobaldo Miranda Santos, a fim de investigar e empreender um esforço compreensivo sobre as discussões travadas no espaço social no qual o intelectual atuou. A seguir, apresentam-se, sob a forma de tabela, as fontes primárias eleitas para a investigação, nomeadamente selecionadas a partir da produção escrita de Miranda Santos.

Quadro 1: Obras de Theobaldo Miranda Santos utilizadas nesta pesquisa

Título do texto	Retirado da	Ano de publicação
Depoimento saudação feita durante o Congresso Eucarístico de Campos	Revista A Ordem	1935
O problema da Educação dos Adultos	Revista Brasileira de Pedagogia	1935
Pela Educação Cristã	Revista A Ordem	1937
A Pedagogia Moderna e a Educação Cristã	Revista Brasileira de Pedagogia	1937
A educação e as tendências atuais da psicologia	Revista A Ordem	1938
Pio XI e a pedagogia moderna	Revista A Ordem	1939
A pedagogia e a filosofia	Revista A Ordem	1940
O conceito de educação na pedagogia moderna	Revista A Ordem	1940
O problema dos fins na pedagogia moderna	Revista A Ordem	1940
O problema de aprendizagem na pedagogia moderna	Revista A Ordem	1940
O problema antropológico na pedagogia moderna.	Revista A Ordem	1940
Instituto Católico, encerramento dos cursos de 1940	Revista A Ordem	1941
O problema da disciplina na pedagogia moderna	Revista A Ordem	1941
Será a pedagogia uma ciência?	Revista A Ordem	1942
John Dewey e a educação	Revista A Ordem	1944
Noções de História da Educação	Coleção Atualidades Pedagógicas	1945
Noções de Psicologia Educacional	Coleção Atualidades Pedagógicas	1945
Noções de Filosofia da Educação	Coleção Atualidades Pedagógicas	1947
Noções de Sociologia Educacional	Coleção Atualidades Pedagógicas	1947

Fonte: A autora.

Foram selecionados 13 artigos publicados na revista **A Ordem** e 2 publicados na **Revista Brasileira de Educação**, em razão de se tratarem de textos

que abordam especificamente temáticas ligadas ao campo educacional. Vale registrar que existem ainda 6 artigos de Miranda Santos na revista **A Ordem** que não são discutidos neste trabalho, visto não estarem ligados à temática da educação.¹ Já na **Revista Brasileira de Pedagogia** não foram encontrados mais títulos. Quanto à seleção dos dois periódicos para a pesquisa, a escolha se deu a considerar o fato de serem revistas de ampla circulação entre os agentes do campo educacional no período estudado, destacando-se por articularem temáticas ligadas à cultura, à educação e à religiosidade. As revistas das quais foram extraídos os artigos são bastante estudadas pela pesquisa em História da Educação no país. Elas são consideradas de grande destaque, pois possibilitam pensar o posicionamento de diferentes intelectuais, principalmente e de forma óbvia os católicos, na imprensa periódica. Ao destacar as revistas cabe também apontar que ambas foram utilizadas como órgão de difusão do campo intelectual católico. Justamente por estarem vinculadas a instituições renomadas para esse grupo da intelectualidade brasileira, respectivamente Centro Dom Vital (CDV) e Confederação Católica Brasileira de Educação (CCBE), fazem-se tão importantes nessa análise.

São utilizados também os manuais da Coleção Atualidades Pedagógicas, intitutados: **Noções de Filosofia da Educação**, **Noções de Psicologia Educacional**, **Noções de Sociologia Educacional** e **Noções de História da Educação**, que sintetizam perspectivas de teorias educacionais a partir de cada uma das especialidades tratadas, e foram publicados pelo intelectual entre 1945 e 1947. Foram selecionados para nosso estudo, especificamente, os capítulos dedicados à defesa da perspectiva católica no ensino escolar.

Ainda, é importante para nossa pesquisa situar historicamente a Coleção Atualidades Pedagógicas, particularmente no que diz respeito ao seu papel no seio de um projeto cultural. Criada em 1930, a coleção tinha Fernando de Azevedo por diretor, ficando sob sua direção até 1946, nesse período funcionou como uma linha de defesa em prol da construção de um projeto político-cultural e de educação para o Brasil. No ano de 1947 a direção passou para J.B. Damasco da Penna, ficando com ele até o ano de 1979, tendo livros que foram publicados até 1981. Tratou-se nesse período de um projeto editorial muito bem-sucedido, focado em temáticas

¹ Os artigos publicados pelo autor na revista **A Ordem** que aqui não foram utilizados como fonte são: Aspectos da psicologia do sonho (1935); Edmundo Husserl (1938); O problema da gênese do sonho (1938); O sonho e a memória (1939); Os fatores orgânicos e a gênese do sonho (1940); Psicologia comparada do sonho e da criança (1940).

relativas à educação. Era direcionada para professores em atuação e também para alunos, em formação para a docência. Como coleção especial para formação de professores e educadores, cumpriu seu objetivo de fazer circular, diferentes discursos, de diferentes autores em favor da construção de um projeto político-cultural e educacional. Muito relevante para sua época, e reunindo diferentes intelectuais, a coleção publicou 133 títulos, dentre eles compêndios, relatos de experiência, manuais, ensaios científicos, práticas educacionais, coletâneas de discursos, entre outros conteúdos, organizados em livros, dos quais muitos tiveram reimpressões. A Coleção fazia parte de um grande projeto editorial, chamado Biblioteca Pedagógica Brasileira, que visava substituir a literatura estrangeira na formação de professores. Para além da coleção aqui já mencionada, reunia mais quatro: Literatura Infantil, Livros Didáticos, Iniciação Científica e Brasileira. (TOLEDO, 2001).

Os documentos indicados na tabela são examinados e discutidos a partir da Análise de Conteúdo, conforme Bardin (1997), que apresenta procedimentos sistemáticos que visam descrever conteúdos expressos nas mensagens analisadas, sem, contudo, limitar-se apenas a eles, preocupando-se também com sentido da temática expressa em um quadro mais amplo. Inicialmente selecionam-se os documentos que serão analisados, formulam-se hipóteses sobre os mesmos, traçam-se objetivos e elaboram-se indicadores que deem fundamento a interpretação. Posteriormente são identificados os dados de maior relevo para a pesquisa, por meio de uma leitura flutuante, na qual se objetiva construir uma visão geral material, selecionando particularmente o que será utilizado. E por fim interpretam-se os dados selecionados por meio da inferência e da categorização dos resultados, que partem dos objetivos anteriormente elaborados. (BARDIN, 1997).

Ainda, enquanto ferramentas conceituais, são empregados neste trabalho conceitos de Pierre Bourdieu, com destaque para os de espaço social, campo social, campo religioso, campo político e intelectuais. Também os conceitos de educação, *habitus* e capital cultural, conforme concebidos pelo sociólogo francês, oferecem-nos importante sustentação para empreender o debate relativo às particularidades do campo educacional. De Ana Lúcia Cunha Fernandes (2008) e de Ana Maria Bandeira de Mello Magaldi junto a Libânia Nacif Xavier (2008), tomamos aspectos relativos ao emprego da imprensa periódica como fonte para a História da Educação. De Rodrigo Mota Narciso (2008), Marta Maria Chagas de Carvalho

(1998), Heloísa Helena Pimenta Rocha junto a Miguel Somoza (2012), Maristela da Rosa junto a Gladys Mary Ghizoni Teive (2016) tomamos elementos atinentes à discussão teórica sobre Manuais Didáticos como fonte para a História da Educação. A articulação entre os aspectos e autores destacados neste parágrafo, possibilitam a construção de uma análise melhor embasada acerca da particularidade de nosso objeto de pesquisa, bem como do papel desenvolvido por Theobaldo Miranda Santos no campo intelectual, situando-o no quadro de circulação de ideias e de disputas de poder existentes no espaço social.

O objetivo desta pesquisa é analisar a ação do intelectual católico Theobaldo Miranda Santos no campo educacional brasileiro, no período de 1935 a 1947, tomando-se como fonte seus artigos na imprensa periódica católica e seus manuais didáticos. Miranda Santos nasceu em Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, em 1904. Durante a infância teve formação escolar distante dos princípios da religião. Na juventude formou-se no curso de Odontologia e Farmácia, em Juiz de fora, e, ao retornar para sua cidade natal, passou a lecionar. Já na vida adulta se aproximou dos princípios católicos a partir do contato com os textos de Alceu Amoroso Lima (1893-1983), intelectual católico que veio a se tornar seu preceptor e amigo. Convertido ao catolicismo em 1935², passou a militar em favor das causas ligadas à Igreja, trabalhando tanto como professor, quanto na esfera da administração escolar. Publicou artigos, manuais e livros em diferentes frentes editoriais, defendendo os princípios católicos.

O interesse pessoal da pesquisadora quanto à temática aqui pesquisada surgiu durante a graduação, ao observar o diálogo de professores acerca das relações entre religião e educação. Embora o tema tenha despertado atenção, não foi contemplado por certo tempo, tendo ocorrido a oportunidade de se dedicar a essas questões no PPGE-UEPG, concretizando-se o estudo por meio da presente dissertação. A relevância de nosso tema de trabalho, para além do interesse da pesquisadora, está em retomar processos históricos do campo educacional, com enfoque no impacto de intelectuais católicos em sua composição e dinâmica – sem, contudo, empreender defesa ou julgamento, e sim contemplar sua atuação no seio das redes sociais e institucionais, a fim de avaliar o papel por eles desempenhado junto ao campo educacional. A temática também se mostra relevante para os

² Cabe destacar que a sua conversão significou, acima de tudo, o início de sua participação junto à militância católica; visto que ele já era católico por suas origens familiares.

estudos em História da Educação na medida em que possibilita reconhecer parte de seu processo de constituição, percebendo, a partir das defesas traçadas por um intelectual, algumas apropriações conceituais de princípios que se concretizavam em sua escrita e que foram difundidos, entre seus leitores, que aplicavam tal conhecimento para atuar junto ao campo educacional.

Cabe destacar que com esta pesquisa não se visa à defesa das compreensões do intelectual estudado, tampouco sobre dos ideais defendidos por ele. Nossa pretensão está circunscrita em apresentar contribuições para discussões acerca da História da Educação no Brasil, mais especificamente as ligadas ao intelectual aqui estudado, tendo como base sua escrita de Manuais Didáticos e de artigos, em dois periódicos conforme aqui já especificado. Entende-se, ainda, que esta pesquisa, articulando-se a outras com temáticas correlatas, pode também auxiliar na compreensão da circulação de ideias, da mediação cultural e da expressão de princípios católicos na educação do país, conforme apropriação realizada pelos grupos que a defendiam no cenário cultural brasileiro.

Diversos trabalhos já foram publicados sobre Theobaldo Miranda Santos. Em busca realizada no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, encontramos 17 Trabalhos, dentre eles 5 Teses e 12 Dissertações, já defendidas acerca de diferentes aspectos da atuação do intelectual. Conforme descreve-se no quadro a seguir:

Quadro 2: Trabalhos encontrados na Plataforma CAPES

(continua)

Ano	Título	Autor	Tipo de produção
2004	Da pedagogia que “Pegou de galho” à uma pedagogia nova e brasileira: Theobaldo Miranda Santos (1904-1971) e seus manuais didáticos.	MORAIS, Maria Helena de Jesus Silva.	Dissertação
2004	Sociabilidade intelectual católica na correspondência de Alceu Amoroso Lima, 1928-1945.	SILVA, Valéria Jacó Da.	Dissertação
2006	A trajetória da mãe do ouro na literatura gaúcha.	ANDRÉ, Sônia Nickel.	Dissertação
2007	A Escrita da História e a formação de professoras normalistas nos manuais de história da educação.	ROBALLO, Roberlayne de Oliveira Borges.	Dissertação
2008	A estratégia da produção e circulação católica do projeto editorial das coleções de Theobaldo Miranda Santos: (1945-1971).	ALMEIDA FILHO, Orlando José.	Tese

Quadro 2: Trabalhos encontrados na Plataforma CAPES

(conclusão)			
Ano	Título	Autor	Tipo de produção
2011	As atividades de redação em livros didáticos (1955-1973) de Theobaldo Miranda Santos.	OLIVEIRA, Alyne Renata de.	Dissertação
2012	Manuais de história da educação da coleção atualidades pedagógicas (1933-1977): Verba Volant, Scripta Manent.	ROBALLO, Roberlayne de Oliveira Borges.	Tese
2013	Orientações pedagógicas nas escolas normais de campo grande: um olhar sobre o manual metodologia do ensino, primário de Theobaldo Miranda Santos.	PARDIM, Carlos Souza.	Dissertação
2014	Filosofia da Educação: grandes problemas da pedagogia moderna, de Theobaldo Miranda Santos: um estudo sobre manuais de ensino.	SILVA, Rafael Fernando da.	Dissertação
2015	Postulados da pedagogia Perennis: a concepção de filosofia da educação de Theobaldo Miranda Santos (1935-1946).	SOUZA, Rodrigo Augusto de.	Tese
2015	Manuais pedagógicos e programas de ensino: interpretações da escola nova sobre a prática de ensino na formação de professores (1946-1961).	BUENO, Manuela Priscila de Lima.	Dissertação
2016	Análise dos pressupostos teóricos presente no manual de filosofia da educação: os grandes problemas da pedagogia moderna (1942) de Theobaldo Miranda Santos.	CALIXTO, Jaqueline de Andrade.	Dissertação
2017	O encontro da psicologia com a educação nos discursos brasileiros sobre a criança de zero a seis anos.	CHRISTIANO, Ana Priscilla.	Tese
2018	Disciplina inglês no estado de São Paulo (2007 – 2010): um estudo de documentos curriculares.	RAMOS, Joana Dark Izaías.	Dissertação
2018	Virtuosas e Cristãs: Aspectos da Formação de Professoras no Colégio Imaculada Conceição de Tupaciguara, MG, 1961-1971.	ROZETTI, Izabel.	Tese
2018	O ensino de geometria e a formação de professores primários: percursos historiográficos em mato grosso (1960-1980).	GAMA, Marta Maria.	Dissertação
2019	Imigração japonesa e a alfabetização de crianças na história de vida da professora Anna Michi Ono (Pereira Barreto/SP).	PANUCCI, Luci.	Dissertação

Fonte: Banco de Teses e Dissertações da CAPES (2021).

Nota: dados organizados pela autora.

Como se pode perceber a partir das indicações temáticas, muito ainda há para se estudar acerca de Miranda Santos a partir da perspectiva da História Intelectual, visto que 11 das 17 produções não tratam exclusivamente de sua ação como intelectual, tampouco da sua produção de manuais e de sua atuação na imprensa periódica. As informações acerca de sua vida privada também são

escassas, o que deriva do fato de ter sido bastante reservado no atinente ao âmbito particular. Entretanto, enquanto homem público empreendeu diversas ações que já foram objeto de estudo, quanto a esses dados diversos podem ser encontrados nas 6 pesquisas em que verificamos contribuições específicas sobre o autor. Nesse sentido, passamos à discussão acerca da produção encontrada em nosso levantamento.

O primeiro trabalho a ser aqui mencionado foi defendido em 2004, por Maria Helena de Jesus Silva Moraes, trata-se de uma dissertação de Mestrado em Educação, produzida junto à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, e intitula-se **Da Pedagogia que “pegou de galho” a uma Pedagogia Nova e brasileira: Theobaldo Miranda Santos (1904-1971) e seus Manuais Didáticos**. Seu objetivo foi o de contribuir para o conhecimento acerca da formação de professores no panorama educacional entre 1930 e 1940, buscando, por meio dos manuais escritos por Miranda Santos refletir sobre a formação do professorado na época. (MORAIS, 2004). O trabalho, por ser cronologicamente o primeiro a ser defendido, trouxe muitas contribuições para o seu tempo, ao tratar da vida pessoal, cultural, profissional e pública do intelectual. Como objeto da pesquisa foram utilizados 43 títulos de autoria de Theobaldo Miranda Santos: “[...] professor, autor de manuais e administrador público” (MORAIS, 2004, p. 7), o texto utiliza diversos fragmentos dos textos do autor para atender seu objetivo. O trabalho não define explicitamente uma abordagem, contudo pode-se perceber que se trata de uma análise qualitativa, ligada à perspectiva da História Cultural. Na qual foram utilizados elementos referentes à biografia do intelectual e à sua produção, com vistas a atingir o objetivo proposto. O texto inclui ainda discussões sobre os conceitos de educação, de finalidades da educação, aborda a filosofia e a pedagogia *perennis*, bem como doutrinas pedagógicas.

O segundo trabalho aqui apresentado foi defendido em 2008, por Orlando José Almeida Filho, trata-se de uma tese de Doutorado em Educação produzida junto à PUC-SP, com o seguinte título: **A estratégia da produção e circulação católica do projeto editorial das coleções de Theobaldo Miranda Santos: (1945-1971)**. Seu objetivo foi analisar o material consubstanciado nos livros escritos por Theobaldo Miranda Santos, para as coleções Curso de Psicologia e Pedagogia, Curso de Filosofia e Ciências, Atualidades Pedagógicas e Iniciação Científica, a fim de compreender as estratégias editoriais católicas para a conquista de mercado,

tendo em vista também a formação de professores. Escrito em 368 páginas, o trabalho adota a perspectiva da História Cultural. Suas contribuições tangem a compreensão da materialidade da produção do intelectual, pois se trata de uma vasta obra escrita que engloba conteúdos bastante variados. (ALMEIDA FILHO, 2008). A abordagem da pesquisa foi qualitativa, por meio da qual buscou perceber as disputas no campo educacional, travadas também via uma estratégia editorial, principalmente frente aos pioneiros da Escola Nova. O texto debate os conceitos de edição, de produção e de circulação de materiais editoriais, bem como a história que circunscreve a escrita dos manuais em seus períodos de publicação.

O terceiro trabalho aqui destacado tem o título **História da Educação e a formação de professoras normalistas: as noções de Afrânio Peixoto e de Theobaldo Miranda Santos**. Trata-se de uma dissertação, defendida em 2007, por Roberlayne de Oliveira Borges Roballo, e elaborada junto ao Mestrado em Educação da Universidade Federal do Paraná. Cabe destacar que apesar deste trabalho abordar a formação de professores a sua preocupação central está na análise dos manuais e das trajetórias dos seus autores. Seu objetivo é: “[...] desvelar a historicidade dos livros de História da Educação presentes na formação de professoras”. (ROBALLO, 2007, p. 4). O texto traz contribuições na medida em que dá visibilidade aos conhecimentos expressos nos livros, vinculando-se a uma rede de significados do período estudado – 1931 a 1949 – bem como às ideias difundidas e defendidas para a formação de normalistas, particularmente no que diz respeito aos conteúdos relativos à História da Educação. Para tanto, são tomados como fontes os livros de Noções de História da Educação, publicados separadamente por Afrânio Peixoto e por Theobaldo Miranda Santos na Coleção Atualidades Pedagógicas. A pesquisa empreende abordagem qualitativa, com a coleta e a análise dos dados tendo se efetivado a partir das fontes selecionadas, visando aprofundar as concepções de História da Educação expressas nos manuais. O texto possui 163 páginas e contempla também elementos biográficos da vida dos dois autores pesquisados, discussões acerca da Coleção Atualidades Pedagógicas dirigida Fernando de Azevedo, bem como a organização pedagógica expressa nos manuais.

O quarto trabalho dedicado exclusivamente a Miranda Santos, por nós identificado, foi defendido em 2014, por Rafael Fernando da Silva. Trata-se de uma dissertação de Mestrado escrita junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação

Escolar, na UNESP-Araraquara. A pesquisa é intitulada **Filosofia da Educação: grandes problemas da pedagogia moderna, de Theobaldo Miranda Santos: um estudo sobre manuais de ensino**. O objetivo do estudo é apresentado como: “[...] contribuir para a pesquisa em Educação mediante estudo de um manual de ensino e proporcionar a compreensão de certos aspectos da filosofia da educação nos cursos de formação de professores”. (SILVA, 2014, p. 8). Suas análises possibilitam perceber as sutis modificações de algumas ideias defendidas pelo intelectual, por meio da produção de seus manuais entre 1942 e 1969. A modificação do pensamento de Miranda Santos é destacada tomando-se por referência os assinalamentos por ele realizados acerca das edições anteriores de suas obras. (SILVA, 2014). O trabalho em questão parte da análise de um único manual, em suas diferentes edições. Inicialmente esse manual foi intitulado **Filosofia da educação: grandes problemas da pedagogia moderna**, quando publicado pela editora Bonfim em 1942, e, posteriormente, recebeu novo nome, qual seja, **Noções de Filosofia da Educação**, tendo sido publicado nas coleções Atualidades Pedagógicas – editada por Fernando de Azevedo – e Curso de Psicologia e Pedagogia – que teve o próprio Miranda Santos por editor, entre 1946 e 1969. A abordagem teórica adotada pelo trabalho não é explicitada pelo autor, contudo observou-se seu cunho qualitativo, sem deixar de lado dados quantitativos da produção do intelectual. A análise dos dados se deu por meio: “[...] da bibliografia acadêmica especializada nas histórias da educação, das disciplinas escolares, dos manuais de ensino e das editoras”. (SILVA, 2014, p. 8). O texto inclui, ainda, discussões acerca da vida de Theobaldo Miranda Santos, bem como acerca de seus manuais na medida em que inseridos na formação de professores. Escrito em 95 páginas, o trabalho apresenta também questões sobre o projeto editorial católico, com destaque para a difusão dos fundamentos católicos de educação.

O quinto trabalho aqui destacado foi defendido em 2015, por Rodrigo Augusto de Souza, e se trata de uma tese de Doutorado produzida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPR. Ela tem como título **Postulados da Pedagogia *Perennis*: a concepção de Filosofia da Educação de Theobaldo Miranda Santos (1935-1946)**. O trabalho apresenta seis objetivos, atendidos ao longo de suas 483 páginas. O texto traz contribuições via uma perspectiva de investigação da trajetória do Intelectual, desde sua formação no Liceu de Humanidades, de Campos, e no Instituto Granbery, de Juiz de Fora, até

sua atuação em esferas públicas e políticas, em diferentes campos de atuação. O trabalho também destaca a origem familiar de Miranda Santos, a qual lhe possibilitou capital cultural e simbólico, via seu pertencimento à elite letrada do Rio de Janeiro. Ainda, há destaque para sua conversão ao catolicismo e ao trânsito do autor entre os campos intelectual, religioso e político, de maneira a demonstrar a base e o alcance de suas intervenções junto ao campo educacional. (SOUZA, 2015). As fontes do estudo foram manuais das coleções Atualidades Pedagógicas, Curso de Psicologia e Pedagogia, Iniciação Científica, Brasileira Infantil e Curso de Filosofia e Ciências, bem como artigos publicados por Theobaldo Miranda Santos na imprensa periódica. As análises do trabalho permitem reconhecer a inserção do autor no mercado editorial, estratégia amplamente adotada pela Igreja católica afim de restaurar seu alcance cultural no país. Sua abordagem é qualitativa, sem deixar de lado dados quantitativos da produção do intelectual, ao considerar a coleta de dados. A análise se fundamentou destacadamente em conceitos de Pierre Bourdieu e de Antonio Gramsci.

O sexto trabalho aqui apresentado, escrito em 143 páginas, foi defendido em 2016 e é intitulado: **Análise dos pressupostos teóricos presentes no Manual de Filosofia da Educação: os grandes problemas da Pedagogia Moderna (1942) de Theobaldo Miranda Santos**. O estudo foi elaborado por Jaqueline de Andrade Calixto, tratando-se de uma dissertação de Mestrado produzida junto à UFU, na área da Educação. Seu objetivo foi compreender alguns de pressupostos filosóficos do pensamento educacional do referido intelectual católico, a partir de conteúdos presentes na obra **Filosofia da Educação: os grandes problemas da pedagogia moderna**, publicado em 1942 pela editora Boffoni. As contribuições do estudo convergem para o âmbito da História das Ideias Pedagógicas e da História dos Intelectuais, com recorte nas décadas de 1920 e 1940, buscando demonstrar como os intelectuais católicos se reuniram em torno de instituições para difusão dos ideais da Igreja, tendo no campo educacional o objetivo de fazer frente aos educadores da Escola Nova. Além do livro mencionado o autor também emprega como fontes em seu estudo: cartas trocadas entre Alceu Amoroso Lima e Theobaldo Miranda Santos, textos publicados pelo intelectual em jornais da época, demais obras sobre Filosofia redigidas por Miranda Santos. Sua abordagem é qualitativa, caracterizando-se como pesquisa bibliográfica e documental. (CALIXTO, 2016). O texto inclui ainda discussões acerca do momento histórico em que o livro **Filosofia da Educação** foi

publicado, bem como as motivações e finalidades de sua publicação, com destaque para a perspectiva tomista, ou neotomista, frequentemente adotada por intelectuais católicos da época.

Quanto ao presente texto, ele se distingue dos demais aqui mencionados por seu conteúdo e estrutura em diversos sentidos. Dentre os trabalhos analisados anteriormente que tratam do intelectual, este se diferencia por buscar contemplar a formação e desenvolvimento do pensamento de Theobaldo Miranda Santos de modo a investigar sua trajetória como articulada ao Estado, à Igreja, e aos intelectuais de alguma forma a ele ligados, com destaque para suas atividades no campo educacional. Ao analisar o conteúdo das publicações do intelectual em periódicos, nosso trabalho reconhece a estratégia de busca de resolução de problemas, conforme traçada por Miranda Santos em seus artigos, o que caracteriza a defesa da pedagogia católica e de seus princípios, conforme por ele empreendidas. Por fim, no que diz respeito à análise dos manuais, nosso estudo se diferencia ao propor como objetivo reconhecer neles os pressupostos que se impõe para o intelectual como pilares para uma pedagogia cristã, a saber, os pautados nas disciplinas consideradas fundamentos da educação – História, Psicologia, Sociologia e Filosofia Educacionais.

Com vistas a atingir os objetivos propostos para a presente pesquisa, a dissertação foi estruturada em três capítulos. O primeiro, intitulado Estado, Igreja, Educação e Intelectuais no Brasil, é dividido em três subitens. Inicialmente discutem-se as articulações existentes entre os campos religioso e político brasileiros, nomeadamente entre a Igreja católica e o Estado na Primeira República. Em seguida, trata-se mais especificamente da estrutura e da dinâmica do campo educacional nas décadas de 1920, 1930 e 1940, momento no qual ganhava contornos mais nítidos e maior representatividade no espaço social. Ao final desse capítulo, contempla-se o papel desempenhado pelos intelectuais frente ao quadro cultural brasileiro do período aqui delimitado para investigação, bem como a trajetória de Theobaldo Miranda Santos.

O segundo capítulo, intitulado Theobaldo Miranda Santos e sua ação na imprensa periódica católica, também é dividido em três subitens. Inicialmente trata-se da imprensa periódica como fonte para a História da Educação. Em seguida é empreendida análise, em sequência, dos artigos publicados por Miranda Santos na **Revista Brasileira de Pedagogia** e na revista **A Ordem**, ao longo do período aqui

delimitado para estudo. E, por fim, avalia-se a articulação entre catolicismo e educação, conforme estabelecida pelo intelectual, a fim de pensar a partir de princípios cristãos encaminhamentos para os problemas pedagógicos.

O terceiro capítulo, intitulado Theobaldo Miranda Santos um intelectual católico autor de manuais didáticos, é dividido em cinco subitens. Como ponto de partida, é realizada uma discussão teórica acerca do que são manuais didáticos, no que diz respeito às suas características distintivas e finalidades no campo editorial. Os quatro tópicos subsequentes discutem, separadamente, as concepções educacionais católicas do intelectual, conforme presentes nos 4 manuais didáticos selecionados para a presente investigação: **Noções de História da Educação**, publicado em 1945; **Noções de Psicologia Educacional**, publicado em 1945; **Noções de Filosofia da Educação**, publicado em 1946; e **Noções de Sociologia Educacional**, publicado em 1947.

CAPÍTULO 1

ESTADO, IGREJA, EDUCAÇÃO E INTELECTUAIS NO BRASIL

Este capítulo trata dos campos político, religioso e educacional brasileiros, de modo a contemplar o estabelecimento de fronteiras e de sobreposições entre os mesmos, a considerar o impacto da ação dos intelectuais nesse sentido. As discussões aqui traçadas contemplam particularmente as décadas de 1920, 1930 e 1940, décadas ao longo das quais as questões educacionais ganharam maior relevo no cenário cultural nacional. Ainda, contempla-se a particularidade do papel desempenhado pelos intelectuais no referido período, com destaque para a trajetória de Theobaldo Miranda Santos.

1.1 As fronteiras entre os campos religioso e político: ações da Igreja católica na Primeira República

O presente tópico discute os campos religioso e político no Brasil, a partir do aporte conceitual do sociólogo francês Pierre Bourdieu, com enfoque na Primeira República e a Era Vargas. O campo religioso é uma estrutura relativamente autônoma e consolidada, cuja distinção simbólica se caracteriza “[...] entre o monopólio do saber sagrado e a ignorância profana, que a noção de segredos/mistério exprime e reforça”. (LOYOLA, 2017, p. 93-94). O grupo nele inserido é composto por agentes que detêm o capital religioso, e assim distinguem os bens da salvação. (BOURDIEU, 2007a).

A lógica do funcionamento da Igreja, a prática sacerdotal e, ao mesmo tempo, a forma e o conteúdo da mensagem que ela impõe e inculca, são a resultante da ação conjugada de coerções internas, inerentes ao funcionamento de uma burocracia que reivindica com êxito mais ou menos total do monopólio do exercício legítimo do poder religioso sobre os leigos e da gestão de bens e salvação, e de forças externas que assumem pesos desiguais de acordo com a conjuntura histórica. As coerções internas surgem como imperativo da economia de carisma que deseja confiar o exercício do sacerdócio, atividade necessariamente “banal” por ser cotidiana e repetitiva, a funcionários intercambiáveis do culto e dotados de uma qualificação profissional homogênea adquirida por um processo de aprendizagem específica, e aparelhados com instrumentos homogêneos capazes de possibilitar uma ação homogênea e homogeneizante. (BOURDIEU, 2007a, p. 65-66).

A considerar essa perspectiva os agentes religiosos produzem um conhecimento que diferencia o seu campo, enquanto espaço bem estruturado, em relação a posições menos prestigiadas nessa seara de conhecimento, tais como as ligadas ao místico e à magia. (BOURDIEU, 2007a). Assim a religião:

[...] delimita o que merece ou não ser discutido e o que merece ser admitido sem discussão, como dogma ou mistério da fé. Ela converte os preceitos implícitos de *ethos* desejável, consagrando-os como normas éticas explícitas, racionalizadas e sistematizadas. A religião, portanto, cumpre uma função ideológica possível de ser mobilizada por um grupo ou classe na medida em que permite a consagração das propriedades características de um estilo de vida determinado. (LOYOLA, 2017, p. 94).

Para Bourdieu (2007a) o campo religioso também se distingue entre uma classe dominante e outra dominada. A primeira, de maneira arbitrária, busca preservar para si o capital de controle dos bens de salvação, buscando produzir, reproduzir e distribuir os princípios e valores que devem ser apropriados pelos demais. Ao mesmo tempo esses princípios e valores são expressos em sistemas consagrados de reprodução, e por isso se imiscuem nas relações sociais e culturais vigentes. Vale ressaltar que no presente trabalho o campo religioso é examinado a partir das ações efetivadas por sua classe dirigente, a saber, no Brasil do período, o clero e o laicato da Igreja católica – conforme ideias expressas em cartas pastorais do bispado e em variadas atividades das instituições dirigidas por leigos no espaço social. A partir desses elementos, abordamos nesta pesquisa principalmente conteúdos relativos ao campo educacional, com vistas a analisar e dar visibilidade à sua articulação com os campos religioso e político.

Ao tratar do campo político Bourdieu (1981) o caracteriza como um espaço também relativamente autônomo, que se organiza em regras particulares, distinguindo-se por crenças e por papéis próprios em relação ao espaço social. Os agentes não efetivamente integrados ao campo, consomem os produtos políticos que acabam por lhes ser apresentados por meio de análises, de comentários, de programas, de problemas, de conceitos. Contudo os meios de participação na tomada de decisões políticas não são distribuídos igualmente, assim, agentes que concentram mais poder no interior do campo atuam e empreendem ações que afetam a sociedade de modo amplo, entretanto, sem estabelecer relações efetivamente próximas aos agentes que recebem os produtos ofertados.

A considerar esse quadro, faz-se necessário reconhecer o espaço social no qual a elite política se inscreve, visto que tal movimento:

[...] restitui a especificidade dos fenômenos políticos em relação às lógicas sociais de onde derivam: desnaturaliza as instituições políticas e o próprio Estado pela apreensão das relações que unem indivíduos e grupos concorrentes que pretendem falar em seu nome. (CÂNEDO, 2017, p. 91).

Neste campo o que repercute ou é silenciado está atrelado às dinâmicas estabelecidas pelos grupos políticos, ou ao que é destacado no discurso de agentes com maior poder e expressão. Nesta perspectiva os receptores não têm efetiva representatividade, sendo submetidos a seus representantes. Em circunstâncias eletivas é frequente que solicitações sejam atendidas por agentes políticos, de modo a se efetivar uma operação alinhada a um conjunto de transações regidas pela lógica particular do campo. (BOURDIEU, 1981).

A discussão acerca dos campos religioso e político no Brasil, no período correspondente à Primeira República e à Era Vargas, é central para situar nosso objeto de pesquisa. Pois, com isso, torna-se possível contemplar a trajetória intelectual de Theobaldo Miranda Santos, de modo a considerar diferentes aspectos do processo histórico no qual sua formação, sua sociabilidade e seu trabalho se desenvolveram. Vale destacar que o campo político é aqui estudado a partir de documentos oficiais da época, nos quais selecionaram-se, especialmente, conteúdos que expressassem relação e referências ao campo religioso.

Ao tratarmos do período aqui circunscrito para estudo, observam-se duas posturas diferentes assumidas, no sentido da articulação dos campos religioso e político. Em um primeiro momento verificamos os dois campos em embate, distinguindo-se por debates importantes e busca por espaços. É o que caracteriza o período que vai de 1889³ até 1915⁴, já que até esse momento da Primeira República a Igreja buscava se rearticular face a nova configuração sociopolítica. Paralelamente, ao verificarmos a atuação do Estado, identificamos um trabalho no sentido do afastamento de seus laços confessionais, nomeadamente com a Igreja católica.

³ Ano de início da República.

⁴ Ano da escrita da Carta Pastoral do Cardeal Arcoverde, que de maneira mais decisiva traçava caminhos a serem seguidos para atingir os objetivos de Roma para o Brasil. (EPISCOPADO BRASILEIRO, 1915).

Ao se avaliar a hegemonia da Igreja católica no Brasil, é importante ressaltar sua contundente expressão desde o período colonial, desdobrando-se em seguida sob a forma do Regalismo, adotado no período monárquico. Vale destacar que por conta de conflitos com o Império, houve, inclusive, a prisão de bispos brasileiros que se insurgiram contra o tratamento destinado à Igreja naquele momento histórico, no que ficou conhecida como a Questão dos Bispos. (SKALINSKI JUNIOR, 2015).

Entretanto, verificou-se que a instituição perdeu ainda mais força política com o advento do regime republicano. A partir da Proclamação da República em 1889, houve importantes alterações e avanços no cenário político e econômico brasileiros, porém historicamente, ao que se pôde observar, tratou-se de fato do início de um longo percurso em busca da modernização do país. Neste espaço discursos liberais, positivistas e, mesmo, de outras religiões que não a católica, passaram a ganhar visibilidade e influência cultural. (NAGLE, 2009; SKALINSKI JUNIOR, 2015).

Disputas importantes foram travadas entre intelectuais católicos e liberais, o que possibilitou a disseminação de diferentes práticas políticas e culturais, bem como de projetos que reuniram pessoas ao redor de propósitos laicistas ou confessionais. O catolicismo, que tradicionalmente cumpriu um papel decisivo na conformação da cultura brasileira, perdeu espaço e prestígio frente a ideais de modernização que ganhavam corpo nas décadas iniciais da Primeira República. Assim, sua abrangência e capacidade de impacto foram reduzidas, o que demandou por parte da intelectualidade ligada à Igreja um plano, que se tratou de uma verdadeira “restauração católica” da sociedade e da cultura brasileiras. (SKALINSKI JUNIOR, 2015).

O que se pode observar é que as leis desse período expressavam o empenho pela construção de um Estado laico, inspirado por princípios liberais na tomada de decisões – a exemplo do **Decreto n. 119-A**, promulgado em 07 de janeiro de 1890, o qual determinou formalmente a separação entre Estado e Igreja. (BRASIL, 1890). O Decreto acabou por abolir o Padroado⁵ e trouxe a liberdade de culto como um princípio para a nova ordem social nacional. A Igreja católica, por sua vez, a partir desse momento buscou reestruturar-se institucionalmente, o que significou passar por um processo de romanização, no qual a direção da Igreja local

⁵ Modelo de relação de compromisso entre Estado e Igreja, estabelecido no Brasil Império.

passou a seguir as instruções diretas da Santa Sé. Um dos efeitos imediatos de tal processo, foi a vinda para o Brasil de um grande contingente de religiosos europeus, de diferentes Ordens Religiosas e de diferentes países, a fim de fundar e estruturar variadas ações pastorais junto à sociedade civil. (NAGLE, 2001; SKALINSKI JUNIOR, 2015).

Pode-se considerar que nas duas décadas iniciais da Primeira República os católicos brasileiros estiveram num período de organização interna e de cumulação de forças frente ao Estado e à disseminação das ideias laicistas, tendo assumido ações difusas a fim de tomar parte em discussões nacionalmente estabelecidas. Nesse cenário ganhou corpo o projeto de articulação entre intelectuais leigos e intelectuais clérigos, por meio de ações, via instituições, que foram aprofundadas posteriormente. “A separação entre a Igreja e o Estado teria propiciado a liberdade de ação de que a Igreja necessitava para implementar várias medidas político-institucionais, com vistas a conquistar seus objetivos pastorais e políticos”. (MARIN, 2001, p. 152).

Com o fim do padroado a Igreja precisou estabelecer um novo modelo institucional no Brasil, com isso a Santa Sé optou pelo modelo de Romanização. Desse modo o clero brasileiro foi organizado a partir do poder centralizado em Roma, com isso criando uma contenção em divergências políticas locais que pudessem vir a prejudicar a unidade da Igreja. (MARIN, 2001). Por meio da colaboração direta e constante dos intelectuais leigos e da hierarquia da Igreja, os católicos seriam capazes de ampliar sua penetração social, alcance político e representatividade cultural, revigorando nas décadas de 1920 e 1930 sua força institucional, a qual havia enfraquecido no início da República. (SKALINSKI JUNIOR, 2015).

Ainda como reflexo da romanização que se estabelecia buscou-se também a reconstituição da respeitabilidade pelo clero brasileiro, cuja representação havia sido prejudicada no seio do regime do Padroado e das relações com as questões temporais que nele se multiplicaram. Nesse processo clérigos europeus foram trazidos para o Brasil, o que possibilitou maior coesão das instituições católicas que se implantavam no país com o discurso de Roma. (MARIN, 2001). A ação dos clérigos europeus, inicialmente, não primou pelo campo político, mas sim por intervenções nos campos cultural e intelectual, objetivando por tal meio a

participação na esfera do debate público, vislumbrando para a Igreja reaver seu espaço junto à cultura nacional. (MARIN, 2001).

Com a centralização da direção da Igreja em Roma, verificou-se a publicação de diversas Cartas Pastorais, por meio das quais o episcopado brasileiro reforçava sua presença e ação junto aos clérigos e leigos do país. Nessas cartas os bispos, a partir das diretrizes romanas, avaliavam as questões sociais e religiosas brasileiras, estabelecendo uma direção romanizada no que dizia respeito às estratégias e às ações a serem adotadas. Vale destacar que as cartas episcopais tinham por objetivo formal: “[...] orientar, exortar e admoestar [...] as comunidades, tendo em vista os seus problemas e/ou necessidades”. (ARAÚJO, 2007, p.102). Ao considerarmos tais documentos como fonte para nossa pesquisa, é importante reconhecer que:

Documento algum é neutro, e sempre carrega consigo a opinião da pessoa e/ou do órgão que o escreveu. Uma carta pastoral de um bispo, por exemplo, é a opinião do próprio autor, mas profundamente inserido em um panorama ideológico da Igreja daquele momento e daquele local. A interação do bispo com sua comunidade, e com os outros membros do clero, dará um tom muito específico a essa carta, e deve ser considerada. (BACELLAR, 2006, p. 63).

A considerar esses aspectos, é importante avaliar tanto a direção intelectual traçada pelo episcopado brasileiro por meio de suas cartas pastorais romanizadas, quanto as ações dos intelectuais leigos – empreendidas por meio da imprensa e de instituições católicas criadas no seio da sociedade civil – junto a variados campos sociais. A primeira carta pastoral publicada no período republicano, foi a **Carta Pastoral Coletiva do Episcopado Brasileiro, de 19 de março de 1890**, liderada por Dom Antônio Macedo da Costa. Essa carta teve grande relevância e foi subscrita pelo episcopado brasileiro como um todo, pensada como um balanço e uma orientação geral aos católicos, a fim de que se posicionassem junto ao novo regime político em favor dos valores católicos. (RODRIGUES, 1981).

Além de uma resposta ao **Decreto n. 119-A**, a referida carta pastoral se constituía como um marco no sentido de reafirmar a presença da Igreja nos debates do campo intelectual, deixando claro que o fim do Padroado não significaria o fim da participação da Igreja no debate político. Com isso os católicos também buscavam, mesmo que sem grandes meios de ação naquele momento, de algum modo influir

sobre a Constituição da República, que seria aprovada em 24 de fevereiro de 1891. Empreitada na qual não lograriam sucesso.

De maneira contundente os bispos “previam”, por meio de sua pastoral coletiva, terríveis consequências derivadas da negligência na observância dos valores católicos, enquanto norteadores das decisões sobre as importantes questões nacionais:

Melindrosa, cheia de perigos, de imensas consequências para o futuro, dignos cooperadores e filhos muito amados, é a crise, que neste revolto período da história, vai atravessando nossa pátria. Crise para a vida ou para a morte. Para a vida, se todo o nosso progresso social for baseado na religião; para a morte se não o for. (EPISCOPADO BRASILEIRO, 1890/1981, p.17).

A mesma carta ainda registra que o clero e a Igreja seriam indiferentes ao tipo de governo que se estabelecia, desde que o mesmo não desprezasse a religião, assim ficava demonstrado o desagrado dos bispos em relação ao laicismo nos campos político e educacional. Entendiam que a exclusão da Igreja Católica, de relações com o Estado era arbitrária e que banir o ensino religioso das escolas oficiais e de todos os estabelecimentos do governo era uma decisão injusta, que reduziria o decoro de culto para a instituição religiosa. (EPISCOPADO BRASILEIRO, 1890/1981).

Frente à crise que julgavam se instaurar o episcopado brasileiro chamava ao trabalho os católicos do país: “Trabalhemos juntos, o Episcopado unido entre si e ao Sumo Pontífice, vós todos unidos ao Episcopado na grande obra da restauração da nossa religião, remédio efficacíssimo dos males da pátria”. (EPISCOPADO BRASILEIRO, 1890/1981, p. 50). Ao mesmo tempo os bispos apresentaram críticas quanto à realidade experimentada pela Igreja ao longo do Império: “A razão principal que levou D. Macedo da Costa a aceitar o sistema republicano com a ideia de separação entre Igreja e Estado foi a contínua opressão dos direitos e privilégios eclesiásticos durante a época da monarquia”. (AZZI, 1976, p. 55). Percebe-se que para o Episcopado Brasileiro a Igreja, que até então guardava uma relação de dependência em relação ao Estado, passaria a desfrutar de uma liberdade da qual jamais havia experimentado em terras brasileiras. Em que pese essa proposição otimista, verificou-se na primeira Constituição republicana uma franca perda de espaço por parte da igreja. São modelares nesse sentido a presença no texto

constitucional da liberdade de culto, do ensino laico, bem como da omissão da palavra Deus na evocação inicial da carta magna. (AZZI, 1976).

Outro documento oficial importante elaborado pelos bispos brasileiros foi a **Carta Pastoral Coletiva do Episcopado Brasileiro de 1900**, apesar de ser assinada coletivamente, a redação da mesma foi atribuída ao bispo de Mariana, Dom Silvério Gomes da Pimenta. (MARINS, 2011). A Carta Pastoral de 1890 acabou por lograr pouco impacto no espaço político, sendo assim, essa segunda, escrita quase dez anos após, estabelecia críticas bem marcadas em relação ao campo político que trabalhou pela Constituição brasileira aprovada em 1891.

Proclamou a Constituição [1981] a separação inteira do Estado e da Igreja, e assoalhou que nenhuma relação queria com essa religião, que informou a vida dos brasileiros, que lhes deu a civilização, adotou os costumes, conservou a unidade nacional, e é o patrimônio mais precioso que recebemos do nosso país e queremos legar a nossos filhos. (EPISCOPADO BRASILEIRO, 1900/1981, p. 63).

A avaliação do episcopado em relação aos agentes políticos republicanos era direta nesse momento, entendendo-os como continuadores de planos contrários à Igreja que já se desenrolavam desde o Império:

Com efeito, todos os germes de destruição, que incubavam no seio do Império, se desenvolveram instantaneamente, e produziram frutos de morte na formação da nossa República. Proclamou esta logo a liberdade de cultos, nivelando a Igreja Católica, única divina, com as superstições inventadas pelos homens, que só servem para arrastar as almas para a perdição eterna (EPISCOPADO BRASILEIRO, 1900/1981, p. 45).

Buscando superar as dificuldades em que se encontrava, a se considerar o campo político, a Igreja por meio da carta pastoral registrou a necessidade de se trabalhar pela: “[...] união da Nação com a Igreja de Jesus Cristo, da qual se divorciou violentamente [...]”. (EPISCOPADO BRASILEIRO, 1900/1981, p. 45). O teor do documento que clamava pela reunião de grupos em favor da Igreja, não teve uma grande efetividade. Seu foco estava em descrever os objetivos que se buscavam, mas poucas eram as estratégias traçadas para atingir suas metas. Na realidade as cartas pastorais, de 1890 e de 1900, foram acima de tudo demarcações de posições, divulgadas nas paróquias e na imprensa periódica. Visto que não lograram impulsionar modificações efetivas em seu tempo. (SKALINSKI JUNIOR, 2014).

Conforme já registrado no presente capítulo, as discussões aqui em foco contemplam dois momentos. Observa-se a partir de agora o segundo, que vai de 1915 – ano de escrita da decisiva Carta pastoral do Cardeal Arcoverde – até 1945 – fim da Era Vargas. Com o aprofundamento do reconhecimento do espaço social republicano, Estado e Igreja passaram desenvolver relações de modo mais claro, com os agentes de cada lado buscando encontrar intersecções que pudessem trazer vantagens para ambos os lados. A posição dos católicos agora não mais primou por uma tentativa direta de ação sobre o campo político, mas tomou o rumo de fortalecer sua presença nos campos cultural e intelectual. Desse modo, pensavam essas searas como plataformas a fim de participar do debate público, para a partir delas afetar o campo político. (MARIN, 2001). Nesta perspectiva, os campos superavam a perspectiva de um combate beligerante, e passavam a atuar de maneira mais dialogada, mobilizando variados móveis de luta.

A **Carta Pastoral Coletiva dos Senhores Bispos e Arcebispos de 1915**, assinada coletivamente, mas cuja redação foi atribuída ao Cardeal Arcoverde, é modelar no sentido da proposição de novas formas de cooperação. (AZZI, 1977). As ideias defendidas convergiam para a proposta de unificação do discurso e dos meios de ação dos grupos católicos, evitando o fracionamento nas ações doutrinárias, organizacionais e teológicas, com isso visando a efetiva união em favor da retomada de uma cultura nacional católica. (EPISCOPADO BRASILEIRO, 1915). Verifica-se um discurso bastante prudente:

Ensinemos ao povo a observar as leis, a respeitar as autoridades legítimas, a amar o trabalho, a acatar os direitos alheios; cimentemos e promovamos a união e concórdia, o amor entre os indivíduos e entre as classes sociais. Ensinemos que devemos concorrer para o bem da pátria com nosso voto livre e conscientemente prestado a cidadãos, que por sua honestidade privada, por sua probidade civil e econômica, por seu patriotismo e por sua fé destemida e franca o mereçam, com exclusão dos ímpios, dos imorais e dos sem caráter (EPISCOPADO BRASILEIRO, 1915, p. 20).

A expressão bem mais suave presente no documento conota um movimento de abertura de espaço para uma conduta de diálogo com o Estado. A Igreja passou a proposições que buscavam entendimento, e ao mesmo tempo seguia com a preparação de seus intelectuais – clérigos e leigos – para o debate e inserção em diversos campos do espaço social. Nesse sentido, verifica-se que o campo educacional se tornou uma prioridade para a Igreja:

[...] na circunstância em que se acha a Igreja diante do ensino leigo, é de necessidade inadiável que, em todas as paróquias, haja escolas primárias católicas, a que chamam de escolas paroquiais, nas quais a mocidade nascente encontre o pasto espiritual da doutrina cristã e de outros conhecimentos úteis para a vida prática. (EPISCOPADO BRASILEIRO, 1915, p. 29).

A carta pastoral abordou temas como fé, sacramentos, culto, disciplina do clero e costumes do povo, notadamente o documento visava tornar público um conjunto de diretrizes de conduta para os grupos católicos brasileiros. O texto foi finalizado de modo a conferir ao documento um caráter de Constituição para os grupos católicos, a fim de que viesse a servir como lei e fonte para as possíveis batalhas a serem travadas no campo intelectual. Assim, as comunidades religiosas de todas as Dioceses, ao receberem o documento, deveriam tomá-lo como documento orientador, pois o mesmo seguiria em tudo os costumes louváveis, juízos e a docilidade da Santa Igreja. (EPISCOPADO BRASILEIRO, 1915).

Com um discurso mais conciliador e ao mesmo tempo diretivo, a carta buscava unificar seus grupos e abrir caminho para discussões acerca das questões relevantes para a Igreja, com destaque para as demandas culturais e políticas que deveriam ser atendidas a fim de reposicionar e fortalecer a instituição como agente importante nos debates nacionais. As ações com contornos pouco claros de uma frente católica dividida com incertezas acerca do seu lugar no espaço social, passariam num horizonte curto a um conjunto de ações organizadas e convergentes aos propósitos da hierarquia da Igreja. (NAGLE, 2009).

A Carta Pastoral de Dom Sebastião Leme, arcebispo metropolitano de Olinda, saudando os seus diocesanos, de 16 de julho de 1916, foi talvez o mais decisivo documento oficial do episcopado no quadro da Primeira República, a considerar a sua ampla repercussão na imprensa católica ao longo de toda década seguinte, bem como os efeitos de mobilização por ele causados. Escrita quando dom Leme ainda era arcebispo de Olinda, tal carta pastoral notabilizou-o e foi um dos elementos importantes para que, em 1921, fosse nomeado arcebispo coadjutor do Rio de Janeiro, com direito a sucessão.

Dom Leme expressou-se desde o início de seu texto de modo bastante direto, diagnosticando o que entendia ser uma imobilidade da maioria católica, que

deveria ser superada por meio de ações sociais dirigidas em favor da “restauração católica” na cultura nacional.

Na verdade, os católicos, somos a maioria do Brasil e, no entanto, católicos não são os princípios e os órgãos da nossa vida política. Não é católica a lei que nos rege. Da nossa fé prescindem os depositários da autoridade. Leigas são as nossas escolas; leigo, o ensino. Na força armada da República, não se cuida da Religião. Enfim, na engrenagem do Brasil oficial não vemos uma só manifestação de vida católica. O mesmo se pode dizer de todos os ramos da vida pública. (LEME, 1916).

Dom Leme defendia a expansão em território nacional da cultura e dos valores católicos, por meio das mais diversas áreas, a fim de conformar nos indivíduos um ideário comum, que respeitasse a doutrina cristã. Em seu texto a todo momento era subjacente o princípio de que o catolicismo havia sido elemento decisivo para a conformação de um ideário de cultura nacional, e que a supressão desse elemento essencial implicaria na decadência da nacionalidade e do país como um todo.

Que maioria-católica é essa, tão insensível, quando leis, governos, literatura, escolas, imprensa, indústria, comércio e todas as demais funções da vida nacional se revelam contrárias ou alheias aos princípios e práticas do catolicismo? É evidente, pois, que, apesar de sermos a maioria absoluta do Brasil, como nação, não temos e não vivemos vida católica. (LEME, 1916).

Dom Leme entendia que a então maioria nominal de católicos existentes deveria desenvolver uma ação social católica, atuando na imprensa, na política, nas escolas, em meios intelectuais ligados às elites nacionais, para assim ocupar espaços em variados campos da vida cultural e política do país.

[...] da influência social dos católicos é certo que muito precisa a nossa pátria amada. Ela tem o direito indiscutível a exigir de nós uma floração de virtudes privadas e cívicas que, estimulando a todos no cumprimento do dever, em todos se infiltrem para germe de probidade e são patriotismo (LEME, 1916).

As proposições constantes da carta pastora lograram êxito, especialmente, a partir da década de 1920, quando se efetivou uma importante mobilização dos grupos católicos, organizados em instituições de carismas variados. Ao ser transferido para o Rio de Janeiro, em 1921, Dom Leme pode impulsionar ainda mais seus propósitos, em especial a tática de cooptar quadros junto à intelectualidade da

capital da República, de modo a formar uma elite intelectual católica brasileira. No mesmo ano, travou contato com Jackson de Figueiredo, advogado e jornalista sergipano que se tornaria seu braço direito, efetivamente a mais expressiva liderança do laicato naquele momento. Figueiredo fundou em 1921 a revista **A Ordem**, que se converteria no principal veículo de circulação cultural católico. O periódico também cumpriu a função de reunir intelectuais católicos, um círculo que objetivava espalhar junto aos importantes debates nacionais os valores, as ideias e as ações ligadas à Igreja.

Já em 1922 foi constituído o Centro Dom Vital, instituição do laicato cuja fundação foi impulsionada por Dom Leme, tendo como um de seus principais objetivos congregar a militância católica, a fim de influenciar espiritualmente as camadas intelectuais país. A revista **A Ordem** seria imediatamente convertida em seu órgão oficial, e suas páginas fariam ecoar o discurso dos principais intelectuais católicos.

No mesmo ano foi fundada a Confederação Católica, organização que visava reunir sob si as variadas instituições católicas laicas em atividade no Brasil, a fim de impulsionar suas atividades e orientá-las para objetivos convergentes, mesmo que em diferentes âmbitos de atuação. Essa modalidade de organização favorecia também a formação de lideranças capazes de articular em variadas frentes grupos de católicos que fossem capazes de promover progressivamente ações sociais. A expressão máxima dessa modalidade de ação viria a ser concretizada, em 1935, por ocasião da criação da Ação Católica Brasileira, que efetivamente seria um passo adiante em relação à Confederação Católica. Inclusive, em razão de se tratar de uma diretriz de ação cuja orientação vinha da Santa Sé, que pensava a Ação Católica em escala internacional. (SKALINSKI JUNIOR, 2015).

Verifica-se que gradativamente a Igreja católica foi se organizando, com mais efetividade a partir da década de 1920, para atuar de maneira mais incisiva junto ao governo republicano. Entre 1924 e 1926, quando a Constituição de 1891 passava por revisão, os católicos organizaram-se para propor alterações na mesma – as quais ficaram conhecidas como emendas católicas. Contudo, o único avanço que conseguiram viabilizar foi o reconhecimento de que a representação diplomática exercida pelo Brasil junto à Igreja católica não violava o parágrafo sétimo, artigo setenta e dois da Constituição, que se referia a não vinculação do Estado com a Igreja. (NAGLE, 2009).

A prematura morte de Jackson de Figueiredo, em 1928, trouxe implicações importantes para o estilo de condução das instituições católicas laicas de maior alcance nacional, a saber, a o Centro Dom Vital e seu veículo de comunicação oficial, a revista **A Ordem**. Com o incentivo de Dom Sebastião Leme, um intelectual recém convertido ao catolicismo, dotado de grande representatividade social, assumiria a direção das instituições: Alceu Amoroso Lima. O estilo beligerante de Figueiredo cederia lugar ao estilo erudito de Amoroso Lima, cuja atuação encetou as ações do laicato brasileiro em um sentido mais ligado ao campo cultural⁶. A atuação direta junto à seara política deixaria de ser a estratégia majoritária, com as atividades culturais passando a ser um meio de ação para alcançar as decisões políticas. Assim, ainda visando a conformação de uma cultura católica superior no país, Amoroso Lima trabalhou no sentido da desvinculação do caráter político expresso diretamente nas linhas da revista por meio de narrativas de acontecimentos, passando a adotar uma perspectiva mais ligada ao campo intelectual, do qual se desdobrariam possibilidades de influir junto ao campo político.

Para além da propagação do conhecimento pela inteligência, o então diretor do laicato brasileiro, que também atendia pelo pseudônimo Tristão de Athayde, buscou organizar a ação da juventude universitária, a partir da qual ocorreu a fundação da Ação Universitária Católica do Rio de Janeiro, no início da década de 1930. Dentre os objetivos da instituição estavam: dar direção cristã à formação dos membros que a ela pertencessem; coordenar ações dos jovens universitários, a fim de contribuir para a construção de uma ordem social católica; e organizar o laicato para militar na esfera civil e política. (NAGLE, 2009).

No âmbito político, em 1930, o Brasil passava por um momento complexo, Washington Luiz, então presidente da República, representante do estado de São Paulo, apoiou seu conterrâneo, Júlio Prestes, para assumir a presidência do país. Contudo, a se considerar a política do café com leite, que vinha sendo seguida num arranjo no âmbito eleitoral, caberia o governo do país naquele mandato a um político apoiado pelo estado de Minas Gerais. Nesse quadro ocorreu o rompimento da estabilidade política da Primeira República, então assentada no acordo entre os dois

⁶ Ressalta-se também, que a estratégia de atuar mais no campo da cultura já vinha sendo adotada pela Igreja em diferentes lugares do mundo, tal atitude recebeu reflexo no Brasil, tendo à frente dessa ação Alceu Amoroso Lima. Almeida Filho (2008, p. 297) ressalta que: “O projeto modelar católico [...] não era algo isolado, mas fazia parte de um projeto eclesial amplo de adaptação do catolicismo ao mundo moderno dentro de um quadro de reestruturação da própria Igreja com o objetivo de modernizar-se, sem perder suas raízes históricas”.

estados. Políticos gaúchos também descontentes com a circunstância, convergiram sua força política para a Aliança Liberal (AL), reunindo-se aos mineiros, e juntos lançaram a candidatura de Getúlio Vargas à presidência. Os resultados eleitorais indicaram Prestes como vitorioso, em contrapartida Getúlio Vargas levantou acusação de fraude eleitoral. Descontente com o resultado, ainda em 1930, mais especificamente a partir do dia 03 de outubro, Vargas por meio de um golpe tomou a presidência do Brasil, impedindo Prestes de assumir o cargo e depondo Washington Luiz. (CUNHA, 1981).

Os princípios liberais pregados pelos ideários da República entram progressivamente em descrédito, e acontece a Revolução de 1930, com isso o novo governo passa a precisar de apoio político para conseguir a aceitação das grandes massas, apoio este é dado pela Igreja.

Uma vez efetivado a Revolução de 1930 Getúlio Vargas precisou construir uma variada base de apoio, a fim de dar sustentação ao seu governo. Nesse sentido, acabou por dividir ministérios e cargos importantes no tecido burocrático estatal entre diferentes grupos, que representavam variados setores sociais, ou mesmo tendências políticas divergentes. O Ministério da Educação e Saúde Pública foi o principal quinhão católico. “O apoio da Igreja ao Governo tinha como contrapartida o favorecimento das pretensões católicas no campo educacional” (SKALINSKI JUNIOR, 2015, p. 64), esse arranjo foi efetivamente selado por meio do decreto que possibilitou o retorno do ensino religioso às escolas oficiais, em 1931, mesmo que de modo facultativo.

Nesse quadro de negociações que se fizeram imperativas para a organização do governo, Getúlio Vargas acabou por efetivar uma composição de caráter heterogêneo. Assim, ao conformar uma conjuntura política distinta dos governos que o antecederam, e também frente ao quadro de ruptura institucional por ele concretizado, Vargas acabou por dar início a um novo período da história política do Brasil. Buscando atender as demandas de constitucionalistas e nacionalistas, que não possuíam um ideário próximo, Vargas fez concessões a ambos os lados, a depender da contrapartida que poderia receber, a fim de viabilizar seus projetos e dar estabilidade à sua posição como comandante máximo do país. Tais concessões ficaram evidentes com a constituição de 1934. Para atender as demandas dos constitucionalistas, foram aprovadas leis que decretavam eleições livres e a composição de um Tribunal Eleitoral. Já para satisfazer os nacionalistas foram

contempladas questões como o dirigismo estatal a fim de impulsionar o desenvolvimento econômico, bem como as leis ligadas à justiça no trabalho, as quais garantiram o direito à aposentadoria e ao salário mínimo. (CUNHA, 1981).

O grupo católico também foi atendido, tendo sido observado o retorno do nome de Deus, em caráter introdutório ao texto da Constituição, e ainda a confirmação, agora constitucional, do retorno do ensino religioso às escolas oficiais, conforme a regulamentação dos seguintes quesitos, no artigo 153: “Será de frequência facultativa e ministrado de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno manifestada pelos pais ou responsáveis e constituirá matéria dos horários nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais”. (BRASIL, 1934). A redação não satisfaz integralmente o grupo católico, mas não inviabilizou a continuidade da cooperação entre a Igreja e o Estado neste momento da Era Vargas.

Com a aprovação da nova Constituição, Vargas foi reeleito e deu sequência a seu projeto de nação, sem se filiar a nenhum partido, mas buscando conciliar demandas de diferentes searas ideológicas. Em 1936 iniciaram-se os preparativos para a próxima eleição presidencial, à qual, devido ao impetrado pela Constituição de 1934, Getúlio Vargas se encontrava impedido de concorrer, sendo-lhe vedada a reeleição. Frente a tal circunstância, em 1937, Vargas empreendeu outro golpe dando início ao que ficou conhecido como período do Estado Novo, no qual houve intensa centralização do poder em suas mãos. Nesse momento, a estruturação do tecido burocrático estatal se tornou politicamente híbrida:

A composição do seu ministério atesta seu hibridismo. Francisco Campos, oligarca-autoritário, ocupa a pasta de Justiça. Eurico Dutra no Ministério da Guerra e Filinto Müller como chefe da Polícia, são simpatizantes do fascismo e do nazismo. Para contrabalançar, Souza Costa na Fazenda, Gustavo Capanema na Educação e Oswaldo Aranha nas Relações Exteriores, não se incluem entre os autoritários, sendo que a indicação de Oswaldo Aranha agradou aos americanos. Assim, Vargas tinha representantes para todas as tendências, no plano interno e externo. (CUNHA, 1981, p. 31).

Ao valorizar o nacionalismo econômico Getúlio Vargas encetou um modelo de proposições econômicas dirigidas pelo Estado, algo objetivado pelo seu governo desde a Revolução de 1930, e, enfim, respaldo na Constituição de 1937. A cultura brasileira encontrou forte desenvolvimento no período, bem como ocorreu um avivamento da ação dos intelectuais. Os debates acerca da nacionalidade e de seus

destinos se tornaram constantes e inflamados, fossem em periódicos ou fossem a partir de discursos em tribunas, notadamente a questão da necessidade de modernização do país era tema constante.

No que diz respeito à Igreja e à sua relação com o Estado Novo, verificaram-se alguns desacordos iniciais – nomeadamente com Dom Sebastião Leme e com o padre Hélder Câmara – que no primeiro momento do Estado Novo foram contornados por meio de concessões governamentais a demandas apresentadas pela Igreja. Colocar-se contra duas grandes figuras do catolicismo brasileiro, religião francamente predominante no país, não seria uma decisão acertada para o estilo de governo traçado por Getúlio Vargas.

No governo Vargas o grupo católico encontrou espaço para desenvolver suas ações, e assim se tornar relevante na articulação entre os campos religioso, político e educacional. Em defesa de uma educação que respeitasse sua doutrina, o laicato oferecia resistência aos ideais liberais em diferentes campos do espaço social, com bastante ênfase nas políticas e práticas ligadas à educação. No próximo subitem do presente capítulo discute-se, especificamente, questões relativas ao campo educacional, destacando-se as ações dos intelectuais católicos no interior do mesmo.

1.2 O campo educacional nas décadas de 1920, 1930 e 1940: a “restauração católica” em busca de consolidação

No presente tópico inicialmente apresenta-se uma definição conceitual de campo educacional, com vistas a alargar as possibilidades de compreensão e discussão acerca do mesmo, para em seguida se avaliar o impacto e o sentido das ações nele encetadas pelos intelectuais católicos no Brasil, ao longo do período aqui delimitado para estudo. Pierre Bourdieu oferece aportes fundamentais para o debate que possibilita a demarcação de sentido do campo educacional, quando concebido dentro da perspectiva de uma sociologia relacional.

Para o entendimento e discussão de uma fração específica do espaço social Bourdieu lança mão do conceito de campo social, entendido como uma parcela do espaço societário dotada de particularidade no que diz respeito a suas práticas, suas técnicas, suas ideias e teorias, seus agentes e instituições, de tal modo a conformar-

se num sentido amplo como seara relativamente autônoma no seio do espaço social.

Os campos sociais são conceitualmente demarcações/fronteiras do espaço social, tais fronteiras não são estanques, possuem porosidade de modo a proporcionar influência mútua entre os campos que estabelecem trocas de capitais entre si – portanto, concebe-se uma autonomia relativa entre os mesmos. As particularidades das relações, das ideias, das práticas, dos capitais, das possibilidades de impacto no espaço social e dos móveis de luta mobilizados pelos agentes, definem e expressam os traços que delimitam a diferenciação entre os campos. Cada campo tem regras socialmente diferenciadas que balizam o modo de agir dos agentes em seu interior, de modo a torná-lo dotado de especificidades que precisam ser contempladas em sua avaliação e interpretação sociológicas. A organização dos capitais produzidos em cada campo é também específica, ao se considerar sua composição ou suas possibilidades de impacto. As fronteiras entre os campos constituem-se a considerar tais particularidades que, no limite, impedem que um campo seja fagocitado pelo outro. (BOURDIEU, 2004).

Os campos se diferenciam, portanto, a partir de sua lógica de funcionamento. Algo comum entre os campos é que todos apoiam-se numa lógica de acumulação de poder. O que os diferencia nesse aspecto são as regras particulares e os caminhos por meio dos quais tal acumulação se efetiva, entretanto, neles existirão agentes mais bem estabelecidos e com maior influência em razão do poder acumulado. Os dominantes num campo empreendem estratégias de conservação ou de expansão de seu domínio, os dominados num campo empregam estratégias de subversão, a fim de minar o controle exercido pelos dominantes e assim amealhar mais poder, ampliando suas possibilidades como agentes. (BOURDIEU, 2004).

Ao tratarmos especificamente da educação e do modo como ela é compreendida por Pierre Bourdieu, a partir uma perspectiva relacional, verificamos que pode ser pensada enquanto processo de aquisição de saberes ou de internalização de um *habitus*. O processo formativo é comum a todos os campos, e, em sentido amplo, é indissociável da acumulação e da mobilização de capitais por parte dos agentes. Vale destacar que cada agente tem sua socialização primária, e possivelmente a secundária, concretizada numa classe específica, desse modo seus interesses, suas habilidades, suas sensibilidades e possibilidades são balizados pelo

habitus da classe que o formou. Ultrapassar tais barreiras cognitivas, econômicas, sociais e simbólicas não é tarefa fácil, requer abandonar um conjunto de práticas consolidadas em favor da aquisição de novas, no sentido de superar os limites de um *habitus* incorporado. (BOURDIEU, 2007b).

A educação se efetiva, então, em um ambiente mais amplo, difuso no espaço social. Ao se tratar da perspectiva da educação escolar, a escola é pensada não apenas como uma instituição destinada à instrução formal, mas como um espaço de socialização no qual os estudantes também incorporam um *habitus*. Embora se trate de um aparato que, em acordo com as tendências demonstradas por Bourdieu (2007b), tenda a reproduzir as estruturas sociais, o ambiente escolar pode afetar a composição do capital global do agente, bem como impactar em características de seu *habitus*. A considerar tais possibilidades, o campo educacional aqui é compreendido como uma parcela do espaço social, no qual são desenvolvidas atividades, técnicas e teorias específicas dessa área, por meio de agentes e instituições também específicos, de modo a impulsionar a circulação de saberes e movimentar instâncias de poder.

A partir da definição de campo educacional conforme a sociologia de Bourdieu, busca-se aqui avaliar a dinâmica e as disputas do campo educacional brasileiro, ao longo do período delimitado em nosso trabalho. Avaliar as ideias que circulavam nesse campo se torna valioso para o objetivo aqui delimitado, pois possibilita reconhecer para quem Theobaldo Miranda Santos escrevia, quem eram seus adversários, bem como o alcance e a circulação de seus textos. O que permite refletir acerca da intencionalidade de suas ações em defesa da Igreja da católica no campo educacional e, mesmo, naquilo que poderia ultrapassar suas fronteiras.

Ao se considerar as quatro décadas da Primeira República, referindo-se ao campo educacional, verificam-se processos sociais que contribuíram para sua delimitação e seu fortalecimento, como se observa por meio de variadas propostas de reformas educacionais, pelo avanço do ensino laico e pelo fortalecimento da ideia de que a educação seria instrumento essencial para edificação de uma nação modernizada. Portanto, os elementos iniciais para as intensas disputas e propostas que se levantaram no campo educacional brasileiro da década de 1930, sob o signo do projeto de país apresentado por Getúlio Vargas, são notadamente tributários de um processo inicial de consolidação do campo educacional presente na Primeira República.

Mais especificamente, a partir de 1931, o campo educacional “[...] experimentou sensíveis modificações tendentes à construção de um sistema nacional antes já reclamado com alguma insistência”. (CHAGAS, 1978, p. 40). Anteriormente à década de 1930 eram ainda mais manifestas as carências do campo educacional, que apresentava deficiências desde sua base, não possuindo um sistema de ensino popular, muito menos se propagava o ensino superior. (CHAGAS, 1978).

As reformas traçadas na Primeira República foram bastante pontuais, não se davam em nível nacional, mas como em um teste, pequenos espaços eram tomados pelas ideias a princípio entusiasmadas, de um indivíduo ou determinado grupo. A considerar o estadualismo que marcou a Primeira República, esta é uma realidade que não pode ser descartada. Eram reformas que seguiam via de regra o ideal da Escola Nova, tão defendido nos países europeus. Uma das contribuições do escolanovismo foi demonstrar, que as questões da educação deveriam ser tratadas de maneira mais técnica. (NAGLE, 2009). Foi na década de 1920 que os grupos intelectuais – religiosos e políticos – voltaram seus olhos de modo mais particular para a educação, inclusive nos termos de suas práticas e técnicas, tomando-a como um meio para atingir seus objetivos junto ao quadro social e cultural.

Vale destacar aqui algumas das reformas estaduais que podem ilustrar o fato de não haver um projeto nacional unificado para o país. É modelar nesse sentido a reforma de Sampaio Dória, que aconteceu em 1920, em São Paulo. Buscando acabar com o analfabetismo a reforma reduzia o tempo do ensino primário para dois anos, possibilitava às classes populares a isenção de tarifas sobre os estudos, e tinha uma proposta formativa que pensava inclusive a inserção dos imigrantes na cultura do país. A reforma, apesar de ecoar em outros espaços, contribuindo para a difusão dos ideais escolanovistas, efetivamente ficou restrita a São Paulo. (CUNHA, 1981).

Outra reforma empregada em apenas um estado foi a cearense. Tendo Lourenço Filho como seu principal idealizador, teve início em 1923. Já em 1924, Anísio Teixeira, nomeado Inspetor Geral de Ensino da Bahia, desenvolveu sua proposta no estado, também pautado na Escola Nova, seguindo principalmente os as proposições de Dewey. Para além desses exemplos pontuais aqui indicados, houve também reformas em outros estados, bem como no Distrito Federal, as quais

de modo geral contemplavam questões relativas à administração escolar, ao ensino primário, ao ensino normal, à nacionalização do ensino e à ruralização do ensino.

Jorge Nagle (2009), em definição que se tornou célebre, caracterizou o período como marcado pelo “entusiasmo pela educação” e pelo “otimismo pedagógico”, ao avaliar as diversas iniciativas e reformas empreendidas pelos governos estaduais. Vale destacar que tal profusão de demandas acabou por impactar o Governo Federal. São exemplos nesse sentido: a criação da Universidade do Rio de Janeiro, em 1920, a Conferência Interestadual do Ensino Primário, em 1921, a defesa pela habilitação profissional obrigatória em nível secundário, em 1922, bem como a remodelação do ensino profissional técnico, em 1924. (NAGLE, 2009).

Em 1924, Heitor Lira fundou a Associação Brasileira de Educação (ABE), a qual congregou diversos intelectuais que promoveram debates e projetos atinentes às questões educacionais. Para além da promoção de discussões ao redor da temática, a associação também possibilitou a realização de conferências, o desenvolvimento de atividades educacionais, e fez frente intelectual de batalha ao demandar por uma nova política para a educação no país, concretizando-se como um movimento de destaque para a educação escolar. (CHAGAS, 1978).

Em 1925 houve em nível federal a reforma de João Luiz Alves, a qual buscava: centralizar as discussões e ações para a resolução do problema do analfabetismo, defender a universalização da escola secundária, implantar o regime seriado, e promover a reorganização do ensino superior. Apesar dessa reforma não se distinguir em seu caráter pedagógico das reformas promovidas anteriormente em nível estadual, ela se destaca em razão de trazer tais discussões para o debate nacional. Para além disso, é importante destacar que foi nessa reforma que houve a criação do Conselho Nacional de Ensino e do Departamento Nacional de Ensino, instituições que foram o germe da criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, em 1930. (CUNHA, 1981).

Em 1926, Fernando de Azevedo realizou o Inquérito sobre a Instrução Pública, a convite de Júlio de Mesquita Filho, prefeito de São Paulo. Em 1927, Azevedo foi convidado pelo presidente Washington Luiz, para empreender uma reforma pioneira no Distrito Federal. O intelectual aceitou e teve êxito em muitas realizações, nas quais defendia: uma escola única, não distinguindo ponto de chegada para os estudantes; uma escola do trabalho, que primasse pela atividade

criadora do aluno; e uma escola da comunidade, que preparasse o aluno para o convívio em sociedade. (CUNHA, 1981). Ainda em 1927, Mario Casassanta e Francisco Campos desenvolveram reformas educacionais, no estado de Minas Gerais, processo que durou até 1930. O caráter pedagógico defendido também era alinhado aos padrões da Escola Nova. Como diferencial de sua reforma, vale destacar que Casassanta se ocupou, para além dos ensinos primário e secundário, também do ensino Normal, com destaque para a implementação de mudanças curriculares. (CUNHA, 1981).

Em linhas gerais, observa-se que apesar da década de 1920 ter sido marcada por reformas estaduais, ela foi muito relevante, pois trouxe ao debate público temáticas ligadas à escolarização e suas demandas, fato que contribuiu para a conformação e melhor estruturação do campo educacional brasileiro. A formação de um bloco de intelectuais escolanovistas pode ser verificada já nesse momento, do mesmo modo que é possível perceber a organização de intelectuais defensores da tradicional educação católica, com vistas a atuar na esfera pública em favor dos ideais e interesses práticos da Igreja.

Já na década de 1930, o campo educacional brasileiro foi altamente impactado pelo processo de renovação da vida nacional, impulsionado pelo câmbio político efetivado pela ascensão de Getúlio Vargas à presidência. O processo de renovação que se instalou em variados campos e a busca pela construção de uma identidade nacional sólida, afetaram o campo educacional que prosseguiu sendo valorizado socialmente, sendo visto como instrumento indispensável para a construção de um país modernizado.

Uma forte expansão do sistema educacional brasileiro ocorreu na década de 1930. Isso fica claro com o aumento no número de escolas, e com a maior oferta de cursos para formação de professores primários e secundários, observados no país, concomitantemente, maiores disputas passaram a ser travadas no campo educacional. Nesse quadro, os grupos escolanovista e católico cresceram proporcionalmente, com vistas a ocupar espaço no campo, não apenas nos grandes centros, mas também em variados pontos do país. A disputa pela ocupação de espaços sociais se deu de maneira beligerante entre os dois grupos, assim, cargos públicos, escolas de formação de professores, periódicos e até mesmo o mercado editorial, foram palco de embates, com vistas a influir via variados meios na formação intelectual de alunos e de professores.

Getúlio Vargas, logo após a Revolução de 1930, fundou o Ministério da Educação e da Saúde Pública. Responsável por cuidar da educação, da cultura, da saúde e dos cuidados físicos, o ministério era, além de uma proposta da eleição, anterior ao golpe, também o braço estatal que viria a definir os rumos educacionais do país. No mesmo ano, objetivando, por meio de uma relação direta com o Estado, a busca de que os ideais católicos se fizessem representados nos novos caminhos educacionais, Alceu Amoroso Lima, líder intelectual do laicato, dirigiu uma carta aos mandatários da nação e da educação, solicitando o retorno do ensino religioso às escolas oficiais, como disciplina obrigatória, pautada na religião confessada pela família da criança e com diretrizes religiosas, sua tentativa no entanto foi frustrada nesse primeiro momento. (VAGO, et. al., 2009).

Em 1931, foi realizada a IV Conferência Nacional de Educação, para a qual foram convocados diversos intelectuais da educação nacional, contando inclusive com a presença do ministro Francisco Campos e do presidente Getúlio Vargas. O objetivo da Conferência era discutir questões que tratassem da educação popular em fase primária. Contudo, o que ficou claro para os participantes, e foi especificado por Nóbrega da Cunha em seu discurso após os representantes governamentais, é que o Estado que se instituía não tinha uma Política Educacional, e que não apenas o ensino primário precisava ser discutido, mas temáticas da educação em geral. Ainda em seu discurso, Nóbrega da Cunha defendeu que tal tarefa deveria ser liderada por pessoa muito esclarecida, e sugeriu o nome de Fernando de Azevedo. (CUNHA, 1981).

Em virtude da solicitação da Conferência, em 1932, Fernando de Azevedo, a partir da Associação Brasileira de Educação (ABE), apresentou o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, conseguindo reunir mais 25 signatários, em torno de suas proposições, que assim se tornavam um ideal coletivo. Entretanto, tal ação desagradou sobremaneira o grupo católico que, em peso, afastou-se da ABE, ainda no mesmo ano. Com sua saída em 1932, tendo em vista a discordância dos ideais que a instituição passaria a defender, os intelectuais católicos congregaram junto à antiga Confederação Católica, bem como ao entorno do Centro Dom Vital (CDV) com objetivo de desenvolver seus próprios princípios para a educação nacional. (HORTA, 2012).

A fundação da Confederação Católica Brasileira de Educação (CCBE), em 1933, viria a ser um marco e um símbolo no campo educacional brasileiro. Ela tinha

por objetivo, inserir diretamente a Igreja católica nas discussões do campo educacional, em resposta às questões e discursos que se impunham. Nessa perspectiva, para a propagação de seus ideais, a instituição também fundou, em novembro de 1933, um meio de publicação periódico, a **Revista Brasileira de Pedagogia** (RBP). Para além das discussões católicas sobre a educação, a revista também buscava apresentar a visão dos intelectuais católicos em perspectiva crítica em relação às produções dos pioneiros da educação, que defendiam o ensino escolanovista.

As ações dos intelectuais católicos se tornaram mais incisivas desse momento em diante, haja vista que no mesmo ano, seguindo o esforço devotado por Dom Sebastião Leme e Alceu Amoroso Lima, foi fundada a Liga Eleitoral Católica (LEC). A instituição possuía então duas finalidades: a primeira, instruir os leigos católicos para que votassem em candidatos que respeitassem a fé católica; a segunda, organizar os interesses da Igreja via uma configuração extrapartidária, buscando assegurar que políticos de diferentes partidos defendessem os princípios católicos na tomada de decisões. Seguindo um programa mínimo, com três pontos, os políticos eram incluídos em uma lista que era entregue ao eleitorado católico, para que eles direcionassem seus votos àquele rol de candidatos. O primeiro ponto do programa católico, era a defesa do matrimônio religioso indissolúvel, com efeitos civis; o segundo era a incorporação legal da disciplina facultativa de ensino religioso; e, por fim, o terceiro ponto era o de que as forças armadas aceitassem receber assistência religiosa, facultada à vontade dos seus integrantes. A LEC defendeu, ainda, o voto feminino. A fim de aumentar o número de eleitores católicos, e fazer prevalecer sua forte influência sobre a população feminina. (HORTA, 2012).

A considerar a busca pela reeleição, no ano de 1933, Getúlio Vargas, convocou uma Assembleia Constituinte, a qual elaborou o documento que foi aprovado no ano seguinte. Para reforçar sua colaboração com a Igreja, Vargas, inclusive, promulgou a Constituição exaltando em sua introdução a “confiança em Deus”. Esta constituição se trata da primeira a ter um tópico exclusivo dedicado à educação e à cultura. Em atenção ao compromisso com os católicos, foi reintroduzindo o ensino religioso nas escolas oficiais, sem confissão específica. Após a Constituição foi aprovado um Plano Nacional de Educação, o qual sem êxito, foi extinto em 1937, antes de ser colocado efetivamente em prática. (CASALI, 1995).

No ano de 1935 a então Confederação Católica, e mais algumas ligas e instituições da Igreja, reuniram-se a fim de formar a Ação Católica Brasileira. Instituição que objetivava fazer frente às bases agnósticas e laicistas que ganhavam corpo no quadro social. Com isso, o regime de colaboração recíproca entre Estado e Igreja seguia bem estabelecido, com vantagens para ambas as partes. (AZZI, 2003).

A Constituição outorgada em 1937 – já no contexto do Estado Novo, golpe conduzido por Getúlio Vargas no qual centralizou o poder – pouca coisa mudou para os católicos no que dizia respeito à educação e ao ensino religioso, visto o mesmo continuar sendo empregado de maneira facultativa, contemplando-se diferentes confissões e com o currículo elaborado pelo Estado. Contudo, após o Golpe de Estado, Vargas passou a defender ferrenhamente o ensino técnico, por ele entendido como fundamental para a modernização do país. Tal modelo formativo era considerado pelos católicos como insuficiente, pois prepararia o ser humano apenas para o mercado de trabalho, não se contemplando sua formação integral. (CUNHA, 1981).

Com vistas a se estabelecer um parâmetro nacional para o ensino primário, no ano de 1938, ocorreu à criação da Comissão Nacional do Ensino Primário. Considerada como um ganho por parte do grupo católico, a comissão era dirigida por Everardo Backheuser, ex-presidente da Confederação Católica Brasileira de Educação. Em sua ação à frente da instituição, Backheuser zelava em não ser autoritário em posicionamentos que se relacionassem à inclusão de temas religiosos, nessa fase do ensino. A considerar tal fato, verifica-se que no ano de 1939 a comissão apresentou um anteprojeto para a organização nacional do ensino primário, no qual o previsto na Constituição não era descaracterizado, no que dizia respeito ao ensino religioso nas escolas, efetivando-se apenas a repetição dos ideais constitucionais. (HORTA, 2012).

Já a **Lei Orgânica do Ensino Secundário, nº 4.244**, foi aprovada em nove de abril de 1942, nela finalmente o pleito do líder católico Alceu Amoroso Lima foi atendido, e assim o ensino religioso passou a ter caráter obrigatório e seu currículo passou a ser elaborado pela Igreja Católica. No mesmo ano a arquidiocese do Rio de Janeiro elaborou o currículo de Ensino Religioso para as escolas oficiais do ensino secundário, com ênfase na moral cristã, nas verdades da fé e no culto dos sacramentos.

É importante, ainda, destacar que em 1940 a abertura das Faculdades Católicas foi aprovada pelo Conselho Nacional de Educação, por meio do **Decreto nº 6.409**, de outubro de 1940. Duas instituições foram abertas em 1941, no Rio de Janeiro – então Distrito Federal – e aprovadas para outorga de diplomas, por meio do **Decreto nº 10.895**, de dezembro de 1942. Assim a possibilidade de diplomação para cursos superiores deixava de ser um projeto distante da Igreja católica no Brasil, concretizando-se inicialmente por meio das Faculdades e, em 1946, por meio da criação da Universidade Católica – a qual recebeu do Vaticano o título de Pontifícia em 1947. Tal fato foi uma grande conquista da intelectualidade católica do país. (MICELI, 1979).

As vitórias do grupo católico encontraram novos obstáculos, especialmente, face ao fim do Estado Novo e a subsequente elaboração de uma nova Constituição, no ano de 1946, a qual previa a criação de uma Lei de Diretrizes e Bases (LDB) para a educação nacional. O que geraria um novo âmbito de luta no qual os católicos viriam a tomar parte na defesa de seus princípios e ideais religiosos, a considerar a porosidade das fronteiras entre os campos religioso e educacional.⁷

É fato bem estabelecido entre os pesquisadores que a ação da Igreja junto ao campo educacional foi muito intensa ao longo da Era Vargas, inclusive, a se observar a proximidade e cooperação que passou a ter com o Estado em sentido amplo. A defesa do direito da família escolher o rumo e o estilo da educação de seus filhos, com auxílio da Igreja, em oposição às proposições dos pioneiros em favor de uma educação laica e universal a ser promovida pelo Estado, foi um dos pilares da ação dos intelectuais católicos.

Houve, efetivamente, embates intelectuais muito importantes no campo educacional na década de 1930. No seio dessas disputas, conquistar espaço junto às instituições de ensino e influenciar as políticas educacionais tornou-se questão de primeira ordem, para aqueles que buscavam interferir sobre a cultura nacional como um todo e avançar sobre o campo político do país. A busca por impactar, inclusive, a vida mental e as sensibilidades, empregando-se diferentes instituições e meios de comunicação que atingiam as pessoas, foi uma das estratégias empregadas pelos grupos intelectuais em disputa. Nesse quadro, os impressos de modo geral, ocuparam função estratégica relevante. Na construção e propagação de ideias, bem

⁷ Vale destacar que tal LDB seria finalizada apenas em 1961, ano que ultrapassa o limite proposto para discussão na presente dissertação.

como na conformação de narrativas acerca das candentes questões nacionais, a figura dos intelectuais enquanto mediadores culturais e produtores de capital simbólico, ganhou cada vez mais destaque em meio ao processo de modernização do país.

1.3 Intelectuais no Brasil, seu papel no espaço social e a ação intelectual de Theobaldo Miranda Santos

Observa-se pelo discutido no item anterior que muitos foram os embates sociais travados até a consolidação dos campos político, religioso e educacional, conforme estrutura e dinâmica expressas no Brasil do século XX. Nesse processo, a posição e a atividade de agentes intelectuais, no espaço social como um todo, fortaleceu ou enfraqueceu ideias ou causas de campos sociais específicos.⁸ Ou seja, a sobreposição de campos, ou sua porosidade, pode ser observada na medida em que agentes conseguem impactar campos que estão para além do seu espaço original de atuação.

Os intelectuais são mediadores culturais, são agentes produtores ou capazes de fazer circular saberes, que podem se expressar sob a forma de diferentes tipos de capitais reconhecidos socialmente. Pensados no seio do espaço social, os intelectuais podem ser grupos ou pessoas, que atuam trabalhando para a concentração ou para a dispersão de poder no interior dos campos sociais. Assim, para além da perspectiva ideológica, da origem social e dos posicionamentos políticos, são compreendidos a partir da sua rede de sociabilidade e das estruturas do campo no qual se inserem. Atuam por meio de variadas instituições, sob a lógica da argumentação e da refutação, circulando em diferentes espaços a depender das demandas e interesses que representem. Seu papel torna-se mais efetivo na razão direta de sua maior representatividade. Apesar de se enquadrarem em uma estrutura prévia existente nos campos sociais, são agentes que discutem tal estrutura e, assim, podem com sua intervenção promover modificações nessa realidade. (BOURDIEU, 2003).

⁸ Pierre Bourdieu propõe com seu trabalho uma sociologia relacional, nessa perspectiva, é no interior da complexidade do espaço social que o agente produz sentido às relações. O espaço social é dividido em campos sociais – os quais distinguem-se pela particularidade de suas regras, de seus agentes, de suas instituições e de seu funcionamento. (BOURDIEU, 2004).

Ao se buscar traçar a trajetória de intelectuais, a fim de conhecer aspectos de sua vida familiar, de sua formação, dos espaços em que circulou, das instituições nas quais tomou parte, das ideias em favor das quais trabalhou, entre outros, é salutar ultrapassar a perspectiva exclusiva da história de vida. Isso, em favor de uma concepção que permita apreender e reconhecer a trajetória desses agentes de maneira mais complexa, evitando-se criar uma eventual “figura mística” que acaba por sobrepor o agente ligado a diversas estruturas sociais e, sob muitos aspectos, condicionado pelas vivências que se lhe apresentavam, em diferentes momentos de sua trajetória de socialização. Assim, trabalhar no sentido de compreender, inclusive, aspectos do *habitus* do intelectual estudado, permite pensar seus compromissos e posições no espaço social – ou, em um campo específico – como estando para além de uma simples escolha voluntária e distintiva de caráter. (BOURDIEU, 2003).

A consolidação de grupos intelectuais pode ser notada em diferentes períodos históricos, ao se contemplar o período aqui estudado, verifica-se exemplarmente que em 1924, com a fundação da ABE, diversos intelectuais, com diferentes posicionamentos acerca de sua escolha teórica, reuniram-se em busca de definir caminhos para a educação no Brasil. Com posicionamentos distintos, mas com um propósito em comum os intelectuais buscavam a constituição de uma identidade para a educação nacional, e permaneceram reunidos em favor do objetivo por vários anos. Entretanto, com a assinatura do **Manifesto dos Pioneiros**, em 1932, pelos intelectuais defensores da Escola Nova, o grupo católico afastou-se da ABE. Esses intelectuais que se apartaram da associação não permaneceram com ações difusas, logo se reuniram em torno do CDV e criaram a CCBE, em 1933. Notadamente, ao longo da década de 1930 o grupo católico optou por contar com seus próprios instrumentos para a difusão de ideais, utilizando largamente a imprensa em favor de tal objetivo.

Na década de 1930 também merece destaque, no plano editorial, o projeto Biblioteca Pedagógica Brasileira, no qual diferentes grupos intelectuais publicaram manuais didáticos, a partir de variados posicionamentos teóricos, em busca da consolidação de ideais que atendessem as demandas da educação brasileira. Com vistas a compor uma identidade nacional, o campo educacional foi amplamente disputado no período. Diversos foram os intelectuais que se destacaram por sua produção na área da educação, seguindo posicionamentos diversificados e

apropriando-se de variados capitais para ganhar espaço e alcançar representatividade. Um dos grupos que bastante se destacou no período foi o dos intelectuais católicos, o qual buscava manter a Igreja como agente social decisivo nas questões da cultura nacional. Nesse sentido, efetivamente, entendiam que o debate educacional possibilitaria o seu retorno ao centro das discussões. O grupo era heterogêneo, o que tornava possível reconhecer posicionamentos distintos frente aos avanços científicos das então chamadas ciências modernas.

Entre os católicos existiam intelectuais bastante conservadores no atinente à observância da tradição cristã, os quais se negavam a aceitar a incorporação de ideias da pedagogia moderna à pedagogia católica. Um nome que se destacou nesse sentido foi o de Gustavo Corção, intelectual que escreveu principalmente sobre literatura, mas que também participava dos debates em educação, e não admitia que os princípios religiosos fossem, a seu ver, maculados por inovações educacionais que considerava sem sentido. Em contrapartida, reconhece-se à mesma época a existência de outros intelectuais – leigos ou clérigos – que reconheciam que as inovações científicas poderiam ser aceitas até certo ponto, desde que não descaracterizassem a fé católica. Dentre os leigos se destacou Alceu Amoroso Lima, intelectual com vasta obra e grande representatividade, inclusive, responsável pela conversão de muitos intelectuais à fé católica. Já no quadro clerical, destacou-se no Brasil da época Dom Sebastião Leme, arcebispo do Rio de Janeiro, figura defensora da interlocução cuidadosa dos valores da Igreja com aspectos do mundo secular, nesse sentido inclusive foi um dos responsáveis pela valorização do laicato, com a criação da Ação Católica Brasileira (ACB) em 1935.

Os intelectuais reunidos em favor dos princípios da Escola Nova também ocuparam posição de destaque nesse período, contrapondo-se ao grupo católico em diversas disputas do campo educacional. Os escolanovistas buscavam construir uma educação preocupada com a dinâmica social mais imediata, em atenção às demandas que se levantavam para a modernização do país. Tal concepção tinha destacados nomes no exterior, por exemplo John Dewey, um dos mais influentes junto aos escolanovistas no Brasil. A ideia de democratização do acesso à educação e da possibilidade de mobilidade social por essa via, eram elementos importantes considerados pelos defensores da Escola Nova, que, inclusive, concebiam seus métodos e suas técnicas com vistas a favorecer tais aspectos.

Os estudiosos pautados nos princípios escolanovistas também apresentavam entre si diferenças no modo de pensar a educação, contudo possuíam um forte elemento em comum, a saber, uma educação pautada na realidade do aluno. Fazendo frente ao grupo católico, demandavam por uma educação laica, opondo-se à presença do ensino religioso nas escolas oficiais. Vários foram os intelectuais que se destacaram dentre os escolanovistas, grupo que se notabilizou com os signatários do **Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova** (1932), aqui faz-se fundamental a menção aos nomes de Fernando de Azevedo e de Anísio Teixeira, como figuras decisivas entre os intelectuais defensores de uma perspectiva liberal em educação. Theobaldo Miranda Santos, intelectual do qual o presente estudo se ocupa, trabalhou e colaborou com alguns dos intelectuais anteriormente citados. Publicou, por exemplo, artigos em mesmos volumes de revistas que Gustavo Corção, declarava-se admirador e seguidor das ideias de Alceu Amoroso Lima, especialmente, ao se alinhar às inclinações do papa Pio XI. Importante destacar, ainda, que Miranda Santos, inclusive, publicou por certo período alguns de seus manuais didáticos, junto à coleção editorada por Fernando de Azevedo.

A partir da concepção de intelectual aqui já discutida, passaremos à investigação da trajetória e da atuação do intelectual católico Theobaldo Miranda Santos, ao longo do período por nós delimitado para estudo, particularmente no que diz respeito à sua atuação na imprensa católica e ao seu trabalho como autor de manuais didáticos, destinados à formação de professores. Com isso, espera-se que ao se avaliar as particularidades de tal intelectual, possamos investigar sua produção como uma espécie de microcosmo, no qual se expressaram aspectos da estrutura e da dinâmica do campo educacional da época.

Escrever sobre Theobaldo Miranda Santos (Figura 1) é trabalho complexo, visto que o mesmo era discreto em questões pessoais, o que dificulta acesso a informações relativas a esse aspecto de sua vida. Em que pese isso, sua vasta produção possibilita coletar conhecimento sobre ele, ao mesmo tempo em que se consegue amealhar informações que digam respeito às redes sociais e institucionais das quais fez parte. Sua atuação pública foi muito profícua. Em virtude disso, bastante se sabe acerca dessa dimensão de sua trajetória, a partir de sua inserção em diversos meios educativos. Miranda Santos foi um importante produtor de

conhecimento no campo da educação. Produziu mais de 150 títulos entre artigos, livros, manuais, literatura infantil, entre outros. (MORAIS, 2004).

Figura 1: foto de Theobaldo Miranda Santos



Fonte: ARAGON, Maria de Fátima (Org.). **Catálogo de Correspondência entre Alceu Amoroso Lima e Theobaldo Miranda Santos**. São Paulo: Reflexão, 2014.

Theobaldo Miranda Santos nasceu, em 1904, mais especificamente no dia 22 do mês de junho, em Campos dos Goytacazes, município do interior do estado do Rio de Janeiro, localizado na região Norte Fluminense. Durante sua infância e adolescência frequentou o Liceu de Humanidades e, posteriormente, a Escola Normal Oficial. Ainda em sua cidade natal, Miranda Santos exerceu brevemente a profissão de professor primário, na década de 1920. Após essa rápida passagem pelo magistério, mudou-se para a cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais, onde graduou-se em Odontologia e Farmácia, na Faculdade do Colégio Metodista Grambery.⁹ (MORAIS, 2004).

⁹ O Colégio foi fundado em 1889. A partir do ano de 1904 passou a ofertar bacharelado em Farmácia e Odontologia, também Pedagogia e Teologia. Na década de 1930 a instituição deixou de oferecer essa modalidade de formação. (FERREIRA, 2010).

Após diplomar-se iniciou sua trajetória profissional no estado de Minas Gerais, porém na cidade de Manhuaçu, como professor primário. Ao retornar para Campos dos Goytacazes, em 1928, assumiu a direção do Liceu em que estudara, atuando simultaneamente como professor, das disciplinas de Química, de Física e de História Natural. Também foi professor no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, ministrando a disciplina de História da Civilização. (CALIXTO, 2016).

Na cidade de Campos, seu trabalho foi ligado ao Centro Dom Vital, que se destinava ao povo em geral, atuou na organização/presidente e divulgação da cultura católica, juntamente com a criação do Instituto Católico de Estudos Superiores, que tratava da formação de professores, estudantes e intelectuais, oferecendo como ações externas os cursos de Teologia, Filosofia, Sociologia, Biologia, História da Igreja e Pedagogia. (CALIXTO; QUILLICI NETO, 2015, p.140).

Ao destacar-se por sua atuação em Campos dos Goytacazes, logrou se tornar catedrático, primeiramente lecionando na Escola Superior de Agricultura, trabalhando com a disciplina de História Natural. Posteriormente, já na Faculdade de Farmácia e Odontologia, veio a ser professor titular das disciplinas de Ortodontia e de Odontopediatria. Entre 1935 e 1939, atuou como professor na Universidade do Distrito Federal, tendo ministrado a disciplina de Prática de Ensino. Em 1938, a convite do Secretário da Educação do Rio de Janeiro, tornou-se professor do Instituto de Educação de Niterói, como docente da disciplina de História Natural. (CALIXTO, 2016).

A partir da década de 1930, além das práticas educacionais às quais se dedicava, Miranda Santos passou também a atuar nas esferas administrativa e de produção escrita. É nesse período também que se converteu ao catolicismo, segundo ele, devido à influência de Alceu Amoroso Lima. Sua conversão pública foi datada de 1935, em uma saudação feita a Amoroso Lima em virtude do Congresso Eucarístico da cidade de Campos, no qual Miranda Santos, declarou:

A força atraente e persuasora da vossa inteligência superior, a irradiação da vossa cultura universal e o exemplo impressionante da vossa fé viva, pura e inabalável foram os fatores que mais contribuíram para a minha conversão ao catolicismo. (SANTOS, 1935a, p. 80).

Fica evidente, ainda no mesmo discurso, que o intelectual já havia se aprofundado no estudo do catolicismo, possivelmente um dos corolários de sua atividade como preceptor. Para além de ser a figura responsável por sua conversão,

Amoroso Lima também veio a influenciar a formação de Miranda Santos, enquanto intelectual católico. De tal modo que a obra do autor – que atendia também pelo pseudônimo Tristão de Athaíde – passou a ser caracterizada por Miranda Santos como: “[...] profunda, luminosa e original baseada no realismo católico e abrangendo todos os setores da cultura humana”. (SANTOS, 1935a, p. 81).

Como autodidata e poliglota que era, o autor se dedicava à leitura de textos que tratassem de temas como Psicologia, Pedagogia, Sociologia, Filosofia, História, Literatura Infantil, entre outros, buscando leituras nos idiomas originais, a fim de adaptar teorias e experiências à realidade brasileira, bem como ao seu público alvo de leitores. (MORAIS, 2004).

Quanto ao seu trabalho como autor/escritor propriamente dito, iniciou-se em 1931, por meio da produção de artigos para jornais de Campos dos Goytacazes, do Rio de Janeiro e de Niterói, conforme segue no quadro explicativo.

Quadro 3: Artigos de Theobaldo Miranda Santos fora de periódicos católicos

Período	Cidade	Nome do periódico	Quantidade de artigos
1931	Campos dos Goytacazes	A Verdade	1
1932	Campos dos Goytacazes	Sem registro	1
1932 até 1937	Campos dos Goytacazes	Monitor Campista	12
1932 até 1937	Campos dos Goytacazes	Folha do Comércio	5
1934 até 1937	Campos dos Goytacazes	Gazeta	9
1936	Sem registro	Rev. Folha Verde	1
1937 até 1938	Rio de Janeiro	O Jornal	3
1939	Rio de Janeiro	Revista A Criança	1
1939 até 1941	Rio de Janeiro	Educação e Administração	2
1940	Rio de Janeiro	Jornal do Brasil	6
1940	Rio de Janeiro	Revista Formação	1
1941	Rio de Janeiro	Estudos Brasileiros	1
1942	Rio de Janeiro	A Manhã	1
1942	Rio de Janeiro	Publicação da Secretaria	1
1942	Rio de Janeiro	Revista Ilustrada Brasileira	1
1942	Niterói	O Estado	9
1947	Rio de Janeiro	Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos	2

Fonte: ALMEIDA FILHO (2008).

Nota: dados organizados pela autora.

Damos destaque aqui a algumas das produções indicadas no quadro. Ao que é sabido via pesquisa histórica (ALMEIDA FILHO, 2008), ainda em Campos dos Goytacazes Miranda Santos publicou seu primeiro artigo, em 1931, sob o título Em torno do problema da coeducação, no impresso **A Verdade**. Essa publicação já indica a disposição do intelectual em discutir questões relativas ao campo

educacional. Na mesma cidade publicou, no periódico **Monitor Campista**, em 1934 o seu primeiro artigo cujo título revela reflexões sobre a religião: Ensino Religioso e Escola Nova. Essa constatação demonstra que a relação do intelectual com discussões acerca da religião é anterior à sua conversão pública ao catolicismo, em 1935. Sobre a temática religião suas publicações – fora da imprensa periódica católica – não cessaram nesse ponto, o que fica evidenciado em outros artigos. Ainda em Campos, em 1935, publicou um artigo intitulado Pedagogia Cristã, no jornal **Monitor Campista**; e, em 1936, no periódico **Gazeta**, o texto O Ensino Religioso e a Educação.

Como se pode perceber a temática do Ensino Religioso, altamente articulada ao campo político, conforme discutido nos dois primeiros tópicos do presente capítulo, esteve fortemente manifesta na produção de Miranda Santos. Assim, confirma-se que o intelectual não esteve à margem dessas discussões e que buscou se posicionar, visando com suas publicações reunir mais pessoas em defesa dos princípios da religião. As discussões acerca da religiosidade, em periódicos que não tinham posicionamentos definidamente católicos, não deixaram de acontecer em razão da mudança de Miranda Santos para o Rio de Janeiro. O intelectual publicou o artigo Realismo Pedagógico, e também o texto Educação Medieval, ambos no ano de 1938, no periódico **O Jornal**; e, em 1941, o artigo Os Jesuítas e a Educação, no periódico **Estudos Brasileiros**. Tampouco a mudança para Niterói alterou sua rotina de publicação em periódicos não católicos, como se percebe com texto de 1942, intitulado Educação e Religião, publicado em **O Estado**, na cidade de Niterói.

Outra temática que teve grande relevo ao longo da produção de Theobaldo Miranda Santos em periódicos laicos foi a Filosofia. Suas discussões acerca da disciplina podem ser percebidas desde o começo de suas publicações. Em 1934 publicou no **Monitor Campista**, o artigo O ideal da Educação, no mesmo periódico, no ano seguinte, o texto Novos Rumos da Filosofia. Já em 1937, publicou o artigo Filosofias Pedagógicas, em **O Jornal**. Em 1940, publicou o artigo intitulado Filosofia da Educação, e o artigo intitulado A Filosofia e a Ciência, no **Jornal do Brasil**. Em 1942 publicou o texto Educação e Filosofia, e também o artigo Educação e Ideal, no jornal **O Estado**. Percebe-se ao longo dos escritos de Miranda Santos que sempre ao tratar dos ideais da educação, o intelectual apontava que os mesmos eram

encontrados no âmbito da Filosofia da Educação, em razão disso os títulos que contêm a palavra ideal foram colocados neste ponto de nossa discussão.

Ainda, dentro da diversidade de temáticas educacionais discutidas pelo intelectual em periódicos não católicos, seu posicionamento na defesa de demandas referentes a instituições de ensino específicas pode ser percebido. Notadamente, Miranda Santos se preocupou em registrar em artigos solicitações pelo fortalecimento de instituições como o Instituto de Ciências Educacionais, o Liceu de Campos e o Instituto de Estudos Superiores. Também abordou temáticas ligadas ao ensino primário, ao ensino secundário e às universidades, ainda em Campos dos Goytacazes, demonstrando a defesa da ampliação do acesso a variadas instituições de ensino.

Miranda Santos não se absteve de tratar de questões políticas, as quais eram candentes no debate intelectual, e tinham grande relevo para os grupos católicos. Nessa perspectiva escreveu sobre o Plano Nacional de Educação e também sobre a Constituição, ainda quando residia em Campos dos Goytacazes, em 1937. Registra-se que tais temáticas eram discutidas de maneira beligerante nos grandes centros. O intelectual abordou também em seus artigos questões relativas à Educação Industrial e à Educação Técnica, nas cidades do Rio de Janeiro e de Niterói, na década de 1940, período em que a modalidade ganhava mais espaço e era problematizada pela perspectiva formativa católica.

Vale aquilatar que os títulos publicados por Miranda Santos, para além do limite dos periódicos católicos, foram catalogados pelo próprio intelectual até o ano de 1942, registros que ficaram de posse de sua filha Gilda Odete Santos de Oliveira, a qual permitiu acesso ao pesquisador Orlando José Almeida Filho (2008). A partir de 1942, contudo, o intelectual parou de registrar a particularidade de tais publicações, não tendo sido encontradas, até o ano limite estabelecido para estudo em nossa dissertação, mais publicações que se enquadrassem em tal teor. Nesses termos, limitaram-se aqui os estudos referentes aos artigos de Theobaldo Miranda Santos em periódicos leigos, em que pese não serem o foco central de nossa pesquisa.

Após sua conversão pública ao catolicismo, em 1935, Miranda Santos se tornou efetivamente um intelectual católico militante e combativo, tendo escrito com frequência para a revista **A Ordem** – um total de 19 artigos, entre 1935 e 1944 – e para a **Revista Brasileira de Pedagogia** – 2 artigos, um em 1935 e outro 1937 –

ambos periódicos que pertenciam a instituições diretamente ligadas à Igreja. A partir da década de 1940 passou também a publicar livros didáticos para o ensino primário. Ainda, a partir de demandas trazidas por seus alunos dos cursos superiores, também passou a escrever manuais didáticos dedicados ao uso por parte de professores do ensino secundário.

Tratavam-se, de modo geral, de compêndios nos quais se apresentavam o conteúdo por ele lecionado nas aulas, contemplando-se os diferentes pilares que sustentavam a Pedagogia. Sua vasta publicação na área de manuais didáticos atendeu a coleções como: Curso de Psicologia e Pedagogia, Curso de Filosofia e Ciências, Atualidades Pedagógicas, Coleção de Iniciação Científica, entre outras. (SOUZA, 2015). Atuando como autor, o intelectual, nunca escondeu sua familiaridade e afinidade com os princípios defendidos pela Igreja católica.

Autor católico influente nos meios intelectuais e educacionais, Theobaldo Miranda Santos participou ativamente do desenrolar das tramas políticas e intelectuais concernentes à educação e suas finalidades éticas, morais e religiosas. Igualmente a outros intelectuais católicos, cristão militante, o autor via na educação das novas gerações a possibilidade de difundir uma visão de mundo católica e humanista. Envolvido numa rede de sociabilidade integrada por intelectuais católicos, entre outros, Alceu de Amoroso Lima, Gustavo Corção, Jônathas Serrano, Everardo Beckheuser, Leonardo Van Acker, Jackson de Figueiredo, padres Leonel Franca e Helder Câmara, Theobaldo Miranda Santos atuou no movimento de renovação católica capitaneado pelo Centro D. Vital e pela Ação Católica, instituições fundadas, respectivamente, em 1921 e 1930, sob a influência carismática de Jackson de Figueiredo e do cardeal Sebastião Leme. Essa rede de sociabilidade referenciava-se na *Ratio Studiorum*, célebre documento da Companhia de Jesus publicado no século XVI, e difundia sua concepção tomista de vida e educação na revista *A Ordem*, publicada a partir de 1921. (SILVA, 2014, p. 12).

No que diz respeito à sua atuação na esfera administrativa, ela não era desvinculada de sua atuação no ensino propriamente dito, tampouco da produção de suas obras. Assim, contemplando diversas atividades simultaneamente, a partir da década de 1940, trabalhou no âmbito da administração no curso de Pedagogia do Colégio de Serviço Social e, paralelamente, no Colégio Nossa Senhora de Sion, onde também lecionava. Em 1941 assumiu dois cargos públicos administrativos, atuando como Diretor Técnico Profissional e como Diretor da Educação Primária, no ano seguinte trabalhou no Departamento de Educação Básica, no cargo de Diretor Geral, ambos no Governo de Henrique Dodsworth, então interventor do Rio de Janeiro. Também em 1942 atuou como professor na Pontifícia Universidade

Católica, nas disciplinas de Filosofia e de História da Educação e, ainda, na Faculdade de Filosofia de Santa Úrsula, como professor do curso de Pedagogia. Ao ser aprovado em Concurso Público, em 1944, no Instituto de Educação do Rio de Janeiro, tornou-se catedrático de Filosofia da Educação. Theobaldo Miranda Santos atuou também, ao longo de sua trajetória, em outros cargos públicos, como por exemplo: no Departamento de Divisão da Cultura, cumprindo a função de diretor; na Comissão Técnica do Estado do Rio de Janeiro, atuando como membro; e na Convenção Educacional Fluminense, na qual foi representante do estado. (MORAIS, 2004).

Theobaldo Miranda Santos teve variadas frentes de produção e de atuação, estratégia por meio da qual buscou propagar os ideais católicos em diferentes âmbitos do campo educacional, até o seu falecimento em 21 de março de 1971, no Rio de Janeiro. Miranda Santos, ao longo de sua ação intelectual, escreveu para diferentes grupos e faixas etárias, atentando para seu nível de desenvolvimento e para a particularidade de seus interesses. No que diz respeito à circulação de seus escritos, vale destacar que um dos meios mais importantes foi a imprensa periódica de sua época, bem como os manuais didáticos, que considerava sua missão de vida. O próximo capítulo de nosso trabalho dedica-se ao aprofundamento das investigações acerca da importância da imprensa periódica como meio de circulação de saberes, bem como à discussão acerca da produção do intelectual aqui estudado na seara das publicações periódicas.

CAPÍTULO 2

THEOBALDO MIRANDA SANTOS E SUA AÇÃO NA IMPRENSA PERIÓDICA CATÓLICA

Esse capítulo é dividido em três itens. Inicialmente, trata-se das discussões conceituais e da pertinência do emprego de periódicos em pesquisas no campo da História da Educação. Num segundo momento, é realizada, em sequência, a análise dos artigos publicados por Miranda Santos, na **Revista Brasileira de Pedagogia** e na revista **A Ordem**, dentro do período estabelecido para o presente estudo. No último item do capítulo, avalia-se o modo como Theobaldo Miranda Santos articulou catolicismo e educação em seus artigos, com vistas a enfrentar os problemas pedagógicos da época a partir de princípios cristãos.

2.1 Imprensa periódica como fonte para a História da Educação

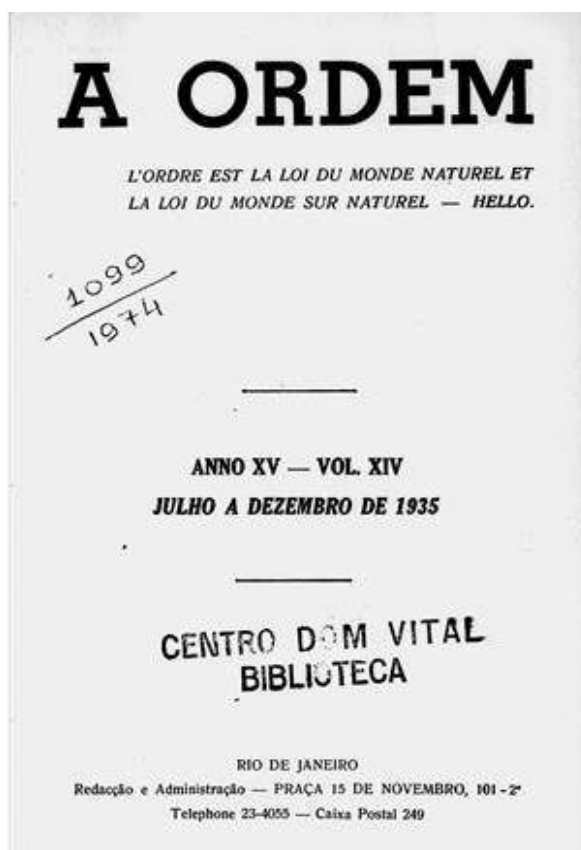
Neste tópico discutem-se aspectos teóricos acerca da imprensa periódica como fonte para a História da Educação. Entretanto, inicialmente cumpre destacar que a concepção de educação adotada em nossa pesquisa, ultrapassa a ideia de educação escolar, dessa maneira sendo concebida como um processo difuso que se efetiva por meio de variadas instituições sociais, para além das escolares propriamente ditas. (MAGALDI, XAVIER, 2008).

Essa abordagem permite verificar que concepções educativas podem também ser expressas em periódicos cujo fim último, não seria tratar da educação escolar como seu principal eixo discursivo. Tais publicações de alguma maneira também oferecem contribuição para a difusão de modelos formativos, de modo a transmitir conhecimentos, conformar disposições intelectuais e afetivas, transmitir valores e destacar comportamentos desejáveis. (MAGALDI, XAVIER, 2008). Nesse sentido, destaca-se dentre os impressos ligados à Igreja a revista **A Ordem**, um periódico de cultura por meio do qual se difundia a perspectiva católica acerca de temáticas que alcançavam variados campos sociais. Acerca da revista e de sua utilização como fonte para a História da Educação Magaldi e Xavier (2008) registram:

Refletindo sobre a utilização do periódico *A ordem* como fonte documental em um estudo de História da Educação, cabe afirmar, em um primeiro momento, que estamos partindo de uma visão alargada do conceito de educação. Ainda que a revista não possa ser considerada uma publicação especializada da área educacional, interessa o fato de se apresentar no exercício de um “apostolado doutrinário espiritual” (nº 9, out. 1930, p. 97). Assumindo, portanto, uma dimensão educativa ao procurar formar consciências em sintonia com o projeto católico, a questão da educação comparece de modo expressivo em suas páginas, ainda de um outro modo. Isto é, embora a revista se ocupasse de temas culturais, sociais e políticos em uma perspectiva ampla, um ponto importante a destacar é que a educação constituía uma arena constantemente visada pelos articulistas, aspecto compreensível tendo em vista a indiscutível centralidade ocupada pelos debates sobre o tema, articulados, por sua vez, aos debates relativos à organização da nação brasileira, travados entre as elites políticas e intelectuais de então. (MAGALDI, XAVIER, 2008, p.113-114).

O impresso **A Ordem** (figura 2) constituiu uma frente forte de defesa dos ideais católicos, buscando perpassar os saberes defendidos pelas correntes as demais pessoas letradas da sociedade, tendo por objetivo reunir mais pessoas ao redor dos ideais católicos.

Figura 2: Foto da capa da Revista A Ordem, em que Theobaldo Miranda Santos publicou seu primeiro artigo no periódico.



Fonte: Hemeroteca Digital. Disponível em:
 <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=367729&pasta=ano%20193&pesq=&pagfis=4516>>. Acesso em: 05.set.2021.

Os impressos periódicos cujo escopo é voltado para o campo educacional, evidentemente, também são de grande interesse para pesquisadores da educação. Sua abordagem das questões ligadas às políticas, às teorias, aos métodos e às técnicas de ensino são expressas de modo explícito, sendo, efetivamente fundantes da razão de sua existência. A **Revista Brasileira de Pedagogia** (figura 3), fundada em 1934 como órgão oficial da Confederação Católica Brasileira de Educação (CCBE), também utilizada como fonte para nossa investigação, por sua vez, conforme se evidencia em seu título, tinha como público alvo os educadores brasileiros, especialmente os católicos, embora seu alcance ultrapassasse o âmbito das escolas confessionais.

Figura 3: Foto da capa da Revista Brasileira de Pedagogia, em que Theobaldo Miranda Santos publicou seu primeiro artigo no periódico.



Fonte: Acervo da autora.

As revistas pedagógicas nas décadas de 1920 e 1930 já se apresentavam como importante meio de circulação de ideias e de profusão de debates no cenário educacional brasileiro, efetivamente, eram o espaço privilegiado tanto para a divulgação de teorias e de práticas educativas, quanto para a expressão de posicionamentos em relação a adversários nas disputas pela concentração de poder no campo educacional. Tendo isso em vista, tal modalidade de fonte é pródiga em oferecer informações aos pesquisadores interessados na história dos modelos educativos, bem como interessados em investigar a circulação de ideias pedagógicas num dado momento. (FERNANDES, 2008). A **Revista Brasileira de Pedagogia**¹⁰ é um impresso que se distingue por ter sido, em seu tempo (1934-1938), o instrumento de diálogo preferencial, entre a militância católica no campo educacional e as propostas ligadas à Escola Nova que se difundiam no país.

As revistas expressam ideais e difundem discursos, a partir da aglutinação de agentes, em torno de objetivos ou temáticas convergentes. Para tanto situam-se em um “[...] nível intermediário entre o nacional e o internacional, registrando as duas dimensões e, ao mesmo tempo, contribuindo para a formação de um fluxo de ideias, concepções, modelos etc. [...]”. (FERNANDES, 2008, p. 23). Dessa maneira também apresentam e dão visibilidade aos intelectuais de um campo, agentes que buscam produzir ou fazer circular saberes, encetar direções e também acompanhar os avanços e modificações que se passam em nível internacional. Compreende-se assim que “[...] a imprensa é um lugar de permanente afirmação e regulação coletivas, na medida em que cada autor é sempre objeto de julgamentos, seja do público, seja de outras revistas ou de seus pares”. (FERNANDES, 2008, p. 19). Nesta perspectiva entende-se:

[...] a existência de diferentes ações educativas, prescritivas, veiculadas por agentes sociais diversos, a partir de instancias também diversas, como a imprensa ou a literatura, dirigidas a destinatários também diversos e demandando, por isso estratégias de veiculação variadas, bem como variados suportes materiais. (MAGALDI, XAVIER, p.10, 2008).

A valorização de materiais de imprensa para a pesquisa se dá, entre outros motivos, pela vasta gama de conteúdos que nela se inserem por meio da ação dos agentes do campo intelectual. Além também de possibilitar captar os debates

¹⁰ Para mais informações sobre a revista, ver: ÁVILA, Marieli de Oliveira. **A presença intelectual de Hélder Câmara na Revista Brasileira de Pedagogia (1934-1938)**. 2020. 134f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2020.

vigentes, a partir da ótica daqueles que o produziram, considerando sua posição na estrutura do campo, que lhes dá maior ou menor visibilidade. O que contribuiu para que se avalie como atuaram intelectuais a partir de sua representatividade no campo e dos móveis de luta que eram capazes de mobilizar. É sabido que a utilização da imprensa como fonte há tempos vem ganhando espaço na investigação histórica. De tal modo pesquisadores buscam variadas possibilidades de abordagem e de interpretação, por exemplo, observando sua dimensão material, sua circulação e sua apropriação, conforme empreende Roger Chartier (1998) em seus estudos. Também buscando compreender o intelectual inserido em seu campo, conforme destaca Pierre Bourdieu (2004); ou ainda, visando recuperar a rede de sociabilidade dos intelectuais como propõe Jean-François Sirinelli (2010).

Essas possibilidades permitem que se amplie o alcance das pesquisas históricas, a considerar ser possível também acessar informações acerca das relações cotidianas, seja na medida de seu impacto na produção dos conteúdos encontrados, ou então na medida em que os referidos conteúdos podem ter afetado o dia a dia da multiplicidade de agentes de um campo. Ao se pensar o campo educacional, sob essa perspectiva, é possível pensar produtores e receptores, numa dinâmica que compreenda relações para além de sua expressão formal e institucional. A partir das variadas possibilidades de avaliação e de interpretação aqui discutidas, passamos no próximo item à análise específica da produção de Theobaldo Miranda Santos na imprensa periódica católica.

2.2 Os artigos de Miranda Santos referentes à educação nos periódicos católicos **Revista Brasileira de Pedagogia** e **A Ordem**

Theobaldo Miranda Santos deixou vasta obra escrita, publicada em diferentes meios de circulação. Nesse tópico é analisada sequencialmente sua produção em dois dos mais importantes periódicos católicos do período aqui estudado, quais sejam, a **Revista Brasileira de Pedagogia** e a revista **A Ordem**, respectivamente órgãos oficiais da Confederação Católica Brasileira de Educação e do Centro Dom Vital.

A produção escrita é um dos meios frutíferos para se avaliar a inserção de um intelectual num campo social. Seus registros revelam posicionamentos e permitem perceber qual discurso fazia ecoar, mesmo nos espaços em que sua voz

não se fizesse fisicamente presente. Assim, por meio da leitura dos artigos publicados nos periódicos mencionados, torna-se possível reconhecer os pares de seu discurso, o público para quem escrevia, bem como perceber as nuances de seu pensamento – suas particularidades e similaridades com outros agentes do campo.

Ao se analisar as características amplas das décadas de 1930 e 1940 no Brasil, percebe-se que as mesmas se trataram de um período de reorganização não apenas política e educacional, mas social de maneira geral. Nesse processo em que uma nova ordem se constituía, a Igreja passou a buscar mais espaços sociais de intervenção, deixando marcas de seu discurso, bem como de suas ações práticas e de suas estratégias de atuação. A laicização, processo que ganhou corpo a partir da ascensão dos valores republicanos, reverberou sobre a realidade brasileira, e assim, a Igreja passou a fazer parte de uma realidade em que os posicionamentos religiosos encontravam barreiras em certos âmbitos sociais.

Os católicos precisaram ajustar seu modo de atuação a fim de que sua tradição e memória fossem respeitadas, bem como para que suas manifestações ideológicas e culturais continuassem a ser relevantes. A atuação de Miranda Santos em prol da concretização do projeto episcopal já defendido pela Igreja católica a fim de modernizar-se no atinente à educação, fica claro em seus artigos, que ao mesmo tempo em que defendem os princípios da tradição católica, buscam apropriar-se das compreensões modernas que surgiam:

Esse modelo de educação, calcado nos ideais dos valores cristãos católicos, como missão ideal, vocação dos profissionais, valores espirituais, formação global idealizou a conformação de um projeto que disputou o campo da educação e teve grandes conquistas institucionais, legais e educacionais. O objetivo era conquistar o professor pela edição e prescrição que normalizavam e orientavam a sua formação pedagógica no sentido de trabalhar com a “boa pedagogia”. (ALMEIDA FILHO, 2008, p. 296).

Ao apropriar-se do discurso de diferentes intelectuais, reunindo-os sob a particularidade de sua perspectiva interpretativa, a Igreja buscou fazer reverberar em um espaço laicizado, seus princípios e posicionamentos, por meio de um discurso, que apesar de apresentar especificidades em cada intelectual, tinha raízes fundadas na fé e na tradição da instituição. Nessa circunstância, a visibilidade em diferentes campos sociais era um objeto de disputa, assim grupos intelectuais – no caso aqui estudado especificamente os católicos, mas é importante destacar que não apenas eles – buscaram agir nos campos religioso, cultural e político. A atuação desses

grupos se deu em grande parte sobre as bases da educação escolar, acreditando nela como mediadora do discurso, com vistas a atingir um grande contingente de pessoas. As transformações que aconteciam na realidade do espaço social eram rápidas, desse modo, também rápida precisava ser a reorganização dos grupos católicos.

Diversas foram as instituições que reuniram intelectuais que buscavam atuar na construção respostas, frente às demandas que surgiam no quadro social de modernização do país. Duas foram muito destacadas, na defesa dos interesses da Igreja. O Centro Dom Vital, que atuava na esfera da cultura, e buscava reunir diferentes pensadores católicos representativos, a fim de atuar preenchendo espaços em diferentes esferas do espaço público, como por exemplo: a Academia Brasileira de Letras, o âmbito Legislativo, as Secretarias de Educação de diferentes cidades, entre outras. A Confederação Católica Brasileira de Educação foi outra instituição de destaque nesse sentido, particularmente voltada ao campo educacional, atuava a fim de garantir a presença e a relevância dos católicos nas decisões ligadas às políticas, às teorias e às práticas ligadas ao ensino

Avalia-se que as relações estabelecidas entre os intelectuais católicos e os agentes do campo político, em busca de uma presença mais incisiva da Igreja na seara educacional, efetivaram-se em grande medida por meio de trocas simbólicas. Essas trocas se davam, em síntese, por meio de concessões que um grupo fazia ao outro, a partir de sua capacidade de mobilização de diferentes capitais a fim de viabilizar um maior alcance social. (BOURDIEU, 2007a). Isso fica evidente ao se observar o modo de atuar da Liga Eleitoral Católica, uma organização criada em 1932, que funcionava como grupo de pressão política, via mobilização de votos para candidatos alinhados às proposições da Igreja – com isso, buscava-se garantir a representação católica no campo político. As demandas políticas poderiam ser concessões em leis, ou cargos atribuídos a intelectuais católicos, em diferentes posições do tecido burocrático. Em contrapartida, a capilaridade social da Igreja e sua capacidade de influir sobre a população de modo amplo, era mobilizada em favor dos interesses estatais.

Theobaldo Miranda Santos, enquanto intelectual católico, buscou se posicionar nessa articulação, na medida em que atuou em diferentes cátedras e esferas administrativas, ocupando espaços destinados aos católicos. Desse modo, também trabalhou estabelecendo trocas simbólicas, e assim foi criando

representatividade no campo intelectual. Sua esfera de atuação se concretizou na interseção entre os campos educacional, religioso e político, a considerar os cargos que ocupou e a particularidade do conteúdo de suas publicações. É possível verificar a ação do intelectual nesses campos ao observar, exemplarmente, seu empenho na tarefa de escrita, a fim de fazer reverberar as ideias da educação católica para além dos agentes do campo educacional, também procurando ampliar o alcance de seus princípios junto ao âmbito político e cultural de modo amplo.

A atuação assídua de Miranda Santos junto à imprensa periódica verifica-se desde seu trabalho em sua cidade natal, Campos dos Goytacazes, onde buscava interferir sobre o campo educacional, naquele município bastante tradicional para o catolicismo brasileiro. Procurava atrelar suas convicções sobre a educação, pautadas nos princípios católicos, às renovações pedagógicas emergentes no âmbito das ciências modernas. Nesse sentido, publicou artigos em periódicos de diferentes vertentes, em que pese isso, a fim de delimitar a escolha de títulos para a presente pesquisa, selecionou-se para análise, conforme já indicado, aqueles publicados em dois importantes periódicos católicos da época: a **Revista Brasileira de Pedagogia** (2 artigos) e a revista **A Ordem** (13 artigos). A partir desse momento, passamos à análise de tais artigos, em sequência, visando investigar a forma como os mesmos foram construídos, bem como examinar o teor de seu conteúdo. A busca por uma síntese ampla acerca do sentido assumido por tais publicações, tanto na trajetória específica do intelectual, quanto no interior do grupo católico ligado à educação, será concretizada como um passo seguinte, consubstanciado no próximo item (2.3) deste capítulo.

Conforme destacado, a **Revista Brasileira de Pedagogia** foi o periódico oficial da Confederação Católica Brasileira de Educação. Seu público alvo eram os professores, assim, seu conteúdo buscava contemplar elementos teóricos e práticos relativos ao ensino. Em 1935, Theobaldo Miranda Santos publicou o seu primeiro artigo na revista, com o título O problema da educação dos adultos, texto que foi veiculado na sessão de sociologia educacional do periódico. (SANTOS, 1935b). Com oito páginas, o artigo abordou um assunto que recebia bastante destaque nas discussões da época, visto ao observar-se a realidade do país, a educação de adultos, despontar como um problema evidente. No encaminhamento de sua discussão, para além das bases cristãs, Miranda Santos buscou aporte acerca do tema também em literatura laica proveniente de outros países. O intelectual

defendeu quatro modalidades de ensino para adultos: uma voltada aos estudos iniciais, outra para estudos aprofundados, outra para profissionalização, e outra destinada à ampliação de acesso à cultura.

Como em degraus, paulatinamente, o educando iria se elevando ao desenvolver suas habilidades, contemplando-se aquelas das quais dispusesse e também as que tivesse ímpeto para aprimorar. Miranda Santos defendia a educação de adultos como caminho necessário para o efetivo avanço cultural da nação. Ao se colocar em perspectiva a questão da educação de adultos, a partir de uma crítica contemporânea, é possível reconhecer também outra demanda católica para essa alfabetização, a saber, o fato de um número maior de adultos alfabetizados implicar em um impacto no âmbito eleitoral. Assim, com mais adultos educados por professores católicos, possivelmente ganharia força a pressão eleitoral católica, a qual convocava candidatos a comprometerem-se com sua lista de demandas.

O segundo, e último, artigo produzido por Miranda Santos para a **Revista Brasileira de Pedagogia**, foi escrito no ano de 1937, com 16 páginas. Sob o título: A Pedagogia Moderna e a Educação Cristã, tendo sido veiculado na sessão de filosofia da educação do periódico (SANTOS, 1937b). O texto evidenciou a rivalidade existente entre os grupos católico e dos defensores da Pedagogia Moderna. Assim, entre individualistas, socialistas, nacionalistas, culturalistas, nenhum fugia ao julgo de Miranda Santos, que deixou claro seu posicionamento, a saber, o de que não havia proposição pedagógica que contemplasse o ser humano de modo integral a não ser a católica. Destaca-se também nesse artigo a menção do autor a Alceu Amoroso Lima, liderança à frente do Centro Dom Vital a quem atribuíra sua conversão.

Passa-se agora à discussão dos artigos de Miranda Santos publicados na revista **A Ordem**, a qual era entendida como uma revista de cultura – pensando-se na ideia da conformação de uma alta cultura católica no Brasil – efetivamente, espaço privilegiado para que a militância da ligada à Igreja tratasse de temáticas como literatura, psicologia, filosofia, educação, ciências naturais, política, entre outras impactantes no campo intelectual. Vale destacar que tal periódico não era destinado especificamente ao público atuante no âmbito da educação, entretanto, observa-se que **A Ordem** foi uma das publicações que ofereceu fundamentos para os educadores católicos.

Theobaldo Miranda Santos publicou nas páginas desse periódico 19 artigos, acerca de variadas temáticas, entre os anos de 1935 e 1944. Constata-se que o intelectual se alinhava com facilidade aos princípios da revista, tendo sido, conforme se verifica, repetidas vezes convidado a colaborar. A presente dissertação aborda exclusivamente os artigos nos quais o autor abordou, especificamente, temáticas voltadas à educação. Os 13 artigos aqui analisados foram classificados em duas categorias: a primeira, discursos/depoimentos em eventos (3 textos); a segunda, artigos de discussão teórica (10 textos).

No atinente aos textos com caráter de discursos/depoimentos, expressos por Miranda Santos, considera-se que possibilitam reconhecer a notoriedade que possuía no campo educacional, o que se observa por meio do texto de abertura proferido em evento de intelectuais católicos, bem como sob a forma dos dois discursos dirigidos para formandos. Afinal, institucionalmente, não se daria voz em eventos importantes, para quem não expressasse e simbolizasse os princípios católicos.

Em 1935, quando Miranda Santos ainda residia em Campos dos Goytacazes, ele publicou seu primeiro artigo em **A Ordem**, intitulado Depoimento: saudação feita durante o Congresso Eucarístico de Campos, apresentado em sete páginas. (SANTOS, 1935a). Nesse período o intelectual atuava como diretor do Liceu de Humanidades, bem como da Escola Normal de Campos. O depoimento expressou publicamente sua conversão. Por se tratar de uma saudação, o texto foi dirigido a Alceu Amoroso Lima – que viria a se tornar seu amigo próximo – a quem ele agradece por ter sido inspiração para sua adesão militante ao catolicismo. No texto Miranda Santos expressava sua adesão ao catolicismo, e à Filosofia Cristã em sentido amplo, indicando sua disposição em avançar nos seus estudos a fim de colaborar com os ideais da Igreja. Já nesse texto inicial aparecem críticas àqueles que se afastavam da Pedagogia católica, em favor de outras correntes pedagógicas, classificadas como insuficientes para a formação integral do ser humano.

Em 1937, Miranda Santos publicou outro texto na revista, trata-se de uma exposição, de cinco páginas, dirigida às professoras formadas em 1936, pela Escola Normal Oficial de Campos. O intelectual havia sido convidado para desempenhar o papel de paraninfo no evento. Intitulado Pela Educação Cristã, o texto mostrou um maior engajamento de Miranda Santos aos princípios católicos, dos quais lançou mão a fim de acolher e orientar as normalistas que se formavam. (SANTOS, 1937a).

O autor destacou que aquelas que propunham a ensinar precisavam se dedicar assiduamente aos estudos, com destaque para as investigações acerca do desenvolvimento humano, a seu ver conteúdo essencial para que as professoras conseguissem se posicionar com segurança junto ao processo formativo das crianças. Ainda, defendeu que apenas a Pedagogia católica seria capaz de fazer ecoar de maneira integral no ser humano, os conteúdos e os valores fundamentais para o sentido da vida temporal e espiritual. Com vistas a que suas palavras pudessem imprimir marcas nas “jovens colegas”, Miranda Santos as convidou a tomarem parte efetivamente na defesa dos ideais católicos no âmbito da educação, o que demonstra a intencionalidade de sua presença e de suas palavras.

O último artigo dessa categoria foi publicado em 1941, intitulado Instituto Católico – Encerramento dos Cursos de 1940, o texto encontra-se dividido em duas partes. (SANTOS, 1941a). A primeira foi registrada em seis páginas, sob o título Oração do professor Theobaldo Miranda Santos, o qual foi convidado para ser o paraninfo das turmas. Destinado aos alunos do Instituto Católico¹¹, instituição na qual atuava como professor, verifica-se que o discurso buscou exaltar a relevância da instituição, bem como a importância de que os ensinamentos católicos ali compartilhados, não se findassem na teoria, mas que reverberassem nas práticas profissionais e sociais de cada pessoa que os aprendera. Os princípios católicos já trabalhados nas aulas ministradas foram retomados pelo intelectual e a defesa da religião foi orientada ao fazer cotidiano dos formandos. A segunda parte, intitulada Oração do aluno Laudo de Almeida Camargo, escrita em sete páginas, embora não seja de autoria de Miranda Santos, possui valor para nossa interpretação, uma vez que se verificou que o discurso do aluno em grande medida ecoava as ideias do professor.

Ao se considerar os três discursos aqui colocados em pauta, cabe inicialmente levar em conta que foram proferidos a diferentes públicos, portanto é esperada a diferença na comunicação estabelecida pelo intelectual. Em que pese isso, fica claro num comparativo, uma trajetória de amadurecimento por parte do autor, tendo em vista seu trabalho como mediador que visava aproximar do cotidiano da audiência a cosmovisão católica, para tanto utilizando de suas vivências

¹¹ O Instituto Católico tinha cursos que abarcavam diferentes áreas do conhecimento. Propunha-se não apenas a formar professores, mas também a oferecer estudos em outros âmbitos, a fim de que seus alunos viessem a atuar em diferentes setores da sociedade civil.

peçoais. No primeiro depoimento foi concretizado um discurso persuasivo, com vistas a reunir mais católicos em torno de uma militância efetiva, nesse sentido houve um destaque às belezas da fé. No segundo discurso, para além de expor os princípios católicos, Miranda Santos convidou as recém formadas a continuarem num aprofundamento de estudos, a fim de que fossem vetores mais efetivos do catolicismo. No terceiro discurso, observou-se uma inclinação mais incisiva das estratégias discursivas do intelectual, que convocou os estudantes do Instituto Católico à uma atuação engajada socialmente, enquanto compromisso estabelecido a partir das suas trajetórias de formação. Como ponto comum entre os três discursos, verifica-se o fato de Miranda Santos ter proferido suas convocatórias de compromisso com a militância católica, a partir de proposições amparadas em bases da Filosofia Perene que sustentava o catolicismo, o que demarca a inclinação que seria distintiva de sua produção.

A segunda categoria de textos que aqui estabelecemos, ao avaliar a produção de Miranda Santos em periódicos, foi definida a partir de seu caráter de discussão teórica acerca dos princípios católicos na medida de sua articulação com a educação. Neles, o autor defendeu, de maneira geral, a necessidade da adoção dos princípios cristãos, como condição para que se efetivasse a formação integral do ser humano. O primeiro artigo dessa categoria foi publicado em 1938, intitulado *A Educação e as tendências atuais da Psicologia*, tendo sido escrito em 26 páginas. (SANTOS, 1938). Nele o intelectual analisou questões relativas aos saberes advindos do campo da Psicologia, observando seu desenvolvimento e suas aplicações. Foram assinaladas e criticadas divergências em relação à metodologia aplicada pela Psicologia, sendo suas observações balizadas pelos princípios filosóficos que defendia.

Ao longo do texto, Miranda Santos tratou de diferentes correntes psicológicas, nomeadamente, a Psicologia Behaviorista, a Psicologia Estruturalista, a Psicologia Freudiana, a Psicologia Fenomenológica, a Psicologia Caracterológica e a Psicologia Neo-Tomista. A partir disso, emitiu o posicionamento teórico de que existia uma crise na Psicologia Moderna, tendo em vista o fato de que, em sua avaliação, existia um excesso de posicionamentos acerca das questões psicológicas do ser, entretanto, nenhum contemplava o ser humano em sua totalidade. Como solução para tal crise o intelectual propôs um retorno ao realismo-aristotélico na seara das compreensões psicológicas, nesse sentido sintetizou princípios comuns

às Psicologias Modernas, apresentando a seus leitores o que entendia serem seus postulados fundamentais. Tal movimento argumentativo concorria, ao final, para a retomada da historicidade da interpretação católica acerca do ser, apresentada como tradicional e efetiva ao longo do tempo.

Outro artigo publicado por Miranda Santos foi o intitulado Pío XI e a Pedagogia Moderna, trazido a público em 1939 com sete páginas. (SANTOS, 1939). O texto buscou no discurso do pontífice alicerce científico, a fim de subsidiar as práticas do professorado. A carta encíclica *Divini Illius Magistri* (1929) foi a fonte do autor para suas argumentações, por meio das quais estabeleceu críticas ao que entendia serem retrocessos nas tendências e posições da Pedagogia Moderna, efetivos prejuízos aos processos pedagógicos. As críticas foram direcionadas a diferentes posicionamentos apresentados por tais pedagogias, com destaque para: o estabelecimento de finalidades pedagógicas ancoradas na vida temporal, desconsiderando-se a vida sobrenatural; a efetivação de uma avaliação parcial da natureza da substância do ser humano; a desconsideração da tríade Escola, Família, Igreja, como base para o desenvolvimento da íntegra das potencialidades humanas. Por fim, seguindo os argumentos de Pío XI, Miranda Santos defendeu que não fossem excluídos completamente os princípios modernos, cabendo ao professor católico aproveitar aquilo que de útil e bom existisse, a fim de impulsionar a formação dos alunos como cristãos. Observa-se que o intelectual buscava incentivar que os professores buscassem estudar e se aprofundar, a fim de estabelecer uma articulação segura – leia-se, católica – entre os princípios cristãos e as técnicas e práticas da Pedagogia Moderna.

O terceiro artigo dessa categoria intitula-se A Pedagogia e a Filosofia, e foi publicado em 1940, com 11 páginas. (SANTOS, 1940a). O texto escrito por Theobaldo Miranda Santos reafirmou seu posicionamento em defesa da Filosofia como campo de conhecimento guia para a educação, e assim central estudo para a Pedagogia. O intelectual buscou fundamentos históricos para seu posicionamento e argumentou que a educação era diretamente influenciada pela concepção de vida de cada época. Miranda Santos estabeleceu, a partir disso, uma divisão em três grandes períodos. O primeiro, o paganismo pedagógico, pautado em correntes que se filiavam a ideias pagãs de sociedade. O segundo, transcendentalismo pedagógico, pautado em correntes que se filiavam a ideais transcendentais e que aceitavam a existência de um ser sobrenatural. O terceiro, naturalismo pedagógico,

pautado em correntes nas quais se valorizavam as questões naturais para o ensino, fosse do próprio humano, ou do mundo que o cercasse.

A partir dessas três concepções o intelectual analisou a Pedagogia em diferentes tempos e espaços, buscando definir como ela dependeria de um ideal comum para se constituir socialmente, e como ela demonstrava ter uma intencionalidade em seu processo ou em sua finalidade. Miranda Santos afirmava que a concepção de ser humano e de sociedade estaria atrelada às culturas estabelecidas pelos diferentes grupamentos humanos, e que a compreensão de qual concepção tomar como princípio levaria o educador a traçar os seus caminhos pedagógicos de acordo com essa concepção de vida. A partir desse posicionamento o autor defendeu que a Pedagogia, sem lançar mão dos conhecimentos advindos da Filosofia não seria de fato uma Pedagogia, pois não teria um ideal e assim não seria capaz de atingir uma finalidade. Nesses termos, o intelectual acreditava que apenas por meio de uma ação pautada na Filosofia – não qualquer uma, mas sim a cristã – o mestre conseguiria guiar seus educandos rumo à elevação e à dignidade da vida.

Ainda em 1940 o intelectual publicou mais um artigo no periódico, intitulado O conceito de educação na Pedagogia Moderna, composto por 26 páginas. (SANTOS, 1940b). Ao delimitar seu estudo o intelectual esclareceu que, a seu ver, toda Pedagogia estaria voltada para uma finalidade, e que ela se basearia na busca por atingir tal finalidade. Nesses termos, acreditava que a natureza, ou fim, ou ideal da educação, deveriam ser objetos de estudo da Pedagogia, assim como a finalidade da existência humana era objeto da Filosofia. A fim de discutir diferentes correntes pedagógicas, Miranda Santos traçou um panorama de qual seria o fim último para cada uma delas. Iniciou criticando o naturalismo, por sua essência e preocupação estar na natureza e não no educando e em suas potencialidades. Criticou o idealismo, pois acreditava que o mesmo, ao buscar apenas a compreensão dos ideais negava a essência material da existência humana. Criticou o pragmatismo, que a seu ver, ao focar excessivamente na prática negava a natureza transcendental do ser humano. Criticou a concepção individualista, por acreditar que ela negava a parcela social que há no humano. Criticou o socialismo e o nacionalismo, por considerar que negavam a parcela individual da natureza humana. Criticou o culturalismo em razão de seu enfoque na cultura, que para o intelectual desviava o olhar de outras potencialidades existentes na natureza

humana. E, por fim, apoiou o conceito cristão de educação, como único que contemplaria a personalidade completa ao abarcar corpo, intelecto e espírito.

Interessante notar que o intelectual traçou uma definição para o personalismo cristão, sem deixar claro se era favorável ou não aos seus ideais. Segundo Miranda Santos, a corrente buscava preparar a pessoa para a sociedade e a sociedade para a pessoa, buscando como fim último a elevação da pessoa para o transcendental. Em sua conclusão, o intelectual afirmou que apenas o conceito cristão de educação não era fragmentário, e só a partir de suas bases o professor poderia conduzir o seu educando à elevação de todos os aspectos de sua essência natural.

No mesmo ano o Miranda Santos publicou mais um artigo no periódico, intitulado O problema dos fins na Pedagogia Moderna, com 13 páginas. (SANTOS, 1940c). A crítica principal do intelectual nesse artigo, em relações a diferentes pedagogias modernas, estava em mostrar como as variadas concepções trabalhavam com finalidades difusas, as quais não contemplavam a totalidade do ser humano. O intelectual acreditava, pautado nos princípios de Tomás de Aquino, que todo ser humano se inclinaria a buscar um fim último, desse modo a finalidade, enquanto conceito, foi apontada pelo intelectual como o princípio que regeria o universo. Nessa perspectiva, ainda defendeu que a educação era um ato finalista, pois para ele quem educava estava alicerçado em um ideal. Assim sendo, afirmou que as diferentes correntes pedagógicas educavam para diferentes ideais, e traçou a sua defesa em favor dos ideais da Pedagogia católica.

Apoiado nos fundamentos da Filosofia Cristã, Miranda Santos afirmou que o indivíduo era um ser físico, intelectual, moral, social, cívico, religioso e profissional. Ele defendeu, também, que o processo educativo era um meio para aprimorar o indivíduo, a fim de que ele atingisse a plenitude, esse processo deveria se preocupar, portanto, com o ser humano completo. Nesses termos, para atingir a formação integral do ser humano, as instituições educativas deveriam se pautar em três modalidades pedagógicas fundamentais: a instrução, que se preocuparia com as demandas de aquisição do conhecimento; a educação, que desenvolveria as potencialidades para aquisição de hábitos; e a cultura, que seria responsável pelo aperfeiçoamento da personalidade humana. Essas três instâncias formativas, quando articuladas, contemplariam o ser humano completo, atuando sobre todos os aspectos de sua natureza substancial, para assim desenvolver a pessoa em suas

potencialidades – para Miranda Santos, apenas a educação cristã seria habilitada a cumprir essa tarefa.

Ainda em 1940, o intelectual publicou mais um artigo na revista **A Ordem**, sob o título O problema da aprendizagem na Pedagogia Moderna, com 24 páginas. (SANTOS, 1940d). Miranda Santos defendeu que a aprendizagem estava para além de um problema pedagógico, nos termos das questões de método, organização e técnica de ensino. Para o intelectual se tratava também de um problema filosófico, em razão disso, sendo imperativa a compreensão da própria essência do conhecimento e da natureza substancial de quem aprende. A partir dessa afirmação inicial, o autor elaborou uma síntese de diferentes correntes que estudavam o processo da aprendizagem humano – a saber, a teoria da apercepção, a teoria estruturalista, a teoria funcionalista, a teoria reflexológica, a teoria hedônica, a teoria behaviorista, a teoria dinâmica, a teoria hómica, a teoria gestaltista, a teoria da assimilação – de maneira a mostrar seus posicionamentos quanto aos pontos positivos e negativos de cada concepção. Miranda Santos abordou, posteriormente, a concepção de Tomás de Aquino acerca da aprendizagem, compreendida pelo intelectual como de grande importância para resolver os problemas da aprendizagem, justamente por considerar o ser humano em sua totalidade. Como desdobramento desse posicionamento, tendo por base as concepções anteriormente citadas, avaliadas a partir do filtro dos princípios da teoria de São Tomás de Aquino, o intelectual indicou princípios gerais que poderiam servir de base para uma correta compreensão do processo de aprendizagem. Com a apresentação desses princípios, o autor entendia oferecer a seus leitores a possibilidade de atingir, em acordo com sua avaliação, um patamar elevado de cultura, embasado em princípios capazes de tornar a pessoa mais digna de sua existência.

Outro texto publicado em 1940 na revista **A Ordem**, por Theobaldo Miranda Santos, foi O problema antropológico na Pedagogia Moderna, com 28 páginas. (SANTOS, 1940e). Para o autor reconhecer a natureza substancial do ser humano era um problema fundamental para processo educativo. O intelectual acreditava que, a depender do modo como as pessoas viam tal natureza, traçariam os caminhos para atingir as finalidades educativas, do mesmo modo que definiriam as próprias finalidades. A partir dessa perspectiva esclareceu no texto que diferentes correntes pedagógicas surgidas ao longo história estiveram ligadas a diferentes concepções de ser humano.

Miranda Santos acreditava que em um primeiro momento, para reconhecer a natureza substancial do humano, seria necessário perceber a sua diferença frente aos demais animais. Para ele o ser humano se distinguia por sua linguagem, sua técnica de domínio da natureza, pela ciência que possibilitaria desvendar os segredos da natureza, pela religião e pelo progresso, por meio do qual seria possível educar as novas gerações com vistas à elevação da espécie. Outro ponto relevante para o autor seria reconhecer como a própria natureza humana era percebida, ao contrário dos otimistas que acreditavam no humano como apenas bom, e dos pessimistas que acreditavam no humano apenas como um ser mau, Miranda Santos argumentou em favor de uma concepção realista dessa natureza. Tendo por base os princípios cristãos, o intelectual defendeu que o ser humano não era exclusivamente uma coisa ou outra, mas que possuiria dentro de si tendências boas e más, que precisavam ser educadas.

Em seu esforço no sentido de estabelecer a distinção da natureza humana, Miranda Santos apontou também para a necessidade de se estabelecer uma diferenciação conceitual clara entre a criança e o adulto. Para o intelectual a criança trazia em si o germe de todas as características do adulto, que precisavam ser aperfeiçoadas. Entretanto, defendia que a criança deveria ter algumas de suas características preservadas para a vida adulta, a fim de que, sob certos aspectos, mantivesse uma conexão genuína com Deus. Também seria necessário, segundo o autor, compreender o desenvolvimento mental do ser humano, nessa perspectiva, não defendeu a soberania dos fatores internos, tampouco dos fatores externos, mas sim a interação entre tais fatores, por meio de uma convergência que compreendesse toda a personalidade humana. Assim, para além de proporcionar o amadurecimento das características intrínsecas de cada educando, os processos educativos teriam a potencialidade de desenvolver com qualidade a personalidade humana, tomando-se a religião como parte integrante desse processo formativo. Nesse artigo, percebe-se que o intelectual passou a aderir a algumas ideias do personalismo cristão, abordando os conceitos de pessoa e de indivíduo, conforme defendidos pela corrente.

Em 1941, Miranda Santos escreveu para a revista o artigo intitulado O problema da disciplina na Pedagogia Moderna, com 13 páginas. (SANTOS, 1941b). Nele, tratou da disciplina enquanto habilidade a ser desenvolvida em um processo integral, abrangendo capacidades físicas, mentais, de memória e de inteligência.

Partindo do princípio de que todas as pessoas eram livres, o intelectual acreditava, que o educador, para respeitar os direitos dos alunos, deveria somar à sua estratégia de ensino uma postura de autoridade sem, contudo, ignorar em seu método a necessidade de respeito aos alunos. Miranda Santos entendia que a subordinação do aluno, não deveria implicar na anulação de sua personalidade, e sim deveria se pautar na busca do aperfeiçoamento da mesma, buscando atingir sua plenitude.

Recorrendo aos escritos de Pio XI, nomeadamente à encíclica *Divini Illius Magistri* (1929), o intelectual afirmou que apenas com amor o professor encontraria o equilíbrio entre o fator autoridade e o fator liberdade, de modo a abarcar o processo de ensino. Para tanto, o professor precisaria conhecer seu aluno, ao ponto de reconhecer suas necessidades, para atingir seus objetivos pedagógicos. Com vistas a oferecer avanços nesse entendimento, Mirando Santos recorreu à Psicologia, a partir da mediação dos princípios cristãos de Tomás de Aquino, afirmando aos seus leitores ser possível estabelecer uma relação intencional, a qual reunisse consideração à autoridade e autodisciplina, sem deixar de contemplar a liberdade do estudante. Recorrer à encíclica de Pio XI era um procedimento recorrente entre os intelectuais católicos no período, tratava-se de referência primordial para esse grupo, contribuindo para que ancorassem sua escrita na tradição católica e, como segundo passo, dispusessem-se ao diálogo com as teorias modernas.

Em 1942 Theobaldo Miranda Santos publicou em **A Ordem** o artigo intitulado: Será a Pedagogia uma ciência?, o qual ocupou seis páginas do periódico. (SANTOS, 1942). No texto defendeu que as ciências de seu tempo, estavam em geral presas a ideias matemáticas e biológicas da existência do ser, sem considerar a multiplicidade das facetas do universo. Nesse sentido, estabeleceu uma crítica aos pensamentos, que enraizados em princípios práticos, desconsiderariam a totalidade do universo e da realidade sensível que poderia ser percebida, por meio de ações e de reações em todo o plano. Ao analisar especificamente a Pedagogia, o intelectual esclareceu que a visão dos estudiosos da época, quanto à natureza científica da Pedagogia, era diversificada. Ao partir para a defesa da perspectiva católica, Miranda Santos escreveu que para solucionar ambas as questões – a saber, das disciplinas que não consideravam a totalidade do universo; e da Pedagogia enquanto ciência da educação – era necessário que as ciências se subordinassem à

Filosofia, a fim de buscar por meio dela – “democraticamente” – a resposta para seus problemas específicos. As diferentes áreas do conhecimento permaneceriam com suas ideias substanciais diversificadas, entretanto, sem gozar de uma autonomia absoluta, pois em seu entendimento não poderiam abandonar seu elo natural com a Filosofia.

Conforme Miranda Santos, a Filosofia serviria como um norte, ao mesmo tempo em que possibilitaria uma visão global dos problemas da ciência. Assim, a Pedagogia, entendida por ele como um dos ramos científicos, estaria voltada para a formação do ser humano, e poderia trazer auxílio à especulação filosófica, no sentido de atender à integralidade do ser humano. Os princípios filosóficos de Aristóteles e de Tomás de Aquino foram, de modo amplo, defendidos pelos católicos como o norte para as ações intencionais humanas, na medida em que não se distanciassem da fé. De tal modo verifica-se que a defesa de perspectiva empreendida por Theobaldo Miranda Santos estava atrelada ao discurso do grupo católico da época, efetivamente, tratava-se de uma mediação cultural capaz de facilitar o acesso a tais conteúdos, a fim de que seus leitores pudessem se apropriar de conceitos por vezes de explicação original bastante complexa e também de difícil acesso.

Por fim o último artigo, por nós analisado, recebeu o título John Dewey e a Educação, tendo sido publicado na revista em 1944, com a extensão de nove páginas. (SANTOS, 1944). Tratou-se de uma crítica ao que Miranda Santos chamou de instrumentalismo deweyniano. Ao longo do artigo ficou evidente que o autor aceitava, em certo nível, dentro dos parâmetros cristãos, alguns dos princípios pragmatistas, consubstanciados em propostas como as de William James, William Kilpatrick e Harold Rugg. Verifica-se uma tentativa por parte de Miranda Santos, inclusive, no sentido de estabelecer correlações e, mesmo, de demonstrar como certos aspectos dessas ideias pragmatistas poderiam ser articuladas instrumentalmente a princípios da Pedagogia católica.

Entretanto, ao tratar de John Dewey, Miranda Santos deixou claro seu entendimento no sentido de que o intelectual estadunidense, ao reunir em suas concepções, o pragmatismo, o experimentalismo e o socialismo, pecava ao negar o conceito de uma verdade universal. De acordo com Theobaldo Miranda Santos, John Dewey não considerava a integralidade da natureza humana, em razão de não reconhecer que a mesma possuísse um aspecto transcendental. Assim, em que

pese valorizasse o esforço despendido por Dewey em suas obras, desacreditava-as por não apresentarem uma finalidade válida – a partir do balizamento cristão – para o aperfeiçoamento humano em sua integralidade. A crítica severa à teoria de John Dewey não foi consensual entre os intelectuais católicos da época. São modelares nesse sentido as obras do primeiro presidente da CCBE, a saber, Everardo Backheuser¹², nas quais é possível verificar um claro empenho no sentido de estabelecer conciliações entre a Pedagogia católica e certas propostas deweynianas.

A análise dos textos de Theobaldo Miranda Santos, em ambos os periódicos, permite observar que sua adesão aos princípios cristãos nunca deixou de ser expressa em primeiro plano. É comum aos textos também a busca por enunciar a superioridade das perspectivas católicas em diferentes campos, em detrimento de outras correntes pedagógicas, psicológicas, filosóficas, entre outras. Para subsidiar seus leitores o autor apresentou em seus artigos justificativas “científicas”, historicamente amparadas em obras de eminentes pensadores e de lideranças intelectuais, dentre os quais destacam-se os nomes de Aristóteles, de Tomás de Aquino, de Jacques Maritain, de dom Sebastião Leme, do papa Pio XI e de Alceu Amoroso Lima. Essa estratégia se mostrou efetiva não apenas nos escritos de Miranda Santos, mas para o grupo de intelectuais católicos como um todo, que assim conseguiam alicerçar suas assertivas e promover a percepção de que compunham um bloco sólido e bem articulado. A partir dessa base, ofereciam a seus leitores subsídios que os levassem a construir uma percepção cotidiana de suas ações, pautada nos princípios basilares da cosmovisão católica. No item a seguir, busca-se a construção de uma síntese das principais ideais expressas ao longo das publicações de Miranda Santos em periódicos católicos, a fim de avaliar o sentido de sua produção no quadro de sua trajetória particular, bem como no quadro geral da produção do grupo católico.

¹² Acerca dessa questão, ver: PRACHUM, Bianca Neves. **Educação e catolicismo**: a construção de um modelo de professor e as apropriações católicas da Escola Nova a partir de Everardo Backheuser (1928-1946). 2019. 207 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2019.

2.3 Catolicismo e educação nos artigos de Miranda Santos: os problemas pedagógicos e seus encaminhamentos a partir dos princípios cristãos

As discussões acerca do campo educacional encontraram expressão no Brasil por meio de jornais, de revistas, de livros, de discursos redigidos, dentre outras possibilidades de produção escrita. As décadas de 1920, de 1930 e de 1940 foram modelares nesse sentido, a considerar o vulto que a temática assumiu em espaços nos quais se efetivava o debate público. A defesa de perspectivas tradicionais, a proposição de formas novas de se organizar e conduzir o ensino e organizar a educação, a apresentação de reformas capazes de gerar conciliação, foram estratégias discursivas adotadas por intelectuais do campo educacional, que cumpriam diferentes papéis no processo de ressignificação da educação no quadro da modernização do país.

Com vistas a se tornarem dominantes no campo educacional, escolanovistas e católicos empreenderam disputas em variadas instâncias, e a imprensa periódica se notabilizou por ser um dos mais importantes meios de ação nesse embate entre grupos. A busca pelo controle dos discursos e das práticas vigentes entre o professorado, a partir de diferentes cosmovisões, era algo que se evidenciava, entretanto, tal circunstância também impulsionou um movimento de renovação da pedagogia católica. A apropriação de teorias pedagógicas modernas, sem que se perdessem de vista os fins últimos da tradicional pedagogia ligada à Igreja, foi um efeito marcante e renovador da perspectiva católica no campo. O laicato contava com intelectuais dedicados ao diálogo com as novas produções em educação, a fim de que de maneira cautelosa fosse possível transitar em âmbitos novos que se conformavam, sob a forma de uma reestruturação de saberes e de seus usos no campo educacional. (MAGALDI, 2008).

De tal modo: “O embate doutrinário no campo pedagógico foi estrategicamente fundamental para esses grupos na luta pelo controle do aparelho escolar [...]”. (CARVALHO, 1998, p. 70). Os ideais da Escola Nova eram fortemente impactados pela obra de Dewey, e fortalecidos no Brasil pelo discurso de Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e outros signatários do **Manifesto dos Pioneiros**. Já os discursos dos intelectuais e educadores católicos pautavam-se na **Carta Encíclica *Divini Illius Magistri***, exarada pelo Papa Pio XI em 1929, a qual estabelecia princípios e apresentava rumos a serem observados para uma educação

católica da juventude. (PIO XI, 1929). O conteúdo da encíclica foi amplamente reproduzido na imprensa católica, e difundido por seus intelectuais. Nesse quadro, o impresso foi um “[...] importante meio de comunicação e disseminação de ideias e prescrições e funcionou como ferramenta indispensável para formar e reformar professores. (NARCISO, 2008, p. 107).

Entre os católicos existiam duas inclinações, uma tradicional, que primava pela manutenção da ordem preexistente, e outra reformista, que defendia uma educação que respeitasse a doutrina católica, mas que fosse capaz de se renovar incorporando os avanços das ciências modernas. (CUNHA, 1981). Theobaldo Miranda Santos fazia parte desse segundo grupo, como se pôde perceber no item anterior (2.2) da presente dissertação. Vale aqui destacar um trecho da escrita do intelectual em defesa dos argumentos de Pio XI, expressos na *Divini Illius Magistri*:

[...] todas as contribuições valiosas da pedagogia moderna poderão ser utilizadas pelo mestre cristão desde que sejam subordinados ao fim supremo da educação que é “cooperar com a graça divina na formação do verdadeiro e perfeito cristão”. (SANTOS, 1939, p. 303).

Miranda Santos entendia que poderiam de tais ideias derivar avanços importantes para a educação católica, desde que os novos conhecimentos fossem assimilados por meio do crivo das finalidades do ensino cristão:

Esse fim espiritual da educação cristã, não sacrifica as virtualidades naturais do homem, não implica a sua renúncia à vida terrena e social, nem é contrário a prosperidade temporal e ao progresso da inteligência e da cultura, – como supõem e proclamam certos educadores acristãos. [...] a educação cristã não despreza, de modo nenhum os fins temporais da vida terrena, nem é contrária ao florescimento intelectual e cultural do indivíduo e da sociedade. (SANTOS, 1939, p. 303-304).

A considerar o estilo e o conteúdo expressos pelo autor, a análise de seus artigos em sentido amplo, auxilia-nos na compreensão da conformação do seu pensamento enquanto intelectual católico, bem como o impacto de seus textos entre os pares do campo educacional, haja visto seu empenho na defesa dos princípios defendidos pela Igreja, como fundamento para o enfrentamento dos problemas do campo educacional.

Em 1935, data em que tornou pública sua conversão, Miranda Santos, já havia em muito estudado e amadurecido seu pensamento para seguir os ideais católicos. Alceu Amoroso Lima havia sido um referencial importante para ele,

inclusive, nos termos da responsabilidade por sua conversão. Nas palavras de Miranda Santos: “O seu aparecimento constitui um acontecimento notável e sem precedentes na história das nossas letras e veio servir de roteiro a novas gerações intelectuais ansiosas de plenitude e totalidade”. (SANTOS, 1935a, p. 81).

Antes da escrita de artigos, o intelectual, como foi discutido no tópico 1.3 deste trabalho, já traçava caminhos em busca de uma educação de qualidade para as novas gerações, fazendo-se atuante em centros formativos de sua cidade, trabalhando em diferentes cargos. Após sua conversão, a sua postura não fugiu ao campo em que ele já tomava parte, Theobaldo Miranda Santos, escolheu fazer da educação, sua área de atuação intelectual. Não obstante, ele considera, assim como outros intelectuais de seu tempo, ser a partir dela que a sociedade conseguiria ultrapassar as mazelas que se verificavam. Nesse sentido, escreveu:

[...] somente nos tempos atuais com a inquietação social, com o desequilíbrio econômico e com a agitação política que o mundo contemporâneo atravessa, o olhar angustiado do homem moderno, homem mutilado e infeliz, se voltou cheio de esperança para a educação das novas gerações como a única tabua de salvação para uma civilização em lenta agonia sobre o peso tremendo de erros milenares. (SANTOS, 1937b, p. 270).

A busca resoluta de conhecimento acerca dos problemas da educação e da pedagogia de sua época, foi premissa em muitos artigos de Miranda Santos. O intelectual se mostrava preocupado com problemas basilares que se impunham na realidade brasileira, e atribuía à educação a capacidade para resolvê-los. Um dos primeiros problemas que o intelectual debateu, já no começo de sua produção, no ano de 1935, foi o do analfabetismo em adultos. Tal questão motivava debate entre intelectuais das mais diferentes vertentes das ciências e da filosofia, e para o intelectual aqui estudado não foi diferente:

[...] adultos analfabetos, semianalfabetos ou dotados apenas de educação elementar, não possuem o coeficiente cultural e social necessário para a sua perfeita integração na sociedade, não como um elemento passivo, inerte e incapaz de aperfeiçoamento e de progresso, mas com uma força social viva e atuante, consciente do seu papel e do seu destino, com a visão clara e segura da realidade que o envolve. (SANTOS, 1935b, p. 258).

Ao atribuir em grande parte ao analfabetismo os padecimentos que se impunham à realidade dos países ainda em desenvolvimento social, Miranda Santos

acreditava na educação de diferentes faixas etárias, respeitando as individualidades específicas de cada uma delas, como meio para atingir uma realidade mais próspera para o país:

A educação dos adultos constitui, assim, um dos problemas fundamentais da vida social, econômica e política dos países novos. É que o número considerável de adultos analfabetos, ignorantes e incapazes, existe nas nacionalidades jovens, constitui um peso morto, uma massa amorfa e inerte que esclerosa o organismo social, perturbando profundamente a estrutura econômica e política desses países. (SANTOS, 1935b, p. 259).

Fica claro que a preocupação do intelectual, estava em fomentar a educação não apenas em quantidade, mas também em qualidade. O desenvolvimento integral do ser humano era uma preocupação central de seu ponto de vista, a partir do pressuposto católico de que, na vida terrena, a pessoa precisaria desenvolver suas capacidades corporais, intelectuais e morais/religiosas, a fim de se aproximar de Deus:

A observação do ritmo do universo, da dinâmica e da atividade do espírito nos conduz à convicção iniludível de que todos os seres são regidos pelo princípio da finalidade. Aristóteles e Santo Tomás definiram luminosamente esse princípio dizendo que todo agente age em vista de um fim – *“omne agens agit propter finem”*. Esta fórmula exprime que tudo o que se faz, de modo não acidental, faz-se em vista de um fim, como efeito da natureza ou da vontade. (SANTOS, 1940c, p. 53).

Compreendendo a finitude da vida terrena, nos termos defendidos pelos católicos, Miranda Santos defendeu que tal realidade não podia ser desconsiderada pela educação. Nessa perspectiva outro problema foi caracterizado pelo autor ao tratar da pedagogia moderna, qual seja, o da definição da finalidade dos processos educativos. Como apontado pelo intelectual, a finalidade das ações humanas, diferente das ações dos animais, não teriam apenas um fim para a natureza:

A finalidade é o princípio que rege todo o universo. Todos os seres agem em função de fins para os quais tendem naturalmente. A vida possui, quer nos seus elementos parciais, quer na sua totalidade, um “sentido” que a obra educativa não pode desprezar. Pois o homem também possui fins a serem realizados. Mas os fins do homem não se confundem inteiramente com os da natureza. Se, como ser biológico, o homem possui fins idênticos aos outros animais, como ser espiritual, que também é, possui finalidades que transcendem a natureza. E enquanto os animais são necessitados por seus fins, o homem, como ser racional e livre, pode escolher os seus fins. (SANTOS, 1940c, p. 56).

Encontrar a finalidade da educação seria tarefa árdua, mas não poderia ser desconsiderada pelo responsável pelo processo de educar, sendo assim Theobaldo Miranda Santos acreditava na necessidade de ter claros, desde o princípio da ação educativa, as finalidades para esse processo, contudo com o desenvolvimento da pedagogia moderna, ele entendia que a multiplicidade de concepções desta finalidade, era um problema que precisava ser resolvido. Para além de finalidades do ensino, a educação precisaria também considerar o desenvolvimento biológico, físico e psicológico do educando, o que faz da definição do processo de aprendizagem mais um problema encontrado pelo intelectual:

Um dos grandes problemas da pedagogia moderna, resultante da necessidade de adaptar os processos de ensino aos caracteres biológicos e psicológicos da infância, é conhecimento do mecanismo complexo e sutil da aprendizagem. (SANTOS, 1940d, p. 243).

A definição do processo de aprendizagem se fez um problema, e com o apogeu da pedagogia moderna, também múltiplas foram as correntes que buscaram defini-lo. Os conceitos empregados para definir a natureza substancial do ser humano, que vão impactar diretamente o processo de ensino e aprendizagem, são para Miranda Santos, um desafio que deve ser respondido para uma educação de qualidade – nos termos do que chamou de uma antropologia filosófica.

A antropologia filosófica, isto é, o estudo da natureza substancial do homem, constitui um dos problemas fundamentais da pedagogia, pois toda ação educativa sistemática e intencional, visando finalidades claras e definidas, deve basear-se numa concepção racional da natureza humana. E, de fato, como educar o homem, como prover a formação da personalidade, como movimentar o seu desenvolvimento na direção de determinados valores e ideais, sem conhecer a sua natureza essencial, a estrutura íntima da sua personalidade e o sentido profundo do seu desenvolvimento? (SANTOS, 1940e, p. 508).

Para o intelectual, as compreensões antropológicas impactariam diretamente no processo educativo, que por consequência interfeririam nas finalidades da educação e nos processos de ensino e aprendizagem:

A interpretação do processo educativo será inteiramente diversa conforme se considerar o homem idêntico ou não ao animal, como um ser livre ou subordinado ao determinismo da natureza, como um ser material ou espiritual, como um ser cujo desenvolvimento resulta da ação de fatores inatos ou de fatores adquiridos. Da concepção que se erigir sobre os caracteres substanciais do homem dependerão, portanto, a formulação das

finalidades da educação, a escolha dos meios pedagógicos e o julgamento das possibilidades da ação educativa. (SANTOS, 1940e, p. 508).

Do modo análogo, as possibilidades de ação educativa seriam ainda influenciadas pela compreensão que o educador desenvolvesse acerca da ideia de disciplina, sendo esse mais um problema que Theobaldo Miranda Santos vinculou aos princípios da pedagogia moderna:

A disciplina constitui, indubitavelmente, um dos problemas fundamentais da ciência e da arte da educação. Não significa essa afirmativa a intenção de emprestar ao conceito de disciplina a amplitude que lhe confere a etimologia (*discere*, aprender, *pullus*, criança) segundo a qual ela abrangeria, não só o ato de aprender, como a maneira de ensinar e a própria maneira de ensino. Mas, se não admitimos que a disciplina envolva todo o âmbito da educação, não podemos deixar de reconhecer que ela constitui, realmente, o fator básico e precípua de toda a ação educativa, uma vez que representa o conjunto das normas e influências por meio das quais podemos dirigir os espíritos e formar os caracteres. (SANTOS, 1941b, p. 441).

Como caminho para a resolução dos problemas educativos e pedagógicos por ele identificados e expressos em seus artigos, Miranda Santos apontou para a reunião de três fundamentos: a educação humanista, a cultura religiosa e a formação filosófica. A educação humanista, em acordo com a apropriação por ele realizada da teoria do padre inglês John Henry Newman, poderia vir a abarcar a integralidade das ações educativas, a fim de desenvolver o ser humano na totalidade de suas possibilidades:

A educação humanista é a formação integral do homem, visando o desenvolvimento de todas as suas faculdades e, sobretudo, o aperfeiçoamento de sua inteligência fora das limitações do tempo e do espaço e no sentido da elevação da personalidade. (SANTOS, 1941b, p. 156).

Argumentando em favor de suas proposições, Miranda Santos também afirmou que a cultura religiosa deveria ser utilizada como fundamento educacional, com vistas a atingir o equilíbrio coletivo e individual entre as pessoas:

A cultura religiosa é a preparação moral e espiritual do homem pelo conhecimento e pela vida da doutrina cristã, é a ascensão do homem acima de si mesmo pelo amor do Bem, do Próximo e de Deus. É pela cultura religiosa que o homem consegue vencer a sua vaidade, o seu egoísmo, a sua indiferença e dar a existência um sentido superior. É, portanto, a cultura religiosa o fator primacial do equilíbrio das sociedades, da felicidade dos povos e da grandeza das civilizações. (SANTOS, 1941b, p. 156).

E, por fim, Miranda Santos apontou a formação filosófica como elemento que auxiliaria na composição de uma pessoa capaz de pensar e agir prudentemente, respeitando a coletividade e a individualidade de modo a desenvolver não apenas seu corpo, mas também seu espírito:

A formação filosófica é o fortalecimento da fé pela razão, é o desenvolvimento da capacidade de crítica metódica e refletida, é a cultura do bom senso e da prudência no pensar e no agir, é em suma a formação daquele habitus do espírito. (SANTOS, 1941b, p. 156).

Como proposta capaz de reunir os três fundamentos/princípios por ele elencados, a fim de atingir a formação integral do indivíduo, Miranda Santos exaltou a pedagogia cristã. Em sua avaliação ela seria dotada de um caráter universal, e por isso entendia ser a mesma o caminho para que o ensino se desenvolvesse em toda sua potencialidade:

Como expressão mais perfeita e pura do humanismo, vamos encontrar a pedagogia cristã, pedagogia “*perennis*” completa e harmoniosa porque se baseia numa filosofia integral da vida e do universo e numa concepção racional da natureza humana. (SANTOS, 1937a, p. 449).

Para Miranda Santos, e de modo geral para os intelectuais católicos da época, apenas a pedagogia cristã seria capaz de possibilitar um ensino que se preocupasse com o ser humano completo:

O caráter de integralidade da pedagogia cristã resulta ainda do fato de ser a sua finalidade, não somente a formação do homem físico, como quer o naturalismo pedagógico, o homem cívico, como quer o liberalismo pedagógico, o homem social, como quer o socialismo pedagógico, o homem prático, como quer o pragmatismo pedagógico, o homem econômico, como quer o marxismo pedagógico, mas sim a formação do homem total, do homem completo, do homem cristão, na plena expansão de suas capacidades físicas, intelectuais e morais. (SANTOS, 1937b, p. 282).

A defesa ferrenha dessa pedagogia pelos intelectuais católicos pautava-se também na ideia de que ela elevaria o ser humano em sabedoria, e assim o aproximaria de Deus, o que frente à finitude da vida terrena seria questão essencial relativa à existência humana:

Para a Pedagogia Cristã, o plano mais elevado do processo educativo é a sabedoria onde o homem se eleva acima da ciência, da arte e da técnica para se unir com Deus pelo amor, pelo respeito e pela humildade. Abaixo da sabedoria, escopo supremo da educação, se dispõe em degraus sucessivos e decrescentes na escada do processo educativo o conhecimento científico, a ação prática e a habilidade técnica. Pois de nada valem a ciência, a arte e a técnica sem a sabedoria que as integra e sublima, assim como é inútil toda e qualquer instrução, educação ou cultura sem a religião que é a base e a cúpula, ao mesmo tempo, do edifício pedagógico. (SANTOS, 1937b p. 283).

A pedagogia cristã demandaria uma formação pautada em princípios filosóficos, desse modo, conforme expresso nos artigos de Miranda Santos, a Pedagogia seria entre as ciências aquela que mais frutos precisa colher do âmbito da Filosofia:

Visando o estudo de todos os fatos relacionados com a formação e o aperfeiçoamento do homem, a pedagogia possui com a filosofia relações íntimas e orgânicas. E a sua dependência da reflexão filosófica é muito mais ampla e profunda do que das outras ciências particulares. (SANTOS, 1942, p. 140).

A se considerar isso, a pedagogia estaria diretamente ligada à filosofia, sem, contudo, perder sua autonomia:

Essa dependência estreita da filosofia não sacrifica, porém a autonomia da pedagogia, não lhe tira o caráter de ciência individualizada, com objeto próprio e específico. É, portanto, perfeitamente legítima a substantividade da ciência da educação defendida por grande número de pedagogos modernos [...] desde que a substantividade não represente uma autonomia absoluta. (SANTOS, 1942, p. 140).

Dessa forma, apesar da ligação intrínseca entre ambas as ciências, a pedagogia, segundo Miranda Santos, seria possuidora de uma natureza própria, que não poderia ser colocada em dúvida:

[...] pois ela tem um objeto formal e próprio que é a educação do homem. Assim sendo todos os problemas relacionados com a educação pertencem à sua órbita. Esses problemas são múltiplos e variados: os fins, os meios, os valores, os objetos, os agentes da educação. Tudo isso faz parte do âmbito da pedagogia. (SANTOS, 1942, p. 139).

Ao mesmo tempo, a Pedagogia poderia ser examinada a partir da ótica de áreas distintas do conhecimento:

[...] a pedagogia é, ao mesmo tempo, uma ciência, uma filosofia e uma arte. Ciência, quando estuda os métodos da educação; filosofia, quando pesquisa os fins da educação; arte, quando aplica, com segurança e precisão, os métodos para atingir os fins colimados. No primeiro caso, temos a pedagogia científica; no segundo caso, temos a pedagogia filosófica ou racional; no terceiro caso temos a pedagogia estética, ou a arte de educar. (SANTOS, 1937, p. 278).

Em que pese isso, em acordo com Miranda Santos, a dependência da Pedagogia em relação à Filosofia não poderia ser negada, uma vez que:

Existe uma conexão íntima e orgânica entre todas as manifestações do espírito e da cultura. E a análise das relações que ligam entre si os domínios do pensamento humano faz ressaltar, com clareza meridiana, que todas as doutrinas científicas, artísticas ou literárias são sempre reflexo, diretos ou indiretos, de pontos de vista filosóficos. O homem projeta sobre todas as criações da sua inteligência a ideia que faz de si próprio e dos outros homens, da vida e do universo. [...]. Realmente, a todo momento, sem que perceba, o homem está filosofando, mesmo quando esta negando a filosofia. Eis porque em toda base de teoria social, política, econômica ou pedagógica, existe sempre, explícita ou implicitamente, uma concepção de vida. (SANTOS, 1940a, p. 44).

Para o autor, a filosofia ao superar as técnicas experimentais e contemplar outros campos, para além daqueles tratados pela ciência, seria: “[...] um élan para o absoluto, uma ascensão para o transcendental e, sobretudo, uma concepção total da realidade [...]”. (SANTOS, 1935a, p. 82). A Filosofia, portanto, apresenta-se como temática vividamente discutida por Miranda Santos, pois para ele:

[...] todas as ciências devem ser dirigidas, “democraticamente”, pela filosofia, a pedagogia é, entre todas, a que mais necessita de auxílio da especulação filosófica, uma vez que nada poderá realizar sem o apoio seguro de uma concepção integral do homem, da vida e do universo. (SANTOS, 1942, p. 140).

Sob esta perspectiva o autor observa que: “É principalmente sobre o terreno da educação que a influência dominadora da filosofia se faz sentir de maneira viva e intensa”. (SANTOS, 1940a, p. 44). Pois a linha direta e tênue que liga, ambas, demonstraria que: “Toda teoria pedagógica é fruto de uma concepção de vida” (SANTOS, 1940a, p. 44), e assim sendo, precisaria de uma filosofia para se embasar e para reconhecer seus ideais e finalidades. De tal modo o intelectual defendia que a Pedagogia sempre estaria intrinsecamente ligada a Filosofia para que, efetivamente, fosse capaz de conseguir resolver problemas:

Em suma, pedagogia sem filosofia não é pedagogia. É um erro pretender transformar num problema de método ou de técnica, o que é essencialmente um problema de fins ou de ideal. E o valor de uma pedagogia não se afere pelo rigor e precisão dos seus meios científicos, mas pela elevação e dignidade da sua concepção de vida. (SANTOS, 1940a, p. 54).

A fim de recuperar as questões que iniciamos apontando, como síntese dos problemas educacionais debatidos por Miranda Santos, é importante retomar que para o autor, aqueles que decidissem se dedicar à árdua, porém gratificante tarefa de educar o ser humano completo, precisariam se pautar nos princípios da educação humanista, da cultura religiosa e da formação filosófica, reunidas como fundamentos Pedagogia Cristã, sob a égide da Filosofia Humanista Cristã. Em sua complexa definição, pautada em princípios fundamentais do conhecimento, Miranda Santos não deixava seus leitores com respostas abstratas, mas buscava ser resolutivo frente aos problemas que se impunham em seu tempo.

Quanto ao **primeiro problema** por ele delimitado, a saber, o **analfabetismo de adultos**, a resolução se daria, em acordo com o intelectual, de modo simples: a educação de adultos. Compreendendo que as habilidades de adultos e crianças eram distintas, Theobaldo Miranda Santos esclarecia em seus textos que a educação também deveria ser distinta, sendo assim para de fato integrar os adultos ao processo formativo, seriam demandadas quatro modalidades de instituições:

1) Escolas elementares, destinadas aos que não receberam educação primária; 2) Escolas de continuação, para os que, tendo recebido educação primária, necessitam “continua-la” num grau mais elevado, de vez que o ensino primário não fornece ao indivíduo a preparação cultural e técnica imprescindível para novas necessidades criadas pela moderna vida social; 3) Escola de aperfeiçoamento, onde os adultos recebem uma preparação técnica no sentido de uma especialização profissional; 4) Curso de extensão, destinados a completar a cultura geral de adultos e cuja a realização se efetua por todos os fatores educacionais (palavra falada, escrita ou irradiada, imagem desenhada ou cinematografada). (SANTOS, 1935b, p. 262).

Os frutos desse processo educativo poderiam, segundo o autor, mais rapidamente ser colhidos, já que os adultos estavam inseridos no mercado de trabalho, já tomavam decisões políticas e também participavam da educação das novas gerações. A formação de adultos era vista pelo intelectual como primordial para o desenvolvimento da nação, de tal modo quanto as instituições supracitadas essas seriam:

[...] as organizações de que os países adiantados se utilizam para resolver o magno problema da educação de adultos, problema esse cuja solução é a mais sólida garantia para a estabilidade, a grandeza e o progresso da cultura e da civilização de um povo. (SANTOS, 1935b, p. 265).

Em acordo com Miranda Santos, se o objetivo dos governantes e dos educadores era modernizar o Brasil, elevando-o ao nível de desenvolvimento dos países mais ricos, a educação conforme o modelo por ele descrito, seria o caminho mais acertado.

O **segundo problema**, delimitado pelo intelectual, foi a **definição das finalidades da educação**, face o avanço da pedagogia moderna. Segundo Miranda Santos, uma multiplicidade de correntes, filosóficas, sociológicas e pedagógicas surgiu no horizonte da modernidade. Essa multiplicidade, contudo, nem sempre considerava a finitude da vida, ou se a consideravam não visavam desenvolver o indivíduo para que ele buscasse aperfeiçoar-se da melhor maneira possível, com base nesse balizamento. A partir da avaliação desse quadro, apontou como solução para o problema, os simultâneos: respeito para com a finitude humana no mundo temporal, e trabalho em favor da elevação do espírito humano:

Baseada nas finalidades que regem a vida humana existe uma hierarquia de valores que subordina a matéria ao espírito, o relativo ao absoluto, o efêmero ao eterno. O papel da educação deve constituir justamente em preparar o homem para que ele, por sua determinação livre e pessoal, oriente a sua conduta no sentido dos valores e dos ideais que elevam e dignificam a vida. (SANTOS, 1940c, p. 56).

Nessa perspectiva a educação era para o autor, em última instância, um caminho para o aprimoramento humano integral, por meio do qual buscaria a virtude da bondade e, por conseguinte, a proximidade com Deus

Assim sendo, para que a perfeição possa ser fim e norma da educação deve ser previamente conhecida. A finalidade deve, portanto, preexistir na intenção do agente, deve fazer parte das suas ideias. E daí a noção de ideal educativo, considerada como perfeição a ser conseguida pelo educando. (SANTOS, 1940 c, p. 57).

Observa-se então, nesses termos, que a perfeição segundo o autor deveria ser buscada enquanto finalidade do processo formativo, a fim de que a pessoa pudesse se orientar no sentido de atingir sua plenitude.

Isso não significa que a educação vise alterar o fluxo natural da vida ou mutilar o desenvolvimento espontâneo do educando. O educador, ao contrário, deve aproveitar-se das virtualidades naturais do educando para orientá-lo para os fins superiores da vida. (SANTOS, 1940c, p. 57).

De tal modo, visando uma finalidade, seria na filosofia que a educação encontraria uma solução para essa questão: “A finalidade da educação é, por conseguinte, um problema de valor cuja solução só nos pode ser fornecido pela filosofia ou pela religião, pois depende da concepção que se tenha de homem e da vida”. (SANTOS, 1940c, p. 60). A educação era entendida por Miranda Santos como um processo vital, por meio do qual o educando, notadamente um ser complexo, dotado de naturezas diversas, as quais estariam intimamente e organicamente interligadas, buscava o desenvolvimento de suas múltiplas habilidades:

O homem é um ser físico, porque possui um corpo regido pelas leis da natureza; é um ser intelectual, porque possui uma inteligência racional que o distingue dos outros animais; é um ser moral, porque dotado de razão e liberdade, possui direitos e deveres impostergáveis.

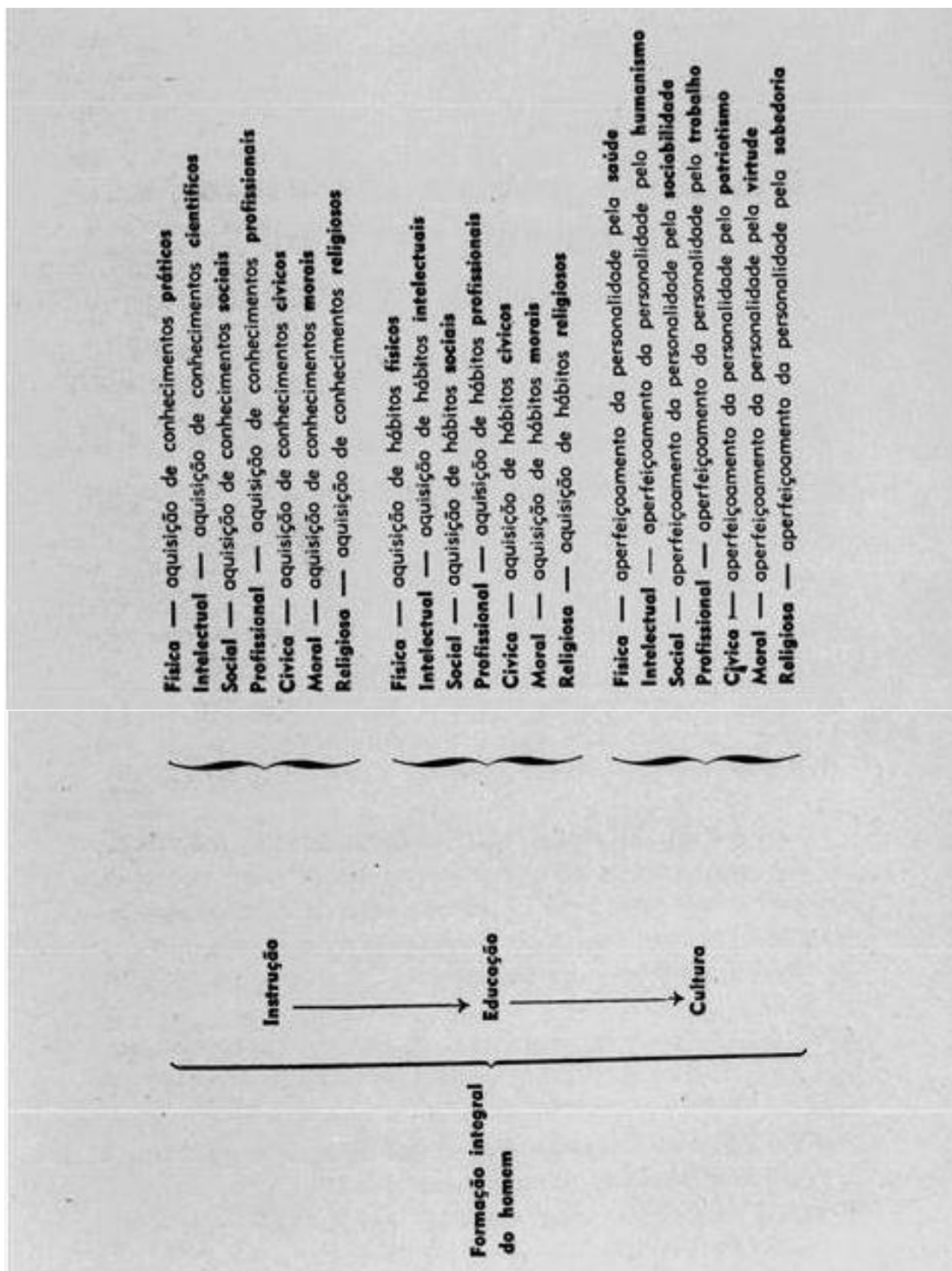
Desses caracteres humanos ontológicos, fundamentais, derivam outros atributos da natureza humana. O homem é ainda um ser social, porque possui uma tendência natural para viver com seus semelhantes; é um ser cívico, porque é capaz de prezar e dignificar a sua pátria; é um ser religioso, porque é capaz de amor a Deus e seguir a sua Lei eterna; é um ser profissional, porque é capaz de trabalho produtivo e construtor. (SANTOS, 1940c, p. 62).

Theobaldo Miranda Santos acreditava fortemente nos ideais católicos, e foi a partir deles que traçou a proposição de um caminho para resolver o problema das finalidades da educação. Ao assumir essa perspectiva, o intelectual acreditava que:

A formação integral do homem deve ser realizada através de três modalidades pedagógicas fundamentais: a instrução, que é a aquisição de conhecimentos, a educação que é a aquisição de hábitos e a cultura que é o aperfeiçoamento da personalidade. (SANTOS, 1940c, p. 63).

Ao tratar das modalidades pedagógicas citadas (instrução, educação, cultura), relacionou-as com as múltiplas naturezas do ser humano. Nesse sentido, Miranda Santos montou um quadro didático, no qual buscava esclarecer as finalidades a serem atingidas em cada modalidade, por meio de cada uma das características da natureza humana.

Figura 4: Mapa mental elaborado por Theobaldo Miranda Santos acerca das finalidades de cada modalidade de formação humana.



Fonte: Imagem retirada do artigo intitulado: O problema dos fins na pedagogia moderna, elaborado por Theobaldo Miranda Santos, publicado na revista **A Ordem**, em 1940.

Na observação do quadro evidenciam-se as finalidades de cada modalidade pedagógica para formação do ser humano integral, ao serem contempladas as diferentes naturezas que o constituiriam. A instrução seria responsável pelo

desenvolvimento dos diferentes conhecimentos; a educação possibilitaria a aquisição de diferentes hábitos; e a cultura inspiraria o desenvolvimento da personalidade em diferentes âmbitos. A clareza acerca desses pontos do processo formativo, em acordo com o autor, seria capaz de torná-lo mais intencional e direto, respeitando-se as características que envolvem o ser humano completo e as finalidades de cada parte do processo. Verifica-se nesse quadro que a religião seria finalidade em cada uma das modalidades de formação humana, assim, por meio dela seria possível adquirir conhecimentos e hábitos religiosos ao mesmo tempo em que se aperfeiçoaria a personalidade, buscando atingir níveis mais elevados de sabedoria. Em acordo com Miranda Santos, afastar-se da religião implicaria em distanciar-se da sabedoria.

É possível reconhecer nas elaborações de Theobaldo Miranda Santos a existência de uma porosidade entre os campos religioso, educacional e político, com vistas à formação de professores. O intelectual católico defendia que por meio da formação o ser humano deveria atingir todas as suas potencialidades, assim seria necessário educar, instruir e possibilitar acesso à cultura. Conforme a perspectiva defendida pelo autor, é possível perceber que o ato formativo desenvolveria o humano, no campo educacional aperfeiçoando seu físico e sua intelectualidade; no campo político aperfeiçoando suas características sociais, profissionais, cívicas e morais; e no campo religioso desenvolvendo características voltadas para a virtude do ser e para a espiritualidade.

O **terceiro problema**, delimitado por Theobaldo Miranda Santos, foi o da **sintetização e compreensão do processo de aprendizagem**. Para ele, essa questão pertenceria não só à Pedagogia, mas também à Filosofia:

E foi justamente essa importância filosófica e pedagógica da aprendizagem que fez convergir para ela a atenção de grande número de pensadores antigos e modernos. Na Idade Média, Sto. Tomás de Aquino fez da aprendizagem um dos temas das suas especulações filosóficas, estabelecendo, sobre a sua natureza, postulados que não foram ultrapassados pelas teorias modernas. (SANTOS, 1940d, p. 243).

Dessa forma, para autor: “Apesar das divergências de ordem psicológica ou filosófica existentes entre as várias teorias de aprendizagem [...]” (SANTOS, 1940d, p. 260), conclusões comuns seriam possíveis, “[...] para caminhos diversos, e das quais nos podemos servir como meios eficazes para a realização da ação

educativa”. (SANTOS, 1940d, p. 260). Assim, ancorado nos postulados de Tomás de Aquino, e a partir da análise de diferentes concepções de aprendizagem, naturalista, culturalista, pragmatista, entre outras, Miranda Santos elaborou sete princípios para a superação do problema em questão.

O primeiro princípio era o da compreensão da aprendizagem como “um processo inteligente e seletivo”. Nessa perspectiva, ela:

Não consiste num encadeamento mecânico de reflexos, ou numa reação cega e inconsciente a estímulos externos. É uma atividade consciente, lúcida e criadora. Mesmo quando se realiza através do ensaio e do erro ou da imitação, implica sempre compreensão e discernimento da situação. Os hábitos e as atitudes somente são “apreendidos” e não somente “fixados”, quando são obtidos com consciência e intenção. (SANTOS, 1940d, p. 262).

O segundo princípio por ele indicado foi o da compreensão da aprendizagem como “um processo dinâmico e auto ativo”. Nesse sentido:

O principal agente da aprendizagem é a atividade do educando. Não apenas atividade externa, física, mas atividade interna, mental, pois a aprendizagem, resulta, antes de tudo, de atividade espontânea e criadora da inteligência. Mas os conhecimentos só se integram na personalidade, somente se transformados em hábitos, atitudes e ideais, quando são fecundados pela vida. Daí a necessidade de, não apenas “conhecer”, mas também “viver” aquilo que se aprende. (SANTOS, 1940d, p. 262-263).

O terceiro princípio era o da compreensão da aprendizagem como “um processo sintético e global”. Dessa forma, para o autor ela:

Não consiste na aquisição de estados mentais isolados ou de reações nervosas fragmentárias. É uma atividade complexa, um processo total, em que entra em jogo toda a personalidade. Mas, nessa atividade integral e uníssona do organismo e do espírito, tem papel preponderante a inteligência a memória e a atenção. (SANTOS, 1940d, p. 263).

O quarto princípio apresentado dizia respeito à compreensão de que a aprendizagem é “um processo transferível, sob determinadas condições”. De tal modo, ficaria:

[...] claro e evidente que a aprendizagem de uma matéria não fornece conhecimentos sobre outra de natureza diversa. Mas é indiscutível que o exercício da atividade mental numa disciplina predispõe a inteligência para a aquisição de conhecimentos novos, ainda que sobre outro assunto. (SANTOS, 1940d, p. 264).

O quinto princípio apontado pelo autor dizia respeito à compreensão de que a aprendizagem é “um processo que apresenta diferenças individuais”. Então:

Embora conservando os seus caracteres essenciais, a aprendizagem sofre variações nos diferentes tipos de educando. E essas diferenças acidentais da aprendizagem nos indivíduos resultam, não só de causas hereditárias, como de causas mesológicas. Entre as primeiras se destacam o sexo, a idade, o grau de desenvolvimento físico e mental, a capacidade intelectual, o temperamento, o caráter, o tipo psicológico. Entre os segundos, preponderam a família, a sociedade, a escola, o clima, a saúde, o regime de vida. (SANTOS, 1940d, p. 264).

O sexto princípio apresentado por Miranda Santos era relativo à compreensão da aprendizagem como “um processo dependente do interesse”. Afirmava que essa seria:

[...] a conclusão em que chegaremos se admitirmos a existência, não só de interesses sensitivos, baseados em tendências instintivas, como de interesses racionais, baseados em juízos de valor. (SANTOS, 1940d, p. 265).

O sétimo princípio resolutivo para o problema debatido seria, por fim, a compreensão de que “há no homem três formas fundamentais de aprendizagem”, as quais já também haviam sido definidas na estratégia de resolução do problema anterior. Conforme o autor:

A primeira constitui o âmbito da instrução, através do qual aprendemos a conhecer a vida; a segunda constitui o âmbito da educação, através do qual aprendemos a nos adaptar a vida; a terceira constitui o âmbito da cultura, através do qual aprendemos a elevar a vida. Pela instrução e pela educação, isto é, pela aquisição de conhecimentos e pela aquisição de hábitos, formamos a nossa personalidade. Pela cultura, isto é, pela aquisição realização de ideais, aperfeiçoamos a nossa personalidade. Isto significa que a instrução deve se subordinar à educação, e esta à cultura. Pois é a cultura que se funde organicamente e atinge o seu mais alto grau, a ação formativa da instrução e da educação. (SANTOS, 1940d, p. 265-266).

Esses sete princípios são apresentados por Miranda Santos a fim de auxiliar os educadores na sua tarefa educativa, de modo a possibilitar o desenvolvimento completo, visando assim: “[...] atingir a plenitude da vida e tornar-nos dignos d’Aquele que é fonte e modelo eterno de toda perfeição”. (SANTOS, 1940d, p. 266).

O **quarto problema**, delimitado por Theobaldo Miranda Santos, dizia respeito à **definição da natureza substancial do ser humano**. Para a resolução

dessa questão o intelectual analisou diferentes correntes que estudavam a natureza humana. A partir disso, indicou aos educadores que lhes caberia ter clareza acerca dessas definições, pois ao se apropriar delas conseguiriam fazer avançar seu trabalho junto aos alunos. Em defesa das suas concepções, em um primeiro momento, Miranda Santos descredita o que observava em correntes naturalistas, e afirma que a natureza do ser humano era única, e se diferenciava de todos os animais. Para ele era a racionalidade que tornava o humano único. A partir disso, elencou o que entendia serem as 7 formas de sua manifestação: a linguagem, a técnica, a ciência, a arte, a moral, a religião e o progresso.

Além de único por suas características o ser humano, em acordo com Theobaldo Miranda Santos, diferenciava-se por sua natureza de bondade, ou de maldade. Sob essa perspectiva, o intelectual afirmou que com o surgimento de novas correntes ideológicas, a confusão ou mesmo a escolha de outras vertentes, que não a cristã, poderiam implicar na descaracterização do processo formativo. Ao seu ponto de vista o ser humano, por natureza, não seria apenas bom como diriam os otimistas desde Rousseau, nem somente mal, como diriam os pessimistas, dentre eles os jansenistas e calvinistas. De tal modo defendia a concepção realista da natureza humana, que:

[...] é a concepção do cristianismo que considera a natureza humana tal como a mesma é, sem cair na idealização lírica e romântica dos otimistas, nem na deformação sombria e trágica dos pessimistas. O ponto de vista da revelação cristã, que a razão aceita e que a experiência confirma, é que o homem não é nem essencialmente bom, nem essencialmente mau. Ele possui dentro de si tendências boas e tendências más. [...]
Para o Cristianismo, a criança, embora inocente e pura, é inclinada não só para o bem como para o mal. Segundo a fórmula agostiniana, ela “é inocente pela fraqueza do organismo, não, porém, pelas tendências do seu espírito”. É que no espírito da criança existem tendências boas e tendências más. Cumpre, portanto, a educação desenvolver e aperfeiçoar as tendências boas e reprimir ou transformar as tendências más. (SANTOS, 1940e, p. 520-521).

Outra diferenciação que segundo o intelectual deveria ser clara para o educador seria a existente entre a criança e o adulto, no que diz respeito ao seu processo de aprendizagem. Em acordo com o autor:

A criança possui, em germe, todas as virtualidades do adulto, porém, sob uma forma própria, que poderá variar a cada momento do seu desenvolvimento e modificar-se sob a influência do meio. A criança deve ser, portanto, considerada como um ser em continua evolução, em lenta

mas progressiva ascensão à maturidade psíquica do adulto. Assim, à educação compete a tarefa de, sem perturbar o desenvolvimento da criança, cultivar na mesma as capacidades de adaptação ativa que lhe permitirão ajustar-se, mais tarde, às exigências da vida social e aos imperativos da lei moral. (SANTOS, 1940e, p. 524).

Considerando que as estruturas do psiquismo, entre adultos e crianças, seriam diferentes, Miranda Santos defendia que com o desenvolvimento da Biologia e da Psicologia modernas, as variações estruturais da mentalidade infantil podiam ser identificadas. Contudo, entendia que a natureza dessas estruturas seria analisada, também nas ciências modernas, a partir de diferentes perspectivas. A primeira apresentada – e negada pelo intelectual – era a que afirmava que seriam apenas os fatores internos, como a hereditariedade e a manutenção estrutural, que influenciariam na estruturação da mentalidade das crianças. A segunda apresentada – também negada pelo intelectual – era a que indicava que o primado dos fatores externos, de tal modo apenas o meio e a educação é que influenciariam a estruturação da mentalidade infantil. Negando a separação entre fatores externos e internos, Miranda Santos defendeu a existência de uma interação contínua entre esses fatores. Assim, comparando as compreensões modernas de Jean Piaget e de William Stern, com a teoria da potência e do ato de Aristóteles, o intelectual escreveu que:

[...] a hereditariedade não é uma força rígida e inflexível, mas um conjunto de virtualidades. Nela não existe propriamente uma transmissão de caracteres e atributos “o que se transmite é a potencialidade dos mesmos, isto é, a possibilidade dos descendentes virem a possuir certos caracteres de sua raça”. O reconhecimento dessa plasticidade dos valores hereditários não significa uma negação da sua importância fundamental, uma vez que nenhum organismo pode adquirir nenhum atributo para o qual não possua uma capacidade inata. Com relação, porém, a vida do espírito, o homem, graças a sua vontade livre e a sua inteligência criadora, pode vencer, de certo modo, o império da hereditariedade.

Desse caráter plástico dos elementos hereditários deriva a ação poderosa que o meio e a educação exercem sobre o desenvolvimento do educando. A hereditariedade, o meio e a educação, conjugam, assim, as suas influências na formação da personalidade humana. (SANTOS, 1940e, p. 532-533).

A partir da defesa filosófica apresentada pelo autor, parte-se nesse momento para a abordagem do **quinto problema** delimitado pelo intelectual, a saber, o da **definição de disciplina**. Como primeiro passo, faz-se necessário compreender, o que Miranda Santos entendia por disciplina:

Analizada, sob o ponto de vista psicológico, a disciplina não se revela, como muitos supõe, uma atividade fragmentária e unilateral, adstrita a certas faculdades do espírito humano. Não há uma disciplina da memória distinta da disciplina da inteligência assim como não existe uma disciplina física dissociada da disciplina mental. A disciplina é um processo integral no qual entra em jogo toda a personalidade, mas que se caracteriza, antes de tudo, pelo exercício da vontade esclarecida pela luz da razão. (SANTOS, 1941b, p. 441).

Partindo desta conceituação, Theobaldo Miranda Santos esclareceu também, acerca de como professor e aluno deveriam ser considerados, frente o conceito de disciplina:

Essas relações da disciplina com a natureza total do educando patenteiam claramente a necessidade imperiosa de se conferir à sua organização uma base estritamente psicológica. É preciso ajustar as normas disciplinares aos caracteres orgânicos e psíquicos dos educandos e a gama policrômica das suas diferenças individuais. Cumpre, portanto, ao professor o dever de procurar intimamente os seus alunos, a fim de dar a cada um deles uma orientação disciplinar adaptada às suas reações afetivas e às suas possibilidades intelectuais. Daí o erro dos regulamentos escolares rígidos, que submetem todas as crianças aos mesmos preceitos minuciosos de disciplina. (SANTOS, 1941b, p. 442).

Visto a questão disciplina ser ligada intimamente ao método e ao ideal educativo de uma instituição, Miranda Santos apontou que a disciplina precisaria ser fluida, para que com o passar do tempo a criança se tornasse capaz de dominar, por meio da razão e da vontade, suas tendências instintivas e os impulsos. Para o autor, até o momento em que atingisse tal autonomia, a criança poderia ser submetida a castigos morais, que seriam de acordo com ele:

[...] os únicos meios repressivos que não impedem a formação da personalidade infantil e o exercício da liberdade criadora. E é preciso que a escola dê a criança não só a experiência da autoridade como também a experiência da liberdade. A criança deve aprender a utilizar a sua liberdade, a dirigir livremente seus atos. Para isso é indispensável que a escola se organize num sentido eminentemente social, pois é somente vivendo e agindo em sociedade que a criança pode adquirir o *habitus* da liberdade disciplinada. (SANTOS, 1941b, p. 448).

Em seu entendimento, tanto a autoridade do educador, quanto a liberdade de quem é educado, precisariam ser observados nesse processo:

Considerada através de qualquer um dos seus aspectos, a disciplina implica sempre uma subordinação consciente da personalidade a determinações internas ou externas. A noção de disciplina acarreta, assim, necessariamente, a noção de autoridade. Mas a disciplina só possui valor

ético e só é digna desse nome quando constitui uma adesão livre e espontânea ao exercício da autoridade. Daí a razão pela qual não pode haver verdadeira disciplina que se não fundamente no exercício da liberdade. Autoridade e liberdade são, portanto, os dois termos da equação disciplinar. E é na conciliação harmoniosa desses dois termos que se encontra o segredo de uma disciplina que não sacrifica os direitos inalienáveis da pessoa humana. (SANTOS, 1941b, p. 442).

A partir disso, o autor apresenta uma pergunta: “Mas como realizar, praticamente, esse ideal de disciplina interior, de autodisciplina, em que a autoridade e a liberdade se conciliem harmoniosamente?” (SANTOS, 1941b, p. 451). Problema que, mais uma vez, o intelectual se mostra resoluto em resolver:

Pelo mais suave, e ao mesmo tempo, pelo mais poderoso dos meios educativos: o amor.

Realmente, a condição básica para que o professor possa conseguir na sua classe uma disciplina voluntária e interessada consiste, principalmente, na conquista da afeição e da confiança de seus alunos. A educação é obra de vida e de amor. É necessário, portanto, que o mestre procure fazer-se amado pelos seus discípulos. Sem essa adesão afetiva ele não poderá jamais realizar, integralmente, a sua ação educativa e disciplinadora. E a razão disso é que somente pelo amor podemos conhecer intimamente os nossos alunos.

É necessário, porém, que essa afeição mútua não seja realizada através de uma familiaridade excessiva. A adesão afetiva dos alunos não deve ser obtida à custa de uma diminuição da autoridade do mestre. Mesmo porque a doçura e benevolência não excluem a gravidade e a firmeza. A bondade e o afeto se conciliam perfeitamente com o respeito e a autoridade. E sobretudo é preciso não esquecer que o mestre deve ser exemplo vivo das atitudes que ele deseja despertar em seus alunos. Pois a criança na sua tendência irreprimível de tudo imitar, quase sempre encara o mestre o seu ideal de personalidade. Daí o cuidado imenso que devemos ter com as atitudes que assumimos diante de nossos alunos. A criança é um ser sensível e vibrátil e um gesto nosso de impaciência ou de irritação poderia sacrificar o amor e a admiração de que somos alvos. E o mestre que cai do seu pedestal, dificilmente reconquista o seu lugar no coração dos alunos. (SANTOS, 1941b, p. 451-453).

Fica claro com esse trecho a importância atribuída por Miranda Santos à necessidade do professor se autoeducar, e de buscar ser modelo para seus alunos, para tanto seria fundamental que tivesse adquirido disciplina e tivesse clareza acerca dos caminhos pedagógicos que desejasse seguir.

Verificamos até o presente momento o esforço de Theobaldo Miranda Santos no sentido de resolver, por meio da argumentação lógica característica do debate intelectual, as questões e os problemas que identificava e trazia ao debate público por meio de seus artigos publicados em periódicos católicos. Nesse sentido, argumentou acerca: dos caminhos para a superação do analfabetismo de adultos;

da finalidade da educação e da aprendizagem; da natureza substancial do ser humano; e do conceito de disciplina. A amplitude dos problemas e conceitos por ele abordados, entretanto, não se finda nos termos por nós até aqui apresentados e analisados. Miranda Santos nos esclarece em seus artigos, ainda, outras concepções conceituais por ele desenvolvidas, defendendo-as a partir de seu ponto de vista pautado na pedagogia cristã e na concepção filosófica do humanismo cristão, bem como criticando algumas outras correntes pedagógicas, filosóficas, sociológicas e psicológicas.

Para além de consolidar perante seus leitores seus argumentos em favor dos saberes próprios da perspectiva cristã que defendia, Miranda Santos passou a estabelecer críticas às diferentes correntes pedagógicas modernas, entendendo, em acordo com suas palavras, que: “[...] a desordem moral do mundo contemporâneo é, antes de tudo, o resultado funesto de uma educação naturalista e antropocêntrica, divorciada dos ideais sublimes e eternos do Cristianismo”. (SANTOS, 1939, p. 298).

De tal modo, na avaliação do autor, naquele momento histórico revelavam-se consequências, a saber, os frutos de uma educação separada dos princípios cristãos.

Diante de nós se desenrola, no fundo de um cenário sombrio, o panorama trágico e desolador do mundo contemporâneo, mundo que perdeu o senso de suas raízes sobrenaturais: revoluções sangrentas, e fratricidas em nome de igualitarismos utópicos, exasperações belicosas de nacionalistas totalitários, revoltas violentas de classes escravizadas, imperialismo de potências econômicas desgraçando nações inteiras, guerras de massacres e de conquista para satisfazerem a ganância insaciável dos “truts” armamentistas, sociedades que se repaganizam na ânsia de nudismos dissolventes, povos que se suicidam biologicamente pelo abuso de práticas maltasianas, partidos políticos que se vendem sacrificando interesses coletivos, milionários cansados de enriquecer ao lado de desempregados que morrem de fome pelas ruas, racionalização e industrialização do crime e da fraude, dissolução geral dos costumes, subordinação de valores espirituais aos valores materiais da vida. (SANTOS, 1939, p. 299).

Seguindo essa linha de pensamento, Miranda Santos critica as teorias não-cristãs que, ao seu ver, não consideravam o humano em sua integralidade, um ser composto pelo corpo, pelo intelecto e pelo espírito/moral. Por essa razão, as concepções de educação, de desenvolvimento e de aprendizagem que negavam os princípios cristãos, não seriam capazes de desenvolver as potencialidades humanas, visto negligenciarem a perspectiva de uma formação integral, na qual todos os âmbitos da pessoa humana seriam contemplados.

A educação dominante então, como ainda agora, agnóstica, materialista, mutilada, espelhava o erro multissecular de uma civilização cúpida e orgulhosa que repudiou a sua origem transcendental e divina e colocou o homem no lugar de Deus, como centro do universo e medida de todas as coisas. Essa educação descristianizada nada fizera, porém, pela felicidade do homem moderno. (SANTOS, 1939, p. 298).

Para o intelectual a pedagogia era o campo de conhecimento também responsável pelos estudos acerca das variadas instituições envolvidas no processo formativo, nomeadamente, a escola, a família e a Igreja, a fim de promover uma articulação de saberes oriundos desses diferentes âmbitos. (SANTOS, 1937b). Nesse sentido, para levar a cabo sua tarefa a Pedagogia necessariamente precisaria tomar para si conhecimentos advindos de outras ciências, a fim de construir um saber que efetivamente contemplasse aspectos das instituições mencionadas, em favor da formação humana integral. Miranda Santos destacava com frequência em seus artigos as contribuições que a Psicologia poderia trazer ao campo dos estudos pedagógicos.

Ao observar a psicologia em seu tempo, o seu processo de desenvolvimento nos primeiros 30 anos do século XX, bem como suas aplicações para a educação, o intelectual tratou de algumas divergências metodológicas e filosóficas que observou nas correntes psicológicas que se estabeleceram nesse período. Nesse sentido, escreveu que existiam: “[...] divergências profundas entre psicólogos e filósofos no tocante a questão de valor dos métodos de pesquisa e de interpretação filosófica dos caracteres estruturais e funcionais do espírito humano”. (SANTOS, 1938, p. 127). Destacam-se em sua obra críticas a diferentes correntes da Psicologia, quais sejam, a behaviorista, a estruturalista, a psicanalítica, a fenomenológica, a caracterológica e também a neotomista.

Essas discrepâncias de ordem metodológica e filosófica não tem prejudicado a parte realmente realizadora e construtiva da psicologia, mas tem suscitado o aparecimento de tão vultoso número de escolas, correntes e posições que ao observador superficial dará a impressão de um verdadeiro estado de crise. Realmente, a primeira vista essa multiplicidade de tendências traduz um conflito geral de posições e de pontos de vista aparentando a falência da psicologia como ciência positiva. Mas uma análise mais percuente das diversas correntes nos mostrará que as divergências existentes são somente de natureza metodológica e filosófica e que há uma unidade expressiva nos resultados experimentais obtidos, havendo um certo número de conclusões em torno das quais não existe divergência. (SANTOS, 1938, p. 127).

É interessante destacar que na avaliação de Miranda Santos, os fins alcançados pelas diferentes correntes psicológicas seriam muito próximos aos da psicologia tomista:

Se descermos ao fundo de cada uma dessas escolas e correntes, verificaremos, com surpresa, que há pontos de contato entre as mesmas e que cada uma concorre com a sua contribuição para a consecução da verdade psicológica. Daí a existência de postulados fundamentais com os quais está de acordo a maioria das correntes psicológicas contemporâneas. Estes postulados são os seguintes:

- 1.º - Repulsa a toda a explicação mecanicista que levou as primeiras teorias psicológicas a uma verdadeira “física” do espírito, de que foram expressões o “associacionismo” inglês, a “mecânica das representações” de Herbart e a lei de Fechner e Weber.
- 2.º - Desprezo para a concepção do espírito como um simples agregado de elementos, como uma mera justaposição de partes e a afirmação da vida psíquica como uma síntese, uma estrutura, uma totalidade indecomponível.
- 3.º - Negação da psicologia excessivamente intelectualista do século passado e o reconhecimento da influência profunda da afetividade e do inconsciente sobre todas as manifestações da vida psíquica.
- 4.º - Repúdio da maioria das correntes psicológicas contemporâneas pelo conceito “fisiológico” da vida espiritual e a convicção cada vez mais profunda de que a psicologia não é um setor das ciências naturais, mas sim um ramo das ciências morais. (SANTOS, 1938, p. 150).

A considerar esses aspectos, segundo o autor, não seria difícil desfazer a confusão estabelecida no campo da psicologia, visto a possibilidade oferecida pelos princípios da filosofia cristã, que contribuiriam para corroborar fatos e conhecimentos já estabelecidos e verificados pelo realismo aristotélico-tomista.

Diferença entre a vida cognoscitiva e apetitiva, distinção entre o conhecimento sensível e intelectual, afirmação da unidade irredutível do espírito, negação do mecanicismo psíquico e da psicologia associacionista, concepção da psicologia como ramo das ciências morais, existência fora da consciência de uma realidade acessível ao nosso conhecimento, são postulados da psicologia tomista, que também vamos encontrar na psicologia estruturalista, na psicologia da forma, na psicologia fenomenológica, na psicologia intuicionista, na psicologia da cultura, na psicologia neo-Kantiana e em muitas outras correntes psicológicas contemporâneas. [...]

Isto representa, sem dúvida, a derrota fragmentosa no próprio campo da ciência experimental, do naturalismo psicológico e a vitória da psicologia tomista, filha diletta da filosofia “perennis” [...]. (SANTOS, 1938, p. 151).

A Filosofia, como já visto anteriormente, era para o intelectual o meio pelo qual seria possível sanear erros e encontrar muitas respostas para perguntas instintivas acerca do processo de aprendizagem, muitas vezes geradas no campo da

Psicologia, mas que deviam ser incorporadas pela ciência prática da formação do ser humano: a Pedagogia. Que assim:

[...] precisa conhecer, antes de tudo, a natureza e o fim do educando para poder realizar a sua tarefa. O ideal da educação torna-se assim o problema capital de toda a pedagogia. E daí a razão pela qual na base toda teoria educacional existe sempre, explícita ou implícita, uma filosofia de vida. (SANTOS, 1940b, p. 311).

Com essa asserção, Theobaldo Miranda Santos estabelecia não apenas a dependência da Pedagogia em relação à Filosofia, mas também o primado da Filosofia, na busca de respostas para as questões educacionais. Tendo isso em vista, o intelectual buscava difundir as bases da Filosofia Humanista Cristã, mostrando como existiam falhas nas outras correntes que, em acordo com sua avaliação, não seriam capazes de alavancar o desenvolvimento integral do ser humano.

Em seu movimento de crítica, a primeira corrente filosófica abordada por Miranda Santos foi o naturalismo. Para ele esta corrente apresentava o ser humano apenas como um animal evoluído, pois ao colocar a natureza como centro da vida, acabava por reconhecê-lo apenas como um produto da mesma, que evoluiu de acordo com seus comandos. A Biologia, como ciência central para a análise do humano, acabava por colocá-lo como resultado de um processo evolutivo, que já estaria definido e ao qual não se poderia fugir.

Verificado o fracasso do naturalismo como concepção de vida, nada temos a esperar do seu conceito de educação. A subordinação total do homem a Natureza é a negação da verdadeira educação. E o princípio da adaptação ao meio não explica o processo educativo. O homem não se adapta passivamente ao meio, antes o modifica de acordo com seus interesses e necessidades. O ambiente é, até certo ponto, uma criação do homem. Daí ser preciso que a adaptação e o desenvolvimento sejam convenientemente dirigidos; pois, se a adaptação não for ativa e criadora, se não aspirar a modificação do meio ambiente, de acordo com as necessidades, valores e ideais de vida, não haverá progresso individual e coletivo, mas sim rotina e estagnação.

De mesmo modo, é ambíguo o conceito de educação como simples desenvolvimento ou como mera preparação para a vida. Ora, o desenvolvimento é um meio e não um fim em si mesmo, e a vida é multiforme, tem aspectos bons e maus, benéficos e nocivos. (SANTOS, 1940b, p. 317-318).

Miranda Santos criticou também o idealismo como corrente filosófica, o erro dessa concepção, em seu entendimento, residiria justamente no oposto da corrente

anterior, ao colocar a natureza como produto do espírito. Para o intelectual, ao entender o mundo como uma mera representação, o idealismo acabava por confundir conhecimento e realidade. A falha dessa concepção estaria, portanto, em compreender que o ser humano não conhecia o mundo como ele é, mas sim de acordo com conhecimentos e estruturas mentais que possuía de antemão, sendo assim, a única realidade que poderia ser atingida seria a das ideias. A educação que segue essa concepção se tornaria falha, segundo Miranda Santos, por trabalhar apenas o espírito, autônomo, que se desenvolveria, em tese, a partir da atividade e da iniciativa próprias do educando, para que assim fossem alavancadas suas potencialidades. Dessa forma, para o autor, o idealismo:

[...] do mesmo modo que o naturalismo, não abrange a totalidade do ser. Ele mutila a realidade, reduzindo-a a um dos seus planos – o do espírito ou das ideias. Daí o caráter fragmentário e unilateral de sua concepção de vida e do seu conceito de educação. (SANTOS, 1940b, p. 321).

A terceira corrente filosófica criticada pelo intelectual foi o pragmatismo. Ao seu ver a educação pragmatista possuiria um fim em si mesma, não possibilitando ao estudante outra coisa, que não fosse mais educação. Com isso, em acordo com Miranda Santos, tal corrente já de início cometeria o erro de se desligar dos valores e dos ideais que deveriam nortear a existência humana, para além das questões objetivas a serem resolvidas na vida concreta. Para ele:

O pragmatismo peca pela base ao confundir o conceito de verdade ao conceito de utilidade. Afirmar que uma coisa é verdadeira é formular um julgamento de realidade, enquanto que afirmar que uma coisa é útil é julgamento valor. [...] Outro erro fundamental do pragmatismo é esquecer o caráter racional do espírito humano que procura antes de tudo, e de modo imperioso e irremediável, conhecer por conhecer, sem cogitar da utilidade das coisas. [...] Finalmente, ao julgar o valor das ações por suas consequências, e não por seus motivos, o pragmatismo torna impossível a moralidade. E ao negar ao pensamento toda a autonomia e aos valores toda universalidade, reproduz o relativismo de Protágoras que considerava o homem, como medida de todas as coisas. (SANTOS, 1940b, p. 323).

Um grande expoente dessa corrente, estudado por Miranda Santos e muitos outros intelectuais no Brasil, foi John Dewey. Autor cujo impacto na educação nacional foi marcante, a considerar, especialmente, a apropriação de sua obra por nomes como Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo. Intelectuais que se empenharam grandemente na defesa dos princípios da Escola Nova. Em que pese

isso, Theobaldo Miranda Santos também interpôs óbices em relação à obra do filósofo e pedagogo estadunidense. De acordo com suas análises: “Três notas dominantes marcam o pensamento deweyano: o pragmatismo, o experimentalismo e o socialismo”. (SANTOS, 1944, p. 397). Mesmo não sendo ele o idealizador do pragmatismo, em razão do amplo alcance de seu pensamento educacional, Dewey teve sua obra também criticada por Miranda Santos:

As ideias pragmáticas do grande pensador norte-americano, por mais interessantes e sugestivas que sejam, pecam pela base ao confundir o conceito de verdade com o conceito de utilidade. [...] O experimentalismo defendido por Dewey é vazio e inconsistente. Nada oferece ao homem para que ele possa resolver seus grandes problemas espirituais. [...] Não menos criticável é o socialismo de Dewey. O homem não é um simples produto da sociedade. Embora a influência do meio social sobre a natureza humana seja ampla e profunda, há em cada indivíduo alguma coisa de característico e irredutível. (SANTOS, 1944, p. 402).

A quarta corrente filosófica criticada por Miranda Santos foi o individualismo. Em relação a tal corrente o autor afirmou ser a que tomava o indivíduo como fonte de toda a realidade, assim, as manifestações que se estabeleceriam na cultura e no espírito, seriam resultantes da vida psíquica individual. Essa perspectiva demandaria que o indivíduo se libertasse das coisas que o afastassem de si mesmo, de modo a deixar em plano secundário as ações ligadas aos meios formativos externos – tais como a escola, o Estado, a Igreja e a família – para que a vida psíquica individual fosse estabelecida como critério e valor fundamental. Na avaliação feita por Theobaldo Miranda Santos:

O individualismo não possui uma concepção realista da natureza humana, pois não reconhece o caráter eminentemente social do homem. O indivíduo sofre, a todo instante, a influência do meio social em que vive. Só por abstração, podemos concebê-lo como um ser independente e autônomo. O indivíduo e a sociedade são duas partes que completam o todo social. Não se pode compreender o indivíduo sem a sociedade, nem a sociedade sem o indivíduo. O homem é, portanto, ao mesmo tempo, um produto de si próprio e da comunidade que o envolve. (SANTOS, 1940b, p. 327-328).

A quinta corrente filosófica criticada pelo autor é diametralmente oposta a anteriormente discutida, a saber, o socialismo – perspectiva focada nas relações sociais. Miranda Santos indicou que essa concepção entendia o ser humano como um reflexo da sociedade, de tal modo que apenas por meio das relações sociais estabelecidas é que um indivíduo se tornaria de fato humano. Em sua avaliação do

socialismo, o ser humano precisaria alinhar o seu querer, o seu agir e o seu pensar às demandas socialmente construídas. Nesses termos, a educação existira apenas pela e para a sociedade. No entendimento crítico de Miranda Santos:

[...] é tão abstrato considerar o indivíduo sem a sociedade, como a sociedade sem o indivíduo. Indivíduo e sociedade são elementos que se completam. São partes e não todos da realidade social. A educação deve, portanto, visar não só a formação do indivíduo, como a formação do sócio. É tão legítima a socialização do educando como a formação da sua personalidade individual. (SANTOS, 1940b, p. 330).

A sexta corrente filosófica discutida pelo autor foi o nacionalismo totalitário. Miranda Santos discutiu essa concepção apresentando-a com uma espécie de socialismo, no qual a nação e o Estado ocupariam o lugar da sociedade. O ser humano no seio dessa perspectiva, como ser cívico, seria reflexo da nação, depositando no patriotismo o interesse soberano. Nesses termos, visando a formação do soldado, a educação seria essencialmente obra nacional, para assim imiscuir ideais políticos e nacionais no indivíduo. Em sua crítica a essa forma de pensamento, Theobaldo Miranda Santos afirmou que:

O nacionalismo pedagógico totalitário é, portanto, tão falso e unilateral quanto o individualismo e o socialismo pedagógicos. Mas a acentuação do caráter nacional e patriótico da educação é legítima, necessária e indispensável a uma formação completa e perfeita da personalidade humana. (SANTOS, 1940b, p. 333).

A sétima e última corrente filosófica abordada por Miranda Santos foi o culturalismo. Segundo sua avaliação essa perspectiva de pensamento atribuiria à cultura o fundamento da organização social. A educação seria assim concebida como uma obra cultural, cujo resultado seria a formação do ser humano. A partir dessa síntese, o autor estabeleceu sua crítica afirmando que:

O culturalismo é, porém, uma concepção unilateral, quer em filosofia, quer como pedagogia. O homem não é simples produto da cultura e os valores culturais não constituem os elementos primordiais da vida do espírito. A formação do homem não é realizada somente pela influência difusa dos valores culturais. A cultura é apenas um dos fatores que colaboram na educação humana. E de nada valeria a ação dos valores culturais sem a orientação e a direção que somente a personalidade do educador é capaz de realizar. (SANTOS, 1940b, p. 334).

A motivação das críticas estabelecidas por Theobaldo Miranda Santos a diferentes correntes filosóficas, em grande medida era tributária de seu empenho na defesa do Humanismo cristão e da Pedagogia cristã, com todas as suas qualificações. Para ele, à luz do cristianismo, a educação deveria implicar na:

[...] formação total da personalidade do educando. A educação é um processo vital resultante de fatores externos e internos, de forças naturais e espirituais, da ação consciente do educador e da vontade livre do educando. A educação não se confunde com um simples desenvolvimento ou com uma mera adaptação; não se resume numa preparação utilitária para fins exclusivos ou uma formação de aspectos parciais da personalidade.

Para o Cristianismo, a educação é formação completa da personalidade, através do desabrochamento integral das suas virtualidades físicas, intelectuais e morais. A educação cristã costuma desenvolver no homem toda a perfectibilidade de que ele é capaz, no sentido de prepará-lo para a ordem da natureza e para a ordem da graça, para a vida natural e para a vida sobrenatural.

Para isso é necessário que a formação física do educando se subordine à formação intelectual e esta à formação moral. Pois o fim da educação cristã é a perfeição moral simbolizada pela personalidade viva de Jesus Cristo. (SANTOS, 1940b, p. 325).

Miranda Santos entendia que, por meio do estudo e da adesão à Pedagogia cristã, seus leitores conseguiriam encontrar respostas claras, para os problemas que tomassem forma ao longo do processo educativo. Sem desacreditar dos avanços obtidos pelas ciências modernas, defendia que muitas das novidades por elas estabelecidas não conseguiram, ao seu ver, superar as concepções tomista e humanista cristã. Nesse sentido, formulou críticas a diversos aspectos das correntes de pensamento modernas, as quais buscavam influir sobre teorias ligadas ao processo formativo.

Verificou-se que, como intelectual, Miranda Santos não hesitou em oferecer uma interpretação – mediação – em relação às correntes de pensamento e científicas que se apresentavam como modernas e renovadoras. Ainda, no sentido de sua ação como intelectual, o autor posicionou-se com clareza ao apresentar aos seus leitores o que entendia ser uma espécie de porto seguro teórico, junto ao qual pudessem encontrar respostas para seus questionamentos, a saber, o Humanismo cristão e a Pedagogia cristã.

A produção de Theobaldo Miranda Santos é representativa para além da imprensa periódica. Seus mais de 150 títulos abarcam diversos âmbitos e estilos de produção escrita, bem como atendem a diferentes grupos sociais e etários. No

próximo capítulo, dando continuidade ao estudo de sua ação intelectual, lança-se mão de outra modalidade de fonte: os manuais didáticos.

CAPÍTULO 3

THEOBALDO MIRANDA SANTOS: UM INTELLECTUAL CATÓLICO AUTOR DE MANUAIS DIDÁTICOS

Neste capítulo discute-se a presença dos princípios católicos nos manuais didáticos produzidos por Theobaldo Miranda Santos, a produção de tal modalidade de impresso era tratada pelo autor, inclusive, como a parte missionária de sua atividade intelectual. O presente capítulo é dividido em cinco tópicos. O primeiro é dedicado a caracterizar e discutir a particularidade dos manuais didáticos – em geral – como fonte para a escrita da História da Educação. Nos quatro tópicos subsequentes, analisam-se separadamente os manuais por nós selecionados como fonte para a consecução de nossa investigação, quais sejam: **Noções de História da Educação**, publicado em 1945; **Noções de Psicologia Educacional**, publicado em 1945; **Noções de Filosofia da Educação**, publicado em 1947; e **Noções de Sociologia Educacional**, publicado em 1947.

3.1 Manuais didáticos: uma abordagem teórico-metodológica

Aqui se apresenta uma discussão teórica acerca dos manuais didáticos como fonte para a História da Educação. A escrita dessa modalidade de impresso reverberada na realidade de ensino vem sendo alvo de estudos a partir de diferentes perspectivas. Destaca-se nesse contexto as discussões que buscam estudar tais materiais de modo a considerar sua produção, sua circulação e sua recepção, tendo em vista que essa abordagem possibilita avaliar de modo amplo o sentido assumido pelos manuais didáticos, no interior do campo educacional e também para além de suas fronteiras. Portanto, trata-se de buscar avaliar seu impacto na medida em que pode ultrapassar a questão da sua adoção em grades curriculares de formação de professores, considerando também como expressam valores e posicionamentos que expressam e impactam de modo mais amplo a circulação de saberes no espaço social.

A avaliação da publicação de manuais é de grande interesse na medida em que expressa aspectos da dinâmica de funcionamento estabelecida pelas editoras que os imprimiram, e ainda oferece possibilidades de construir conhecimento acerca

dos seus agentes produtores e consumidores. Ao se escrever para professores além de se atingir a formação dos mesmos, efetivamente, impacta-se a educação daqueles por quem são responsáveis, como agentes do processo de escolarização formal. Na década de 1930, nosso maior foco de interesse neste trabalho, a escrita de manuais buscava, entre outros aspectos, atender aos currículos das Escolas Normais. Tratava-se, portanto, de um espaço importante de disputas, especialmente no que diz respeito a fomentar uma formação laica, ou então uma formação influenciada pela tradição confessional católica. Seu público alvo eram os educadores primários, e a utilização de impressos, como manual para formação de professores, caracterizava-se como uma intervenção importante nesse processo, ampliando a visibilidade de concepções e doutrinas educacionais. Para assim, por meio da formação de professores, atingir um número grande de crianças e avançar na possibilidade da construção de uma dominância nos campos educacional e cultural. (NARCISO, 2008).

Esses materiais eram, em sentido amplo, concebidos como um: “[...] dispositivo fundamental no projeto de difusão da escolarização em massa que acompanhou a constituição dos Estados Nacionais”. (ROCHA; SOMOZA, 2012, p. 21). Sendo assim, para além de observá-los como objeto material, destacam-se suas nuances e inserções nas bases culturais de uma nação, bem como as intenções de quem os escreviam e os valores que se partilhavam em um dado período e por um determinado grupo. Tais manuais expressam também as bases das representações instauradas em seu tempo, e ainda as práticas escolares estabelecidas, tendo como uma de suas funções, enquanto móvel de luta, a reunião de indivíduos em torno de um mesmo ideal.

Os manuais didáticos são um patrimônio histórico-educativo, são artefatos materiais que se constituem e se estabelecem em seu tempo. Nesses termos, são fontes documentais que oferecem subsídios importantes para a escrita da história da educação, e, entrecruzados com outras modalidades de fontes, podem impulsionar análises acerca do papel que intelectuais desempenharam junto ao campo educacional de dada época. (ROSA; TEIVE, 2016). A militância intelectual católica, por exemplo, é por vezes apresentada a partir da perspectiva de seu antagonismo e combate aos pioneiros da educação, entretanto sua ação ultrapassa essa oposição. Eles produziram muito conhecimento, reunidos em torno de um mesmo ideal buscaram difundir sua doutrina por diferentes meios, atuando no âmbito pedagógico

com estratégias específicas, que visavam restaurar a importância da Igreja, não apenas no campo educacional, mas na cultura nacional como um todo, movimento iniciado desde final do Brasil Império. (CARVALHO, 1994).

Especialmente a partir da década de 1930, diferentes setores do país começaram a se organizar para a produção de manuais didáticos capazes de impactar em favor da constituição de um ideal educacional nacional. Com esse objetivo, criou-se a Biblioteca Pedagógica Brasileira, projeto organizado pela Companhia Editora Nacional, responsável pela edição de diferentes livros, lançados a partir de 1931, a fim de atingir variados grupos da sociedade brasileira. O projeto editorial era ambicioso e objetivava mobilizar tanto estruturas do Estado, quanto a população, por meio da imprensa, a fim de colocar em marcha um projeto nacional capaz de fazer expandir o ensino em números e em qualidade.

A Biblioteca Pedagógica Brasileira se dividia em cinco séries, que se complementavam e atendiam a diferentes públicos. A primeira, intitulada Literatura Infantil, foi por óbvio direcionada a crianças e tratava de temas diversos de seu universo, tendo, inclusive, dentre seus escritores: Monteiro Lobato. A segunda, intitulada Livros Didáticos, publicava volumes do referido caráter, os quais eram utilizados em escolas de ensino primário e secundário. A terceira, intitulada Coleção Atualidades Pedagógicas, publicava manuais didáticos especificamente voltados para a formação do professorado, abordando áreas como Filosofia, História, Sociologia e Psicologia, a partir da perspectiva de seu ensino ou, então, de maneira aplicada à educação. A quarta, intitulada Iniciação Científica, era focada na inserção dos leitores em discussões relativas à ciência e às grandes questões do seu tempo, buscando simplificar o conhecimento para que fosse alcançado por um público mais amplo. A quinta, intitulada Brasileira, foi dedicada à difusão de informações acerca da realidade brasileira, tratava de assuntos como os autores nacionais, problemas brasileiros, reedição de obras raras de tempos anteriores e também traduções de obras estrangeiras que tratassem da realidade do Brasil. (ALMEIDA FILHO, 2008).

A produção de manuais didáticos foi ampla entre diversos grupos intelectuais, dentre eles os intelectuais católicos, os quais também produziram artigos para jornais, textos para revistas e congressos, e compuseram organizações civis a fim de congregar pessoas em favor da Igreja. O emprego de variados meios para a circulação de seus saberes, bem como a multiplicidade de materiais produzidos e distribuídos entre professores católicos, e mesmo entre os não

católicos, mostra um forte posicionamento da Igreja no campo educacional, a considerar sua capacidade de impactar um grande número de receptores. No seio dessa circulação de ideias e de produções concretizadas por diferentes agentes experimentou-se na década de 1930 um momento muito frutífero para o campo intelectual como um todo. Nossa opção pelo estudo de um intelectual específico vai ao sentido de aprofundar, a partir de um agente, as possibilidades de interpretação e de produção de sentido para o movimento empreendido pela militância católica no campo educacional.

Ao tratarmos da escrita de manuais empreendida por Theobaldo Miranda Santos, foi possível constatar o forte traço científico de sua produção, preocupação não apenas dele, mas também de outros intelectuais do campo educacional da época. Compreende-se esse efeito, inclusive, ao se observar na obra do intelectual, a busca por diferentes discursos e subsídios científicos, para pautar sua defesa da fé cristã. Miranda Santos elaborou seus textos com traços ensaísticos, por meio dos quais apresentava e defendia princípios católicos, bem como criticava seus adversários. Embora seus textos nem sempre se mostrassem plenamente atualizados, em relação às discussões nos espaços universitários e de pesquisa europeus, ainda assim buscavam sustentar-se a partir do discurso científico. A leitura de seus manuais deixa claro que ele tinha por objetivo reunir ideias já analisadas por outros, que pudessem corroborar com a ideia que defendia. Ou seja, encontramos um intelectual católico que, naquele momento de intenso debate com renovadores da educação, mostrava-se interessado, sem abrir mão de sua confissão, em explicar em suas obras diferentes concepções e correntes educacionais, e, mesmo, demonstrar como as mesmas poderiam ser apropriadas nos limites dos ideais e das finalidades educativas cristãs.

Nessa perspectiva o intelectual apesar de assumir que a elaboração de seus manuais surgiu da necessidade exposta pelas próprias alunas dos cursos que aplicara, reconheceu que os textos não se tratavam de meros fichamentos, ou resumos. Conforme destacado por Morais (2004), tratavam-se de:

Compêndios de análises rápidas, sumários como o próprio autor os definia nas “Advertências” o que nos leva a inferir que escrever manuais não parece ter sido uma atividade secundária no conjunto de seus afazeres, mas fruto do que ele próprio julgava ser do “fazer docente”: divulgar esse fazer, os pressupostos que o guiaram e, portanto, um complemento daquilo

que fazia em sala de aula, pois, assim, os seus manuais alcançariam a muitos mais futuros docentes. (MORAIS, 2004, p. 43).

A escrita de manuais didáticos se tornou um ambiente de luta intelectual, a qual era empreendida por diferentes grupos, a fim de buscar representatividade junto à elite intelectual no país. Miranda Santos não ficou de fora dessa altercação, nesse sentido, publicou seus manuais didáticos, na prestigiosa Coleção Atualidades Pedagógicas. Para além desses, pode ser constatado que o intelectual publicou também outros livros na coleção Iniciação Científica e na coleção Brasileira. Extrapolando a produção da Companhia Editora Nacional, Miranda Santos também publicou textos em outras editoras, alguns voltados para a literatura infantil e outros livros com fins didáticos, para a formação primária e secundária.¹³

Quatro décadas de circulação das obras de Theobaldo Miranda Santos representam um vasto período de circulação de saberes que revelam um repertório de conteúdos e conceitos para a formação de professores. Este dentista, escritor, professor e administrador, foi um divulgador de saberes pedagógicos como também de práticas educativas católicas (a exemplo de Alceu Amoroso Lima) a fim de subsidiar os professores nas escolas. (ROBALLO, 2007, p. 26).

Frente sua produção vasta, estudar o referido intelectual se torna um desafio instigante. Para melhor definir os caminhos a se tomar nesta pesquisa optou-se por trabalhar com uma parte específica de sua produção na imprensa de livros. A justificativa para a seleção dos materiais escolhidos está no interesse desta pesquisa, que é verificar a ação do intelectual no campo educacional brasileiro por meio da produção de manuais didáticos, até o período de 1947. Assim, preocupando-se com a produção do intelectual destinada ao professorado brasileiro, optou-se pelos quatro manuais, que aqui são discutidos em sequência. Essa escolha considera a ampla produção do intelectual, que trata de assuntos diversos, em diferentes tempos, bem como as condições para a exequibilidade de nossa proposta de investigação. De tal modo optou-se pela análise dos manuais publicados na Coleção Atualidades Pedagógicas, sendo 4 títulos, que foram destinados a formação de professores e que demonstravam a preocupação do intelectual na defesa dos ideais católicos.

¹³ Poucas são as publicações que mapearam e organizaram a produção de Miranda Santos, destacam-se nesse sentido as pesquisas de Almeida Filho (2008) e de Souza (2015).

Durante sua trajetória como parte da Biblioteca Pedagógica Brasileira a Coleção Atualidades Pedagógicas, teve como objetivo:

[...] aperfeiçoar cultural e profissionalmente os professores, através da circulação de vários livros em diferentes espaços sociais e, principalmente, nas escolas de formação de professores. A coleção, propagadora dos ideários de renovação pedagógica (Escola Nova) e de modernidade, também representou um lugar destinado à propagação de saberes pedagógicos. O grande número de obras que faziam parte desta coleção compreendia questões sobre a escola e a educação, sendo em sua maioria de larga circulação durante décadas. (ROBALLO, 2007, p. 6).

Nesta perspectiva a Coleção Atualidades Pedagógicas, foi um Projeto Político e Editorial publicado entre 1931 e 1981, tendo Fernando de Azevedo como editor no período que vai de 1931, até 1946, e J.B. Damasco da Penna no período que vai de 1947 até 1979 – com livros publicados até 1981. A coleção teve variadas perspectivas de inserção no mercado brasileiro, quando assumida pelos diferentes editores, mas sempre esteve focada no desenvolvimento do professorado da época. Entre 1931 e 1946 em que a coleção estava sob a editoria de Azevedo eram publicadas mais obras brasileiras. Em 1947 a coleção passou a ser editorada por Penna, entre esse ano e 1950, houve um período de transição em que também foram publicadas mais obras brasileiras, contudo a partir de 1951 passou-se a publicar mais traduções sob o pretexto da promoção de um aperfeiçoamento cultural com as publicações. (TOLEDO, 2020).

Outra periodização referente às publicações contidas na Coleção Atualidades Pedagógicas, diz respeito às obras serem consideradas novidades ou reimpressões. O período entre 1931 e 1939 consiste na concretização do projeto, sendo assim, a maioria dos títulos publicados eram novidades, a partir de 1940, entretanto, o editorial passou à reimpressão dos seus maiores sucessos, sendo incluído apenas um pequeno número de inéditos.¹⁴ (TOLEDO, 2020).

[...] ao publicar quatro volumes na Coleção Atualidades Pedagógicas, Santos não só ampliou os seus espaços enquanto autor, mas abriu possibilidades para ter sua própria coleção tornando o seu nome conhecido como autor de livros para formação de professores. A Coleção Atualidades pedagógicas já era muito conhecida, principalmente, por trazer títulos de autores defensores da Educação Nova e estava no mercado há 14 anos. Além disso, o seu diretor, Fernando de Azevedo, era um nome que

¹⁴ A partir da década de 1950, contudo, o enfoque estava nas traduções de produções intelectuais estrangeiras, que apesar de serem novidades para brasileiros que não liam outros idiomas, não são consideradas novidades para o mercado editorial. (TOLEDO, 2020).

representava uma das grandes autoridades em educação naquele momento histórico. A rápida passagem da publicação dos volumes de Santos publicados nessa coleção colaborou significativamente para que o autor pudesse conquistar um público leitor visado e ter suas próprias coleções nas quais o editor investiu ao longo de três décadas aproximadamente. Dessa forma, a publicação de volumes de Santos na Coleção Atualidades Pedagógicas foi importante para a divulgação do autor no mercado editorial. (ALMEIDA FILHO, 2008, p.154-155).

Miranda Santos fez parte de um grupo selecionado para compor e produzir as novidades da coleção nesse período. Vale ressaltar também que o intelectual teve seus manuais didáticos publicados tanto no período editorial de Azevedo, quanto no primeiro ano de Penna, quando a coleção ainda se dedicava à publicação de obras brasileiras. “Devo ressaltar ainda que a obra deste professor não foi programada por Fernando de Azevedo, mas sim por Octalles Marcondes Ferreira¹⁵, uma imposição vinda do ‘dono’ da editora”. (ROBALLO, 2007, p.13-14). Quando Atualidades Pedagógicas passou a publicar mais traduções, as obras de Miranda Santos passaram a ser publicadas na coleção Curso de Psicologia e Pedagogia, a qual passou a ser editorada pelo intelectual, contudo esse período já não se enquadra nos objetivos da presente pesquisa.

Ao apresentar seus manuais, Miranda Santos os definiu como compêndios que não apresentavam novos conceitos, mas que discutiam teorias já existentes. O intelectual católico destacava, desde o princípio, que os livros precisam ser utilizados para fins didáticos, com auxílio do professor, nos institutos e universidades direcionados à formação de educadores. Theobaldo Miranda Santos também indicava que os materiais haviam sido escritos a partir do programa de disciplinas que ele desenvolveu, por solicitação das alunas que participaram do processo de formação. Esses registros realizados pelo autor deixam claro que, efetivamente, os livros por nós aqui analisados devem ser classificados como manuais didáticos.

A organização didática estabelecida pelo intelectual em seus manuais caminhava em acordo com os ideais católicos, de mesmo modo não deixavam de lado a legislação escolar de seu tempo, buscando atingir maior representatividade em meios sociais:

¹⁵ Proprietário das editoras: Companhia Editora Nacional, que anteriormente era destinada apenas a publicações dos intelectuais renovadores (Escola Nova), e que solicitou abertura para Miranda Santos; e Civilização Brasileira, reservada a publicações dos intelectuais católicos. (TOLEDO, 2001).

Os volumes das coleções de Santos, situados nesse contexto de disputas, estavam de acordo com a estrutura curricular, tanto das Leis Orgânicas da denominada Reforma Capanema (Decreto 8.530/1946), iniciada em 1942, com a Lei de Diretrizes e Bases de 1961, para os cursos voltados para o magistério primário. E ainda no contexto curricular nos cursos de pedagogia estruturados, a partir de 1939, pelo Decreto-lei nº1.190, com a organização da Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil e retificados pela Reforma Capanema. Portanto foram suportes fundamentais para a formação de inúmeros educadores em meio a uma disputa pela conformação do campo educacional. (ALMEIDA FILHO, 2008, p.5-6)

Percebe-se que apesar de seguir os tradicionais princípios católicos, a obra de Miranda Santos atravessou diferentes tempos e pensamentos que se estabeleciam na realidade brasileira. Nessa perspectiva, como já observado, a imprensa periódica foi um lugar de disputa entre os grupos intelectuais:

Theobaldo Miranda Santos e outros autores católicos (ou laicos) ampliaram e disputaram a produção de impressos a fim de conquistarem o segmento do mercado livreiro destinado à formação de professores, e assim, influir na respectiva formação intelectual do magistério. Elaborados conforme os cânones da pedagogia católica em voga, especialmente aqueles contidos na obra de Franz de Hovre, os autores católicos competiam abertamente com autores envolvidos com o “movimento da Escola Nova”, “educação ativa” e/ou “educação progressiva” [...]. (SILVA, 2014).

A propagação do conhecimento cristão com a aplicação à área de formação de professores foi fortemente defendida pelos intelectuais católicos em diferentes lugares do mundo. Os intelectuais católicos brasileiros convergiram para tais discussões visando a constituição de um ideal comum para seus leitores, atuando ao mesmo tempo como mediadores do conhecimento e missionários dos saberes difundidos pela Igreja. Theobaldo Miranda Santos afirmou, em diversos de seus livros, que a produção de manuais didáticos era para ele algo como uma missão pessoal¹⁶, a fim de: “[...] disseminar, entre os estudantes brasileiros, noções elementares da mais alta, mais nobre e mais digna de todas as ciências: a pedagogia – a ciência da educação do homem”. (SANTOS, 1957, p. 9). Nessa perspectiva, visando o avanço do posicionamento católico frente às demais correntes que se impunham em seu tempo, o intelectual lançou-se ao longo de sua

¹⁶ Acerca da missão que Miranda Santos estabeleceu para si mesmo, é possível encontrar uma discussão mais aprofundada no seguinte trabalho: SOUZA, Rodrigo Augusto de. **Postulados da Pedagogia Perennis**: a concepção de Filosofia da Educação de Theobaldo Miranda Santos (1935–1946). 2015. 483f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

trajetória na tarefa que buscava cumprir, atividade que perdurou até a sua morte em 1971.

Ressalta-se que a vasta produção do intelectual o colocou em lugar de destaque em instituições de ensino em diferentes estados do Brasil¹⁷. Para atingir públicos distintos e demonstrar a cientificidade de seus textos o intelectual utilizava um aporte teórico consistente e atualizado para a época, demonstrando que presava pela renovação pedagógica, sem, contudo, se afastar dos princípios da tradição católica:

Conhecedor de diversos assuntos inspirava-se em autores de reconhecimento internacional como: Aguayo, De Hovre, Paul Monroe, Jacques Maritan, L. Riboulet, Newmann, Spalding, Willman, Leonardo Van Acker, etc. Em sua bibliografia também há uma inspiração de intelectuais brasileiros. Entre os nomes que constam nas suas bibliografias podemos destacar: Alceu de Amoroso Lima, padre Leonel Franca, Everaldo Backheuser, Rui de Aires Bello, Barreto Filho, A. Ramos e outros, na sua maioria, filiados ao Movimento católico da década de 1920. (CALIXTO, 2015, p. 142).

Assim sua obra, reunindo concepções de diferentes autores, em variados tempos históricos chegou ao Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Mato Grosso do Sul, Brasília, Mato Grosso, Goiás, Amazonas, Pará, Rio Grande do Norte, Sergipe, Piauí, Pernambuco, Ceará, Rondônia e Roraima. Além disso, o intelectual teve algumas obras publicadas em Portugal, dentre elas os quatro manuais aqui estudados, porém em edições posteriores as aqui examinadas. (ALMEIDA FILHO, 2008). Tendo objetivos claros, a propagação de conteúdos por meio dos manuais foi instituída, visando divulgar:

[...] um modelo pedagógico cristão nos moldes da concepção católica após os anos de 1930, onde o mercado editorial se expandiu para a temática da formação de professores. Com a política do Estado Novo surge a orientação de se criar uma estrutura organizacional para o setor educacional. (CALIXTO, 2015, p. 140).

Adquiridos pelos programas de ensino ou pelos alunos os manuais reverberaram muito na realidade brasileira, e apesar da grande tiragem de impressos, encontrar as primeiras edições para o presente estudo demandou

¹⁷ O anexo 18 do trabalho de Almeida Filho (2008), demonstra dados da utilização dos manuais do intelectual em diferentes localidades.

empenho. Os manuais didáticos aqui analisados foram adquiridos pela autora. Destaca-se que encontrar a primeira edição dos textos não foi tarefa simples, tendo em vista o tempo de sua publicação – mais de 70 anos. A ver o fato do manual **Noções de Filosofia da Educação** adquirido, tratar-se da segunda edição, escolha que será justificada na sequência. Após adquirir os manuais, buscando em diferentes plataformas digitais e sebos literários digitais, a espera pelo recebimento dos materiais também foi grande, tendo em vista o momento pandêmico pelo qual se passava. Após o recebimento via correio dos manuais didáticos, passou-se a tarefa de seleção dos conteúdos a serem mais detidamente examinados: por meio da leitura e, por fim, da escrita e da análise dos tópicos selecionados, tomando-se como critério nosso objetivo de pesquisa.

3.2 Posicionamentos no manual Noções de História da Educação (1945)

Diferentes grupos que militavam no campo educacional brasileiro – católicos, escolanovistas, protestantes, positivistas – estrategicamente trabalharam em favor de reunir ao entorno de seus ideais mais agentes, a fim de que esses também se tornassem difusores dos valores e conteúdos que defendiam. Essa preocupação fez do mercado editorial um objeto importante para tais grupos, a considerar também o aumento do contingente populacional que possuía acesso a livros. Nesse quadro, as disputas travadas no âmbito da imprensa periódica atingiram também o âmbito da publicação de manuais didáticos. O intelectual Theobaldo Miranda Santos, com sua ação articuladora entre os tradicionais princípios da Igreja e as novidades promovidas pelas ciências modernas, tomou para si a tarefa de trabalhar na seara da produção e divulgação de manuais didáticos, com vistas a atingir especialmente o público ligado aos cursos para normalistas.

A disciplina de História da Educação foi a que mais cedo obteve reconhecimento legal de aplicabilidade no Brasil, escrever para tal área além de ampliar o lugar de fala dos autores, atendia as demandas que surgiram ainda na década de 1920. Com leis e decretos, em nível estadual e nacional, as disciplinas de História da Civilização e História da Educação ganharam lugar na formação de professores, tendo por base a linearidade dos fatos. Miranda Santos ao trazer a análise tipológica para a disciplina, como já vinham fazendo outros intelectuais no

Brasil, entendia ter realizado uma modificação contribuindo com uma visão nova¹⁸, entretanto, essa abordagem foi considerada obsoleta por alguns, tendo em vista outras possibilidades de escrita da história. (LIMA, 2013).

O *Noções de História da Educação* (Theobaldo Miranda Santos) pode ser considerado como importante mecanismo de vinculação de conteúdos explícitos e implícitos no ambiente de formação de professores de muitas instituições espalhadas no Brasil. Pode ser compreendido como compêndio, sinopse ou suma das teorias ou doutrinas pedagógicas, desenvolvidas ao longo da história das ideias. (LIMA, 2013, p.169)

O manual **Noções de História da Educação** teve quatorze edições entre 1945 e 1971, sendo publicado inicialmente na Coleção Atualidades Pedagógicas e, posteriormente – a partir da 3ª edição –, na Coleção Curso de Psicologia e Pedagogia, organizada por Theobaldo Miranda Santos, na qual publicou além desse, mais 18 títulos. O referido manual teve sua 1ª edição em 1945, 2ª edição em 1947 e 3ª edição em 1951, todas com 586 páginas. Foram publicadas ainda mais quatro edições, com o mesmo número de páginas, respectivamente nos anos de 1952, 1954, 1955 e 1957. Em 1958 Miranda Santos publicou a 8ª edição com 497 páginas. E, a partir da 9ª. edição, publicada em 1960, o manual contou com 431 páginas, mantendo-se esse número até a 14ª edição – em relação a 9ª edição, as posteriores foram publicadas sucessivamente em: 1964, 1965, 1967, 1969 e 1971¹⁹. (ALMEIDA FILHO, 2008).

Ao se analisar **Noções de História da Educação** (Anexo A – fac-símile da capa e do índice do manual) de Theobaldo Miranda Santos, evidencia-se no conteúdo a preocupação central do manual, qual seja, expor ideais de diferentes correntes pedagógicas existentes ao longo história.

A formulação do manual *Noções de História da Educação*, de Theobaldo Miranda Santos, constituiu um esforço de militantes católicos, ligados diretamente a educação escolar, em atender os pressupostos doutrinários da Igreja Católica, sintetizados na Encíclica papal *Divini Illius Magistri*, assim como em buscar as bases estruturais para o cumprimento das exigências

¹⁸ “Apesar de Miranda Santos, autor de vários manuais didáticos, ‘negar’ em certa medida a forma tradicional de compor e ordenar conteúdos sobre história da educação, seu manual segue o mesmo modelo proposto por Afrânio Peixoto de enquadramento dos principais fatos históricos e educacionais”. (ROBALLO, 2007, p. 38).

¹⁹ Com a reforma educacional de 1971, a qual trouxe ao ensino características tecnicistas, que privilegiavam as habilitações profissionais, o presente manual deixou de ser publicado, por ter seu conteúdo considerado como mais voltado para uma educação humanística. O que aconteceu não apenas com esse livro, mas com outros do intelectual, que tiveram que passar por uma revisão de todo seu conteúdo. (ALMEIDA FILHO, 2008).

legais, a partir das muitas reformas estaduais e nacionais do ensino nas primeiras décadas do século XX, no Brasil.

Obviamente os conceitos, as definições e os valores presentes na obra *Noções de História da Educação* deveriam estar em consonância com as concepções de sociedade, de homem e de Deus, difundidos pelo catolicismo Romano. (LIMA, 2013, p. 174-175).

Em razão de se tratar de um texto em estilo de compêndio, o autor traz para suas análises conteúdos e fatos relativos às modificações históricas que mais impactaram a educação. Tendo como abordagem, ou ao menos como pano de fundo na construção de seu entendimento, a cosmovisão católica. O manual possui 586 páginas, sendo dividido em oito capítulos, mais introdução e apêndices.

O manual se inicia com uma breve introdução, na qual o intelectual esclarece seu ponto de vista acerca da importância da História da Educação para o estudo da Pedagogia de modo geral. O primeiro capítulo se intitula O tradicionalismo pedagógico, e se subdivide em 6 tópicos: A educação Primitiva; A educação Índia; A educação Chinesa; A educação Egípcia; A educação Hebráica; A educação Persa. O segundo capítulo se intitula O humanismo pedagógico, e se subdivide em 2 tópicos: A educação Romana; A educação grega. O terceiro capítulo se intitula O cristianismo pedagógico, e subdivide-se em 4 tópicos: A educação Apostólica; A educação Patrística; A educação Monástica; A educação Escolástica. O quarto capítulo se intitula O medievalismo pedagógico, e se subdivide em 2 tópicos: A educação Feudal; A educação Muçulmana. O quinto capítulo se intitula O neo-humanismo pedagógico, e se subdivide em 4 tópicos: A educação Renascentista; A educação Reformista; A educação Contra-reformista; A educação Jansenista. O sexto capítulo se intitula O naturalismo pedagógico, e se subdivide em 9 tópicos: A educação Realista; A educação Disciplinar; A educação Pietista; A educação Racionalista; A educação Naturalista; A educação Filantropista; A educação Revolucionária; A educação Psicológica; A educação Científica. O sétimo capítulo se intitula O neo-naturalismo pedagógico, e se subdivide em cinco tópicos: A educação Individualista; A educação Socialista; A educação Nacionalista; A educação Pragmatista; A educação Técnica. O oitavo capítulo se intitula O anti-naturalismo pedagógico, e se subdivide em 2 tópicos: A educação Espiritualista; A educação Cristã.

Com o objetivo de atender demandas de conteúdos e de finalidades trazidas pela Igreja e pelo Estado, em acordo Lima (2013), a obra de Miranda Santos oscilou principalmente entre dois objetivos:

[...] primeiro, em termos educacionais, difundir entre as normalistas noções doutrinárias da fé católica, assim como seus modelos de conduta moral, como forma de difundir o catolicismo no meio escolar; segundo, em termos instrucionais, oferecer inventário sobre as principais ideias pedagógicas, surgidas ao longo da história da humanidade, assim como as experiências institucionais acumuladas tradicionalmente, como subsídio e disciplina propedêutica para as demais, na formação de professores, englobando saberes teóricos e metódicos. (LIMA, 2013, p. 214).

Ao empregar a divisão de capítulos anteriormente citada, o intelectual indicou para seu manual escopo claro, conforme se verifica no trecho a seguir:

O objetivo deste compêndio é examinar as doutrinas pedagógicas e as instituições educativas em seu desenvolvimento histórico. Para a consecução desta finalidade, deu-se preferência ao método tipológico, por ser este o mais vivo e o mais didático. Com efeito, o estudo dos tipos de educação, na sua gênese e evolução ao longo da história da cultura, é muito mais fecundo e interessante do que a exposição monótona dos fatos educacionais em sua lenta sucessão cronológica. (SANTOS, 1945a, p. 19).

Como se pode observar ao longo da análise do conteúdo do manual, muitas das contribuições trazidas pelo intelectual revelam novidades em seus escritos, contudo também são trazidas ideias anteriormente já defendidas. Na revista **A Ordem**, no artigo O conceito de educação na Pedagogia Moderna (1940), Miranda Santos já havia trabalhado, os conceitos de educação: naturalista, pragmatista, individualista e nacionalista. As mesmas temáticas são discutidas no manual **Noções de História da Educação**, no capítulo VI quando trata da educação naturalista e no capítulo VII, quando trata da educação nacionalista, educação individualista e educação pragmatista. Vale ressaltar que o intelectual considerava esses tipos de educação, como algo que não ultrapassava os ideais da Igreja, e também os considerava parciais, por não considerarem o ser humano em sua totalidade – ideia que já defendia no texto A Pedagogia Moderna e a Educação Cristã (1937), publicado na **RBP**.

A fim de atender o estabelecido como temática da presente dissertação, selecionou-se partes específicas a serem discutidas no manual **Noções de História da Educação** – nomeadamente: Prefácio; Introdução; Capítulo III – O Cristianismo

Pedagógico; Capítulo V – O néo-humanismo pedagógico; Capítulo VIII – O anti-naturalismo pedagógico.

Miranda Santos acreditava que a pedagogia era uma ciência do espírito, por esse motivo entendia que o método dos tipos atendia da melhor forma os objetivos por ele traçados:

Ciência do espírito, por essência, a pedagogia pode ser compreendida, em toda a sua amplitude e totalidade, quando relacionada com a evolução histórica. Como toda ciência espiritual, seu progresso não representa simples resultado de gênio criador de um homem ou de uma época. Constitui ainda, ao contrário, obra contínua das sucessivas gerações, trabalho gradativo da capitalização social, enfim, fruto lentamente amadurecido da tradição. Compreende-se, dessa maneira, a importância fundamental da história da pedagogia para o conhecimento da pedagogia geral. O estudo da evolução das formas e tipos de educação assume, por conseguinte, o aspecto de uma propedêutica indispensável, de uma introdução obrigatória ao estudo da pedagogia sistemática. (SANTOS, 1945a, p. 21).

O autor esclareceu em seu manual que ao empregar os tipos históricos traçava a linha evolutiva dos grandes problemas educacionais. Para ele esse seria o único método que possibilitaria a efetiva compreensão acerca de como as instituições se desenvolveram, como os métodos didáticos evoluíram e como as teorias pedagógicas avançaram. Ao tomar esse caminho pesquisadores realizavam uma síntese da história, observando indivíduos que se destacaram em seu tempo ao tratarem da educação, e assim registravam suas formações, seus ideais, bem como avaliavam o modo como suas ideias e ações reverberaram em seu tempo e também como impactaram teorias futuras. Com o método tipológico Miranda Santos utilizou diferentes autores e estudiosos, que se destacaram em diferentes tempos, tecendo críticas e elogios a depender do conteúdo por eles expresso. Na maioria das vezes, quando destinava elogios, indicava aspectos específicos, os quais davam conta de que tais intelectuais não confrontavam os saberes estabelecidos na tradição da Igreja.

Outro ponto que cabe destacar, acerca desse manual didático de Theobaldo Miranda Santos, é que os católicos foram avaliados a partir de uma visão de coletividade, entendidos como grupo. Já as outras perspectivas de produção do conhecimento educacional foram estudadas em nível particularizado. Por exemplo, ao falar da educação Psicológica, Miranda Santos mencionou estudiosos como Pestalozzi, Herbart e Froebel, tratando-os separadamente, e trouxe poucas

referências a outros intelectuais com posicionamento similar. Os católicos, por sua vez foram tratados em grupo, tal abordagem acabou por reforçar no texto a força da Igreja, enquanto instituição capaz de reunir pessoas em torno de uma cosmovisão.

A importância da dimensão religiosa para Miranda Santos se torna clara desde o início do manual, ao registrar que a análise dos modelos e concepções educacionais existentes ao longo da história, deveriam ser situados a partir da compreensão que se tinha de Deus no período, pois tal fato reverberaria na concepção elaborada acerca da vida como um todo.

E, sob esse aspecto, podemos distinguir três concepções básicas de vida, correspondendo a cada uma delas uma atitude do homem em face ao problema divino:

- a) A concepção pagã de vida, em que o homem confunde Deus com o mundo e consigo mesmo;
- b) A concepção transcendentalista da vida, em que o homem considera Deus como realidade suprema e distinta de si mesmo e do mundo;
- c) A concepção naturalista de vida, em que o homem nega o Deus imanente ou transcendente, e considera ele próprio e o mundo como as únicas realidades existentes. (SANTOS, 1945a, p. 22).

Essas três concepções de vida apontadas pelo intelectual, em sua avaliação, impactariam de modo claro o que classifica como três etapas da evolução da história da pedagogia:

Como as doutrinas pedagógicas e as instituições educativas refletem sempre, direta ou indiretamente, as concepções de vida dominantes em cada época, podemos assinalar três grandes etapas na evolução histórica da pedagogia:

- a) o paganismo pedagógico;
- b) o transcendentalismo pedagógico;
- c) o naturalismo pedagógico. (SANTOS, 1945a, p. 22-23).

Utilizando discussões da História da Pedagogia, em seu texto o intelectual recorre a escritores alemães, franceses e americanos para estabelecer suas avaliações sobre os variados tipos de educação. Nesse sentido cita 140 obras ao longo de seu texto (ROBALLO, 2007):

Após observar a utilização de certos autores (como Riboulet) e algumas narrativas de Miranda Santos, percebemos que para ele a História da Pedagogia engendrou a História da Educação. A História da Pedagogia, ligada à evolução das teorias educativas (tipos históricos) e das concepções de vida dominantes em cada época, ofereceu fundamentos para entender, pela educação, a evolução da civilização. (ROBALLO, 2007, p. 41).

Ao realizar a análise a partir da História da Pedagogia, o intelectual revela a filiação desta aos princípios da História da Filosofia e da Filosofia da Educação.

Dessa forma, a incursão que fiz pelos manuais de história da educação, revelou um contorno teórico e metodológico marcado por obras de filósofos, como também por acontecimentos históricos carregados de justificativas baseadas no pensamento de educadores pensadores ou filósofos da educação. (ROBALLO, 2007, p. 42).

Contudo o intelectual também evidencia outras contingências na constituição desse campo do saber. De certo modo Miranda Santos vincula, em sua narrativa, a História da Educação à História das Civilizações, em diferentes tempos. Nessa perspectiva, para o intelectual as concepções de vida de cada tempo, influenciaram nos objetivos educacionais estabelecidos, assim o paganismo teve maior força na Antiguidade Oriental e Clássica, enquanto o transcendentalismo reverberou na Idade Média sob os moldes do Cristianismo, e o naturalismo teve predomínio no Ocidente a partir do Renascimento até seus dias. (ROBALLO, 2007)

Essa perspectiva avaliativa, expressa já desde o início do livro, demonstra que se tratava de uma interpretação já claramente assumida pelo autor, nota-se, inclusive, que a perspectiva que se expressava nessa avaliação era presente também em seus textos em periódicos. Na escrita de artigos, devido à necessidade de adequar-se ao espaço disponível para as publicações, os assuntos eram abordados “em revista” – como o próprio intelectual se refere. Já nos manuais passaram a ser mais descritivos, apresentando mais detalhadamente, no caso do manual de História da Educação, os ideais educativos das culturas que Miranda Santos entendia serem importantes e destacadas ao longo dos tempos.

Como o objetivo da investigação de manuais, neste trabalho, está em neles reconhecer pressupostos que se impõem para o intelectual como pilares para uma educação cristã, optamos por tratar em análise, apenas os tipos de educação por ele descritos que mais claramente impactaram sobre sua compreensão acerca dos fundamentos e da ação de uma pedagogia católica. Nessa perspectiva, destacamos os seguintes tipos: a educação apostólica, a educação patrística, a educação monástica, a educação escolástica, a educação reformista, a educação contra-reformista, a educação jansenista, a educação naturalista e a educação cristã.

Segundo Theobaldo Miranda Santos com o surgimento do cristianismo constituiu-se também o primeiro tipo educacional nos moldes cristãos, a saber, a

educação apostólica. Em oposição àquelas que foram chamadas correntes pagãs, o autor aponta para os primeiros a seguirem os ensinamentos do Cristo. Para Miranda Santos, anteriormente, a compreensão de deuses cada qual para sua nação, implicava na separação de povos, o que com o surgimento do cristianismo foi progressivamente dirimido, em favor de uma fé de traço unificador:

O Cristianismo foi, assim, uma revolução espiritual completa, muito embora, ao contrário das revoluções de objetivos puramente humanos, viesse antes edificar do que destruir. Pois, tudo que havia de digno e elevado no paganismo, foi incorporado ao Cristianismo. A renovação radical da doutrina nascente foi acabar com a confusão do divino com o humano, característica do paganismo. Nesse sentido, apresentou realmente uma revolução no mais amplo sentido do termo. E, desse modo, o Cristianismo vinha trazer aos homens a verdadeira noção de *sobrenaturalidade*. (SANTOS, 1945a, p.155-156).

Apesar de não se caracterizar como um sistema pedagógico, o cristianismo, em acordo com o descrito no manual, apresentava distintos princípios educativos. Tal fato se daria em razão das implicações de seus ideais, ao estabelecer uma nova concepção acerca do ser humano e de sua formação, em razão dos fundamentos presentes desde os primórdios da religião. Nesse quadro, Miranda Santos não hesita em apresentar o próprio Cristo como um educador: “Jesus Cristo foi [...] o maior dos educadores, o Mestre dos Mestres, o Pedagogo da Vida e do Amor. Por isso, ao longo de todo o Evangelho, palpitam ensinamentos educativos cheios de luminosa e incomparável sabedoria”. (SANTOS, 1945a, p. 157). Em acordo com Roballo (2007) é perceptível no modo como Miranda Santos entendia a educação o pressuposto de que:

[...] uma civilização desenvolvida necessita adquirir hábitos sociais e viver sob valores de uma moral cristã. Um fator predominante em sua operação historiográfica (que usa da compilação e da eleição de conteúdos pertinentes) é sustentado pela figura de Deus como postulado definidor das fases históricas. Esta presença marcante de Deus, de uma orientação religiosa – católica em seu manual é expressão da permanência dos valores de uma civilização cristã. (ROBALLO, 2007, p. 41).

O fortalecimento do discurso embasado na fé cristã tem recorrência nos textos de Miranda Santos, e isso permanece ao tratar da Educação Apostólica. Os apóstolos foram apresentados no texto de Miranda Santos como figuras de força, devido à vivência de fé e à sua proximidade com o Cristo, entendidos nesses termos como tendo exercido a função de ensinar, ao levar a palavra. Em que pese esse

apontamento, o autor destaca a não existência de documentos que revelem “[...] a existência de escolas propriamente ditas nesse período apostólico”. (SANTOS, 1945a, p. 159). Na avaliação de Miranda Santos, São Pedro e São Paulo seriam exemplos de educadores que, com suas cartas, seus discursos, suas atitudes e sua peregrinação, teriam sido responsáveis pela expansão do cristianismo.

Segundo Theobaldo Miranda Santos a ampliação do número de cristãos, ao longo dos três primeiros séculos, em diferentes territórios, teria concorrido para a constituição de um novo modelo educacional, nomeadamente, a educação patrística: “Durante os primeiros tempos da época patrística, a educação foi puramente doméstica, devido às condições hostis do ambiente que não permitiam aos cristãos a instalação de escolas”. (SANTOS, 1945a, p. 169). Tendo os primeiros padres da Igreja como preceptores, esse modelo de educação teria tido como uma de suas tarefas buscar:

[...] a conciliação da cultura pagã com os ensinamentos do cristianismo, utilizando essa cultura, então dominante, como *meio* para a transmissão das verdades sublimes da revelação cristã. Não existiu, porém, unidade de pontos de vista na consideração do valor da cultura pagã como meio educativo. (SANTOS, 1945a, p.168)

Os padres do Ocidente tinham o entendimento de que a cultura pagã era desnecessária e nociva. Os padres do Oriente tinham o entendimento de que a cultura pagã poderia ser utilizada como ponto de partida para a cristianização. Conforme expresso pelo autor no texto de seu manual, com a disseminação e a complexização das compreensões acerca dos ensinamentos cristãos, ganhou espaço a ideia de que uma criança bem educada no âmbito familiar poderia frequentar uma escola pagã, sem que isso implicasse na perda dos seus valores fundamentais. Foi a partir “[...] do édito de Milão, promulgado por Constantino, em 313, os cristãos tiveram liberdade de culto e de propaganda da religião e data daí a instalação das primeiras escolas cristãs que vieram completar a educação doméstica”. (SANTOS, 1945a, p. 171).

Tratou-se de um período rico para o avanço institucional da Igreja católica, com a fundação de diferentes instituições com objetivo de ensino, cada qual com características particulares, tais como os catecumenatos, as escolas de retórica e de gramática, bem como as instituições de caráter catequético e as episcopais. Em síntese, Miranda Santos destacou em seu manual que:

A educação patrística se estende desde a difusão do cristianismo até a formação das nacionalidades modernas. A denominação de *patrística* provém da influência exercida pelos primeiros *Padres da Igreja*, homens ilustres pela sabedoria e pela santidade, que dedicaram toda a sua vida ao magistério sagrado, explicando e disseminando as verdades fundamentais do cristianismo e, ao mesmo tempo, defendendo essas verdades dos ataques e das impugnações dos pagãos e dos heréticos, lançando, assim, as bases sólidas da doutrina cristã. (SANTOS, 1945a, p. 167).

No entendimento expresso pelo autor, os fundamentos estabelecidos pela patrística foram primordiais para o desenvolvimento de uma nova vertente pedagógica, na qual o transcendentalismo teria tido maior impacto. A educação monástica teria emergido frente a necessidade de conservação do patrimônio cultural da Antiguidade, face às condições sociais e materiais adversas, emergentes das invasões bárbaras até a constituição dos estados modernos. Nesse quadro, os mosteiros teriam cumprido função capital.

A grande tarefa pedagógica dos educadores patrísticos foi, como vimos, a conciliação da cultura clássica greco-romana com a doutrina cristã, ou, mais precisamente, a subordinação dos valores culturais pagãos aos ideais educativos do Cristianismo. Coube aos educadores monásticos tarefa mais árdua e difícil que foi a *conservação* da cultura antiga e a da sua utilização como meio educativo, durante o período cataclísmico de convulsões sociais e políticas e de guerras sangrentas e destruidoras, que abalaram o mundo ocidental, desde a invasão dos bárbaros até a formação das nacionalidades modernas. Diante dos golpes violentos e selvagens das hordas bárbaras, o império romano, já em franca decadência, ruiu fragorosamente, levando de roldão todas as instituições da antiguidade, todos os monumentos da cultura clássica. E o patrimônio imerso e precioso da cultura greco-romana teria desaparecido, para sempre, se não fora o heroísmo obscuro e silencioso dos mosteiros, conservando carinhosamente, no meio da tormenta que tudo destruía, as obras primas do pensamento antigo. (SANTOS, 1945a, p. 182).

Theobaldo Miranda Santos ainda destacou que a observação dos preceitos de vida monástica foi tarefa inicialmente desenvolvida no Oriente, trazida para o Ocidente apenas no século IV, por Santo Atanásio. Os mosteiros funcionavam como sistema de vida religioso, e também como centros de instrução. Assim, rapidamente se espalharam pela Europa. Um dos principais grupos de monges, com grande influência no ocidente e que começou a atuar com grande empenho, após a abolição do ensino em escolas pagãs em 529, foram os monges da ordem dos beneditinos. Preocupados com o ensino das Sagradas Escrituras, bem como das ciências temporais, esses centros educavam não apenas futuros religiosos, mas

também leigos em um ensino dual: internato para os oblatos e noviços, e externato para os que não ingressariam na vida monástica.

O ensino monástico, em sentido amplo, era conduzido em cinco modalidades institucionais: escolas paroquiais, escolas abaciais, escolas episcopais, escolas palatinas, escolas municipais. As escolas paroquiais foram consideradas as primeiras escolas primárias populares, defendidas em diferentes concílios elas foram aos poucos se constituindo nas paróquias, já no início da Idade média, com o objetivo de suprir as demandas deixadas pelas escolas pagãs. O ensino era focado no evangelho, sendo trabalhados também conteúdos de escrita, leitura, gramática latina e cálculos. As escolas abaciais são consideradas as precursoras das universidades, nelas se desenvolviam estudos superiores em determinados grupos de ciências, para os graduados em Teologia. Seu nome deriva das abadias, locais nos quais funcionavam. (SANTOS, 1945a).

As escolas cardeais surgiram já nos primeiros séculos do cristianismo, destinavam-se à formação do clero, e eram organizadas pelos bispos. As escolas palatinas eram escolas para a corte dos francos. Objetivavam instruir nobres e ensinavam as línguas e as literaturas grega e latina. Escolas congêneres a essas existiam ainda em Roma e, após, na Alemanha e na Inglaterra. Já as escolas municipais surgiram com o crescimento das cidades. Nelas os sacerdotes ensinavam as disciplinas religiosas, e os alunos das escolas monásticas ensinavam as ciências leigas. Essas escolas eram organizadas por corporações, mas costumavam ser dirigidas por clérigos. (SANTOS, 1945a).

A educação monástica foi bem sucedida e ganhou espaço, de tal modo que ao se ampliar acabou por estabelecer novos modelos, tendo inclusive constituído um novo tipo de formação: a educação escolástica, a qual, amparada na reintrodução das obras de Aristóteles, segundo o autor, atingiria sua plenitude no século XIII.

Sob o ponto de vista pedagógico, podemos considerar o movimento escolástico como uma síntese da pedagogia tradicionalista e da pedagogia humanista, pois a técnica preferida de ensino para esta época foi, como observa Ruiz Amado, a análise de um texto clássico para sobre o mesmo se construir uma teoria científica ou um sistema filosófico. Preocupando-se principalmente com a formação dialética do espírito, o método escolástico, enquanto se manteve dentro dos seus justos limites, foi um instrumento poderoso de disciplina intelectual. Mas, levado ao exagero e a hipertrofia e aplicado indistintamente às ciências do espírito e às ciências da natureza, como aconteceu no período da decadência da escolástica, conduziu a um ergotismo intelectual muito próximo do formalismo estéril dos sofistas. (SANTOS, 1945a, p. 203).

Outro ponto relevante destacado pelo autor acerca do período foi a conformação das universidades. Na avaliação de Miranda Santos as universidades atuavam, para além da formação individual, para uma formação coletiva, de modo a ampliar o reconhecimento da primazia dos direitos das pessoas pautados nos valores espirituais.

As universidades medievais não surgiram como instituições inteiramente novas, apresentando organização e finalidades diversas das que presidiam à vida das escolas então existentes. Resultam antes do desenvolvimento das escolas dos mosteiros e das catedrais que, no período escolástico, atingiram a um extraordinário florescimento. O nome de “universidade” não significa, porém, originariamente, conjunto de cursos ou de ciências, mas sim “universitas scholarium et magistrorum”, isto é, corporações de estudantes e professores reconhecidos pelo Estado. Como instituições docentes, a universidade era denominada na Idade Média de “Studium Generale”, isto é, instituto de cultura geral para toda a cristianidade. Somente a partir do século XIV essa instituição passou a denominar-se “universitas”, com a significação de agências educativas. (SANTOS, 1945a, p. 205-206).

O intelectual esclarece ainda que com a ampliação crescente das instituições e com a difusão do ensino escolástico, distorções aconteceram no modo de se organizar a educação que seguia essa orientação. A não aceitação crescente desse modelo pedagógico causou uma ruptura, não apenas com ele, mas com as concepções cristãs nos processos educativos, que silenciadas, passaram a possuir menos voz nos embates formativos.

No momento do período escolástico em que as ações católicas foram menos bem articuladas, diversas foram as ações educativas que buscaram tomar frente no fazer pedagógico de seu tempo. Dentre elas se destacou uma, por ter funcionado como estopim para que as ações cristãs entrassem em conflito, a este tipo, Miranda Santos chamou de educação reformista:

Com a reforma luterana, ocorrida durante a primeira metade do século XVI, rompe-se a unidade da cultura cristã, terreno religioso e moral. Surgindo de uma oposição consciente ao renascimento cujo espírito do paganismo e de secularização pretendia combater, a Reforma veio, entretanto, reforçar e completar a obra de revolução renascentista. (SANTOS, 1945a, p. 273).

O autor destacou em seu manual que para essa perspectiva formativa a responsabilidade da educação era dos pais, cabendo ao Estado organizar o ensino e à religião ser sua base. Os métodos deveriam obedecer à natureza da criança. Os

professores deveriam conhecer as faculdades da mente infantil para agir sobre elas, com vistas a impulsionar uma educação para a vida prática. (SANTOS, 1945a). As ações difundidas por estes pensadores reverberaram significativamente no seio religioso:

Diretamente, a Reforma secularizou a administração escolar e subordinou a educação ao controle do estado; deu um sentido religioso à educação humanista então dominante, desenvolvendo ainda mais as tendências individualistas e formalistas da educação do Renascimento. Não é verdade, porém, que a reforma tenha criado a educação primária popular, que tenha elevado o nível cultural da sociedade, ou que tenha aumentado o número de escolas elementares então existentes. Essa afirmativa de certos autores não tem fundamento na realidade histórica. (SANTOS, 1945a, p. 275).

Verifica-se na citação o trabalho do autor em contrapor-se à ideia de que a educação reformista havia criado uma educação primária popular e de amplo alcance, Miranda Santos parece empreender esse movimento a fim de privilegiar os feitos católicos nessa seara. Nesse sentido, passou a destacar o que chamou de educação contra-reformista, a qual se caracterizou pela renovação do ensino católico e pela fundação de Ordens destinadas às finalidades educacionais. A educação contra-reformista, segundo ele, buscou fortalecer os princípios católicos que haviam perdido espaço, frente às intervenções dos protestantes no âmbito educacional:

A irradiação da reforma e a situação da crescente indisciplina religiosa ameaçando, cada vez mais, a unidade do Cristianismo, já profundamente mutilada pela revolução luterana, obrigaram a Igreja a assumir uma atitude mais enérgica em face dos acontecimentos, no sentido de restaurar a disciplina espiritual. O papa Adriano IV, chegou a conclusão de que era necessário reorganizar a cúria romana, mas não encontrou apoio unânime e decidido do mundo eclesiástico. Somente no tempo de Paulo III (1534-1549) se tornou possível ao Papado, à luz dos princípios imutáveis do cristianismo, realizar a reforma de que a organização da Igreja necessitava para combater, com segurança e eficácia, o liberalismo protestante e o paganismo renascentista. Um novo ardor e um redobrado entusiasmo começaram a empolgar os meios católicos. Fundaram-se novas ordens religiosas, criou-se a Congregação do Index destinada a assinalar os livros nocivos a fé e aos bons costumes. (SANTOS, 1945a, p. 284).

O autor situou essa modalidade de ação como uma educação contra-reformista marcante até o século XVII. Miranda Santos indicou em seu texto nomeadamente a Companhia de Jesus, a Congregação da Doutrina Cristã, os Teatinos, os Barnabitas e as Ursulinas. Em sua avaliação a ação coletiva de tais

grupos religiosos foi destacada, tendo sido efetivadas intervenções incisivas no campo educacional. Particularmente acerca dos jesuítas, afirmou que os mesmos adotavam alguns ideais da cultura humanista, subordinando-os aos princípios do cristianismo, de modo a proporcionar e impulsionar a aquisição de conhecimentos científicos tipicamente modernos em suas escolas, tanto na formação para a vida secular quanto para a vida religiosa. (SANTOS, 1945a).

Como momento de modificação do que descreveu como educação contra-reformista, Miranda Santos apontou a emergência de uma educação jansenista, situada por ele entre os séculos XVII e XIX num quadro em que o papado e a Companhia de Jesus – que havia se tornado demasiado influente na esfera social e política – tiveram desacordos em seus propósitos de ação no mundo secular. Assim, segundo o autor, os jesuítas perderam espaço para os jansenistas, os quais se distinguiram por uma perspectiva bastante incisiva no modo de corrigir os comportamentos considerados inadequados, a partir do balizamento da cosmovisão católica.

Os jansenistas admitiram a maldade ingênita da natureza humana. Para eles, a criança é essencialmente má, porém, como recebeu o batismo, habituar-se-á à prática do bem se for educada com métodos rígidos e severos. O dever do mestre é, portanto, vigiar incessantemente os alunos e impedir, por todos os meios, a expansão dos seus impulsos naturais. Como a natureza da criança é substancialmente impregnada de maldade, todas as manifestações dessa natureza devem ser sufocadas pela autoridade do mestre. O ideal da pedagogia jansenista é, assim, o aniquilamento da personalidade do educando. O mestre deve passar a agir pelo discípulo. Mas ainda assim o papel do mestre é secundário na obra educativa, uma vez que, segundo a doutrina jansenista, o homem nasce predestinado para o bem ou para o mal. Eis a concepção trágica e desoladora dos jansenistas [...]. (SANTOS, 1945a, p. 301).

Para o autor essa Ordem levou a avanços no âmbito institucional do processo educativo católico, mas em contrapartida também trouxe retrocessos, pois suas proposições pedagógicas sob diversos aspectos encetavam um fatalismo ao processo formativo como um todo. Interessante verificar que seguida à discussão acerca das perspectivas jansenistas, Theobaldo Miranda Santos trata em seu texto da emergência da perspectiva de uma educação naturalista, no século XIX. Verifica-se, nesses termos, uma menção ao avanço de uma educação laica no século mencionado, fato que parece ser tomado pelo autor como uma espécie de antessala para a retomada de uma educação cristã mais representativa para o século XX. À

qual estava francamente dedicado em seu trabalho intelectual na produção e divulgação de manuais didáticos para a formação de professores.

Conforme se deixa entrever pelo próprio nome, a perspectiva naturalista em educação caracterizou-se por ser fundamentada na apropriação dos avanços do campo das ciências naturais. Conforme Miranda Santos:

Para os naturalistas, a natureza é a grande educadora e o processo educativo é considerado, ora como adaptação ao meio, ora como simples desenvolvimento, ora como preparação para a vida, tomada esta no sentido puramente biológico. Encarada em suas linhas gerais, a obra educativa deve seguir a marcha da evolução humana e a gênese do conhecimento na raça. O ideal da educação é a formação científica. O conhecimento, o saber, o desenvolvimento da inteligência pelas ciências naturais, constituem a finalidade primordial de todo trabalho educativo. Esses princípios naturalistas impregnaram a maioria das correntes pedagógicas do século XIX e, a inda hoje, vamos encontrá-los informando grande número de teorias educacionais. (SANTOS, 1945a, p. 508).

Ao destacar o enfrentamento à emergência do modelo naturalista, Theobaldo Miranda Santos apontou que diferentes intelectuais e instituições presentes no espaço social se organizaram, em favor do trabalho pela restauração de ideias espiritualistas na seara educacional e pela difusão de seus princípios pedagógicos. Notadamente, tal movimento teria se efetivado por meio do investimento no fortalecimento e, mesmo, na criação de estabelecimentos de ensino, nos quais implementaram-se seus modelos de formação.

No início do século XX, Boutroux e Eucken foram os primeiros a reagir contra o naturalismo que havia dominado os espíritos, mostrando os seus erros, as suas limitações e os seus preconceitos. Dentro em pouco, a reação anti-naturalista se estendeu às inteligências mais esclarecidas da época. Boutroux e Bergeson na França; Eucken, Spranger e Max Scheler na Alemanha; William James e Mac Dougall nos Estados Unidos, representaram, fora do pensamento cristão, as figuras mais representativas dessa grande cruzada em prol da reabilitação dos valores espirituais. (SANTOS, 1945a, p. 509).

Conforme conteúdo expresso no manual, para os autores naturalistas existia a Natureza a ser estudada, com seus vários reinos próprios, os quais possuíam características particulares e se distinguiam entre si. A oposição dos naturalistas à religiosidade também foi destacada por Miranda Santos, o qual afirmou se tratar de um pensamento anticristão. Já os anti-naturalistas, segundo o autor, afirmavam, antes de tudo, a existência de Deus, e operacionalizavam uma crítica ao

determinismo que entendiam caracterizar o naturalismo, inclusive, acusando-os de reduzir o entendimento do ser humano a suas características animais.

Com isso, verifica-se que o fundamento das propostas classificadas por Miranda Santos como anti-naturalistas, efetivamente, seriam em linhas gerais próximos aos da educação cristã. A defesa do humano como ser moral exemplifica um fundamento comum a todas, de tal modo recuperava-se, segundo o autor, a perspectiva de que os problemas educacionais e pedagógicos deveriam ser examinados no âmbito da Filosofia, e não exclusivamente no âmbito das ciências da natureza. O intelectual católico afirmou em seu texto que a pedagogia cristã resistiu às revoluções materialistas e espirituais em virtude de possuir em seu patrimônio verdades da Filosofia Perene:

Procurando ajustar as novas formas de pensamento e de vida aos princípios imutáveis, a educação cristã não rejeitou as conquistas realizadas pela ciência moderna. Pelo contrário, todas as aquisições da pedagogia experimental que não colidissem com as bases filosóficas da doutrina cristã foram aceitas e incorporadas à prática educativa da Igreja. Mas todos os postulados contrários ao espírito do cristianismo e à dignidade da pessoa humana foram recusados e vigorosamente combatidos. (SANTOS, 1945a, p. 517-518).

Verifica-se ao longo do manual **Noções de História da Educação** que Theobaldo Miranda Santos, ao descrever o processo histórico particularmente ligado ao âmbito da religiosidade e da educação, conforme pontos selecionados para nossa pesquisa, apresentou aos seus leitores a ideia de que uma orientação cristã dos processos pedagógicos seria capaz de harmonizar a tradição e o progresso.

Seu manual de História da Educação é um exemplo da reunião, da compilação de diversos autores que, sendo reconstituídos ou absorvidos no interior de seu próprio discurso, revelam teses de uma pedagogia cristã, mas que também mostram a busca intensa pelos conhecimentos ditos “modernos”. Neste sentido, acreditava que a educação era o meio para integrar e reformar a sociedade, através da adaptação dos conhecimentos científicos aos fins filosóficos. (ROBALLO, 2007, p. 26).

Nesse sentido, o intelectual apontou para o que entendia ser um reflorescimento da educação cristã, que em sua avaliação se efetivava desde o fim do século XIX e no seu corrente século XX, concretizada por meio do fortalecimento e da expansão de escolas, universidades e congregações de ensino ligadas à Igreja.

[...] as finalidades do trabalho de Theobaldo Miranda Santos, enquanto autor de manuais escolares, como *Noções de História da Educação*, alinhado com as tendências do catolicismo romano, consistiu em contribuir para a formação de professores, em diversos ambientes acadêmicos, conforme os princípios e valores expostos pela autoridade eclesiástica, por meio principalmente de documentos da Igreja, com base na tradição dogmática. (LIMA, 2013, p. 184).

Miranda Santos buscava interpretar e atuar sobre a conjuntura pedagógica que se estabelecia, por meio de uma escrita intencional para seus leitores. Nessa perspectiva o cenário pedagógico foi descrito por ele como iluminado pela cosmovisão católica, circunstância, portanto, auspiciosa para os leitores preferenciais de sua obra: o professorado em formação, interessado em saberes e orientações que regessem o seu fazer pedagógico.

3.3 Posicionamentos no manual *Noções de Psicologia Educacional* (1945)

Como outro pilar da Pedagogia, Theobaldo Miranda Santos apresentou aos leitores, o manual ***Noções de Psicologia Educacional***, (Anexo B – fac-símile da capa e do índice do manual). Publicado num primeiro momento como parte da Coleção Atualidades Pedagógicas e, posteriormente, editorado pela coleção Curso de Psicologia e Pedagogia. A 1ª. edição foi publicada em 1945, com 379 páginas, também a 2ª. e a 3ª. edições foram publicadas, respectivamente nos anos de 1947 e 1949, com o mesmo número páginas. A 4ª. edição foi publicada em 1951, a 5ª. edição foi publicada em 1954, e a 6ª. edição em 1955, todas com 379 páginas. As próximas três edições foram publicadas com 375 páginas, nos anos de 1959, 1960 e 1961. A partir da 10ª. edição o manual didático contou com 315 páginas, sendo assim publicado até sua 12ª. edição, respectivamente nos anos de 1962, 1964 e 1966. (ALMEIDA FILHO, 2008).

A grande função dessa disciplina seria, para o intelectual, a resolução de problemas educacionais. “Na área de psicologia educacional, Theobaldo Miranda Santos foi um dos autores que publicou obras que buscaram conciliar o viés católico com a busca por descrições e explicações científicas sobre a educação e desenvolvimento.” (CHRISTIANO, 2017, p. 86). Assim, ele descreveu diferentes autores e concepções, buscando aquele que melhor se adequava aos princípios católicos por ele trazidos, ao mesmo tempo em que, oferecia instruções para a busca da resolução de problemas cotidianos. Como manual didático, o livro buscava

reunir informações que possibilitassem a seus leitores subsídios para compreensão da disciplina abordada. A melhor maneira, segundo o intelectual era com a ajuda de um professor mais experiente, em cursos de formação para os docentes, com atividades que permitissem reforçar as informações estudadas. Nessa perspectiva, os livros – tanto esse quanto os demais – apresentam caráter bastante didático na apresentação das suas ideias.

O manual se divide em 6 partes, que se subdividem em 26 capítulos para atender aos objetivos do escritor. Assim a partir de conhecimentos existentes sobre a Psicologia Geral, reunidos com conhecimentos sobre a Psicologia da Criança e do Adolescente, bem como com Orientações Educacionais, o intelectual buscou aglutinar em compêndio uma síntese didática, que possibilitasse, aos seus leitores, compreender as contribuições trazidas pela psicologia pedagógica até seu tempo. (SANTOS, 1945b).

Inicialmente o intelectual abordou no manual conceitos introdutórios, justamente para atender quem ainda não tivesse tido contato com estudos da Psicologia Geral, essa Introdução se subdivide em 3 itens: A psicologia; Métodos da Psicologia; e Os Fatos Psicológicos, esses capítulos iniciam na página 23 e vão até a página 61. Em seguida o escritor abordou no manual o que intitulou por Primeira Parte na qual tratou das condições que entendia serem as fundamentais da vida psíquica, para isso ele subdividiu essa parte em dois capítulos: A Consciência; e O Organismo, esses capítulos iniciam na página 65 e finalizam na página 89. É já na Primeira Parte que ele inicia o item Orientação Educacional, que vai até o final do manual, e buscou, em atenção à psicologia educacional, trazer subsídios para a utilização prática das teorias. Na sequência, na Segunda Parte, o autor abordou o que avaliava como funções gerais da vida psíquica, também divididos em dois capítulos: A Atenção; e O Hábito, esses capítulos iniciam na página 93 e vão até a página 112.

Posteriormente o intelectual, na Terceira Parte, abordou o que são para ele os fatores de evolução da vida psíquica, subdividindo o texto em três capítulos: O Crescimento Físico; O Desenvolvimento Mental; A Aprendizagem, esses capítulos iniciam na página 115 e terminam na página 173. Em seguida o autor abordou a Quarta Parte, em que trabalhou o que considerava serem as funções especiais da vida psíquica, que davam caracteres mais humanos à personalidade das pessoas, parte que subdividiu em 15 capítulos: A Sensação e a Percepção; A memória; A

Associação de Ideias; A Imaginação; A Abstração e a Generalização; O Juízo e o Raciocínio; A Linguagem; As Tendências; O Prazer e a Dor; As Emoções; Os Sentimentos; As Paixões; Os Reflexos; Os Instintos; A Vontade, esses capítulos iniciam na página 177 e finalizam na página 357, ocupando assim a maior parte do manual. Por fim, o escritor aborda na Quinta Parte, o que considera ser a síntese da vida psíquica. Essa parte tem apenas um capítulo: A Personalidade, que inicia na página 361, e vai até a página 400, o final livro – se contado isoladamente é o capítulo mais longo do manual.

A divisão e estruturação dos capítulos deixavam claro, o quanto, naquela circunstância histórica, a Psicologia Educacional era ancorada em saberes ligados principalmente à Psicologia Geral e à Biologia. Essas características não foram obstáculo para Miranda Santos, que lançou mão da disciplina para subsidiar sua compreensão de educação:

Para ele, educação é um processo que deve visar à formação integral da criança, considerando os aspectos moral, intelectual e físico. Essa perspectiva se vinculava à visão de homem, composto de espírito e corpo, sendo que as faculdades morais e intelectuais compõem o espírito e corpo trata-se de uma dimensão natural. A pedagogia seria a ciência prática que teria por objetivo central contribuir para o desenvolvimento do homem. Curiosamente, para ele, o adjetivo — “prática” deve-se à participação da Filosofia na organização do conhecimento pedagógico em auxiliar na definição dos fins da educação, que remetiam ao aspecto temporal do homem, sua vida em sociedade, mas especialmente o elemento sobrenatural. Outra especificidade do pensamento pedagógico de Theobaldo Miranda Santos como católico consiste na defesa da Psicologia como área de vital importância ao campo da Pedagogia, o que se trata de outra afinidade com o escolanovismo. (SILVA, 2012, p. 61).

Na tentativa de aproximar da realidade das instituições de ensino os conceitos ali estudados, o intelectual empregou compreensões trazidas da pedagogia católica, a fim de apresentar a seus leitores o que chamou de orientações educacionais – entendidas como elementos que auxiliassem na articulação dos conteúdos teóricos com a prática docente. Seguindo essa perspectiva Miranda Santos lançou mão de conceitos que vinculavam a psicologia trazida pelas disciplinas modernas, aos princípios católicos:

A reconhecida identificação de Miranda Santos como um intelectual católico não significa, ato contínuo, afirmar que o personagem ignorou as contribuições das ciências humanas e sociais, especialmente a Psicologia aplicada à Pedagogia.

De fato, sem abrir mão de seus princípios católicos, o intelectual elaborou um discurso pedagógico que aliava a renovação do pensamento católico à utilização de algumas ciências, entre elas, a Psicologia. O uso da Psicologia no campo da educação permite situar o autor entre os renovadores educacionais do movimento pela Escola Nova. (SOUZA, 2015, p. 14).

O manual trouxe novos apontamentos do intelectual para seus leitores, porém também continha a reapresentação de textos por ele publicados em periódicos. As ideias apresentadas no artigo A educação e as tendências atuais da Psicologia (1938), publicado na revista **A Ordem**, são expressos em alguns momentos do manual. O capítulo que trata da aprendizagem traz em suas orientações educacionais, uma cópia, do conteúdo do artigo O problema de aprendizagem na Pedagogia Moderna (1940), publicado pela revista **A Ordem**. Ainda, na terceira parte do livro, ao tratar das questões do crescimento físico e do desenvolvimento mental do indivíduo por meio da educação, é retomado o que já havia sido expresso no artigo O problema Antropológico na Pedagogia Moderna (1940), publicado na revista **A Ordem**. O mesmo ocorreu ao tratar das particularidades da educação de diferentes faixas etárias, o que já havia apresentado no artigo O problema da Educação de Adultos (1935), na **RBP**. Ao tratar da personalidade, Miranda Santos destacou dois conceitos, a saber, pessoa e indivíduo, como componentes importantes para o desenvolvimento integral dos alunos, retomando ideias já escritas no artigo, publicado pela revista **A Ordem**, intitulado O problema dos Fins na Educação Moderna (1940) – no qual apresentou aspectos do pensamento de São Tomás de Aquino.

A preocupação de Miranda Santos com a cientificidade de seus textos relativos à Psicologia Educacional é bastante evidente, conforme avaliação de Souza (2015):

O cientificismo de Miranda Santos não era positivista ou naturalista, mas espiritualista. Há que se fazer aqui a distinção entre a Psicologia positivista, empírica, e a Psicologia como ciência do espírito ou racional. Para Miranda Santos, a Psicologia, a Pedagogia e a Filosofia eram ciências do espírito e, portanto, deveriam estar livres do domínio do naturalismo sobre as ciências humanas. [...]. Ao definir a Psicologia como ciência do espírito, Theobaldo Miranda Santos aproximou-se da noção de ciência de Hegel, que defendia o primado das humanidades e, principalmente da Filosofia, sobre as ciências naturais. (SOUZA, 2015, p. 395).

A escolha de quais capítulos discutir em nossa dissertação foi tarefa importante, tendo em vista as particularidades das tomadas de posições existentes

nos diferentes itens. Em que pese isso, buscou-se atender a critérios de exequibilidade, bem como o intuito de sintetizar o pensamento do intelectual, particularmente nas intersecções entre a educação e o catolicismo. Assim, optou-se pela análise dos capítulos: A Psicologia; A Aprendizagem; e A Personalidade.

O ponto de partida para a compreensão do escrito de Theobaldo Miranda Santos no âmbito da Psicologia da Educação foi o do reconhecimento de suas análises iniciais acerca de uma Psicologia Geral. Duas seriam as grandes correntes que subdividem a área, segundo a perspectiva do intelectual, até seu tempo:

A posição da Psicologia entre as demais ciências varia de acordo com a concepção dos psicólogos sobre a natureza dos fenômenos psíquicos. Para os materialistas, sendo a alma apenas uma função do sistema nervoso, a Psicologia é um ramo das *ciências naturais*. Para os espiritualistas, a Psicologia faz parte das *ciências do espírito*, pois os fenômenos psíquicos, por sua natureza imaterial e inextensa, se distinguem, irredutivelmente, de todos os outros fenômenos do universo. (SANTOS, 1945b, p. 24).

Para o intelectual a Psicologia, de modo geral, deveria se preocupar com os fatos psicológicos do sujeito, ao ponto que desse modo pudesse abarcar a pessoa em sua totalidade, em diferentes idades e momentos de sua vida.

Os fatos psicológicos só podem ser isolados por um artifício da abstração. Todos eles se fundem na síntese da personalidade e tomam aspectos diversos conforme a estrutura e a dinâmica do temperamento, do caráter e do *eu* de cada indivíduo. Compreende-se, dessa maneira, que os fatos psicológicos revistam-se de totalidades variadas nos diferentes períodos evolutivos do homem. Eis porque a criança, o adolescente, o jovem, o adulto e o velho apresentam características mentais próprias e particulares. Em cada fase da evolução humana os fatores psicológicos se acentuam ou se esbatem, organizando-se em quadros caracterológicos diversos. (SANTOS, 1945b, p.55-56).

Ao tratar da totalidade da pessoa humana, Miranda Santos faz a defesa da pedagogia católica, a qual, em seu entendimento, seria a única capaz de permitir ao ser humano o desenvolvimento pleno de suas capacidades físicas, intelectuais e espirituais. O intelectual católico destacou em seu texto que apenas o desenvolvimento do âmbito espiritual poderia impulsionar o ser humano para sua finalidade última, a saber, aproximar-se da perfeição objetivada por seu Criador. O aspecto religioso, portanto, fica claramente ligado à ideia de uma proposição formativa.

Os fatos psicológicos, são para o intelectual, agrupados e somados no decorrer de toda a existência, e vão paulatinamente fazendo a pessoa se transformar, do mesmo modo que transforma suas compreensões. Assim, ao se considerar que o ser humano se modifica ao decorrer de sua vida, em acordo com Miranda Santos, uma compreensão ultrapassada da infância, adotada pelos diferentes povos, precisava ser superada:

A escola gravita em torno da mentalidade do adulto à qual se devia subordinar inteiramente, a criança. Daí o caráter fundamentalmente lógico que presidia à estrutura de todas as instituições escolares. Por isso, a técnica pedagógica consistia na adaptação forçada do espírito infantil a moldes rígidos e mecânicos, elaborados de acordo com as necessidades e interesses do adulto. E quando isso não acontecia era porque o educador, empiricamente, por uma intuição tão frequente em certos mestres da antiguidade, orientava o processo educativo de acordo com a natureza da criança. (SANTOS, 1945b, p. 57).

Miranda Santos deu às ciências naturais o crédito dessa concepção ultrapassada, para ele, foi a partir desses ideais, que a criança passou a ser considerada como mini adulto, e até mesmo as indumentárias em diferentes espaços eram usadas sem distinção entre as necessidades das idades. Para a superação desses ideais ultrapassados, o intelectual considerava que reconhecer a infância como período diferente cognitivamente da pessoa é passo inicial:

A criança possui, por conseguinte, em germe, todas as virtualidades do adulto, porém, sob uma forma própria, que poderá variar, a cada instante do seu desenvolvimento, e modificar-se sob a influência do meio. A criança deve ser considerada como um ser em constante evolução, em lenta mas progressiva ascensão à maturidade psíquica do adulto. Assim, compete a educação a tarefa de, sem perturbar o desenvolvimento natural da criança, cultivar na mesma as faculdades de adaptação ativa, que lhe permitirão ajustar-se, mais tarde, às exigências da vida social e aos imperativos da lei moral. (SANTOS, 1945b, p. 57).

Apesar de não identificar diretamente qual das duas posições adotou – Psicologia enquanto ramo das ciências naturais ou ciências espirituais –, Miranda Santos deixou transparecer em sua escrita, que por vezes defendia mais uma vertente do que outra, verificando-se seu apreço pela concepção espiritualista. Esse posicionamento do intelectual evidenciou-se quando, ao falar especificamente da aprendizagem, apropriou-se de ideais ligados aos princípios tomistas:

É oportuno e interessante por relevo a concordância surpreendente da doutrina da aprendizagem formulada por Sto, Tomas de Aquino, há sete séculos, com certas conclusões das mais modernas psicologias da aprendizagem humana. Para o grande filósofo medieval, o principal agente da aprendizagem é a atividade daquele que aprende. [...] Sto. Tomás não comete, porém o erro de muitos modernos de confundir a aprendizagem do homem com a do animal. [...] Em suma, Sto. Tomás considera a aprendizagem como um processo inteligente, dinâmico, auto ativo e global, pois a alma humana é uma, simples, idêntica a si mesma e fundida substancialmente ao corpo. (SANTOS, 1945b, p. 163-165).

Contudo, o intelectual acreditava que era necessário, partindo de um filtro embasado nos princípios da religião católica, apropriar-se de algumas compreensões das ciências naturais. Assim, Miranda Santos levantou críticas aos elementos das teorias que considerava não atenderem aos referidos critérios, justamente a seu ver, por deixarem lacunas pelo seu caráter essencialmente materialista, ao considerar a construção da aprendizagem do indivíduo.

Apesar das divergências de ordem psicológica ou filosófica existentes entre as várias teorias da aprendizagem [...], é possível caracterizar sinteticamente algumas conclusões comuns a que elas chegaram, por caminhos diversos, e das quais nos podemos servir como meios eficazes para a realização da ação educativa. Mas, atendendo ao imperativo inelutável da razão e da experiência, devemos, desde já, refutar o elementarismo associacionista dos herbartianos e dos estruturalistas, na sua pretensão de transformar o espírito humano numa aglomeração de átomos mentais; o organicismo e o mecanicismo radicais dos hedonistas, reflexologistas e dos behavioristas, na sua tentativa malograda de reduzir a atividade psíquica a uma sucessão automática de reações nervosas e transformar o homem numa simples máquina de reflexos condicionados; o pragmatismo dos funcionalistas que buscava fazer da inteligência um mero instrumento de ação e que só admitem, na interpretação dos processos psíquicos, as causas finais, desprezando as causas eficientes ou determinantes. (SANTOS, 1945b, p. 165).

A crítica às ideias materialistas, ou seja, que negavam o sobrenatural, é recorrente no texto do manual. Tal fato é compreensível em razão de um dos fundamentos da escrita de Miranda Santos ser a compreensão tomista da realidade formativa, pautada na busca do transcendente, bem como na ideia de desenvolvimento de todas as potencialidades da pessoa. O intelectual defendia que não contemplar o espiritual significava excluir uma parte do humano, o que impossibilitaria seu desenvolvimento integral. Assumir essa perspectiva o alinha à concepção cristã que dava unidade aos intelectuais católicos que debatiam a educação no Brasil naquele momento, destacadamente, em sua rede de sociabilidade ligada ao Centro Dom Vital.

Para Miranda Santos os avanços trazidos pela Psicologia Geral, e pela Biologia, possibilitaram diferenciar o indivíduo e sua evolução ao longo do tempo de vida. A aprendizagem compreendida como processo dinâmico, inteligente, global e ativo, possibilitou perceber a necessidade de uma organização escolar que gravitasse ao entorno da personalidade infantil. Pela identificação da diferença das necessidades da infância e do adolescente, os espaços escolares que atendessem a esses grupos precisariam então compreender as problemáticas que envolvessem a constituição da personalidade em cada fase da vida. E este seria o papel da Psicologia educacional.

Segundo Barreto Filho, cujo ponto de vista aceitamos, o conceito e os fins da Psicologia Educacional são os seguintes:

- a) A Psicologia Educacional estuda os processos psicológicos enquanto eles interessam a obra da educação;
- b) ela vai atingir esses processos durante a sua evolução (infância, adolescência) e procura descobrir as leis que favorecem a sua integração e estruturação na síntese da personalidade;
- c) daí os seus característicos, de ser: 1.º) uma psicologia genética; 2.º) uma psicologia de estruturas parciais que se integram progressivamente; 3.º) uma psicologia dos instrumentos de educação (disciplinas) e da intervenção no processo evolutivo (aprendizagem, ensino). (SANTOS, 1945b, p. 165).

Para o autor, ao se analisar os processos psicológicos que envolvidos nos processos educativos, a psicologia possibilitaria mais assertividade na estruturação de uma síntese de personalidade. Superando problemas recorrentes em alguns dos processos educativos já estabelecidos no Brasil, assim a Psicologia Educacional contribuiria para a resolução de problemas de ensino em espaços educativos para a infância e a adolescência.

A estratégia de resolução de problemas adotada por Miranda Santos na escrita de seus artigos, também foi utilizada em seu manual de Psicologia Educacional. A partir do capítulo 4, o intelectual se dedicou a escrever para cada capítulo uma Orientação Educacional, nelas relatou e descreveu como aplicar diariamente as concepções trazidas acerca de diferentes temas na obra abordados. Além de empregar as ideias já tratadas no capítulo, o intelectual utilizava-se também de textos anteriormente elaborados para somar ao manual, assim, por exemplo, a Orientação educacional do capítulo A Aprendizagem, diz respeito aos 7 princípios já publicados na revista **A Ordem**, como proposta para a resolução de problemas na aprendizagem.

Para Miranda Santos a Psicologia Educacional cumpriria importante papel ao oferecer instrumentos para o desenvolvimento planejado da aprendizagem, do ensino e das disciplinas para a infância. Para além disso, ela também contribuiria para impulsionar a constituição a personalidade da pessoa, ao contemplar o período da infância, no qual constituíram-se as bases para a vida adulta. A personalidade é entendida como:

[...] síntese integral da atividade psíquica do homem. [...] o conjunto das tendências, disposições e caracteres, fisiológicos e psicológicos, inatos e adquiridos, formando uma unidade em torno do *eu*. Na organização da personalidade se congregam, numa estrutura global, fatores orgânicos, psíquicos, sociais e culturais. Em qualquer momento da vida psicológica, a personalidade reage como um todo e não como uma simples justaposição de processos isolados e independentes. Donde se conclui que tudo que é psíquico só pode ser compreendido em função da personalidade. (SANTOS, 1945b, p. 361).

Ao fazer avançar sua discussão acerca da personalidade, Miranda Santos distingue sua estrutura em quatro aspectos. O primeiro seria a constituição, para ele, esta parte representa o aspecto físico-morfológico, sendo assim a própria estrutura física do organismo, correspondendo à arquitetura do corpo:

O estudo da constituição deu origem a *biotipologia*, ciência que estuda os biótipos, isto é, os diferentes tipos humanos com suas particularidades somáticas e psíquicas, uma vez que as morfologias individuais estão intimamente associadas a certas características mentais. Podemos, por isso, estabelecer uma relação estreita entre a *soma* e a *psique*, entre a *figura* e o *caráter*, entre as formas orgânicas e os caracteres psicológicos. Todavia, não existe entre psicólogos harmonia de pontos de vista, relativamente à classificação dos tipos constitucionais. (SANTOS, 1945b, p.364).

Reconhecer os tipos de personalidade é para o autor uma tarefa importante na qual a Psicologia Educacional também contribuiria. Segundo ele, tais estudos possibilitariam agir no sentido da constituição de uma personalidade com maior segurança para agir socialmente. Seria então tarefa da educação ajustar “[...] os métodos educativos, as técnicas didáticas e as normas de orientação educacional à personalidade em formação de cada criança ou adolescente”. (SANTOS, 1945b, p. 366).

O segundo aspecto da personalidade, para o intelectual católico, é o temperamento, que seria parte da estruturação que corresponde às noções fisiológicas-endócrinas do corpo, sendo assim responsável por estabelecer as

funções de humor desenvolvidas pelos indivíduos frente às vivências. Para o intelectual essa parcela da personalidade seria essencialmente dinâmica:

Podemos definir o temperamento como conjunto das disposições afetivas e impulsivas do indivíduo. Dele depende a maneira pela qual os indivíduos reagem em face dos acontecimentos e das circunstâncias. É hereditário porque resulta do jogo dos instintos e das tendências. Não nasce, porém inteiramente estruturado. Desenvolve-se e modifica-se ao longo da existência, mas suas linhas essenciais conservam-se inalteráveis. Pode, entretanto, sofrer transformações, como acontece na puberdade. A influência que sobre o temperamento exercem as glândulas de secreção interna é profunda e decisiva. (SANTOS, 1945b, p. 366).

Como terceiro aspecto da personalidade o intelectual apresenta o caráter, que seria o responsável pelas estruturas psíquicas. Ele corresponderia às ações e reações que o indivíduo apresenta, por meio das quais se expressa frente ao mundo:

O caráter é o conjunto das disposições psíquicas que levam o indivíduo a reagir de certa maneira às impressões exteriores. É a forma pessoal de ação e expressão de cada ser humano. Ele se traduz na conduta voluntária do homem em face dos valores que orientam a sua personalidade. (SANTOS, 1945b, p. 371).

O caráter, contudo, segundo Miranda Santos, não estaria posto desde início, mas sim seria constituído, e mesmo reordenado, na razão das demandas impostas pelo cotidiano, com maior ou menor clareza, de acordo com o amadurecimento:

A razão e a experiência nos ensinam que o caráter se forma, aos poucos, sob influência de causas fisiológicas e psicológicas. Esboça-se na infância, mas só se organiza e se afirma durante a adolescência. Apesar da influência dos fatores internos e externos, o caráter representa, em grande parte, uma *criação* da personalidade. Realmente, diz Lahrs, o homem se forma a si mesmo, quer se reforme e se aperfeiçoe por uma luta perseverante contra as suas paixões e seus instintos, que se deforme e se deprave à força de capitulações e de covardias. Neste sentido, a luta pela vida, lei do mundo físico, é lei também do mundo moral. Renunciando a ela, a vida se extingue sob o peso da matéria; o instinto animal toma aos poucos o lugar da razão e da liberdade, e o homem se degrada a ponto de já não ter outro caráter que o seu temperamento. (SANTOS, 1945b, p. 373).

O quarto aspecto da personalidade, é, para Miranda Santos, o eu. Essa parcela corresponderia ao espírito do indivíduo, ou seja, ao modo como a pessoa se reconhece em si. O eu, para o autor, está no centro da vida psicológica, por isso os

demais aspectos gravitam em torno dele, sendo o responsável por estruturar e equilibrar as ações e escolhas do indivíduo:

O *eu* é a personalidade enquanto toma consciência de si própria, enquanto se afirma e se opõe ao *não eu*. É o centro de equilíbrio e de gravitação de toda a vida psicológica. Três atributos fundamentais caracterizam o *eu*: a *unidade*, a *identidade* e a *atividade*. O *eu* *unifica* os nossos fenômenos mentais num processo de vida e de ação; é sempre *idêntico* a si mesmo, apesar das transformações contínuas dos nossos estados psicológicos; e está sempre em *atividade*, pois é “o pensador de todos os pensamentos o agente de todas as ações, a atividade de que tudo deriva, a vida que põem tudo em movimento”. (SANTOS, 1945b, p. 373-374).

Ao apresentar esses quatro aspectos da personalidade, o intelectual reconheceu a importância de se perceber, por meio da psicologia as aptidões e as demandas que seriam trazidas por cada criança. Compreender como se daria a constituição da personalidade permitiria ao professor agir intencionalmente para que seu aluno desenvolvesse a personalidade por ele esperada. Ter uma perspectiva acerca de como o aluno apresentaria respostas frente a seus ensinamentos, permitiria ao professor desenhar melhor seus questionamentos. Compreender as ações e reações que o indivíduo manifestaria, facultaria ao professor reconhecer os limites e as possibilidades de sua prática diária, tendo em vista as potencialidades de seus estudantes. Ter a dimensão de como a pessoa reconhecia a si mesma auxiliaria o professor a reconhecer a si, bem como a se auto aprimorar; ao mesmo tempo em que buscava por diferentes meios aprimorá-los. Essas, entre outras compreensões, davam um efeito de sentido moderno e a princípio científico ao texto de Miranda Santos, fato que cativava alunas à perspectiva católica, ao ponto de, segundo o próprio intelectual, os quatro manuais estudados nesta pesquisa terem sido escritos a pedido das estudantes normalistas.

A psicologia, pautada nos princípios da religião traria para o professor uma descrição das ações que o mesmo deveria traçar para desenvolver o aluno integralmente. A preocupação do intelectual estava atrelada a conjectura existente em seu tempo, de possibilitar aos seus leitores meios que subsidiassem e justificassem as ações pedagógicas empregadas. Ou seja, ofereciam-se os meios para atingir os fins esperados, meios e fins que, segundo Miranda Santos, tradicionalmente se faziam presentes na concepção católica de educação. Ao discutir os quatro aspectos da personalidade, o intelectual demonstrou mais uma vez sua atenção em relação ao desenvolvimento integral do indivíduo, com a defesa de

um ensino pautado na educação, na instrução e na cultura – a partir de princípios cristãos.

Percebe-se com essa estruturação que Miranda Santos contempla os aspectos físicos, bem como os espirituais ao tratar da Psicologia Educacional. Assim, apropria-se de conhecimentos pertencentes à ciência moderna para fazer valer aspectos de sua argumentação em favor da cosmovisão católica, buscando articular o pensamento da Igreja aos avanços da sociedade secular.

O autor também destaca que a personalidade tem ligação direta com a inteligência, na medida em que influencia na aquisição, na conservação e na elaboração de expressões. Liga-se com a afetividade, na medida em que se utiliza dos sentimentos para desenvolver seus apreços e rejeições. Interage ainda com a atividade que, por meio das dinâmicas do dia a dia, contribui para o desenvolvimento de estruturas psíquicas fundamentais. Por último, e mais importante segundo o intelectual católico, a personalidade se liga à vontade, motivo pelo qual atinge sua autonomia, independência e liberdade. Assim: “A personalidade recebe a contribuição incessante de todas as funções psicológicas e sobre as mesmas exerce, a todo momento, a sua influência de síntese, de controle e de unificação”. (SANTOS, 1945b, p. 376).

Miranda Santos defende que a personalidade atua na constituição do indivíduo – ser físico – e da pessoa – ser espiritual.

O homem se revela através de dois aspectos cuja composição resulta sua realidade total: o *indivíduo* e a *pessoa*. O *indivíduo* constitui o homem natural, o que participa do que há de animal na natureza humana, o que no homem se acha submetido ao determinismo das leis biológicas, o que constitui simples parte da sociedade. A *pessoa* constitui o homem espiritual, isto é, aquilo que o homem possui de livre em face do determinismo das leis biológicas, de *autônomo* em face da influência do meio ambiente e do eterno em face da contingência da natureza e da sociedade. (SANTOS, 1945b, p. 377).

Conceitos apropriados da teoria tomista, pessoa e indivíduo, foram também utilizados por outros intelectuais que adotaram essa perspectiva para avaliar os processos educativos. Esses intelectuais não negavam as renovações trazidas pelas ciências modernas, mas defendiam o respeito à tradição educacional da Igreja, com o discurso de que essa já havia sido testada e apresentado práticas exitosas de formação. Miranda Santos também se apropriou desse ideal e, mesmo ao trabalhar o conceito de personalidade, não abandonou os referidos conceitos tomistas. A

constituição da personalidade segundo o autor seria baseada também em valores, a contemplar tanto o ser físico, quanto o espiritual:

Valores são atributos das coisas apreciados pela personalidade. São qualidades dos seres ou dos objetos, relacionados com a vida espiritual do homem. São valores a beleza, a justiça, a verdade, a elegância, a bondade, a utilidade, etc. Eles podem ser realizados, através do trabalho criador da personalidade, em certas objetivações culturais. Essas formas objetivas da cultura constituem os *bens*. Os valores, porém, não se realizam unicamente nas obras impessoais da cultura, mas também na vida interior das próprias pessoas que os apreciam. Assim, se podemos classificar os *bens culturais*, de acordo com os valores nele realizados, podemos, do mesmo modo, classificar os *tipos de personalidades*, de acordo com os valores que orientam a vida espiritual do homem. (SANTOS, 1945b, p. 378).

Percebe-se no discurso de Miranda Santos seu interesse em despertar no leitor a compreensão sobre a importância de uma educação que primasse por valores. Ao objetivar a construção desse ideal é importante ressaltar que o intelectual não tratava de quaisquer valores, mas daqueles que respeitassem a tradição católica, a seu ver, únicos capazes de abarcar a pessoa e o indivíduo por completo. Visando formar professores que adotassem os valores como uma perspectiva de compreensão do processo de ensino, o intelectual abordava o conceito em seu manual, tendo em vistas abarcar a realidade brasileira.

Os valores eram para os grupos católicos parte integrante e constitutiva da fé e da religião. Para Miranda Santos eles deveriam ser tratados por meio de um ensino que primasse pela formação da personalidade, por meio das bases sólidas de uma compreensão religiosa do mundo. Contudo, vale ressaltar que para além desse discurso, os católicos buscavam cooptar maior número de pessoas em favor de seu ideal, para assim estabelecer uma pressão política a fim de ter suas solicitações atendidas também no campo das políticas para a educação. Quem teria o ímpeto de contestar os valores constituídos a partir da imagem do Cristo? Poucos o fizeram, e isso trazia coesão ao discurso do grupo de intelectuais católicos.

Verifica-se que para Theobaldo Miranda Santos a pessoa e o indivíduo articulam-se à experiência, a qual impactaria de forma importante a construção da personalidade como um todo, impulsionando a evolução do eu. Como não nasce pronta, a personalidade precisaria ser construída, o que demandaria por um tempo da vida. Nesses termos:

A criança não possui personalidade, no sentido rigoroso da expressão. Várias causas impedem que a vida psíquica infantil possa tomar uma forma *pessoal*. Em primeiro lugar, a incapacidade de síntese da consciência da criança, cuja estrutura inconsciente e dispersiva impede a fixação da atenção, a organização da memória e a atividade controladora da vontade. Em segundo lugar, a indistinção primitiva entre o sujeito e o objeto, a confusão do eu com o não-eu, da percepção com as coisas, fazem com que a criança não estabeleça linhas de separação entre a própria individualidade e o mundo exterior. Estes caracteres emprestam um aspecto particular e original à concepção que a criança possui do universo. O mundo infantil é um mundo de sonho, de jogo e de magia. (SANTOS, 1945b, p.383).

A maturidade da personalidade, segundo o autor, seria mais decisivamente constituída na adolescência, fase na qual também se completaria o seu processo evolutivo:

Na adolescência, organiza-se a personalidade porque, nessa fase, se completa o processo evolutivo de estruturação e integração da vida psíquica. Mas, somente após as crises psicológicas da adolescência, poderá a personalidade atingir a plenitude do seu desenvolvimento. (SANTOS, 1945b, p. 384).

Se a personalidade se constitui na adolescência, como poderia a educação de crianças atuar na promoção de meios para uma evolução da mesma? Como ciência vista como meio para resolução dos problemas da educação, a psicologia educacional pode, em acordo com Miranda Santos, responder esse questionamento:

A orientação da personalidade, é antes de tudo, um problema de formação. Formar sob o ponto de vista educacional, é atualizar o que existe de potência, é explicitar o que existe de implícito. Representa uma tarefa de colaboração ativa entre o educador e o educando, tendo por finalidade desenvolver no homem o atributo essencial que o especifica, isto é, a sua *humanidade*. Desse conceito de formação resulta que o desabrochamento da personalidade deve ser orientado e dirigido. (SANTOS, 1945b, p. 392-393).

Se, cabe à educação destinar o desabrochamento da personalidade por caminhos adequados e não tortuosos, então como fazer isso? Ao tomar a Filosofia como campo de saber máximo da ciência da educação, Miranda Santos buscou nessa seara justificações acerca da concepção de ser humano, inclusive para posicionar questões ligadas à psicologia educacional. Nesse sentido, esclarece:

E essa orientação ou direção deve abranger, não apenas um dos aspectos parciais da personalidade, mas a totalidade da mesma. Ora, quando examinamos a personalidade verificamos que ela apresenta três aspectos

essenciais: o *físico*, que é a ordem da natureza; o *intelectual* que é a ordem das ideias; e o *moral*, que é a ordem dos deveres. Uma formação integral da personalidade deve envolver esses três aspectos e, para a realização da mesma, devemos empregar três meios pedagógicos fundamentais: a *educação*, que é a aquisição de hábitos; a *instrução*, que é a aquisição de conhecimento; e a *cultura*, que é a aquisição de ideias. A educação constitui o âmbito da *técnica* e da *ação* e é nela que formamos o nosso *poder*; a instrução constitui o âmbito da *ciência* e é nela que formamos o nosso *conhecer*; a cultura constitui o âmbito da *sabedoria* e é nela que formamos o nosso *dever*. (SANTOS, 1945b, p. 393).

A psicologia educacional, conforme pode-se perceber ao decorrer da avaliação do manual em questão, corresponde para Miranda Santos uma seara importante da construção dos processos educacionais. Apesar de não ser ela a responsável por dirigir todas as ações educativas da *episteme*, pois essa tarefa seria da filosofia, conforme expresso pelo autor, ela é responsável por resolver problemas cotidianos, na medida em que auxilia na compreensão da constituição da pessoa e do indivíduo. Efetivamente, em acordo com o manual, a Psicologia Educacional era um pilar da obra educacional.

Miranda Santos, para além da obra aqui analisada teve uma grande quantidade de livros e artigos publicados discutindo questões da Psicologia Geral e da Psicologia Educacional. As disciplinas receberam atenção do autor e posteriormente o mesmo foi reconhecido pela pesquisa histórica na área, sendo considerado por alguns como referência obrigatória ao se tratar da História da Psicologia do Brasil no século XX. (MASSIMI, 2004; SOUZA, 2015). Como se sabe, a Psicologia Educacional era fortemente defendida pelos Pioneiros da Escola Nova, e até certo ponto foi rejeitada pelos católicos. Entretanto, Theobaldo Miranda Santos estava entre os intelectuais católicos que incorporaram aspectos das renovações trazidas pelas ciências modernas. Nesse sentido:

A apropriação deste autor sobre as propostas do movimento educacional da escola nova se manifesta em vários momentos do manual, como por exemplo, a crítica ao “ensino tradicional”, acusado por ele de tomar o aluno como um agente passivo em sua aprendizagem, defendendo uma postura ativa da criança em sua aprendizagem. Da mesma forma, as rejeições às ideias do movimento da escola nova perpassam todo o manual. Ao considerar a pedagogia cristã como a única capaz de dar uma formação integral, em alguns momentos, o autor faz uma crítica às teorias apontando-as como unilaterais e rígidas e, em outros momentos, como postulados românticos e utópicos. (PARDIM, 2013, p. 119).

Reconhecer que os posicionamentos de Theobaldo Miranda Santos levavam em conta e consideravam a importância dos avanços nas ciências modernas é algo

relevante para nosso trabalho de investigação, pois isso confirma a ideia de que sua ação como intelectual buscava uma solução conciliadora e assertiva, para que a Igreja não perdesse seu espaço no âmbito da formação de professores – isso, sem abrir mão dos princípios cristãos. Em seu discurso, reconhecer no conceito de pessoa a designação do âmbito espiritual, alinha-se à compreensão da existência de um Deus que poderia consolidar a perfeição na personalidade, via a atuação da pessoa articulada às finalidades educativas últimas.

A produção de manuais como tarefa intencional e ato político nos faz perceber que as escolhas de palavras, de metodologias e de conhecimentos, a serem veiculados para as próximas gerações educadoras, diziam respeito à perspectiva católica que ganhava expressão no discurso do intelectual. Contudo, ao dialogar e assimilar avanços particulares das ciências modernas, Miranda Santos de algum modo demarcava posição em relação aos grupos da Igreja que eram mais resistentes a esse diálogo. Como integrante de uma parcela renovadora no seio da militância laica, Theobaldo Miranda Santos empregou o manual **Noções de Psicologia da Educação** a fim de dar uma direção às aulas aplicadas nas instituições de formação de professores. Verifica-se, portanto, que o autor se propôs a impactar os educadores de seu tempo, com vistas a fortalecer ideais católicos colocando-os em diálogo com novas perspectivas do campo educacional.

3.4 Posicionamentos no manual **Noções de Filosofia da Educação** (1947)

Inicialmente, cumpre destacar que o manual **Noções de Filosofia da Educação** (1947), (Anexo C – fac-símile da capa e do índice do manual), é o único deste trabalho em que não utilizamos a 1ª. edição, e sim empreende-se o estudo da 2ª edição. Isso se deve em razão de não se encontrarem disponíveis exemplares da 1ª. edição, publicada em 1946, na Coleção Atualidades Pedagógicas. Cabe destacar também que a primeira versão do texto foi publicada, em 1942, pela editora Buffoni, sob o título **Filosofia da educação: grandes problemas da pedagogia moderna**. Esse fato trouxe implicações para nossos critérios de seleção de material, na medida em que extrapolaria os limites da publicação, como parte da Coleção Atualidades Pedagógicas. A reedição do texto contou com mudanças estruturais para adequar o livro ao modelo de edição da Coleção, sem, contudo, haver grande

modificação no conteúdo apresentado pelo autor.²⁰ A partir dessa avaliação, optou-se pela análise da 2ª. edição, a qual foi publicada como parte da coleção editorada por Fernando de Azevedo, com o título **Noções de Filosofia da Educação**, em 1947. Houve ainda uma 3ª. edição em 1949. As 3 primeiras edições contaram com 284 páginas. Já a partir da criação da coleção Curso de Psicologia e Pedagogia, por parte de Theobaldo Miranda Santos, o livro passou a ser editorado por ele próprio, com trajetória da 4ª. até a 12ª. edições. A 4ª. e a 5ª edição foram publicadas respectivamente em 1952 e 1953, ambas com 279 páginas. A 6ª. edição foi publicada em 1956, com 253 páginas, e a 7ª edição, em 1957 com 272 páginas. A partir da oitava edição, os 5 últimos manuais abarcaram 253 páginas cada, e foram respectivamente publicados nos anos de 1962, 1962, 1964, 1968 e 1969. (ALMEIDA FILHO, 2008; SOUZA, 2015).

Acerca das diferentes edições do texto, cabe ressaltar o indicado por Silva (2014):

Durante seu ciclo de vida, o manual de Theobaldo Miranda Santos em suas respectivas reedições, sofreu alterações mínimas no que diz respeito à configuração textual; os capítulos e os conteúdos teóricos permaneceram literalmente inalterados. Para ele, desde o ponto de vista da doutrina da *philosophia perennis*, tratava-se de determinar as finalidades educacionais, os valores pedagógicos, as normas práticas da boa conduta individual e social e, sobretudo, os fundamentos de uma política educacional, pois não há possibilidades histórico-filosóficas quanto à existência de uma pedagogia neutra. Ademais, concebia o indivíduo como ser essencialmente uno, dotado de razão e liberdade. Consequentemente, à educação caberia formá-lo como ser moral, ou seja, subordinado à lei do dever, dotado de responsabilidade ou passível de mérito e demérito, recompensa ou castigo. Enquanto pessoa tem caráter de fim e como tal é suscetível de direitos. (SILVA, 2014, p. 76).

Do mesmo modo que os demais, o presente manual foi identificado por Miranda Santos como um compêndio, o qual não visava produzir conceitos originais, mas sim reunir informações necessárias para a formação de professores. A escolha do que apresentar ou não, pode ser entendido como primeiro ato intencional desenvolvido pelo intelectual nesse tipo obra. O manual foi escrito em 284 páginas, as quais foram divididas em duas partes, subdivididas num total de 10 capítulos.

A primeira parte do manual é intitulada Bases filosóficas da educação. Ela é dividida em quatro capítulos. O primeiro capítulo trata da Filosofia em geral,

²⁰ Para saber mais sobre as modificações realizadas de uma edição para a outra, recomenda-se verificar: SOUZA, Rodrigo Augusto de. **Postulados da Pedagogia Perennis**: a concepção de Filosofia da Educação de Theobaldo Miranda Santos (1935–1946). 2015. 483 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

buscando compreender como ela se constituiu em seu tempo. O segundo capítulo trata da Educação, buscando compreender os conceitos da mesma através dos tempos e das relações estabelecidas com o conhecimento. O terceiro capítulo aborda as questões da Educação e da Filosofia, nele o intelectual defende a dependência da Educação em relação à Filosofia, e discute como a pedagogia enquanto ciência da educação precisa possibilitar que se desenvolvam ideais de vida e valores morais. Algo que, em seu entendimento, apenas poderia ser atingido com auxílio da Filosofia. Por fim, o quarto capítulo aborda a questão da Filosofia da Educação, nele Miranda Santos debate a Filosofia da Educação como campo de conhecimento da área da educação, o qual deveria ser compreendido para além da Filosofia geral, mas que não poderia esquecer que tem nela suas raízes.

A segunda parte se intitula Problemas Filosóficos da Educação e se subdivide em seis capítulos. O capítulo cinco, o primeiro dessa parte, trata dos Fins da Educação, nele o intelectual aborda os ideais educativos e os valores para a construção de um processo educativo adequado, pautado nos fins e não nos meios. O capítulo seis trata do Educando, nele Miranda Santos aborda as questões que considera pertinentes acerca da natureza humana, apontando para a necessidade do estudo também de outras disciplinas, a fim de se compreender a complexidade da personalidade com vistas a uma atuação educacional consciente. O capítulo sete trata dos Métodos da Educação, nele o intelectual traz questões referentes aos valores e utilidades dos métodos, que em sua avaliação precisavam ser aplicados visando o desenvolvimento integral da personalidade. Dessa forma, embora não fossem o fim último da educação, possuíam relevância enquanto meios para se atingir o ideal.

O capítulo oito, quarto da segunda parte, aborda questões atinentes ao Educador, nele o intelectual discute, a partir de variadas perspectivas, a definição de educador e esclarece ainda acerca das qualidades e da personalidade de tal agente, as quais deveriam ser desenvolvidas em torno de um ideal. O capítulo nove contempla a Aprendizagem. Ao tratar da necessidade de uma aprendizagem dirigida, Miranda Santos criticou as propostas que não tomavam para si essa prática. Destacou a questão da aprendizagem sob o olhar de diferentes correntes, esclarecendo que para ele, uma educação de qualidade, deveria propiciar uma aprendizagem que de início respeitasse as diferenças individuais, mas que buscassem um fim último coletivo de qualidade. O capítulo dez, último da segunda

parte, finaliza o livro. Nele o intelectual católico fala sobre a importância do equilíbrio entre a liberdade e a autoridade, para a construção de uma disciplina adequada ao ambiente escolar, que levasse ao desenvolvimento integral da personalidade.

O manual **Noções de Filosofia da Educação**, apresenta sinteticamente as ideias defendidas por Miranda Santos para a disciplina, e como nos outros livros o intelectual traz concepções que ainda não havia apresentado para seus leitores de maneira mais estruturada, mas também utiliza discussões já realizadas em periódicos. Dentre os manuais aqui analisados este é o que mais similaridade tem com ideias já expressas em impressos anteriores. A defesa de uma educação pautada nos princípios cristãos e de uma apropriação dos avanços da pedagogia moderna, conforme concebida no artigo A Pedagogia Moderna e a Educação Cristã (1937), impresso na **RBP**, e também no artigo O conceito de Educação na Pedagogia Moderna (1940), publicado na revista **A Ordem**, foram novamente defendidos no capítulo dois do manual – o qual trata especificamente da educação. A ideia da dependência da Pedagogia em relação à Filosofia, conforme defendido no artigo A Pedagogia e a Filosofia (1940), publicado na revista **A Ordem**, foi novamente apresentada no terceiro capítulo, o qual aborda a educação e a filosofia. Ainda, ao tratar da Filosofia da Educação no capítulo IV, Miranda Santos retomou ideias defendidas no artigo Será a Pedagogia uma ciência? (1942), publicado na revista **A Ordem**. Ao falar do educando no capítulo V, o intelectual também traz apontamentos relativos a um artigo anterior, qual seja o intitulado O problema Antropológico na Pedagogia Moderna (1940), também da revista **A Ordem**. No capítulo nove, ao tratar da aprendizagem, Miranda Santos trouxe alguns princípios já apontados no artigo O problema da aprendizagem na Pedagogia Moderna (1940), da revista **A Ordem**. E por fim, ao discutir a questão do equilíbrio entre liberdade e autoridade, no capítulo dez, o autor retomou seu artigo intitulado O problema da disciplina na Pedagogia Moderna (1941), também publicado na revista **A Ordem**.

A escrita de artigos deixou marcas evidentes na produção de Theobaldo Miranda Santos. Contudo, a concretização dos manuais permitiu ao intelectual que seus textos atingissem pessoas em diferentes espaços, os quais anteriormente ele não atingia:

Em toda sua existência o corpo textual do manual foi se adaptando aos mecanismos pelos quais foram surgindo, sua passagem por artigos da revista A Ordem no início da década de 1930 fez dessas comunicações

veículos por qual a Igreja apresentava suas diretrizes ligadas à educação. Todavia, no momento em que se encorpou como manual de ensino correu pelas principais vertentes católicas do período, Colégios, Institutos de Educação, Universidades, etc. (SILVA, 2014, p. 76).

A inserção do intelectual no mercado livreiro possibilitou a ampliação do seu alcance, que passou a atingir diferentes grupos. E como disciplina considerada mestra para a educação pelo intelectual, a Filosofia da Educação não ficou fora do seu alvo de atuação. Os posicionamentos do intelectual com o manual analisado neste tópico foram bastante claros, ele tinha a:

[...] pretensão de ser uma ferramenta para uso didático, um resumo sintetizando os principais problemas da Pedagogia Moderna. Sua produção está condicionada aos preceitos legais e às normas da Igreja, reafirmando o papel da mesma no cenário educacional brasileiro. (CALIXTO, 2014, p.11)

Entendida como disciplina central para o desenvolvimento de uma educação de qualidade, a Filosofia recebeu de Miranda Santos atenção especial.

Após o breve estudo do conceito histórico da Filosofia, Theobaldo M. Santos aponta que a Filosofia é uma ciência do espírito, e sua história está imiscuída com a história do progresso da civilização; por isso, seu desenvolvimento é uma obra de todas as épocas, de todos os filósofos, da tradição. E essa Filosofia significa conhecimento e tem uma natureza específica, que se distingue do conhecimento empírico ou vulgar, conhecimento científico particular e conhecimento revelado ou teológico. (CALIXTO, 2016, p. 87).

A considerar isso, bem como o objetivo da presente dissertação, buscou-se selecionar as questões trazidas ao longo do manual, de modo a se construir uma compreensão interessada dos conhecimentos defendidos pelo intelectual. Nesse sentido, foram escolhidos alguns itens específicos a serem discutidos. Do capítulo dois foram selecionadas as partes que Miranda Santos intitulou: Conceito cristão de educação; Conceito personalista; Harmonia e integridade na concepção cristã. Do capítulo quatro foram selecionadas as partes: Conceito de Filosofia da Educação; Maritain e os “preconceitos” da pedagogia moderna. Do capítulo oito foram selecionados os itens: A vocação pedagógica; Qualidades físicas do educador; Qualidades intelectuais; Qualidades Morais; O educador e o ideal.

É importante destacar que o ideário filosófico, pautado nos princípios de Maritain, era um discurso fortalecido e defendido pelo grupo de intelectuais católicos. Os estudiosos brasileiros buscavam traçar uma compreensão da imagem esperada

dos professores, dos alunos, do ensino e da aprendizagem, para tanto os grupos católicos buscavam subsídios nas ideias do filósofo francês. Apropriando-se dos conceitos de Maritain, os intelectuais católicos buscavam atrelar a realidade brasileira às ideias de democracia cristã, para por meio de um discurso intencional atingir o ideário da sociedade civil. Eles acreditavam que por meio da reunião de um grande número de indivíduos da sociedade civil, conseguiriam fazer pressão e assim encontrar espaço na sociedade política – que, por sua vez, sentir-se-ia acossada, em razão de grande parte de seu eleitorado ter concepções atreladas aos ideais católicos.

Uma das estratégias dos intelectuais católicos para que seus discursos atingissem mais pessoas no campo educacional foi a de oferecer respostas claras e objetivas, acerca de como fazer e de como agir para desenvolver integralmente os estudantes. Primeiramente, alcançavam pelo seu discurso os professores, que conformariam a mentalidade de seus alunos e instituições de trabalho; que por sua vez impactariam suas famílias. Nessa perspectiva, os manuais didáticos foram uma importante ferramenta, pois atingiam os professores em sua formação inicial, momento em que poderiam surgir inseguranças e dúvidas, as quais os manuais responderiam.

Tendo em vista o papel desempenhado pela Filosofia na elaboração e defesa dos ideais educacionais trazidos ao texto por Miranda Santos, verifica-se que a disciplina no discurso do autor faz fronteira com o campo da educação, principalmente com vistas à compreensão das finalidades do ato educativo. De tal modo, para o autor:

Se todos os problemas pedagógicos, [...] se baseiam explícita ou implicitamente numa concepção do homem, da vida e do universo, o estudo desses problemas, para ser amplo, profundo e completo exige, o conhecimento dos seus fundamentos filosóficos. Além disso, entre as questões educacionais, existentes uma que as ciências particulares tributárias da pedagogia, não podem resolver: é a questão dos fins ou dos ideais da educação. Onde [há] a necessidade de uma filosofia da educação, visando à crítica reflexiva dos postulados das ciências e das técnicas educativas e a formulação das finalidades da ação pedagógica. Podemos definir a filosofia da educação como a teoria crítica e normativa da educação, considerada esta nos seus aspectos essenciais e nas suas relações vitais. (SANTOS, 1947a, p.103-104).

Nesta perspectiva o intelectual considera que é por meio da Filosofia da Educação, com sua visão sintética, crítica e analítica e pelo seu teor normativo

pautado em valores culturais e morais, que se pode analisar o educando, o ato educativo e os valores e fins empregados às ações desenvolvidas na educação. Para Miranda Santos, são as características da Filosofia Geral, que fazem com que a Filosofia da Educação seja necessidade primordial da formação do educador, já que é por meio dela que se desenvolvem os ideais de homem, mundo e relações estabelecidas em diferentes sociedades. Sendo assim, é por meio da Filosofia da Educação que o professor consegue criar suas sínteses com relação a fatos desenvolvidos nos meios educacionais de diferentes tempos, a fim de fazer “[...] a crítica das conclusões das ciências e das técnicas pedagógicas e estabelecer os fins e propósitos da ação Educativa”. (SANTOS, 1947a, p.104). A disciplina de Filosofia assumia para o intelectual tal perspectiva crítica, por meio da qual se poderia constituir um conhecimento educacional embasado na investigação filosófica.

As investigações filosóficas têm um caráter crítico e reflexivo; é seu papel julgar o valor e a legalidade dos métodos empregados pelas ciências particulares e sua característica maior é sua função normativa e valorizadora: à filosofia cabe a interpretação da realidade universal. A síntese do autor em relação à natureza da filosofia segue a definição de Aristóteles e São Tomas de Aquino: “a filosofia é a ciência da universalidade” e por isso é um sistema de conhecimentos naturais. (CALIXTO, 2016, p. 88).

A partir do entendimento do que é a Filosofia da Educação sob o ponto de vista de Miranda Santos, bem como seu posicionamento intelectual em defesa dos ideais cristãos, é possível verificar o quanto sua compreensão de educação é ancorada nos princípios do catolicismo. Na defesa do ideal de uma formação integral, Miranda Santos apoia-se em elementos fundantes da espiritualista cristã:

O Cristianismo, embora constitua um sistema filosófico, representa uma concepção integral do homem, da vida e do universo que, pela sua amplitude e profundidade, transcende os limites estreitos de uma escola filosófica, para abranger o real em sua inteireza e plenitude. Segundo a concepção espiritualista cristã, a realidade universal compreende dois planos ontológicos distintos entre si, mas íntima e harmoniosamente entrelaçados:

a) o plano natural ou da Natureza, que abrange o universo criado em que os seres, desde os mais ínfimos, se dispõem numa gradação ordenada e hierárquica, determinada pelo grau de perfeição inerente à natureza de cada um deles. No ápice da natureza visível, a concepção cristã coloca o homem, como perfeição máxima da natureza, contendo em si, ao mesmo tempo, as perfeições de todos os seres que eles são inferiores e a perfeição específica ou própria de sua racionalidade. Nesta racionalidade de natureza espiritual se alicerçam o conceito de personalidade. Somente o homem possui uma personalidade livre e autônoma e direitos e deveres

impostergáveis. A moral é pois, apanágio da natureza humana. A razão de ser da personalidade é a realização da sua máxima perfeição moral. E o mundo e a natureza existem para que a personalidade humana possa realizar seus fins transcendentais.

b) o plano sobrenatural ou da Graça, que transcende o plano da natureza sem o destruir ou contrariar, no que ele possui de legítimo e natural. O plano sobrenatural abrange as realidades que superam os limites da matéria, da quantidade, do tempo e do espaço. [...] O cristianismo representa, portanto, uma concepção total do homem, da vida e do universo que dá a cada elemento de que se compõe a realidade o seu devido sentido de valor dentro de uma escala hierárquica que subordina o relativo ao absoluto, o efêmero ao eterno, o temporal ao espiritual, a natureza à Graça. (SANTOS, 1947a, p. 61-62).

Em busca de contemplar a formação total da personalidade do educando Miranda Santos emprega largamente, em suas defesas, a compreensão de ser humano integral:

[...] a educação é formação completa da personalidade, através do desabrochamento integral das suas virtualidades físicas, intelectuais e morais. A educação cristã procura a se desenvolver no homem toda a perfectibilidade de que ele é capaz, no sentido de prepará-lo para ordem da natureza e para a ordem da graça, para a vida natural e para a vida Sobrenatural. Para isso, é necessário que a formação física do educando se subordine à formação intelectual e esta à formação moral. Pois, o fim supremo da educação cristã é a perfeição moral simbolizada pela personalidade viva de Jesus Cristo. (SANTOS, 1947a, p. 62-63).

A apropriação do intelectual de conceitos universais católicos para a composição de sua proposição acerca da educação avançou mais, ele acreditava também, que a partir da compreensão do personalismo cristão, a educação poderia contemplar satisfatoriamente o indivíduo, a sociedade e a espiritualidade, para que a pessoa atingisse seu potencial máximo. Ancorado nessa perspectiva, Miranda Santos defendeu que o indivíduo poderia se submeter à sociedade, no entanto, a sociedade deveria se submeter à pessoa.

Para o personalismo cristão, a educação deve visar a formação integral do *indivíduo* para a natureza e para a sociedade e da *pessoa* para os seus destinos transcendentais. Assim fazendo, tende a formação de uma sociedade que submete os seus fins aos fins superiores das pessoas que a compõem. O ideal da educação Personalista cristã é, por conseguinte, a preparação do *indivíduo* para a sociedade e da sociedade para a *pessoa*. (SANTOS, 1947a, p. 76).

A partir da defesa da espiritualidade cristã, Theobaldo Miranda Santos apresentava uma perspectiva que entendia ser a de uma efetiva pedagogia católica. Apoiado nisso, o intelectual realizou críticas às demais proposições em educação, ao

afirmar que abordariam apenas uma parcela da realidade humana, sem contemplar uma educação integral:

A análise serena e objetiva dos conceitos de educação que se destacam no panorama da pedagogia contemporânea, nos leva a concluir que, se excetuarmos o conceito cristão, todos os outros se fundamentam em concepções fragmentárias e unilaterais da realidade e, por isso, não abrangem o processo educativo em toda a sua amplitude e integralidade. O naturalismo considera a *natureza* como valor supremo da vida e da educação, o idealismo e a *ideia* ou *espírito*, o pragmatismo a *ação*, o socialismo a *sociedade* ou a *classe*, o individualismo o *indivíduo*, o nacionalismo a *nação* ou a *raça*, o culturalismo a *cultura*. Cada uma dessas concepções de vida considera somente um dos aspectos da realidade e contribui apenas com uma parcela para a integração da verdade total. Daí a unilateralidade do seu conceito de educação. (SANTOS, 1947a, p. 77).

A ideia de que apenas a educação cristã poderia desenvolver a pessoa integralmente era um fundamento importante do pensamento católico. Foi com base nele que o intelectual aqui estudado estabeleceu críticas às demais correntes pedagógicas. A partir dos princípios reafirmados por Pio XI, defendidos por Jacques Maritain e, no Brasil, destacadamente, por Alceu Amoroso Lima, Miranda Santos e outros intelectuais católicos encontram base sólida para desenvolver seus estudos, de modo a estabelecer diálogo entre aspectos da religiosidade e conteúdos da ciência moderna.

Miranda Santos acreditava que, somente por meio da concepção cristã de educação se conseguiria atingir a harmonia e a integridade necessária para se formar a personalidade:

A pedagogia Cristã reúne numa síntese orgânica e harmoniosa as parcelas de verdade que se encontram dispersas nos outros sistemas pedagógicos. Não porque seja uma concepção eclética e superficial das coisas, mas porque considera a realidade em toda a sua inteireza e plenitude. Assim entre o naturalismo e o idealismo, afirma a dupla natureza do homem, no qual o corpo e o espírito se unem, intimamente, para formar uma unidade substancial. Entre o individualismo e o socialismo revela a existência no homem do indivíduo e da pessoa; como um indivíduo o homem se subordina a sociedade, mas, como pessoa, se eleva acima da sociedade. Entre o nacionalismo e o internacionalismo, acentua que o patriotismo é uma virtude, que o homem deve amar e defender e dignificar a sua Pátria, mas como ser humano, também pertence à humanidade e como tal não pode desprezar os filhos das outras nações. (SANTOS, 1947a, p. 78).

O surgimento de novas ciências para tratar da educação, não alterou a percepção de Miranda Santos em considerar a filosofia como central no processo de tomada de decisões educacionais. Como pôde se ver anteriormente, não é de

qualquer filosofia que o intelectual se apropria, mas da Filosofia cristã. Nessa perspectiva, ele considera também, ao tomar por base proposições de Jacques Maritain, que as concepções psicológicas e educacionais emergentes possuíam alguns preconceitos em relação às proposições cristãs. Em acordo com o intelectual, a fim de que se pudesse combater tais preconceitos, era de suma importância que eles fossem reconhecidos. Para tanto, o autor apontou em seu manual, quais seriam esses preconceitos, responsáveis por mutilar a pedagogia moderna:

- a) Preconceito de admitir uma psicologia científica, baseada na consideração das ciências da natureza como as únicas ciências existentes, com exclusão de toda metafísica. [...].
- b) Preconceito de pretender fundamentar a pedagogia exclusivamente sobre a psicologia. [...].
- c) Preconceito de querer reduzir a pedagogia a uma metodologia pedagógica. (SANTOS, 1947a, p. 108-109).

As concepções apropriadas pelo intelectual, além de apontadas pelo mesmo, foram defendidas, na medida em que exaltou os ideais cristãos. Miranda Santos ainda apontou o que entendia serem os erros das demais correntes, sem, contudo, observar as lacunas existentes no próprio pensamento defendido. Com grande amplitude, a exposição do seu pensamento intelectual não se finda nas compreensões já discutidas. Miranda Santos apresenta e defende também, nas páginas de seu manual, o que considera serem as características fundamentais do bom educador:

[...] não devemos esquecer que a característica essencial do educador, a qualidade suprema de que depende toda a sua eficiência educativa é, indubitavelmente, a vocação, sinal misterioso com que Deus assiná-la o sentido de cada vida humana na economia Espiritual do universo e que, naqueles que foram destinados à obra pedagógica, se traduz pelo amor ao educando, pela compreensão intuitiva da sua personalidade e pela capacidade de promover o seu aperfeiçoamento. (SANTOS, 1947a, p. 231).

Verifica-se que aos olhos de Miranda Santos o professor seria uma figura virtuosa. Segundo o autor fazia-se necessário constituir um perfil de suas diferentes capacidades, as quais intitula como qualidades necessárias para o desenvolvimento de seu papel educativo. O intelectual inicia descrevendo questões físicas:

[...] o educador deve ser dotado, antes de tudo, de uma sólida saúde que lhe proporcione o equilíbrio orgânico e a resistência física necessários para o exercício contínuo das suas funções. Sem essa condição fundamental,

não lhe seria possível cumprir a árdua e extenuante tarefa da preparação e realização das lições, da direção do estudo e da aprendizagem, da motivação do trabalho escolar e da manutenção da ordem e da disciplina na classe. A normalidade dos sentidos é outra condição indispensável. Embora a acuidade sensorial dependa, em grande parte, da capacidade de atenção, do poder de observação e da exatidão dos juízos, é óbvia a necessidade de uma certa integridade fisiológica dos sentidos. A deficiência da vista ou da audição, pode tornar difícil a orientação do estudo ou o controle da disciplina. O olhar possui uma grande eloquência e exerce uma profunda influência psicológica. Ele pode penetrar até o âmago da alma da criança. [...]. Outra qualidade de grande importância é a voz. Daí a necessidade do mestre cultivar sua voz, quer cuidando do bom estado da laringe e das vias respiratórias, quer procurando dar a voz, pelo exercício, toda a sonoridade, clareza e suavidade que a mesma for capaz de adquirir. [...]. Mas para que as qualidades físicas produzam todo seu efeito é necessário que a elas correspondam uma certa dignidade exterior do mestre, manifestada pela correção e modéstia do vestuário, pela simplicidade e delicadeza das maneiras e pela serenidade e distinção das atitudes. (SANTOS, 1947a, p.232-233).

Se as qualidades físicas são o sustento externo das virtudes de um professor, em acordo com Theobaldo Miranda Santos, tais virtudes não poderiam cessar aí. Assim, como próximo passo o autor descreve também as qualidades intelectuais, que sustentariam um posicionamento intencional e com boa finalidade para o processo educativo:

[...] a primeira qualidade desta natureza que o educador deve possuir é, naturalmente, uma inteligência bem desenvolvida e organizada. A compreensão intuitiva da alma infantil pouco valerá se não for esclarecida pela inteligência. [...]. Mas não basta ter uma inteligência aguda, ágil e flexível, é necessário ainda tê-la bem cultivada. Ninguém mais do que o mestre tem necessidade de uma cultura intelectual sólida e profunda. [...]. O valor e a eficiência de um educador se mantém e se aperfeiçoam pelo estudo. Seu saber deve ser muito mais elevado do que o estritamente necessário para o exercício do seu ministério. [...]. Pois o que está em jogo não é somente a direção de uma classe ou de uma escola, mas a elevação moral da sociedade, o engrandecimento espiritual da civilização e, sobretudo, o destino eterno da pessoa humana. (SANTOS, 1947a, p. 233-234).

Como apontado, o estudo é entendido como parte primordial e contínua da formação de um profissional da educação dotado de boas qualidades, entretanto, não se sustentariam, segundo Miranda Santos, as qualidades físicas e intelectuais, sem as qualidades que o mesmo considera primordiais, a saber, as qualidades morais:

[...] a educação é uma obra de amor, de modo que uma das primeiras qualidades do verdadeiro mestre deve ser a bondade. Até para ser respeitado o Mestre precisa ser bondoso. [...] Pode, portanto, o educador

ser bondoso, sem deixar de ser enérgico e sem sacrificar a sua autoridade. É necessário, porém, que a bondade não degenera em tolerância excessiva que tudo desculpa, pelo receio de se opor a vontades adversas, pela excitação de afrontar dificuldades ou pelo amor a inércia e a comodidade, o que acarretaria a indisciplina dos alunos, a desordem da classe e a ruína de toda a educação. [...]. O mestre deve possuir ainda espírito de justiça e amor a verdade. Esses atributos o levaram a tratar igualmente os seus alunos, reconhecendo os direitos e deveres de todos, sem se deixar influenciar por razões de interesse pessoal, por impulsos afetivos momentâneos ou por sentimentos intuitivos instintivos de simpatia. [...]. Para ser justo e veraz, precisa o mestre possuir ainda autodomínio e paciência, qualidades que lhe permitiram conter os sentimentos irrefletidos, superar as próprias paixões e realizar, com serenidade e elevação, seu apostolado educativo. E como a educação é um trabalho em que se procura tornar a vida mais bela e mais feliz, é necessário que o educador tenha uma certa dose permanente de alegria e de otimismo. Mas, acima de tudo, o Mestre precisa ter uma vida de absoluta pureza moral e uma conduta de irrepreensível dignidade espiritual. (SANTOS, 1947a, p. 234-235).

Se as qualidades até o presente momento aqui apresentadas fossem bem desenvolvidas, o professor ainda não teria, de acordo com o descrito no manual, as características necessárias para cumprir a contento o processo educativo, para que isso realmente se efetivasse seria indispensável que seus ideais fossem enraizados e bem constituídos:

Todas essas qualidades, entretanto, não passaram de simples ornamentos pessoais, sem calor e sem vibração, se não forem estimulados e vivificados pela força poderosa e fecunda de um *ideal*. Somente um ideal de vida que transcenda a contingência inelutável da realidade terrena e a imperfeição substancial dos valores humanos, poderá emprestar a personalidade do educador a energia, a tenacidade e o heroísmo necessários, para que ele possa vencer os obstáculos e as desilusões que encontrará, a cada passo, em seu caminho coberto de espinhos, e atingir a meta final da sua árdua e dignificante jornada. (SANTOS, 1947a, p. 235-236).

Theobaldo Miranda Santos afirma que seria somente imbuído de tais propósitos que o professor poderia buscar, com autodisciplina, desenvolver pelo exemplo e pelos ensinamentos, em seus educandos, as mesmas qualidades e ideais. A busca da disciplina por parte de todos era para o autor um objetivo comum a ser atingido, a fim de que se criasse um espaço educacional propício para o desenvolvimento do humano integral. Para que seu discurso ecoasse e obtivesse representatividade em diferentes âmbitos, o intelectual seguiu ideais valorizados no meio intelectual de seu tempo:

[...] o grupo de intelectuais que estava Theobaldo M. Santos preservava a doutrina Tomista, defendendo o humanismo democrático de inspiração maritainista. Na obra de Theobaldo M. Santos (1942), a filosofia tomista

esteve presente em suas interpretações, mencionando Sto. Tomás de Aquino como o “gênio” ou como o grande “mestre medieval”. O autor procurou demonstrar que sem uma devida orientação filosófica não se pode atingir a plenitude da vida e tornar-nos dignos d’aquela que é modelo eterno e incomparável de toda perfeição [...]

Para além de sua orientação tomista, também nutria apreço pela fenomenologia e a psicanálise, como forma de apropriação do pensamento moderno, caracterizando assim o que chamamos de catolicismo-modernizador. (CALIXTO, 2016, p. 131).

Theobaldo Miranda Santos apoiava-se na Filosofia Cristã – Filosofia *Perennis* – a fim de realizar as formulações constantes de seus manuais. O intelectual, durante todo o seu texto, deixou clara sua defesa, traçando ferrenhas críticas às demais concepções, com o discurso de que apenas a educação cristã atenderia ao ser humano completo. Essa defesa, porém, desenvolveu-se como um forte apelo, buscando trazer para perto de si, por meio do campo educacional, uma parcela da sociedade, reunindo pessoas em torno de um mesmo ideal – a saber o católico – para assim ter suas solicitações atendidas no campo político. A considerar que produziram um grupo de pressão constituído em bases ligadas à Igreja.

Apoiando-se na cosmovisão cristã e na obra de outros intelectuais católicos Theobaldo Miranda Santos buscou as respostas que entendia serem necessárias ao professorado de seu tempo. Nomes como os do Papa Pio XI, Jacques Maritain e Alceu Amoroso Lima, foram decisivos na conformação do repertório conceitual que empregou, a fim de encontrar soluções para as dificuldades ligadas ao campo educacional, com as quais se confrontou e que expressou em seu manual. A Filosofia foi por ele tomada como a ciência máxima, capaz de orientar o raciocínio e esclarecer as questões que diziam respeito aos processos e às finalidades próprias da educação.

3.5 Posicionamentos no manual *Noções de Sociologia Educacional* (1947)

A década de 1920 com um grande apanhado de concepções efervescendo fez crescer o mercado do livro e, com o objetivo de ampliar o mercado nacional, abriu-se para diferentes disciplinas. Apesar de já incluída no âmbito da educação desde a década de 1920, foi na década de 1930 que a Sociologia ganhou maior espaço nas publicações atinentes à educação no Brasil. A disciplina, junto a um corpo vasto de disciplinas da literatura educacional, recebeu a renovação curricular, e junto a ela se estabeleceu a reorganização da instrução para o professorado da

época. Fazendo emergir um mercado lucrativo e de providenciais frutos para a cultura do país. (TOLEDO, 2001). “Os livros escolares passaram a auxiliar nos processos de formação, revelando o anseio por renovação educacional aliado aos ideais de aprimoramento profissional dos futuros professores.” (ROBALLO, 2012, p. 38).

Um grande expoente para a disciplina da Sociologia no Brasil foi Fernando de Azevedo. O intelectual engendrou a temática e fomentou discussões atinentes ao campo educacional, tendo-as estabelecido com uma postura intencional, apropriando-se da sociologia francesa, principalmente amparando-se em Durkheim (CECCO; BERNARDI; COSTA, 2017), o que reverberou entre intelectuais renovadores e recebeu resposta dos intelectuais católicos. A partir desse quadro, na década de 1940, Miranda Santos ao publicar suas obras utilizou da sociologia como um dos pilares para a formação didática e pedagógica de diferentes grupos de professores, promovendo o pensamento acerca de como as relações sociais estabelecidas impactavam nos processos educativos.

O último manual elaborado pelo intelectual, junto à Coleção Atualidades Pedagógicas, foi o **Noções de Sociologia Educacional**, (Anexo D – fac-símile da capa e do índice do manual), publicado em 1947. Ele contou com 228 páginas em sua 1ª. edição. Além dessa Coleção, o Manual também foi editado na coleção do Curso de Psicologia e Pedagogia, da qual Miranda Santos era o editor. Entre a 2ª. e a 3ª. edições o manual continuou sendo apresentado em 228 páginas, tendo sido publicado respectivamente nos anos de 1950 e 1952. Já em 1953 o número de páginas foi de 213 na 4ª. edição, e de 231 páginas na 5ª edição, publicada em 1955. A 6ª. e a 7ª. edições foram apresentadas em 247 páginas, ambas no ano de 1958. A partir da 8ª. edição, até a 11ª edição, o manual teve o conteúdo estruturado em 213 páginas, sendo publicado respectivamente nos anos de 1962, 1964, 1967 e 1968. (ALMEIDA FILHO, 2008).

Para o intelectual cabia à sociologia da educação, possibilitar aos professores a aquisição de uma visão mais lúcida do processo educativo, algo penetrante e vigilante no que dissesse respeito às ações socialmente desenvolvidas e o campo educacional. Miranda Santos via o educador como um líder social, assim, em seu entendimento deveria possuir uma compreensão clara do sentido e das implicações de suas ações. Com vistas a formular uma exposição ampla, porém de

modo a atender às demandas da formação inicial do professorado da época, Miranda Santos dividiu seu manual em quatro partes.

Na primeira parte o intelectual aborda o que chama de As bases sociológicas da educação, subdividindo-a em oito capítulos: A sociologia; A sociologia Educacional; A Educação e a Sociedade; A Educação e a Comunidade; A Educação e a Família; A Educação e o Estado; A Educação e a Igreja. Essa primeira parte inicia na página 17 e vai até a página 84. A segunda parte do manual é intitulada Problemas Sociológicos da Educação, e foi dividida em seis capítulos: A Educação e o Trabalho; A Educação e a Profissão; A Educação e a Liberdade; A Educação e o Progresso; A Educação e a Vida Social; A Educação e as Sociedades Primitivas. As discussões dessa parte iniciam na página 87 e finalizam na página 138.

A terceira parte do manual foi nomeada Sistemas Sociológicos de Educação. Ela é dividida em cinco capítulos: A Educação Individualista; A Educação Socialista; A Educação Nacionalista; A Educação Culturalista; A Educação Personalista. A parte tem início na página 141 e é finalizada na página 171. A quarta parte é identificada por Miranda Santos como apêndice, intitulando-se: Aspectos Sociológicos da Educação no Distrito Federal. Ela é composta por seis capítulos: A Educação Pré-Primária; A Educação Primária; A Educação Supletiva; A Educação Técnica; A Educação Emendativa; A Educação Pedagógica. Inicia-se na página 175 termina na página 214 – final do livro.

Este texto é um dos menos estudados pela pesquisa histórica, no que diz respeito aos manuais de Miranda Santos. Até o momento nenhuma pesquisa tratou de estudá-lo individualmente, o que deixa o processo mais complexo e também mais instigante de ser realizado. Cabe destacar que o manual se comunica em grande nível com os ideais já defendidos pelo intelectual em outros textos por ele publicados. O que o diferencia é o enfoque que o intelectual atribuía à disciplina, a saber, o destaque dado aos fenômenos sociológicos atinentes à educação. Sendo assim, também algumas ideias já apresentadas pelo intelectual, em seus artigos publicados em periódicos, fizeram-se presentes nas páginas desse manual. O artigo *Será a Pedagogia uma ciência?* (1942), publicado na revista **A Ordem**, efetivamente, era um breve parecer sobre o que Miranda Santos considerava acerca da sociologia educacional, parecer esse que é aprofundado no capítulo do manual que trata da disciplina sob a perspectiva do intelectual. Ao tratar da educação e da

Igreja o autor retomou ideias que já havia defendido em dois de seus artigos: Pela Educação Cristã (1937) e Pio XI e a Pedagogia Moderna (1939), ambos publicados na revista **A Ordem**. O artigo O problema da disciplina na Pedagogia Moderna (1941), publicado na revista **A Ordem**, também reverbera sobre a escrita do intelectual neste manual, ao tratar da educação e da liberdade, que deveriam para ele estar diretamente ligadas e em equilíbrio com a disciplina. Por fim, na terceira parte do manual, o intelectual apresentou diversos dos ideais por ele defendidos em periódicos, com destaque para os artigos: A Pedagogia Moderna e a Educação Cristã (1937), publicado na **RBP**, e O conceito de Educação na Pedagogia Moderna (1940), publicado na revista **A Ordem**.

A escolha das partes a serem abordadas na presente pesquisa foi balizada pelos objetivos estabelecidos para a investigação. Nesse sentido, o foco foi dirigido aos capítulos cujo conteúdo contemplava, mais detidamente, proposições católicas em educação. Nomeadamente, os capítulos: A Sociologia Educacional; A Educação e a Família; A Educação e o Estado; A Educação e a Igreja.

Desde o início em seu manual Miranda Santos deixou clara sua compreensão da Sociologia Educacional como um braço da Sociologia Geral. Tratava-a como um ramo dedicado aos fatos sociais relativos ao fenômeno educativo de modo amplo, sendo detentora, portanto, de objetos específicos, sendo capaz de oferecer subsídios para as ações pedagógicas.

Para nós a sociologia Educacional é uma ciência subsidiária da pedagogia. Como não contribui para resolver os problemas de fins da educação, tarefa privada da filosofia, e sim os problemas de meios educativos, deve ser considerada como ciência auxiliar, e não ciência fundamental da pedagogia. Sua situação em face dessa ciência é a mesma da biologia educacional, da psicologia educacional, da metodologia pedagógica, etc. Enquanto a sociologia educacional apenas se ocupa dos problemas sociais da educação, a pedagogia abrange todo o campo do processo educativo. (SANTOS, 1947b, p. 28).

Percebe-se com esse posicionamento do intelectual que a Sociologia Educacional, como ciência moderna, apesar de oferecer respostas únicas, pertinentes a sua área de atuação para as ações pedagógicas, era considerada submetida à Filosofia da Educação. Foi na Sociologia que Miranda Santos apoiou-se para defender a diferenciação – desde muito estabelecida pela doutrina católica – entre os papéis da família, do Estado e da Igreja, na formação humana. Preocupado com a educação da pessoa (corpo, intelecto e espírito) defendeu que uma só

daquelas instituições não atenderia as necessidades demandadas por uma formação integral, portanto, fazia-se imperativa a articulação entre elas, cada qual tratando daquilo que lhe seria específico.

Theobaldo Miranda Santos deixa claro em seu manual que a família era destacada como o ponto inicial para a formação integral da pessoa.

A família representa a instituição fundamental da sociedade. É o grupo social básico e nuclear e, ao mesmo tempo, o mais antigo e primitivo. Historicamente, a sociedade resultou da associação de famílias. O grupo familiar não constitui, porém, uma aproximação ocasional ou uma conjunção meramente biológica. Revela-se, ao contrário, como uma realidade social básica. Nela o indivíduo nasce, desenvolve-se, educa-se. É, portanto, o grupo social que fornece ao homem vida e educação. (SANTOS, 1947b, p. 51).

Assumindo-se que o intelectual reúne em seus ideais as concepções tradicionais do catolicismo, sua percepção acerca da família não poderia se distanciar da apresentada.

Embora reconheça as dificuldades econômicas e as exigências do trabalho, que afastavam a família do lar, Santos não desiste da missão de defender a família cristã e, por extensão, o dogma católico da indissolubilidade do matrimônio.

É importante lembrar que, no período em que o autor produz seus escritos, o direito civil já registrava tentativas de introdução do Divórcio no Brasil, mesmo que de maneira indireta. Ainda na vigência da Constituição de 1946, seria acrescentada uma quinta causa de anulação do casamento, por incompatibilidade entre os cônjuges, desde que, após cinco anos de homologação do desquite, o casal não restabelecesse a sua vida conjugal. (ROZETTI, 2018, p.131).

Para o autor, foi a noção de família difundida pelo cristianismo que definiu as compreensões que lhes eram contemporâneas acerca dessa instituição. No trecho a seguir, descreveu os ganhos civilizacionais concretizados pela família cristã, enquanto instituição capaz de assegurar a dignidade humana.

A família cristã representa o tipo mais perfeito elevado de organização familiar. O cristianismo dignificou e espiritualizou ou ainda mais a família. Proibiu a poligamia e o divórcio “restituindo à família sua pureza primitiva”. Fez desaparecer a autoridade absoluta do pai. Deu a mulher uma posição idêntica a do homem dentro do lar. Assegurou o direito dos filhos, com a proibição da venda ou do abandono dos mesmos. Empréstou ao matrimônio o caráter de sacramento. Tornou, portanto, a família uma instituição sagrada, inviolável e indissolúvel. (SANTOS, 1947b, p. 55).

Em que pese a defesa que empreende acerca do elevado caráter da concepção cristã de família, Miranda Santos não ignorou as modificações e as dificuldades que o mundo temporal impunha naquele momento à organização familiar. Entretanto, deixou claro seu entendimento de que tais modificações representavam acima de tudo retrocessos. Nesse sentido, apontou inicialmente as dificuldades econômicas e as exigências do trabalho, como tendo afastado da presença efetiva no lar os integrantes da família, especialmente os pais. O que implicaria no fato de que os filhos se vissem privados da supervisão e da afetividade das quais precisavam. Ao mencionar esse ponto, inclusive, registrou que o papel da escola nesse quadro havia passado a ser demasiado ampliado, visto ser atribuído na rotina cotidiana a essa instituição um papel para além do qual lhe caberia: a saber, principalmente, o da instrução.

Theobaldo Miranda Santos deu ênfase à relevância da família na conformação da personalidade humana, algo essencial no processo de uma formação integral, nos termos católicos. O autor situou da seguinte forma sua abordagem sociológica da personalidade, destacando especialmente o momento da infância como capital para o processo:

A função educativa da família não representa [...] apenas um dever e um direito da mesma, porém, o resultado vivo e espontâneo de sua própria natureza psicológica e social. Entre todos os grupos sociais, é a família, quando bem organizada, que dispõe das melhores condições e dos recursos mais eficientes para educar as novas gerações. Quando unido e espiritualizado pelos laços do amor, da confiança, da compreensão e da solidariedade, o grupo familiar é grupo ideal para a educação da criança. (SANTOS, 1947b, p. 57).

Entretanto, não pode haver confusão no relativo ao ponto da delimitação do espaço familiar no processo formativo, conforme expresso por Miranda Santos. Nesse sentido, destacou que os recursos da família eram insuficientes para a educação integral, notadamente no que dizia respeito à tarefa de instruir. Assim, o papel da escola era por ele exaltado como complementar ao familiar para a formação da personalidade, pois seria a instituição cujo fim específico seria oferecer conteúdos intelectuais frente às demandas cada vez mais complexas da vida em sociedade. Ao ponderar acerca dessas questões, remeteu fortemente a aspectos objetivos da vida cotidiana e material da época:

A falta de habitação, a dificuldade de transporte, a carência de recursos econômicos, as exigências da vida dinâmica e enervante de nossos dias não oferecem condições favoráveis para que a família possa realizar, integralmente, sua tarefa educativa. (SANTOS, 1947b, p. 58).

Percebe-se no discurso do intelectual que sua apropriação dos princípios católicos defendidos no campo educacional não ignorava as mudanças sociais que se impunham. Contudo, a aceitação de tais mudanças possuía limitações, já que a tradição expressa pela Igreja era a orientação seguida pelo grupo de católico.

Como mais um elemento do processo de educação integral, conforme os princípios católicos, caberia também ao Estado um papel delimitado. A justaposição de instâncias formativas demarcava claramente o alinhamento da síntese sociológica de Miranda Santos com os princípios defendidos pelo catolicismo. Inclusive, nos termos dos direitos garantidos à pessoa, no exercício de seu livre arbítrio no processo formativo. Assim, pessoa, família, Estado e Igreja, justapostos deveriam compor uma totalidade, oferecendo searas distintas para o desenvolvimento humano, a cada um sendo atribuído deveres, bem como direitos para com a educação integral. O autor não deixa caber, portanto, confusão no que diz respeito, inclusive, às limitações a serem observadas pelas diferentes instâncias:

O direito dos Pais de educar os filhos não é ilimitado e absoluto. Os pais não podem educar os próprios filhos, quer contra os direitos da personalidade de filhos, quer contra os direitos do bem comum. Daí decorre o direito do Estado em matéria de educação. A ele compete a função de Educar quando a família se revela inexistente ou incapaz em sua atividade educativa, ou quando essa atividade fere os direitos da pessoa humana ou da sociedade. Mas a função do Estado é sempre supletiva e auxiliar. O Estado não pode, de modo nenhum, “absorver, negar ou diminuir os direitos da família em matéria de educação, direitos esses anteriores e superiores aos do próprio Estado”. Sempre que comete esse erro, o Estado exorbita de suas funções, trai suas verdadeiras finalidades e ingressa no totalitarismo estatal com o seu cortejo de lamentáveis consequências. (SANTOS, 1947b, p. 59).

Nota-se no trecho anterior a indicação de uma clara limitação que o poder do Estado deveria obedecer frente à família e à pessoa, o que vem a ser a interpretação clássica da Igreja acerca do que deveria ser uma satisfatória dinâmica da vida em sociedade. Para solidificar esse posicionamento, Miranda Santos ofereceu uma definição do papel estatal nos termos das demandas que emergiriam da vida social:

A vida social supõe a existência de múltiplos interesses individuais que tendem a satisfazer-se, colidindo uns com os outros e sobrepondo-se, às vezes, aos interesses coletivos. Daí se tornar necessário um órgão de controle e de coordenação, revestido de autoridade, destinado a conciliar as inclinações e os propósitos dos indivíduos com as exigências e solicitações do bem comum. Surge, assim, o Estado como resultante natural dos imperativos da vida em sociedade. (SANTOS, 1947b, p. 62).

O intelectual afirmou no texto de seu manual que, diferentemente da família, que teria surgido junto com a própria humanidade, o Estado teria sido resultado posterior das relações humanas, sendo constituído como uma necessidade imposta pela demanda social. Sua função precípua seria a de garantir a ordem e a segurança – externa e interna das nações – além de assegurar o direito das pessoas e das instituições, cada qual em sua seara de atuação. Deveria agir, nesses termos, no sentido de impulsionar o avanço material e espiritual da coletividade, como uma instância de coordenação e de solução de conflitos. Portanto, para Miranda Santos o Estado deveria deliberar pautado em limites, preservando os direitos da pessoa e dos grupos sociais, bem como a autoridade da Igreja nos assuntos espirituais. Nota-se, assim, que pessoa, família e Igreja são tomados como “entes naturais”, cujas prerrogativas repousariam justamente em seu direito natural. Para o autor, seria “[...] tão falsa a tese liberal e burguesa que nega qualquer soberania do Estado diante dos direitos individuais, como a tese socialista e totalitária que afirma a onipotência do Estado em face do direito dos indivíduos e dos grupos”. (SANTOS, 1947b, p. 64-65).

Ainda, ao tratar das atribuições do Estado, Miranda Santos destacou especificamente seu papel no relativo à organização e ao planejamento das ações educacionais. Nesse sentido, afirmou que deveria atuar de modo complementar às instituições naturais, orientado em favorecer suas iniciativas. O autor demarca como um problema o que chamou de hipertrofia do Estado, cuja ação poderia absorver o direito educativo dos demais grupos da sociedade, ao invés de incentivá-los, promovê-los e ampliá-los pelos meios que lhes fossem possíveis.

Como “gerente do bem comum”, cabe ao estado desenvolver a educação em todos os graus, em quantidade e qualidade, procurando, ao mesmo tempo, oferecer idênticas oportunidades educativas a todos os membros da comunidade. E a atividade pedagógica deve abranger, quer as gerações novas, quer as gerações adultas, não só os indivíduos normais, como os indivíduos anormais. Cumpre-lhe, para isso, manter, à sua custa, todas as instituições necessárias à educação das massas e, ao mesmo tempo, estimular, auxiliar e fiscalizar as iniciativas particulares idôneas no terreno educacional. (SANTOS, 1947b, p. 65).

A demarcação entre os domínios temporal e espiritual também foram destacados por Miranda Santos, embasando suas considerações no entendimento de que historicamente os saberes desenvolvidos pela Igreja apontavam para a necessidade dessa divisão, ao afirmarem “[...] os direitos impostergáveis da personalidade humana em face do poder do Estado, cuja soberania ficou limitada ao plano temporal, sem atingir a consciência moral e a liberdade espiritual do homem. (SANTOS, 1947b, p. 64).

Ao apontar para a existência de um domínio temporal, e de outro espiritual, Miranda Santos delimitava os papéis do Estado e da Igreja nas ações a serem implementadas no campo educacional. Caberia então, ao Estado cuidar das coisas transitórias no ensino, ou seja, dos elementos que seriam úteis para a vida secular. Enquanto caberia à Igreja cuidar das demandas espirituais e morais no ensino, as quais seriam úteis para a busca das finalidades últimas da vida humana.

Ao aprofundar a discussão acerca da liberdade da personalidade humana, o autor defendeu a presença da Igreja católica na seara educativa, por meio de sua pedagogia e de suas instituições. Para ele a educação não poderia ser entendida como simples socialização, ou adaptação do ser humano ao meio. Para além disso aquilatou tratar-se de uma atividade que deveria ser consciente e intencional, por meio da qual o aluno seria integrado a um sistema de valores e ideais, cuja importância seria decisiva para a constituição de sua personalidade, bem como para uma boa organização da sociedade. Assim, juntamente com a família, com a escola e com o Estado, a Igreja seria um dos agentes educativos demandados por uma sadia filosofia da educação:

Pois o homem é um ser complexo e múltiplo em que se conjugam, numa unidade substancial, virtualidades físicas, intelectuais, sociais, morais e espirituais. Para cada uma dessas faces do comportamento humano deve, portanto, existir uma agência educativa, cooperando todas, igualmente, para o seu aperfeiçoamento integral. Mas a formação Sobrenatural do homem é tarefa primitiva da Igreja, pois, sem ela, o homem não pode realizar o seu destino espiritual. (SANTOS, 1947b, p. 69-70).

Segundo o autor apenas à Igreja católica caberia cristianizar o ser humano, conformando esse aspecto da pessoa de modo a conduzi-lo ao seu fim último e absoluto. A argumentação de Miranda Santos, ao apresentar uma perspectiva histórica, defende que a religião seria fator cultural básico de todas as épocas e de

todas as civilizações. A necessidade de uma educação baseada em valores espirituais era assim assumida pelo texto do livro como imperativa, a fim de articular a ordem natural e a ordem sobrenatural, instâncias do ser humano em integral. O intelectual católico afirmou, inclusive, que a religiosidade era o fator cujo impacto seria mais poderoso, para a vitalidade e para o progresso de uma civilização.

Enquanto os valores espirituais predominam sobre os valores materiais na vida do indivíduo e da sociedade, as civilizações florescem e progridem, enriquecendo o patrimônio da cultura universal. Mas, toda às vezes, em que os valores religiosos são desprezados e os interesses materiais econômicos passam a servir de centro de gravitação da vida das sociedades, as civilizações, sem a seiva das energias espirituais, perdem sua força criadora, consomem suas reservas vitais e, como árvores cujas raízes foram cortadas, definham, secam e morrem. (SANTOS, 1947b, p. 77-78).

Nesses termos, verifica-se que no centro de suas análises sociológicas, Theobaldo Miranda Santos situava os fundamentos da cosmovisão cristã, via de regra expressa sob a forma de uma leitura filosófica. Não foi diferente ao dialogar nomeadamente com as então chamadas pedagogias modernas, nesse momento tendo recorrido à encíclica de Pio XI, exarada em 1929, acerca da temática do ensino da juventude cristã. O trecho a seguir expressa o modo de apropriação mencionado:

Os princípios pedagógicos do Cristianismo, bem como as diretrizes espirituais da igreja em face dos demais grupos sociais, se encontram, sintetizados, na Encíclica "*Divinus Illius Magistri*" do Papa Pio XI. Nesse documento, sereno elevado, Pio XI critica os erros filosóficos de certas correntes da pedagogia contemporânea, sem negar, contudo, o valor de algumas de suas contribuições no domínio dos métodos didáticos e da organização escolar. (SANTOS, 1947b, p. 78-79).

O recurso de se apoiar nos documentos oficiais da Igreja é modo de ação essencial a um intelectual católico, visto o mesmo possuir limitações no que diz respeito à sua maneira de expressão. A considerar que se desvirtuar algum princípio – mesmo que acidentalmente – tal fato o colocaria fora do campo de ação que lhe adjetiva. Assim, a defesa empreendida por Miranda Santo no sentido de que a educação seria tarefa eminentemente social, e não atividade singularizada por alguma instituição, encontra amparo no texto de Pio XI. Isso pode ser observado, inclusive, na avaliação política que faz das ações no campo educacional, uma vez

que seriam matizadas por perspectivas ideológicas. Assim, aponta o que entendia ser:

[...] o erro do individualismo pedagógico, liberal ou burguês, reduzindo a educação a uma formação do indivíduo para si mesmo; do socialismo pedagógico, fazendo da educação uma simples preparação para a sociedade ou para a classe; do nacionalismo totalitário, subordinado todo o processo educativo aos interesses absorventes da nação, do partido ou da raça. (SANTOS, 1947b, p. 78-79).

Destaca-se que a defesa apresentada por Miranda Santos aconteceu alinhada ao movimento de intelectuais católicos brasileiros da época, que, dentre outros propósitos, também buscavam a construção de um currículo para a disciplina de ensino religioso, respaldado pela religião católica – e, para tanto, travavam batalhas no campo político em busca do seu objetivo. De tal modo impactavam a mentalidade dos professores, com vistas à defesa do mesmo pensamento, o que acabava por atingir o pensamento de diversas famílias e, assim, paulatinamente conquistar mais espaço no campo educacional.

O texto da *Divini Illius Magistri* surgiu como uma orientação firme a ser seguida pelo clero e pelo laicato católicos, visando conformar uma frente unida e concisa, capaz de enfrentar a progressiva laicização dos sistemas escolares. A ação católica coordenava-se em torno da ideia de que apenas a educação cristã seria capaz de oferecer a devida harmonia para a formação integral do ser humano, contemplando as particularidades das diferentes modalidades de associação “[...] no meio das quais nasce o homem: duas sociedades de ordem natural que são a família e a sociedade civil; a terceira, a Igreja de ordem sobrenatural”. (SANTOS, 1947b, p. 79). Ao reconhecer a diversidade de associações por meio das quais a pessoa deveria ser educada, percebe-se a defesa por parte de Miranda Santos não de espaços completamente distintos para a atuação na seara educativa. Efetivamente, o intelectual defendia que as ações deveriam ser tomadas de modo complementar entre as referidas associações humanas, em favor do desenvolvimento integral da pessoa.

Tendo por base a encíclica elaborada por Pio XI, e ainda cartas pastorais elaboradas pelo episcopado brasileiro, as ações traçadas pelos intelectuais católicos, ganharam visibilidade, principalmente a partir da década de 1930. Sua expressão, em seus diferentes manuais:

[...] revelaram não só ensinamentos úteis para as alunas normalistas, mas seus julgamentos sobre o passado, seus engajamentos no contexto da década de 1930 e seus desejos para um futuro no qual a escola é o lugar de transformação da sociedade brasileira e a educação seu instrumento necessário. (ROBALLO, 2007, p. 142).

Miranda Santos, junto às organizações leigas, apoiou a hierarquia da Igreja, por meio de uma ação intencional e coletiva. Nessa perspectiva, sua atividade como intelectual escritor de manuais, atendeu a demandas estratégicas para disputa no seio do campo educacional. O manual **Noções de Sociologia Educacional** esclarecia o lugar que a Igreja tencionava ocupar naquele momento, sem perder de vista os avanços trazidos pela ciência moderna. Assim, Theobaldo Miranda Santos buscou em seu texto mostrar o valor e a atemporalidade do pensamento cristão, que atravessando grandes períodos históricos, adaptando-se a novas e diferentes realidades, logrou manter a presença de seus valores como fundamento para as relações humanas.

CONCLUSÃO

A presente dissertação teve como objetivo analisar a ação de Theobaldo Miranda Santos no campo educacional brasileiro, no período de 1935 a 1947, a considerar sua articulação e pertencimento ao grupo dos intelectuais católicos. Para tanto, foram contemplados seus artigos na imprensa periódica católica, bem como seus manuais, nomeadamente os artigos publicados na revista **A Ordem** e na **Revista Brasileira de Pedagogia**, e os manuais didáticos pertencentes à Coleção Atualidades Pedagógicas, publicados pela Companhia Editora Nacional.

Como visto, Miranda Santos nasceu em 1904, em um Brasil que ainda traçava seus primeiros caminhos republicanos, tanto buscando fortalecer suas instituições, quanto formar lideranças capazes de colocar em prática planos para o enfrentamento dos problemas nacionais. A considerar essa perspectiva, vale levar em conta que Miranda Santos em sua infância não frequentou instituições escolares que davam destaque a questões religiosas, tampouco que se ocupavam de assuntos ditos espirituais. Ao atingir a fase adulta, quando passou a atuar como professor, após sua trajetória escolar como aluno, o intelectual encontrou na Pedagogia católica repostas a fim de sustentar uma atuação pedagógica que em seu entendimento fosse capaz de contemplar o ser humano de modo integral, desenvolvendo um processo educativo preocupado com as finalidades que estivessem para além da existência temporal.

A ação que Miranda Santos empreendeu em favor do catolicismo, desde o início de sua atuação como professor em Campos dos Goytacazes, pode ser percebida não apenas no seu fazer pedagógico junto aos alunos, mas também em discursos e textos publicados em periódicos locais. Nessa etapa de sua trajetória o intelectual acumulou capital simbólico, trazendo notoriedade e impacto para suas considerações, ampliando sua distinção no campo educacional, ao ponto de ser reconhecido na então capital brasileira. Nesse quadro partiu para o Rio de Janeiro, e lá desenvolveu atividades variadas ligadas ao âmbito da educação. Além de ministrar aulas, passou a publicar em periódicos de destaque nacional, particularmente impactando os grupos católicos. A produção de seus manuais didáticos, destinados à formação de professores, foi mais um desdobramento do avanço de seus capitais intelectual e simbólico, a partir dos quais, inclusive, viabilizou-se enquanto quadro católico em cargos junto ao tecido burocrático estatal.

Por meio de seu trabalho intelectual, portanto, solidificou-se como figura importante para a militância católica, tendo desenvolvido ações nos campos religioso, político e educacional. Em razão da atuação na intersecção desses três campos, a vasta obra Miranda Santos pode ser entendida, mesmo, como uma referência em defesa dos princípios católicos, mais destacadamente numa confluência para âmbito das discussões e proposições pedagógicas.

Ao se contemplar no presente estudo os periódicos que eram órgãos oficiais da CCBE e do Centro Dom Vital, respectivamente **RBP** e **A Ordem**, entre 1935 e 1944, verificou-se, para além vislumbrar as estratégias e os conteúdos dos debates promovidos por Theobaldo Miranda Santos, a conformação de um bloco intelectual católico, o qual se apresentava na imprensa ligado por meio de uma unidade discursiva, efetivamente, consolidada nos princípios da tradição da Igreja. Nos 15 artigos de Miranda Santos que foram analisados, observou-se sua harmonia com os ideais católicos promovidos pelo referido bloco, com a defesa de tal confissão se configurando como operador lógico fundamental. A partir dessa base, o intelectual buscava oferecer subsídios e argumentos a seus leitores, no sentido de que defendessem também “cientificamente” a sua fé, num evidente trabalho pela modernização do discurso católico, como resposta às demandas emergentes na década de 1930 no Brasil.

Theobaldo Miranda Santos sustentou, a se conceber uma interpretação geral de seus artigos, a ideia de que a educação do ser humano integral demandaria pelos princípios da educação humanista, da cultura religiosa e da formação filosófica, as quais, segundo ele, seriam os fundamentos da Pedagogia católica, pautada na Filosofia Humanista Cristã. Tais indicações não assumiam um caráter exclusivamente abstrato, verificando-se nos textos do autor a busca por oferecer aos seus leitores indicações para o enfrentamento de problemas específicos, que se impunham à educação em sua circunstância histórica. Nesse sentido, Miranda Santos buscou debater aquelas que, em sua avaliação, poderiam ser elencadas como principais questões a serem resolvidas no campo educacional. Ganham maior relevo, a partir de nossa interpretação, cinco problemas abordados pelo intelectual em seus artigos, nomeadamente: a superação do analfabetismo de adultos, a finalidade da educação, a compreensão do processo de aprendizagem, a natureza substancial do ser humano, e o conceito de disciplina. Ao tratar dessa variedade de questões o autor demonstrava seu ímpeto no sentido de se fazer relevante no

campo intelectual, notadamente, a se considerar a reconhecida importância que a educação ganhou como instrumento para a modernização da nação, reconhecidamente a partir de variados grupos e instituições sociais.

A publicação de manuais reafirmou simbolicamente os ideais e a qualidade da produção de Miranda Santos, enquanto intelectual atuante no campo educacional, enfatizando-se, particularmente, a considerar os objetivos da presente pesquisa, os quatro dirigidos mais especificamente à formação de normalistas. Acerca dos mesmos, destaca-se que **Noções de História da Educação** (1945) cumpriu importante papel, ao reunir argumentos históricos, tanto a fim de oferecer amparo à Pedagogia católica, quanto para sustentar críticas às demais pedagogias. Já em **Noções de Psicologia Educacional** (1945) teve grande visibilidade o modo como Miranda Santos interpretava a teoria de variados autores dessa disciplina do conhecimento, efetivando-se uma articulação entre os fundamentos católicos e as bases modernas da Psicologia.

O manual **Noções de Filosofia da Educação** (1947) trouxe como conteúdo central a defesa da Filosofia como ciência mestra da Pedagogia, na qual poderiam ser encontradas as finalidades e determinações últimas da existência e das ações humanas. Pautando-se na Filosofia *Perennis* e exercitando sua articulação com a Pedagogia católica, Miranda Santos criticou e, mesmo, desacreditou as correntes filosóficas que considerava parciais. O quarto manual aqui estudado, **Noções de Sociologia Educacional** (1947), concretizou a pretensão do intelectual em demonstrar como a dinâmica social reverberava sobre o processo educativo e, ainda, possibilitar aos leitores o que entendia ser o saneamento dos problemas das sociologias laicas, em favor de uma leitura de sociedade ancorada na concepção cristã de pessoa e das instituições humanas.

De maneira geral é possível afirmar que os manuais examinados são modelares para a compreensão de como a Igreja, frente às diferentes demandas sociais, políticas e culturais, era capaz de se adaptar compondo novos arranjos de pensamento, sem que isso implicasse na descaracterização dos princípios cristãos. Miranda Santos pertenceu ao grupo de intelectuais que contribuiu para a renovação da Pedagogia católica, tornando-a mais conectada às demandas emergentes naquele quadro social específico. Nesse sentido, inclusive, verificou-se nos manuais uma busca por oferecer ao professorado caminhos de intervenção e respostas objetivas, acerca dos modos de conduzir a prática pedagógica e de enfrentar suas

dificuldades. Isso sem abrir mão da concepção católica de educação integral e dos princípios e finalidades a serem observados para a formação humana, assim o diálogo entre a tradicional Pedagogia católica e a Escola Nova era implementado pela intelectualidade ligada à Igreja.

Em síntese, verificou-se que Theobaldo Miranda Santos desenvolveu um trabalho comprometido e engajado, por meio do qual cerrou fileiras com demais agentes católicos, fato que, para além de seu comprometimento com uma cosmovisão, também pode ser entendido enquanto estratégica para que se viabilizasse enquanto intelectual no campo educacional. Ao atuar enquanto mediador de conteúdos, junto ao público que se apropriava de seus escritos, Miranda Santos trabalhou a favor de uma perspectiva interpretativa, em relação às demandas que se colocavam para a modernização do país, particularmente junto ao campo educacional nacional. Tratava-se, em sentido amplo, de atuar em favor da argumentação católica na composição da cultura brasileira e, mesmo, da ideia de uma identidade nacional.

Ao pensar uma perspectiva de Brasil, para seus leitores, com destaque para o professorado, Miranda Santos, por meio de seus artigos e de seus manuais, situou um horizonte de saberes na fronteira da religião e da educação, a qual também passou a compor a experiência da prática cotidiana das pessoas ligadas a instituições de ensino. A valorização da pedagogia católica, a crítica a aspectos das pedagogias modernas, e a seleção de técnicas passíveis de incorporação à tradição educativa da Igreja, estruturou em grande medida a ação intelectual de Theobaldo Miranda Santos – isso, mesmo quando escrevendo para uma coleção editorada por um intelectual escolanovista, a saber, Fernando de Azevedo.

A sua rotina de intervenções estava, para além das aulas como trabalho sempre presente, também na organização e na apresentação de cursos para normalistas, na ocupação de cargos junto ao tecido burocrático estatal, bem como na atuação junto ao mercado editorial. Assim, percebe-se o trabalho de Miranda Santos como estruturador de práticas do campo educacional, na razão direta da promoção da circulação e da convergência de agentes desde a base, em favor da perspectiva católica. A ampliação da parcela do campo educacional participativamente alinhada à Igreja, certamente, foi um dos resultados de sua ação como mediador cultural, a partir principalmente do efetivo emprego de seus capitais cultural e simbólico. Esse ganho extrapolava os limites do campo educacional,

inclusive, impactando sobre o âmbito político em variados aspectos, a destacar um, menciona-se o crescimento do eleitorado alinhado ao grupo de pressão organizado pela Igreja.

Entende-se que a presente dissertação pode ter trazido avanços na percepção acerca da ação de Theobaldo Miranda Santos, como intelectual que trabalhou em favor do fortalecimento de uma cosmovisão, para tanto empregando seu destacado capital cultural. A leitura e a apropriação por ele efetivada de uma literatura estrangeira acerca dos processos de ensino e de aprendizagem, efetivamente, num sentido pedagógico de modo geral, foi um ponto importante no interior da ampla convergência de forças operada pelo laicato e pela hierarquia da Igreja. Nesse sentido, é importante destacar que embora seu foco principal tenha sido o campo educacional, Miranda Santos não atingiu exclusivamente os agentes dessa seara específica, tendo relevo em diferentes campos sociais com posicionamentos em debates que podem ser classificados como culturais num sentido amplo.

O papel de Theobaldo Miranda Santos como mediador cultural, por meio de suas publicações impressas, por meio de seu trabalho em cargos governamentais e por meio de sua atuação como administrador escolar, como professor e como conferencista, demonstra a complexidade da atividade intelectual por ele desenvolvida, tendo ela balizado o acesso de importante contingente do campo a conhecimentos pedagógicos. Nesse quadro, é fundamental avaliar sua posição como agente de fronteira do campo intelectual, visto o campo religioso e o campo político, para além do educacional, terem sido territórios de seu trânsito, nos quais mobilizou móveis de luta trabalhando pela dispersão ou pela concentração de poder. O impacto e o convencimento de diferentes agentes, a partir da intervenção de Miranda Santos, significou demarcar disposições intelectuais e afetivas, cujos desdobramentos práticos poderiam se converter em sanções legais, apoios institucionais, ou mesmo, na construção de uma proximidade cordial que poderia oferecer possibilidades de avanço para a militância católica.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, Orlando José. **A estratégia da produção e circulação católica do projeto editorial das coleções de Theobaldo Miranda Santos: (1945-1971)**. 2008. 355 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

ARAGON, Maria de Fátima (Org.). **Catálogo de Correspondência entre Alceu Amoroso Lima e Theobaldo Miranda Santos**. São Paulo: Reflexão, 2014.

ARAÚJO, José Carlos Souza. As instituições escolares na primeira república: ou os projetos educativos em busca de hegemonia. *In*: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura Nascimento et al. (Org.). **Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas: Autores Associados, 2007. p. 95-122.

AZZI, Riolando. D. Antônio de Macedo Costa e a posição da Igreja do Brasil diante do Advento da República em 1889. **SÍNTESE - Revista de Filosofia**, Belo Horizonte, v. 3, n. 8, p. 45-69, 1976. Disponível em: <<http://faje.edu.br/periodicos/index.php/Sintese/article/view/2500>>. Acesso em: 04 jan. 2021.

AZZI, Riolando. O Início da Restauração Católica no Brasil: 1920-1930. **SÍNTESE - Revista de Filosofia**, Belo Horizonte, v. 4, n. 10, p. 61-89, 1977. Disponível em: <<http://faje.edu.br/periodicos/index.php/Sintese/article/view/2398#:~:text=O%20IN%C3%8DCIO%20DA%20RESTAURA%C3%87%C3%83O%20CAT%C3%93LICA%20NO%20BRASIL%3A%201920%2D1930,Riolando%20Azzi&text=Foi%20mister%20muita%20habilidade%20pol%C3%ADtica,a%20nova%20forma%20de%20governo>>. Acesso em: 05 jan. 2020.

AZZI, Riolando. **Os pioneiros do Centro Dom Vital**. Petrópolis: Educam, 2003.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. *In*: PINSKY, Carla B. (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 23-80.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007a.

BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. *In*: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio Mendes (org.). **Escritos de educação**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2007b. p. 39-64.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BOURDIEU, Pierre. Espaço social e poder simbólico. *In*: BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 149-168.

BOURDIEU, Pierre. La représentation politique. **Actes de la recherche en sciences sociales**, Paris, v. 36-37, p. 3-24, fev./mar. 1981. Disponível em:

<https://www.persee.fr/doc/arss_0335-5322_1981_num_36_1_2105>. Acesso em: 06 jan. 2021

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 2003.

BRASIL. (1890). **Decreto nº 119-A, de 7 de janeiro de 1890**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d119-a.htm>. Acesso em: 03 jan. 2021.

BRASIL. (1934). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm> Acesso em: 04 jan.2021.

CALIXTO, Jaqueline de Andrade. **Análise dos pressupostos teóricos presentes no Manual de Filosofia da Educação: Os Grandes Problemas da Pedagogia Moderna (1942)**, de Theobaldo Miranda Santos. 2016. 142 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016.

CALIXTO, Jaqueline de Andrade; QUILLICI NETO, Armindo. O educador Theobaldo Miranda Santos e os problemas da pedagogia. **Revista Profissão Docente**, Uberaba, v. 15, n. 32, p. 140-155, fev./jul. 2015.

CALIXTO, Jaqueline de Andrade; QUILLICI NETO, Armindo. Theobaldo Miranda Santos e suas contribuições para a História da Educação Brasileira (1942-1946). *In*: IV Congresso Internacional de História: Cultura, Sociedade e Poder, 2014, Jataí GO. **IV Congresso Internacional de História: Cultura, sociedade e poder**, 2014.

CÂNEO, Letícia Bicalho. Campo Político. *In*: CATANI, Afrânio Mendes; et. al. **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. p. 93-95.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. A escola e o impresso: um estudo sobre estratégias editoriais de difusão do escolanovismo no Brasil. *In*: FARIA FILHO, Luciano Mendes (Org.). **Modos de ler, formas de escrever: estudos de história da leitura e escrita no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998. p.65-86.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Uso do impresso nas estratégias católicas de conformação do campo doutrinário da pedagogia (1931-1935). **Cadernos ANPEd**, Belo Horizonte, n. 7, p. 41-60, dez. 1994. Disponível em: <https://anped.org.br/sites/default/files/caderno_anped_no.7_dez_1994.pdf>. Acesso em: 24 nov.2020

CASALI, Alípio. **Elite Intelectual e restauração da Igreja**. Petrópolis: Vozes, 1995.

CECCO, Bruna Larissa; BERNARDI, Luci Teresinha Marchiori dos Santos; COSTA, Miguel Ângelo Silva da. As Influências Sobre o Pensamento Educacional de Fernando de Azevedo. **Linguagens, Educação e Sociedade**, Teresina, v. 01, n. 02, maio./ago. 2017. Disponível em: <<https://revistas.ufpi.br/index.php/lingedusoc/article/view/6092/pdf>> Acesso em: 29.nov.2021.

CHAGAS, Valnir. **O ensino de 1º e 2º grau: antes; agora; e depois?** São Paulo: Saraiva, 1978.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador.** São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

CHRISTIANO, Ana Priscilla. **O Encontro da Psicologia com a Educação nos Discursos Brasileiros sobre a Criança de Zero a seis anos.** 2017. 183f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017

CUNHA, Célio da. **Educação e Autoritarismo no Estado Novo.** São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1981.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Ideologia e educação brasileira: católicos e liberais.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 1988.

EPISCOPADO BRASILEIRO (1890). Carta Pastoral Coletiva de 19 de março de 1890. *In*: RODRIGUES, Anna Maria Moog (Org.). **A Igreja na República.** Brasília: Universidade de Brasília, 1981. p. 17-58.

EPISCOPADO BRASILEIRO (1900). Carta Pastoral Coletiva do Episcopado Brasileiro de 1900. *In*: RODRIGUES, Anna M. Moog (Org.). **A Igreja na República.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981. p. 59-70.

EPISCOPADO BRASILEIRO. **Carta Pastoral Coletiva dos senhores bispos e arcebispos.** Rio de Janeiro: Typographia Leuzinner, 1915.

FERNANDES, Ana Lúcia Cunha. O impresso e a circulação de saberes pedagógicos: apontamentos sobre a imprensa pedagógica na história da educação. *In*: MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello; XAVIER, Libânia Nacif (org.). **Impressos e história da educação: usos e destinos.** Rio de Janeiro: 7 Letras, 2008. p.15-29.

FERREIRA, Vanessa Barbosa Leite. **Grambery: um colégio americano no Brasil. A prática do ensino americano em Juiz de Fora (1889-1930).** 2010. 129 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2010.

GRENFELL, Michael. **Pierre Bourdieu: conceitos fundamentais.** Petrópolis: Vozes, 2018.

HORTA, José Silvério Baia. **O hino, o sermão e a ordem do dia: regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945).** 2. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2012.

LEME, Sebastião (1916). **Carta Pastoral de Dom Sebastião Leme, arcebispo metropolitano de Olinda, saudando os seus diocesanos.** 16 de julho de 1916. Disponível em: <<http://www.deuslovult.org/2009/11/18/carta-aos-fies-de-olinda-e-recife-dom-leme/>>. Acesso em: 05 jan. 2021.

LIMA, Geraldo Gonçalves de. **A disciplina de História da Educação na formação de normalistas no Colégio Nossa Senhora do Patrocínio em Minas Gerais**

(1947-1971). 2013. 251f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.

LOYOLA, Maria Andréa. Campo Religioso. *In*: CATANI, Afrânio. Mendes; et. al. **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. p. 93-95.

MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. Crônica Feminina: sobre o lugar da mulher e de sua educação no periódico católico *A Ordem* (anos 30). *In*: MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello; XAVIER, Libânia Nacif (org.). **Impressos e história da educação**: usos e destinos. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2008. p. 111-126.

MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello; XAVIER, Libânia Nacif. Apresentação. *In*: MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello; XAVIER, Libânia Nacif. (org.). **Impressos e história da educação**: usos e destinos. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2008. p. 9-14.

MANZO, Abelardo J. **Manual para la preparación de monografías**: una guía para presentar informes y tesis. Buenos Aires: Humanitas, 1971.

MARIN, Jerry Roberto. História e Historiografia da romanização: reflexões provisórias. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, n. 30, p.149-169, out. 2001.

MASSIMI, Marina. **A abordagem aristotélico-tomista na Psicologia brasileira do século XX**: a continuidade de uma tradição. *In*: MASSIMI, Marina (Org.). História da Psicologia no Brasil do século XX. São Paulo: E.P.U., 2004. p.15-34.

MARTINS, Marco Aurélio Correa. **A história da Igreja no Brasil por Júlio Maria no advento da república**: horizonte tenebroso ou horizonte novo? *In*: Simpósio Nacional da Associação Brasileira de História das Religiões, 12, 2011, Juiz de Fora. Anais... Juiz de Fora: ABHR, 2011.

MICELLI, Sérgio. **Intelectuais e Classes Dirigentes no Brasil (1920-1945)**. Itu: Difusão Editorial S.A., 1979.

MORAIS, Maria Helena de Jesus Silva. **Da Pedagogia Que “Pegou de Galho” à uma Pedagogia Nova e brasileira**: Theobaldo Miranda Santos (1904-1971) e seus Manuais Didáticos. 2004. 103 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

NARCISO, Rodrigo Mota. Impressos e discursos para formação de docentes nos moldes católicos na primeira metade da década de 1930. *In*: MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello; XAVIER, Libânia Nacif (org.). **Impressos e história da educação**: usos e destinos. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008. p. 96-110.

PARDIM, Carlos Souza. **Orientações Pedagógicas nas Escolas Normais de Campo Grande**: Um Olhar sobre O Manual Metodologia do Ensino, Primário de Theobaldo Miranda Santos. 2013. 124f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2013.

PIO XI. **Carta Encíclica Divini Illius Magistri** – Acerca da Educação Cristã da Juventude, 31 de dezembro de 1929. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_31121929_divini-illius-magistri.html>. Acesso em: 12. jan. 2021

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

ROBALLO, Roberlayne de Oliveira Borges. **Manuais de História da Educação da Coleção Atualidades Pedagógicas (1933-1977): Verba Volant, Scripta Manent**. 2012. 373 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta; SOMOZA, Miguel. Apresentação do dossiê manuais escolares: múltiplas facetas de um objeto cultural. **Pro-Posições**, Campinas, v. 23, n. 3. p. 21-31. set./dez. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pp/v23n3/02.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2020.

RODRIGUES, Anna Maria Moog. Introdução. In: RODRIGUES, Anna Maria Moog. (Org.). **A Igreja na República**. Brasília: Universidade de Brasília, 1981. p. 03-16.

ROSA, Maristela da; TEIVE; Gladys Mary Ghizoni. Manuais didáticos como patrimônio histórico-educativo: artefatos da cultura material escolar. **Roteiro**, Joaçaba, v. 41, n. 2, p. 407-430, maio/ago. 2016. Disponível em: <<http://editora.unoesc.edu.br/index.php/roteiro/article/view/9859/pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2020.

SANTOS, Lyndon de Araújo. O Cristo Vivo na Civilização: Protestantismo e Espaço Público no Brasil (1930-1932). **HORIZONTE** - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião, Belo Horizonte, v. 15, n. 47, p. 949-973, set. 2017.

SANTOS, Theobaldo Miranda. A educação e as tendências atuais da psicologia. **A Ordem**, Rio de Janeiro, p. 126-151, fev. 1938. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 14 set. 2020.

SANTOS, Theobaldo Miranda. A pedagogia e a filosofia. **A Ordem**, Rio de Janeiro, p. 44-54, jan. 1940a. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 18 jun. 2020.

SANTOS, Theobaldo Miranda. A pedagogia moderna e a educação cristã. **Revista Brasileira de Pedagogia**, Rio de Janeiro, ano IV, n. 40, p. 269-284, nov. 1937b.

SANTOS, Theobaldo Miranda. Depoimento: saudação feita durante o Congresso Eucarístico de Campos. **A Ordem**, Rio de Janeiro, p. 80-86, julho, 1935a. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 14 set. 2020.

SANTOS, Theobaldo Miranda. Instituto Católico – encerramento dos cursos de 1940. **A Ordem**, Rio de Janeiro, p. 151-156, fev. 1941a. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 14 set. 2020.

SANTOS, Theobaldo Miranda. John Dewey e a educação. **A Ordem**, Rio de Janeiro, p. 396-404, abr./maio, 1944. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 14 set. 2020.

SANTOS, Theobaldo Miranda. **Noções de administração escolar**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

SANTOS, Theobaldo Miranda. **Noções de filosofia da educação**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1947a.

SANTOS, Theobaldo Miranda. **Noções de história da educação**. 1. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945a.

SANTOS, Theobaldo Miranda. **Noções de psicologia educacional**. 1. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945b.

SANTOS, Theobaldo Miranda. **Noções de sociologia educacional**. 1. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1947b.

SANTOS, Theobaldo Miranda. O conceito de educação na pedagogia moderna. **A Ordem**, Rio de Janeiro, p. 37-62, abr. 1940b. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 14 set. 2020

SANTOS, Theobaldo Miranda. O problema antropológico na pedagogia moderna. **A Ordem**, Rio de Janeiro, p. 48-73, dez. 1940e. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 14 set. 2020.

SANTOS, Theobaldo Miranda. O problema da disciplina na pedagogia moderna. **A Ordem**, Rio de Janeiro, p. 441-453, maio, 1941b. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 15 set. 2020.

SANTOS, Theobaldo Miranda. O problema da educação dos adultos. **Revista Brasileira de Pedagogia**, Rio de Janeiro, ano II, n. 20, p. 258-265, 1935b.

SANTOS, Theobaldo Miranda. O problema de aprendizagem na pedagogia moderna. **A Ordem**, Rio de Janeiro, p. 243-266, set. 1940d. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 15 set. 2020.

SANTOS, Theobaldo Miranda. O problema dos fins na pedagogia moderna. **A Ordem**, Rio de Janeiro, p. 53-65, jul. 1940c. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 15 set. 2020.

SANTOS, Theobaldo Miranda. Pela educação cristã. **A Ordem**, Rio de Janeiro, p. 446-451, maio, 1937a. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 15 set. 2020.

SANTOS, Theobaldo Miranda. Pio XI e a pedagogia moderna. **A Ordem**, Rio de Janeiro, p. 298-303, mar. 1939. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 15 set. 2020.

SANTOS, Theobaldo Miranda. Será a pedagogia uma ciência. **A Ordem**, Rio de Janeiro, p. 135-140, fev. 1942. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 15 set. 2020.

SILVA, Rafael Fernando da. **Filosofia da Educação - Grandes Problemas da Pedagogia Moderna, de Theobaldo Miranda Santos**: um estudo sobre Manuais de Ensino. 2014. 95 f. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2014.

SILVA, Valéria Jacó da. **Os saberes docentes católicos expressos por Theobaldo Miranda Santos nas páginas da Revista A Ordem: 1935-1944**. 2012. 66 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. *In*: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2010. p. 231–269.

SKALINSKI JUNIOR, Oriomar. **Alceu Amoroso Lima e a Renovação da Pedagogia Católica no Brasil (1928-1945)**: uma proposta de espírito católico e corpo secular. Curitiba: CRV, 2015.

SOUZA, Rodrigo Augusto de. **Postulados da Pedagogia Perennis**: a concepção de Filosofia da Educação de Theobaldo Miranda Santos (1935–1946). 2015. 483 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

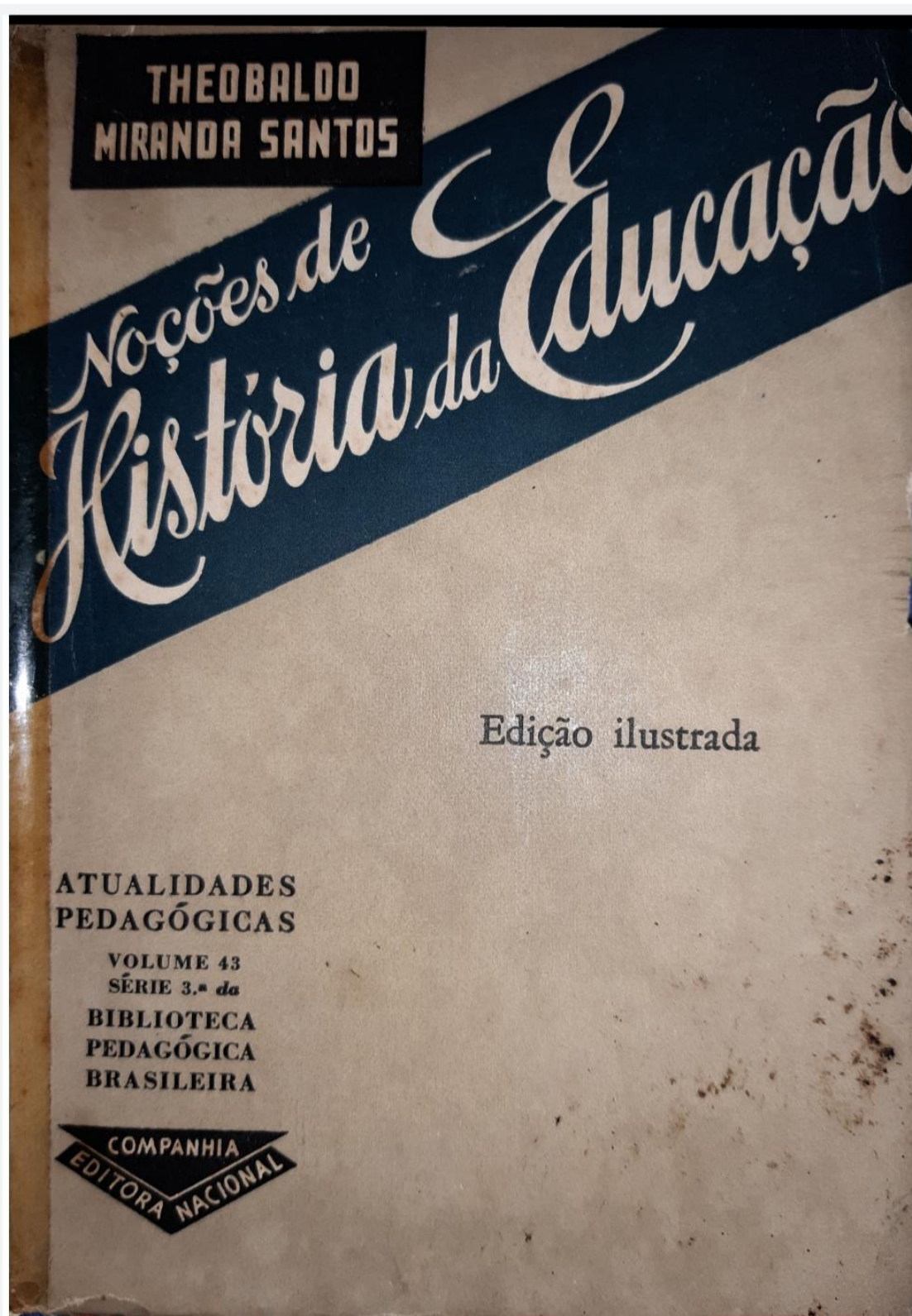
TOLEDO, Maria Rita De Almeida. **Coleção Atualidades Pedagógicas**: do projeto político ao projeto editorial (1931-1981). 2001. 220 f. Tese (Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

TOLEDO, Maria Rita De Almeida. **Coleção Atualidades Pedagógicas**: do projeto político ao projeto editorial (1931-1981). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020.

VAGO, Tarcísio Mouro; et. al (org.). **Intelectuais e escola pública no Brasil**: século XIX e XX. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2009.

ANEXO A – *Fac-símile* da capa e do índice do manual: **Noções de História da Educação.**

Fonte: Acervo da autora.



ÍNDICE

Prefácio	19
--------------------	----

INTRODUÇÃO

A pedagogia como ciência do espírito. Importância da história da educação para o estudo da pedagogia geral. Divisão da história da educação. Caracterização das fases históricas da educação. Concepção de vida e educação. O paganismo pedagógico, o transcendentalismo pedagógico e o naturalismo pedagógico. Evolução histórica das formas e tipos de educação	21
---	----

I. O TRADICIONALISMO PEDAGÓGICO

1. A EDUCAÇÃO PRIMITIVA

Caracteres gerais da educação primitiva. Importância pedagógica do estudo da educação primitiva. Suposta simplicidade da educação primitiva. Importância filosófica e sociológica do referido estudo. Teoria <i>retilínea</i> da história de Spencer e Comte. Teoria <i>circular</i> da história de Frobenius e Spengler. A religião, a moral e a educação entre os diversos povos primitivos. Estrutura psicológica do homem primitivo. Evolução da concepção de homem primitivo. Meios e fins da educação primitiva. Notas. Leituras. Bibliografia	29
--	----

2. A EDUCAÇÃO INDÚ

Caracteres gerais da educação indú. O tradicionalismo pedagógico oriental. Os tipos de educação do antigo Oriente. A cultura indú. Religiões da Índia. Influência preponderante do bramanismo. Os Vedas. As castas sociais. A enciclopédia indú. A educação indú. O ensino elementar. Processos pedagógicos. O ensino superior. Ideais educativos dos indús. A apreciação da educação indú. Notas. Leituras. Bibliografia	43
---	----

3. A EDUCAÇÃO CHINESA

Caracteres gerais da educação chinesa. O espírito chinês. Ausência de idealismo na vida espiritual chinesa. A cultura chinesa. Religiões da China. Influência de Confúcio sobre a vida social, política e cultural da antiga China. A educação chinesa. O sistema de exames. A escrita chinesa. A literatura chinesa. Organização escolar da antiga China. O ensino elementar e o ensino superior. Apreciação da educação chinesa. Notas. Leituras. Bibliografia 52

4. A EDUCAÇÃO EGÍPCIA

Caracteres gerais da educação egípcia. Aspectos da vida espiritual dos egípcios. A ciência no antigo Egito. A cultura egípcia. Religiões do antigo Egito. A literatura e as artes. A educação egípcia. As classes sociais e a educação. Interêsse pela formação das novas gerações. Organização escolar. O ensino elementar e o ensino superior. Apreciação da educação egípcia. Notas. Leituras. Bibliografia 62

5. A EDUCAÇÃO HEBRAICA

Caracteres gerais da educação hebraica. O espírito hebraico. Aspectos da vida espiritual dos hebreus. Seu sentido eminentemente religioso. A Bíblia e os outros livros sagrados do antigo Oriente. A cultura hebraica. Papel dominante da religião. Desprêzo pela ciência, e pela filosofia. Situação da literatura e das artes. A educação hebraica. Influência da Babilônia e do Egito sobre a educação em Israel. Organização escolar. O ensino elementar e o ensino superior. Apreciação da educação hebraica. Notas. Leituras. Bibliografia 73

6. A EDUCAÇÃO PERSA

Caracteres gerais da educação persa. O espírito persa. Aspectos da vida espiritual dos persas. A cultura persa. Religiões da antiga Pérsia. Zoroastro, o mazdeísmo e o Zend-Avesta. A arte e a literatura persas. Estrutura social da antiga Pérsia. As instituições escolares. O ensino elementar e o ensino superior. Apreciação da educação persa. Notas. Leituras. Bibliografia 82

II. O HUMANISMO PEDAGÓGICO

1. A EDUCAÇÃO GREGA

Caracteres gerais da educação grega. Humanismo pedagógico. Origem da educação grega. Os poemas de Homero e a educação helênica. Evolução da educação grega. A educação espartana. Aspectos gerais.

Noções de História da Educação

11

Organização da educação em Sparta. Apreciação da educação espartana. A educação ateniense. Aspectos gerais. A educação da infância e da juventude em Atenas. Apreciação da educação ateniense. Educadores gregos. Pitágoras. Sofistas. Sócrates. Aristóteles. Platão. Xenofonte. Escolas helenísticas. Notas. Leituras. Bibliografia . . . 93

2. A EDUCAÇÃO ROMANA

Caracteres gerais da educação romana. A cultura romana. Aspectos da vida espiritual dos romanos. A religião e a filosofia em Roma. Contribuição da cultura romana à civilização ocidental. A educação romana. Períodos evolutivos. Apreciação da educação romana. Educadores romanos. Marco Pórcio Catão. Marco Terêncio Varrão. Marco Túlio Cícero. Lúcio Âneo Sêneca. Marco Fábio Quintiliano. Plutarco. Notas. Leituras. Bibliografia . . . 130

III. O CRISTIANISMO PEDAGÓGICO

1. A EDUCAÇÃO APOSTÓLICA

Caracteres gerais da educação apostólica. O Cristianismo e o mundo antigo. Aspectos da vida social e cultural dos romanos. Influência da filosofia estoica. A religião cristã e o paganismo antigo. Caracteres da concepção de vida cristã. O Cristianismo e a educação. Mensagem educacional do Evangelho. A educação apostólica. Formação dos primeiros cristãos. Notas. Leituras. Bibliografia . . . 153

2. A EDUCAÇÃO PATRÍSTICA

Caracteres gerais da educação patrística. A cultura medieval. Reabilitação histórica e cultural da Idade Média. A obra reveladora de Dempf, Kurth, Gilson e Schnürer. Julgamento de Berdiaeff, Maritain e Landsberg sobre a civilização medieval. A educação patrística. Os Padres da Igreja e a cultura greco-romana. Evolução da educação patrística. Escolas patrísticas. Educadores patrísticos. Clemente de Alexandria. Orígenes. S. Basílio. S. Jerônimo. S. João Crisóstomo. Sto. Agostinho. Notas. Leituras. Bibliografia . . . 163

3. A EDUCAÇÃO MONÁSTICA

Caracteres gerais da educação monástica. O monaquismo e a educação. A Igreja e a conservação da cultura clássica. Origem e evolução do monaquismo. Suas atividades educacionais. A obra dos Beneditinos. Sua influência sobre a cultura medieval. Carlos Magno e a

educação. A Escola Palatina. Alfredo o Grande e a instrução popular. Escolas monásticas. Educadores monásticos. Boécio. S. Bento. Cassiodoro. S. Gregório Magno. S. Isídoro de Sevilha. Beda. S. Bonifácio. Alcuino. Notas. Leituras. Bibliografia 182

4. A EDUCAÇÃO ESCOLÁSTICA

Caracteres gerais da educação escolástica. A escolástica e a educação. Significação histórica e cultural da escolástica. Caracteres filosóficos e pedagógicos da escolástica. Instituições escolares do período escolástico. As Universidades. Sua origem e desenvolvimento. Organização e privilégios das Universidades. Influência das Universidades. Educadores escolásticos. Gerberto. Sto. Anselmo. Abelardo. Vicente de Beauvais. Sto. Alberto Magno. Sto. Tomás de Aquino. Rogério Bacon. Duns Scoto. Notas. Leituras. Bibliografia 200

IV. O MEDIEVALISMO PEDAGÓGICO

1. A EDUCAÇÃO FEUDAL

Caracteres gerais da educação feudal. O feudalismo e a educação. Origem e evolução do feudalismo. A cavalaria. Gênese e desenvolvimento da cavalaria. Sua influência sobre a educação medieval. A educação do cavaleiro. A investidura do cavaleiro. Objetivos da educação feudal. As Cruzadas e a educação. Consequências pedagógicas e culturais das Cruzadas. Notas. Leituras. Bibliografia 229

2. A EDUCAÇÃO MUÇULMANA

Caracteres gerais da educação muçulmana. A civilização muçulmana. Os árabes e a cultura medieval. Aspectos espirituais do islamismo. O islamismo e a educação. O islamismo e a cultura. Contribuição dos árabes à ciência, à filosofia e às artes da Idade Média. Influência dos árabes sobre a educação ocidental. Escolas e universidades muçulmanas. Notas. Leituras. Bibliografia 237

V. O NÉO-HUMANISMO PEDAGÓGICO

1. A EDUCAÇÃO RENASCENTISTA

Caracteres gerais da educação renascentista. O Renascimento e o naturalismo pedagógico. O teocentrismo medieval e o antropocentrismo moderno. Significação histórica e cultural do Renascimento. Causas do

Noções de História da Educação

13

Renascimento. Aspectos culturais do Renascimento. Influência do Renascimento sobre a educação. Caracteres da educação renascentista. Educadores renascentistas. Vitorino de Feltre. Os Jeronimitas. Erasmo. Vives. Rabelais. Montaigne. Notas. Leituras. Bibliografia . . . 247

2. A EDUCAÇÃO REFORMISTA

Caracteres gerais da educação reformista. A Reforma e a educação. Causas filosóficas e religiosas da Reforma. Fatores psicológicos, políticos e econômicos da Reforma. Consequências educacionais da Reforma. Contribuição pedagógica e cultural da Reforma. Educadores reformistas. Lutero. Melancthon. Trotzendorf. Sturm. Notas. Leituras. Bibliografia . . . 273

3. A EDUCAÇÃO CONTRA-REFORMISTA

Caracteres gerais da educação contra-reformista. A Contra-reforma e a educação. Causas da Contra-reforma. Resoluções e iniciativas da Contra-reforma. As ordens religiosas de educação. Educadores contra-reformistas. A Companhia de Jesus. Sua origem e desenvolvimento. Objetivos educacionais da Companhia de Jesus. Processos pedagógicos dos jesuitas. A "Ratio Studiorum". Evolução das instituições escolares dos jesuitas. S. João Batista de La Salle e os Irmãos das Escolas Cristãs. Notas. Leituras. Bibliografia . . . 284

4. A EDUCAÇÃO JANSENISTA

Caracteres gerais da educação jansenista. O jansenismo e a educação. Origem e desenvolvimento do jansenismo. Aspectos filosóficos e culturais do jansenismo. Princípios pedagógicos dos jansenistas. Contribuição educacional do jansenismo. Educadores jansenistas. Escolas de Port-Royal. Discípulos dos jansenistas. Notas. Leituras. Bibliografia 300

VI. O NATURALISMO PEDAGÓGICO

1. A EDUCAÇÃO REALISTA

Caracteres gerais da educação realista. O realismo pedagógico. Sua origem e desenvolvimento. Seus fundamentos filosóficos e suas consequências didáticas. Fases evolutivas da educação realista. Realismo literário. Realismo social. Realismo científico. Educadores realistas. Bacon. Descartes. Comênio. Notas. Leituras. Bibliografia . . . 309

2. A EDUCAÇÃO DISCIPLINAR

Caracteres gerais da educação disciplinar. Conceito disciplinar de educação. Sua origem e desenvolvimento. As faculdades e a transferência da aprendizagem. A educação disciplinar, o humanismo e o realismo. João Locke como sistematizador do conceito disciplinar de educação. A obra filosófica e pedagógica de Locke. Notas. Leituras. Bibliografia 323

3. A EDUCAÇÃO PIETISTA

Caracteres gerais da educação pietista. O pietismo e a educação. Origem e desenvolvimento do pietismo. Relações do pietismo com as correntes filosóficas e pedagógicas dos séculos XVII e XVIII. Spener, o fundador, e Francke, o sistematizador, da educação pietista. A vida, a obra e a influência de Francke. Notas. Leituras. Bibliografia 330

4. A EDUCAÇÃO RACIONALISTA

Caracteres gerais da educação racionalista. O racionalismo e o naturalismo do século XVIII. Sua origem e desenvolvimento. Representantes desses movimentos. O iluminismo, a Enciclopédia e a educação. Aspectos filosóficos e pedagógicos da "Aufklärung" e da Enciclopédia. Notas. Leituras. Bibliografia 336

5. A EDUCAÇÃO NATURALISTA

Caracteres gerais da educação naturalista. Relações do naturalismo com os movimentos filosóficos do século XVIII. Rousseau e Voltaire. A vida, a obra e a influência de Rousseau. Crítica do naturalismo pedagógico. Repercussão das idéias de Rousseau na pedagogia moderna. Notas. Leituras. Bibliografia 344

6. A EDUCAÇÃO FILANTROPISTA

Caracteres gerais da educação filantropista. O filantropismo e a educação. Origem e desenvolvimento da educação filantropista. Rousseau e o filantropismo. Principais adeptos do movimento filantropista. A vida, a obra e a influência de Basedow. Notas. Leituras. Bibliografia 354

Noções de História da Educação

15

7. A EDUCAÇÃO REVOLUCIONÁRIA

Caracteres da educação revolucionária. A Revolução Francêsa e a educação. Situação do ensino na França antes da Revolução. A obra demolidora dos revolucionários. Tentativas de reconstrução. A reforma de Napoleão Bonaparte. Criação da Universidade Imperial. Rigidez e centralização do sistema napoleônico. Educadores revolucionários. Mirabeau. Talleyrand. Condorcet. Lanthénas, Leppelletier e Lakanal. Notas. Leituras. Bibliografia 362

8. A EDUCAÇÃO PSICOLÓGICA

Caracteres gerais da educação psicológica. A tendência psicológica na educação. Origem e desenvolvimento da educação psicológica. Relações com o naturalismo de Rousseau e com o idealismo de Kant, Fichte e Hegel. Educadores psicológicos. Henrique Pestalozzi. João Frederico Herbart. Frederico Froebel. Notas. Leituras. Bibliografia 379

9. A EDUCAÇÃO CIENTÍFICA

Caracteres gerais da educação científica. A tendência científica na educação. Sua origem e desenvolvimento. Progresso das ciências naturais e a reação anti-metafísica do século XIX. O positivismo e o evolucionismo. Sua influência sobre a elaboração do conceito de educação científica. Educadores científicos. Augusto Comte. Herbert Spencer. Notas. Leituras. Bibliografia 400

VII. O NÉO-NATURALISMO PEDAGÓGICO

1. A EDUCAÇÃO INDIVIDUALISTA

Caracteres gerais da educação individualista. O individualismo e a educação. Aspectos filosóficos e sociológicos do individualismo. Formas de individualismo. Origem e evolução do individualismo moderno. Educadores individualistas. Leão Tolstoi. Helena Key. Luís Gurlitt. Notas. Leituras. Bibliografia 417

2. A EDUCAÇÃO SOCIALISTA

Caracteres gerais da educação socialista. O socialismo e a educação. Aspectos filosóficos do socialismo. Origem e evolução do socialismo moderno. Os sociologistas e os socialistas propriamente ditos. Educadores socialistas. Paulo Natorp. Jorge Kerschensteiner. Emílio Dürkheim. Notas. Leituras. Bibliografia 428

3. A EDUCAÇÃO NACIONALISTA

Caracteres gerais da educação nacionalista. O nacionalismo e a educação. Aspectos filosóficos do nacionalismo. Origem e evolução do nacionalismo moderno. Formas de nacionalismo totalitário. Fascismo e nazismo. Educadores nacionalistas. Fichte. Ernesto Krieck. Alfredo Bauemler. Filipe Hoerd. Carlos Frederico Sturm. Notas. Leituras. Bibliografia 440

4. A EDUCAÇÃO PRAGMATISTA

Caracteres gerais da educação pragmatista. O pragmatismo e a educação. Aspectos filosóficos do pragmatismo. Origem e evolução do pragmatismo moderno. Educadores pragmatistas. John Dewey. William Kilpatrick. Boyd H. Bode. Notas. Leituras. Bibliografia 451

5. A EDUCAÇÃO TÉCNICA

Caracteres gerais da educação técnica. A tendência técnica na educação. Origem e evolução da educação renovada. Métodos ativos e escolas novas. Método Montessori. Plano Dalton. Método de projetos. Método Decroly. Método Cousinet. Plano Jena. Sistema Winnetka. Escolas novas inglesas. Escolas novas alemãs. Escolas novas austríacas. Escolas novas francesas. Escolas novas belgas e holandesas. Escolas novas suíças. Escolas novas italianas. Escolas novas russas. Escolas novas norte-americanas. Notas. Leituras. Bibliografia 465

VIII. O ANTI-NATURALISMO PEDAGÓGICO

1. A EDUCAÇÃO ESPIRITUALISTA

Caracteres gerais da educação espiritualista. O anti-naturalismo e a educação. Reflexos do naturalismo do século XIX na pedagogia contemporânea. Reação anti-naturalista do século XX. Reabilitação do espiritualismo no campo da ciência e da filosofia. Educadores espiritualistas. Emílio Boutroux. Rodolfo Eucken. Notas. Leituras. Bibliografia 507

2. A EDUCAÇÃO CRISTÃ

Caracteres gerais da educação cristã. O cristianismo e a pedagogia moderna. Unilateralidade das bases filosóficas dos sistemas pedagógicos contemporâneos. Aspecto sintético, orgânico e universal da pedagogia cristã. Educadores cristãos. Gregório Girard. Felix Dupanloup. S. João Bosco. Otto Willmann. J. H. Newman. J. L. Spalding. Frederico Foerster. Notas. Leituras. Bibliografia 517

ANEXO B – *Fac-símile* da capa e do índice do manual: **Noções de Psicologia Educacional.**

Fonte: Acervo da autora.

**THEOBALDO
MIRANDA SANTOS**

Noções de Psicologia Educativa

**ATUALIDADES
PEDAGÓGICAS**

**VOLUME 42
SÉRIE 3.ª da
BIBLIOTECA
PEDAGÓGICA
BRASILEIRA**

**COMPANHIA
EDITORA NACIONAL**

ÍNDICE DAS MATÉRIAS

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO I A Psicologia

1. Definição da Psicologia. Psicologia Experimental e Psicologia Racional. 2. Posição da Psicologia entre as ciências. Ciências da natureza e ciências do espírito. 3. Divisão da Psicologia. 4. Aplicações da Psicologia. 5. Psicologia Educacional. Bibliografia 23

CAPÍTULO II Métodos da Psicologia

- I. *Caracteres gerais.* 1. Observação. 2. Experimentação. 3. Aparelhos psicológicos. 4. Métodos filosóficos. 5. Inter-auxílio dos métodos psicológicos. II. *A criança e o adolescente.* 1. Observação. 2. Experimentação. Bibliografia 33

CAPÍTULO III Os Fatos Psicológicos

- I. *Caracteres gerais.* 1. Natureza dos fatos psicológicos. 2. Caracteres dos fatos psicológicos. 3. Classificação dos fatos psicológicos. 4. Unidade da vida psicológica. II. *A criança e o adolescente.* 1. Os fatos psíquicos e a personalidade. 2. Pre-formação e epigênese. 3. Concepção antiga da infância. 4. Concepção moderna da infância. Bibliografia 49

PRIMEIRA PARTE CONDIÇÕES FUNDAMENTAIS DA VIDA PSÍQUICA

CAPÍTULO IV A Consciência

- I. *Caracteres gerais.* 1. Noção. 2. Condições orgânicas e psíquicas. 3. Modalidades da consciência. 4. Caracteres da cons-

- ciência. 5. Graus da consciência. 6. Teorias do inconsciente. 7. Influência do inconsciente sobre a vida psíquica. 8. Patologia da consciência. 9. Funções da consciência. II. *A criança e o adolescente*. III. *Orientação educacional*. Bibliografia . . . 65

CAPÍTULO V

O Organismo

- I. *Caracteres gerais*. 1. Noção. 2. Sistema nervoso. 3. Glândulas endócrinas. 4. Relações entre o sistema nervoso e as glândulas endócrinas. 5. Relações entre o organismo e a vida psíquica. II. *A criança e o adolescente*. III. *Orientação educacional*. Bibliografia . . . 77

SEGUNDA PARTE

FUNÇÕES GERAIS DA VIDA PSÍQUICA

CAPÍTULO VI

A Atenção

- I. *Caracteres gerais*. 1. Noção. 2. Condições orgânicas e psíquicas. 3. Formas de atenção. 4. Natureza da atenção. 5. Patologia da atenção. 6. Funções da atenção. II. *A criança e o adolescente*. III. *Orientação educacional*. Bibliografia . . . 93

CAPÍTULO VII

O Hábito

- I. *Caracteres gerais*. 1. Noção. 2. Condições orgânicas e psíquicas. 3. Classificação dos hábitos. 4. Natureza dos hábitos. 5. Função dos hábitos. II. *A criança e o adolescente*. III. *Orientação educacional*. Bibliografia . . . 102

TERCEIRA PARTE

FATORES DA EVOLUÇÃO DA VIDA PSÍQUICA

CAPÍTULO VIII

O Crescimento Físico

- I. *Caracteres gerais*. 1. Natureza do crescimento. 2. Ritmo do crescimento. 3. Fatores do crescimento. II. *A criança e o Adolescente*. III. *Orientação educacional*. Bibliografia . . . 115

NOÇÕES DE PSICOLOGIA EDUCACIONAL 15

CAPÍTULO IX

O Desenvolvimento Mental

- I. *Caracteres gerais.* 1. Natureza do desenvolvimento. 2. Fatores do desenvolvimento. II. *A criança e o adolescente.* III. *Orientação educacional.* Bibliografia 129

CAPÍTULO X

A Aprendizagem

- I. *Caracteres gerais.* 1. Natureza da aprendizagem. 2. Teoria da apercepção. 3. Teoria estruturalista. 4. Teoria funcionalista. 5. Teoria reflexológica. 6. Teoria hedônica. 7. Teoria behaviorista. 8. Teoria dinâmica. 9. Teoria hormica. 10. Teoria gestaltista. 11. Teoria da assimilação. 12. Teoria tomista. 13. Crítica das teorias da aprendizagem. II. *Orientação educacional.* Bibliografia 145

QUARTA PARTE

FUNÇÕES ESPECIAIS DA VIDA PSÍQUICA

CAPÍTULO XI

A Sensação e a Percepção

- I. *Caracteres gerais.* 1. Noção. 2. Condições orgânicas e psíquicas. 3. Elementos da sensação. 4. Classificação das sensações. 5. Caracteres da sensação. 6. Sensação e percepção. 7. Natureza da percepção. 8. Caracteres da percepção. 9. Erros da percepção. 10. Patologia da percepção. 11. Funções da percepção. II. *A criança e o adolescente.* III. *Orientação educacional.* Bibliografia 177

CAPÍTULO XII

A Memória

- I. *Caracteres gerais.* 1. Noção. 2. Condições orgânicas e psíquicas. 3. Formas de memória. 4. Tipos de memória. 5. Natureza da memória. 6. Patologia da memória. 7. Função da memória. II. *A criança e o adolescente.* III. *Orientação educacional.* Bibliografia 193

CAPÍTULO XIII

A Associação de Idéias

- I. *Caracteres gerais.* 1. Noção. 2. Condições orgânicas e psíquicas. 3. Natureza da associação. 4. Patologia da associação. 5. Função da associação. II. *A criança e o adolescente.* III. *Orientação educacional.* Bibliografia 208

CAPÍTULO XIV

A Imaginação

- I. *Caracteres gerais.* 1. Noção. 2. Condições orgânicas e psíquicas. 3. Natureza da imaginação. 4. Tipos de imaginação. 5. Patologia da imaginação. 6. Função da imaginação. II. *A criança e o adolescente.* III. *Orientação educacional.* Bibliografia 217

CAPÍTULO XV

A Abstração e a Generalização

- I. *Caracteres gerais.* 1. Noção. 2. Natureza da abstração. 3. Função da abstração. 4. Natureza da generalização. 5. Função da generalização. II. *A criança e o adolescente.* III. *Orientação educacional.* Bibliografia 228

CAPÍTULO XVI

O Juízo e o Raciocínio

- I. *Caracteres gerais.* 1. Noção. 2. Natureza do juízo. 3. Condições do juízo. 4. Natureza do raciocínio. 5. Condições do raciocínio. 6. Patologia do juízo e do raciocínio. 7. Função do juízo e do raciocínio. II. *A criança e o adolescente.* III. *Orientação educacional.* Bibliografia 237

CAPÍTULO XVII

A Linguagem

- I. *Caracteres gerais.* 1. Noção. 2. Formas de linguagem. 3. Natureza da linguagem. 4. Patologia da linguagem. 5. Função da linguagem. II. *A criança e o adolescente.* III. *Orientação educacional.* Bibliografia 252

CAPÍTULO XVIII

As Tendências

- I. *Caracteres gerais.* 1. Noção. 2. Condições orgânicas e psíquicas. 3. Classificação das tendências. 4. Natureza das tendências. 5. Função das tendências. II. *A criança e o adolescente.* III. *Orientação educacional.* Bibliografia 265

CAPÍTULO XIX

O Prazer e a Dôr

- I. *Caracteres gerais.* 1. Noção. 2. Condições orgânicas e psíquicas. 3. Natureza do prazer e da dôr. 4. Função do prazer e da dôr. II. *A criança e o adolescente.* III. *Orientação educacional.* Bibliografia 277

CAPÍTULO XX

As Emoções

- I. *Caracteres gerais.* 1. Noção. 2. Condições orgânicas e psíquicas. 3. Transferência e repressão das emoções. 4. Natureza das emoções. 5. Função das emoções. II. *A criança e o adolescente.* III. *Orientação educacional.* Bibliografia 285

CAPÍTULO XXI

Os Sentimentos

- I. *Caracteres gerais.* 1. Noção. 2. Condições orgânicas e psíquicas. 3. Classificação dos sentimentos. 4. Natureza dos sentimentos. 5. Função dos sentimentos. II. *A criança e o adolescente.* III. *Orientação educacional.* Bibliografia 299

CAPÍTULO XXII

As Paixões

- I. *Caracteres gerais.* 1. Noção. 2. Condições orgânicas e psíquicas. 3. Classificação das paixões. 4. Natureza das paixões. 5. Função das paixões. II. *A criança e o adolescente.* III. *Orientação educacional.* Bibliografia 311

CAPÍTULO XXIII

Os Reflexos

- I. *Caracteres gerais.* 1. Noção. 2. Condições orgânicas e psíquicas. 3. Os reflexos condicionados. 4. Classificação dos reflexos. 5. Natureza dos reflexos. 6. Função dos reflexos. II. *A criança e o adolescente.* III. *Orientação educacional.* Bibliografia 320

CAPÍTULO XXIV

Os Instintos

- I. *Caracteres gerais.* 1. Noção. 2. Condições orgânicas e psíquicas. 3. Classificação dos instintos. 4. Natureza dos instintos. 5. Função dos instintos. II. *A criança e o adolescente.* III. *Orientação educacional.* Bibliografia 330

CAPÍTULO XXV

A Vontade

- I. *Caracteres gerais.* 1. Noção. 2. Análise do ato voluntário. 3. Condições orgânicas e psíquicas. 4. Natureza da vontade. 5. Patologia da vontade. 6. Funções da vontade. II. *A criança e o adolescente.* III. *Orientação educacional.* Bibliografia 344

QUINTA PARTE

SÍNTESE DA VIDA PSÍQUICA

CAPÍTULO XXVI

A Personalidade

- I. *Caracteres gerais.* 1. Noção. 2. Estrutura da personalidade. 3. A constituição. 4. O temperamento. 5. O caráter. 6. O eu. II. *Relações da personalidade.* 1. A personalidade e as funções psicológicas. 2. A personalidade e a individualidade. 3. A personalidade e os valores. III. *A criança e o adolescente.* IV. *Orientação educacional.* Bibliografia 361

ANEXO C – *Fac-símile* da capa e do índice do manual: **Noções de Filosofia da Educação.**

Fonte: Acervo da autora.

THEOBALDO
MIRANDA
SANTOS

Noções de Filosofia da Educação

*De acordo com os programas
das Faculdades de Filosofia
dos Institutos de Educação e
das Escolas Normais.*

2.^a edição

SÉRIE 3.^a
ATUALIDADES
PEDAGÓGICAS

VOLUME 47
BIBLIOTECA
PEDAGÓGICA
BRASILEIRA



Í N D I C E

Advertência	9
-------------------	---

PRIMEIRA PARTE

BASES FILOSÓFICAS DA EDUCAÇÃO

Caps.

I — A Filosofia	19
Conceito de filosofia. — Evolução do conceito de filosofia. — A filosofia na Antiguidade Oriental. — A filosofia na Idade Média. — Harmonia da razão com a fé. — Sto. Tomás e o esplendor da escolástica. — Guilherme de Occam e a decadência da escolástica. — A filosofia moderna. — Bacon, Descartes e Locke. — Kant, Fichte, Schelling e Hegel. — Schopenhauer, Herbart e Comte. — Husserl, Nicolai Hartmann, Heidegger e Max Scheler. — Natureza da filosofia. — A filosofia e o conhecimento empírico. — A filosofia e o conhecimento científico. — A filosofia e o conhecimento revelado. — Método da filosofia. — Condições do método filosófico. — Evolução dos métodos da filosofia. — Extensão e divisão da filosofia da educação. — Exercícios. — Notas. — Bibliografia	
II — A Educação	45
Conceito de educação. — Conceito naturalista de educação. — Origem e evolução do naturalismo moderno. — Crítica da concepção naturalista da vida e da educação. — Conceito idealista de educação. — Origem e evolução do idealismo moderno. — Crítica da concepção idealista da vida e da educação. — Conceito pragmatista de educação. — Origem e evolução do pragmatismo moderno. — Crítica da concepção pragmatista da vida e da educação.	

— Conceito cristão de educação. — Conceito individualista de educação. — Conceito socialista de educação. — Conceito nacionalista de educação. — Conceito culturalista de educação. — Conceito personalista de educação. — Harmonia e integralidade da concepção cristã da vida e da educação. — Exercícios. — Notas. — Bibliografia.

III — A Educação e a Filosofia 81

Conceito de pedagogia. — Dependência da ciência da especulação filosófica. — A obra de Poincaré, Eddington, Einstein, Planck, Heisenberg e Jeans. — Sto. Tomás e as relações da filosofia com as ciências. — Natureza científica da pedagogia. — Pontos de vista dos educadores naturalistas, pragmatistas, socialistas, idealistas e culturalistas. — A pedagogia como ciência prática da educação. — A educação e a concepção de vida. — O homem e a metafísica. — A filosofia e a pedagogia. — A pedagogia no tempo. — Evolução das formas e tipos de educação. — A pedagogia no espaço. — Diretrizes atuais da pedagogia. — A educação e a metafísica. — Ilusão de uma escola “neutra” e de uma educação “técnica”. — Exercícios. — Notas. — Bibliografia.

IV — A Filosofia da Educação 103

Conceito de filosofia da educação. — A filosofia da educação e as ciências particulares da educação. — Caracteres da filosofia da educação. — A filosofia da educação e a formação do educador. — Valor da filosofia da educação. — Importância pedagógica da filosofia. — Importância filosófica da pedagogia. — Interêsse atual pela filosofia da educação. — Reação contra o cientificismo pedagógico. — Relatividade do conhecimento científico. — A filosofia e a ciência contemporânea. — A filosofia e o realismo pedagógico. — Maritain e os “preconceitos” da pedagogia moderna. — Relações da filosofia da educação com a filosofia geral. — Exercícios. — Notas. — Bibliografia.

SEGUNDA PARTE

PROBLEMAS FILOSÓFICOS DA EDUCAÇÃO

V — Os Fins da Educação 115

Conceito de fim. — Definição de Aristóteles e Sto. Tomás. — Negação dos fins pelo materialismo mecanicis-

NOÇÕES DE FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO

13

ta. — Descartes, Spinoza e o preconceito anti-teleológico na filosofia moderna. — Reação finalista na filosofia, na psicologia e na biologia contemporâneas. — A finalidade e a vida. — A finalidade e a educação. — Os fins e os valores educativos. — Noção de ideal educativo. — Caráter finalista do processo educativo. — O erro dos naturalistas e pragmatistas. — Natureza do ideal educativo. — Impossibilidade da ciência experimental de fornecer os ideais da educação. — As concepções de vida e os ideais educativos. — A psicologia coletiva e os ideais educativos. — Os fins e os meios da educação. — Hierarquia dos fins e meios da educação. — Exercícios. — Notas. — Bibliografia.

VI — O Educando 135

Conceito de educando. — As gerações novas e os adultos. — O educando e a biologia. — A educação e a vida. — O educando e a psicologia. — Correntes da psicologia contemporânea. — Conclusões básicas da psicologia atual. — O educando e a filosofia. — A antropologia filosófica e a educação. — O homem e o animal. — Concepções da natureza humana. — A criança e o adulto. — O desenvolvimento mental do homem. — Teorias do desenvolvimento humano. — A educabilidade do homem. — Natureza do processo educativo. — A personalidade humana. — Arquitetura da personalidade. — Atributos essenciais da personalidade. — Formação da personalidade. — Exercícios. — Notas. — Bibliografia.

VII — Os Métodos da Educação 197

Conceito de método. — Métodos lógicos e métodos pedagógicos. — Métodos inventivos, sistemáticos e didáticos. — Condições do método. — Valor e utilidade do método. — Regras metodológicas de Descartes. — Método científico e concepção do mundo. — Método didático e método pedagógico. — O método e a personalidade do educador. — Evolução do método didático. — Classificação dos métodos didáticos. — Métodos gerais e especiais. — Métodos individualizados, socializados e mistos. — Método pedagógico e concepção de vida. — A técnica e a cultura. — A máquina e o homem. — Pon-

THEOBALDO MIRANDA SANTOS

14

tos de vista de Bergson, Spengler, Berdiaeff e Werner Sombart. — A técnica e a educação. — Exercícios. — Notas. — Bibliografia.

- VIII — O Educador 221
- Conceito de educador. — Pontos de vista de Aguayo e Kerschensteiner. — A educação espontânea ou reflexa. — Idéias de Dewey e Kriek. — Influência da natureza e da sociedade sobre o homem. — Caráter lúcido e inteligente da aprendizagem. — Caráter consciente e propositado do ato pedagógico. — O educador como um dos agentes do processo educativo. — Evolução do conceito de educador. — Métodos de estudo do educador. — Método histórico. — Método dedutivo. — Método indutivo. — Caracterização da personalidade do educador. — A vocação pedagógica. — Qualidades físicas do educador. — Qualidades intelectuais — Qualidades morais. — O educador e o ideal. — Exercícios. — Notas. — Bibliografia.

- IX — A Aprendizagem 239
- Conceito de aprendizagem. — Importância filosófica e pedagógica do problema da aprendizagem. — Teorias modernas da aprendizagem. — Teorias associacionistas e não-associacionistas. — Teoria da apercepção. — Teoria estruturalista. — Teoria funcionalista. — Teoria reflexológica. — Teoria hedônica. — Teoria behaviorista. — Teoria dinâmica. — Teoria hormonal. — Teoria gestaltista. — Teoria da assimilação. — Outras teorias. — Teoria de Sto. Tomás. — Caracteres da aprendizagem. — Caráter inteligente e seletivo. — Caráter dinâmico e auto-ativo. — Caráter sintético e global. — Transferência da aprendizagem. — A aprendizagem e as diferenças individuais. — A aprendizagem e o interesse. — Formas fundamentais da aprendizagem. — Exercícios. — Notas. — Bibliografia.

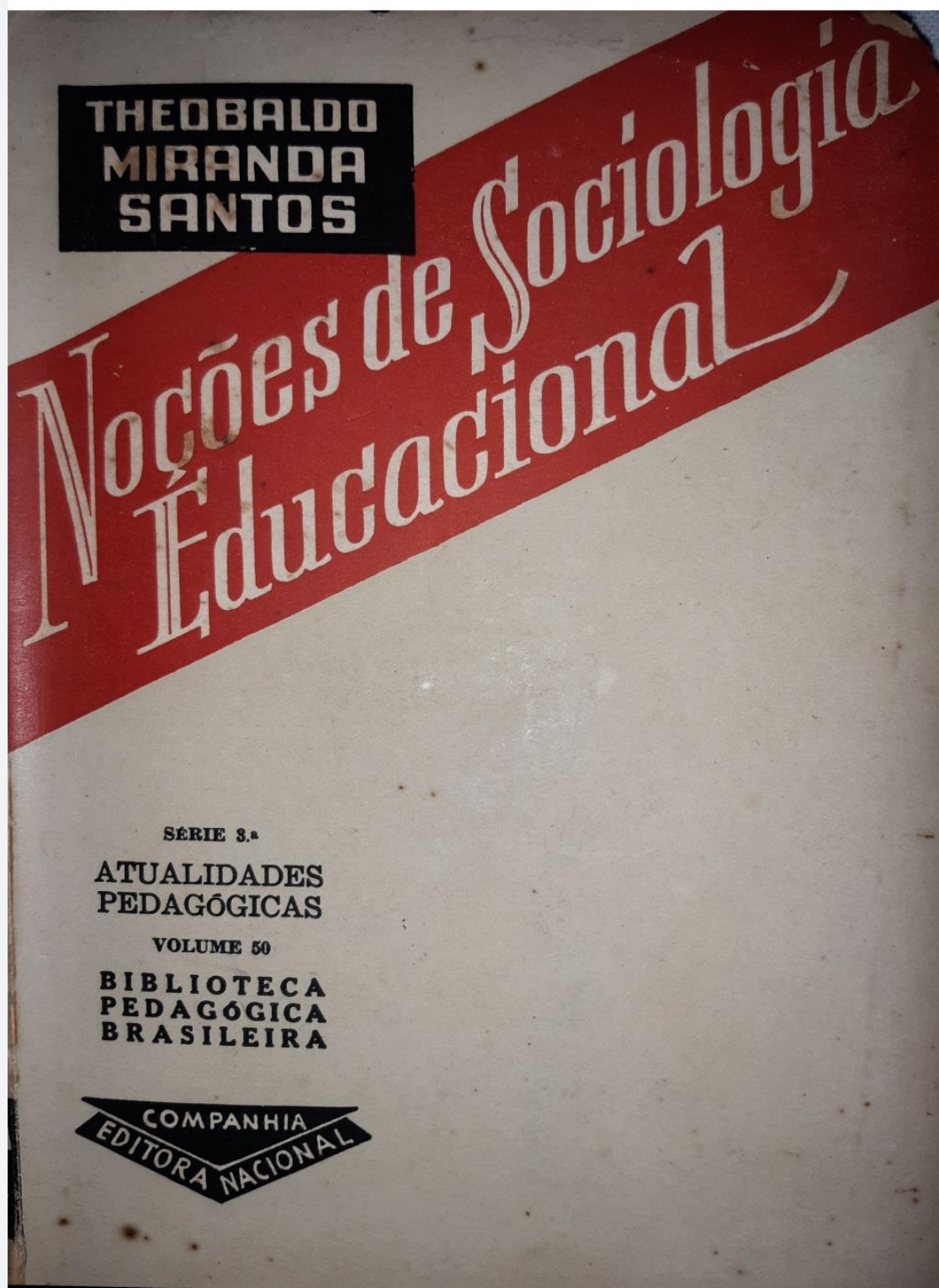
- X — A Disciplina 269
- Conceito de disciplina. — A disciplina e a personalidade. — Caracteres da disciplina. — A autoridade e a liberdade na disciplina. — A disciplina e o método. — A disciplina e o trabalho escolar. — A disciplina e o inte-

NOÇÕES DE FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO 15

rêsse. — Idéias de Dewey e Claparède. — A disciplina e a consciência moral. — Os prêmios e os castigos. — Kiessling e a falibilidade infantil. — Sistemas de disciplina. — Sistemas de autonomia absoluta. — Sistemas de autonomia liberal. — Sistemas de autonomia dirigida. — Disciplina das "reações naturais". — Pio XI e os sistemas modernos de disciplina. — O amor e a disciplina. — Exercícios. — Notas. — Bibliografia.

ANEXO D – *Fac-símile* da capa e do índice do manual: **Noções de Sociologia Educacional**.

Fonte: Acervo da autora.



ÍNDICE

Advertência	5
-------------------	---

PRIMEIRA PARTE

BASES SOCIOLOGICAS DA EDUCAÇÃO

Capítulo I — A Sociologia — Definição de sociologia. — A sociologia e a ciência social. — Objeto da sociologia. — O fato social. — Caracteres do fato social. — Divisão da sociologia. — Sociologia geral e especial. — Sociologia pura e aplicada. — Divisão de Comte e de Dürkheim. — Posição da sociologia entre as ciências. — Métodos da sociologia. — Métodos gerais e métodos especiais. — Etapas do método sociológico. — Evolução da sociologia. — A sociologia na França, na Inglaterra, na Alemanha, nos Estados Unidos. — A sociologia na América Latina. — A sociologia no Brasil. — Sociólogos brasileiros. — Notas para estudo. — Temas para discussão. — Referências bibliográficas	17
---	----

Capítulo II — A Sociologia Educacional — Definição de sociologia educacional. — Definições de Smith, Snedden, Payne, Fernando de Azevedo e Delgado de Carvalho. — Crítica dessas definições. — Objeto da sociologia educacional. — Pontos de vista de Smith, Kulp e Dürkheim. — Esfera de ação da sociologia educacional. — Posição da sociologia educacional no quadro das ciências. — A sociologia educacional e a pedagogia. — A sociologia educacional e as demais ciências particulares da educação. — Opinião de Max Scheler. — Evolução da sociologia educacional. — A sociologia educacional nos Estados Unidos e na Europa. — A sociologia educacional na América Latina e no Brasil. — Sociólogos brasileiros da educação. — Notas para estudo. — Temas para discussão. — Referências bibliográficas	24
--	----

THEOBALDO MIRANDA SANTOS

8

Capítulo III — **A Educação e a Sociedade** — Definição de sociedade. — Natureza social do homem. — Caracteres da sociabilidade humana. — As sociedades humanas e as sociedades animais. — Concepções de sociedade. — Concepção naturalista. — Concepção societista. — Concepção humanista. — Estrutura da sociedade. — A mobilidade social. — O contacto social. — O ajustamento social. — A ordem e o controle social. — Os grupos sociais. — As classes sociais. — O homem, a sociedade e a educação. — Aspecto social da educação. — Aspecto individual e pessoal da educação. — Notas para estudo. — Temas para discussão. — Referências bibliográficas 32

Capítulo IV — **A Educação e a Comunidade** — Definição de comunidade. — Comunidade e sociedade. — Caracteres da comunidade. — Síntese de Mac Yver. — A comunidade e a escola. — A escola como comunidade de vida e de trabalho. — Comunidades urbanas e rurais. — Diferenças e semelhanças. — Aspectos característicos das comunidades rurais. — As comunidades rurais brasileiras. — Condições sanitárias. — Condições econômicas. — Condições culturais. — A educação rural no Brasil. — A escola rural como centro da comunidade. — Notas para estudo. — Temas para discussão. — Referências bibliográficas 41

Capítulo V — **A Educação e a Família** — Definição de família. — Natureza do grupo familiar. — Estrutura da família. — Diversas acepções em que pode ser tomada a palavra **família**. — Origem da família. — Crítica da teoria de Dürkheim. — Tipos históricos de família. — A família romana. — A família germânica. — A família cristã. — A família moderna. — Evolução da família. — Transformações da família. — A família nas sociedades primitivas. — A família e a formação da personalidade. — Influência psicológica da família. — Teorias de Freud e de Adler. — O ciclo egotista e o ciclo social da evolução infantil. — A família e a educação. — Ação educativa da família. — Direitos e deveres educativos da família. — Notas para estudo. — Temas para discussão. — Referências bibliográficas 51

Capítulo VI — **A Educação e o Estado** — Definição de Estado. — Natureza do Estado. — O Estado e a Nação. — Origem do Estado. — Teorias de Rousseau e Oppenheimer. — Funções do Estado. — Limites do poder do Estado. — O absolutismo político. — O Estado na Antiguidade. — O Estado na Idade Média. — O Cristianismo e o Es-

NOÇÕES DE SOCIOLOGIA EDUCACIONAL

9

tado. — O Estado na Idade Moderna. — O Estado e a educação. — Natureza da função pedagógica do Estado. — Limites da ação educativa do Estado. — O totalitarismo pedagógico. — A escola única. — Dever do Estado democrático. — Notas para estudo. — Temas para discussão. — Referências bibliográficas

62

Capítulo VII — A Educação e a Igreja — Natureza da Igreja. — Função pedagógica e espiritual da Igreja. — Posição da Igreja entre os demais grupos sociais. — A Igreja e a cristianização do homem e da sociedade. — A religião e a educação antiga. — O cristianismo e a educação medieval. — Significação pedagógica e cultural do advento do cristianismo. — Evolução da educação cristã na Idade Média. — O cristianismo e a educação moderna. — Evolução da educação cristã na Idade Moderna. — O cristianismo e a Escola Nova. — A educação cristã e os regimes totalitários. — A Encíclica "Divinus Illius Magistri". — Princípios pedagógicos da Igreja. — Posição da Igreja em face da educação. — Esfera de ação pedagógica da Igreja. — Notas para estudo. — Temas para discussão. — Referências bibliográficas

69

SEGUNDA PARTE

PROBLEMAS SOCIOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO

Capítulo VIII — A Educação e o Trabalho — O trabalho manual e a educação. — Natureza do trabalho manual. — Evolução das doutrinas pedagógicas dos trabalhos manuais. — O cristianismo e os trabalhos manuais. — Os grandes educadores e os trabalhos manuais. — O trabalho manual e a organização escolar. — Teorias pedagógicas contemporâneas do trabalho manual. — O trabalho manual como método geral de educação. — O trabalho manual como disciplina independente, sem caráter profissional. — O trabalho manual como disciplina independente, com caráter profissional. — O trabalho manual produtivo como método e finalidade da educação. — A educação pelo trabalho. — Notas para estudo. — Temas para discussão. — Referências bibliográficas

87

Capítulo IX — A Educação e a Profissão — Importância da profissão para a vida do homem. — Significação social.

THEOBALDO MIRANDA SANTOS

10

econômica e espiritual da profissão. — Necessidade da adap-
tação do homem ao trabalho e do trabalho ao homem. —
A orientação profissional. — A escolha da profissão na
sociedade atual. — A orientação profissional e a orienta-
ção educacional. — A orientação, a seleção e a educação
profissional. — Processos de orientação profissional. — O
exame médico e a orientação profissional. — O exame psi-
cológico e a educação profissional. — Natureza e evolução
das aptidões. — Provas psicológicas e profissionais. — Va-
lor das provas psicotécnicas na orientação profissional. —
Notas para estudo. — Temas para discussão. — Referências
bibliográficas 96

Capítulo X — **A Educação e a Liberdade** — A liberdade e a
autoridade em educação. — Conceito de disciplina. — A
disciplina e a liberdade. — A disciplina e a criança. — A
disciplina e o ideal educativo. — Doutrinas pedagógicas
da liberdade. — Disciplina das "reações naturais" de Spen-
cer. — Disciplina "funcional" de Claparède. — Disciplina
do "esforço interessado" de Dewey. — Sistemas de disci-
plina escolar. — Regime de autonomia integral. — Regime
de autonomia liberal. — Regime de autonomia dirigida. —
A disciplina e a formação da personalidade. — Notas para
estudo. — Temas para discussão. — Referências bibliográ-
ficas 108

Capítulo XI — **A Educação e o Progresso** — Definição de pro-
gresso. — O progresso no homem, nos animais e nas plan-
tas. — Caracteres do progresso humano. — O progresso e
a evolução. — O progresso individual e o progresso social.
— Evolução do conceito de progresso. — O conceito antigo
de progresso. — O conceito medieval de progresso. — O
conceito moderno de progresso. — Concepção providencia-
lista de Bossuet. — Concepção idealista de Kant, Fichte
e Hegel. — Concepção naturalista de Comte, Spencer e
Marx. — Concepções pessimistas e otimistas do progresso.
— Concepção realista de progresso. — O progresso e a
educação. — O progresso material, o progresso intelectual
e o progresso moral. — A tradição e o progresso na edu-
cação. — Notas para estudo. — Temas para discussão. —
Referências bibliográficas 114

Capítulo XII — **A Educação e a Vida Social** — A educação e
a vida social. — Organização social da escola. — Métodos
socializados de educação. — Métodos pedagógicos indivi-
dualizados, socializados e mistos. — Instituições sociais de
educação. — Instituições intra-escolares. — Instituições in-

NOÇÕES DE SOCIOLOGIA EDUCACIONAL

11

ter-escolares. — Instituições pré-escolares. — Instituições pós-escolares. — As ciências sociais e a educação social. — Vida social e formação da personalidade. — Notas para estudo. — Temas para discussão. — Referências bibliográficas

123

Capítulo XIII — A Educação e as Sociedades Primitivas — A educação e a sociedade primitiva. — Importância sociológica e filosófica do estudo da educação primitiva. — Estrutura das sociedades primitivas. — Evolução das civilizações. — Teoria “retilínea” da história de Comte e Spencer. — Teoria “circular da história” de Spengler e Frobenius. — A ilusão dos esquemas históricos e sociológicos. — Meios e fins da educação primitiva. — Natureza do processo educativo nas sociedades primitivas. — A iniciação da puberdade. — Psicologia do homem primitivo. — Mentalidade primitiva e mentalidade civilizada. — Estrutura psicológica e social dos povos primitivos. — Notas para estudo. — Temas para discussão. — Referências bibliográficas

132

TERCEIRA PARTE

SISTEMAS SOCIOLOGICOS DE EDUCAÇÃO

Capítulo XIV — A Educação Individualista — Definição de individualismo. — O individualismo como concepção de vida e como filosofia social. — Diversas formas de individualismo. — Evolução do individualismo. — As fontes do individualismo moderno. — Movimentos filosóficos e espirituais de caráter individualista. — Influência do individualismo sobre os reformadores da educação. — Decadência do individualismo. — O néo-individualismo do século XX. — O individualismo e a educação. — Educadores individualistas da atualidade. — Crítica do conceito individualista da vida e da educação. — Notas para estudo. — Temas para discussão. — Referências bibliográficas

141

Capítulo XV — A Educação Socialista — Definição de socialismo. — O socialismo como concepção de vida e como filosofia social. — O socialismo e a cultura. — Evolução do socialismo moderno. — Correntes do socialismo moderno. — Augusto Comte e o sociologismo. — Karl Marx e

o socialismo. — O socialismo e a educação. — Socialização da cultura e da educação. — Correntes atuais do socialismo pedagógico. — Crítica do conceito socialista da vida e da educação. — Socialização e formação da personalidade individual. — Notas para estudo. — Temas para discussão. — Referências bibliográficas	146
Capítulo XVI — A Educação Nacionalista — Definição de nacionalismo. — Nacionalismo e patriotismo. — O nacionalismo como concepção de vida e como filosofia social. — Caracteres do nacionalismo totalitário. — O nacionalismo totalitário e a cultura. — Hegel e a origem do nacionalismo totalitário. — Evolução do nacionalismo totalitário. — Formas de nacionalismo totalitário. — Nacionalismo fascista, nazista e nipônico. — O nacionalismo e a educação. — Crítica do nacionalismo totalitário como concepção de vida e de educação. — Notas para estudo. — Temas para discussão. — Referências bibliográficas	152
Capítulo XVII — A Educação Culturalista — Definição de culturalismo. — O culturalismo como concepção de vida e como filosofia social. — Caracteres do culturalismo. — O "espírito objetivo" e o "espírito subjetivo". — O mundo da cultura. — Bens e valores. — Evolução do culturalismo. — Principais representantes da filosofia da cultura. — O culturalismo e a educação. — Idéias de Spranger e Roura-Parella. — Educadores culturalistas. — Crítica do conceito culturalista da vida e da educação. — Notas para estudo. — Temas para discussão. — Referências bibliográficas	158
Capítulo XVIII — A Educação Personalista — Definição do personalismo. — O personalismo como concepção de vida e como filosofia social. — Caracteres do personalismo. — A personalidade humana. — Estrutura da personalidade. — A constituição, o temperamento, o caráter e o eu. — Evolução do personalismo. — A personalidade como centro de interesse das ciências relacionadas com o homem. — A orientação personalística no campo da biologia, da psicologia e da medicina. — Natureza da personalidade. — O personalismo e a educação. — O indivíduo e a pessoa. — A formação do indivíduo para a sociedade e da sociedade para a pessoa. — Notas para estudo. — Temas para discussão. — Referências bibliográficas	165

APÊNDICE

ASPECTOS SOCIOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO NO DISTRITO FEDERAL

- Capítulo XIX — A Educação Pré-Primária** — Origem das instituições pré-escolares. — Fatores pedagógicos, sociais e econômicos. — A escola maternal, o jardim de infância e vida moderna. — Evolução das instituições pré-escolares. — Froebel e o jardim de infância. — Finalidades do jardim de infância. — Situação da educação pré-primária nos países da Europa, da Ásia e da América. — Situação da educação pré-primária no Brasil. — Situação da educação pré-primária no Distrito Federal. — A reforma da educação pré-primária no Distrito Federal. — Bases e diretrizes da educação pré-primária no Distrito Federal 175
- Capítulo XX — A Educação Primária** — A escola primária como instituição básica da educação nacional. — Objetivos da escola primária. — A escola primária e a realidade brasileira. — A iniciação do trabalho na escola primária. — O ensino pré-vocacional. — A educação primária no Distrito Federal. — Evolução da escola primária carioca. — O livro, a vida e o trabalho. — Efeitos da guerra sobre o ensino primário no Distrito Federal. — Reorganização do sistema escolar. — Situação qualitativa e quantitativa do ensino primário no Distrito Federal. — Causas que têm dificultado a expansão do sistema escolar. — Necessidade da criação de novas escolas normais 180
- Capítulo XXI — A Educação Supletiva** — O problema da educação de adultos no Brasil. — Objetivos da educação supletiva. — Importância pedagógica, social e econômica da educação supletiva. — A educação dos adultos e a educação das gerações novas. — A educação supletiva e a educação primária. — A educação supletiva e a civilização brasileira. — Esfera de ação da educação supletiva. — A educação supletiva no Distrito Federal. — Necessidade urgente de expansão do sistema escolar. — Sugestões para a solução do problema da educação supletiva no Distrito Federal 185
- Capítulo XXII — A Educação Técnica** — A guerra e o ensino técnico. — As escolas técnicas e a realidade brasileira. — O ensino técnico e o ensino humanístico no Brasil. — Inconvenientes da fusão do ensino técnico com o ginásial. — Fracasso da experiência realizada no Distrito Federal.

— "Formação profissional" e "integração profissional". — O problema da especialização no ensino técnico. — O ensino técnico e o mercado de trabalho. — O ensino técnico e a formação histórica do Brasil. — O ensino técnico e a psicologia do povo brasileiro. — A lenda da inaptidão do homem brasileiro para as atividades técnicas. — Romantismo e realismo no ensino técnico. — O ensino técnico através de um inquérito 190

Capítulo XXIII — A Educação Emendativa — Importância pedagógica e social da educação dos anormais. — Conceito de anormalidade. — Classificação dos anormais. — Anormais educáveis e ineducáveis. — Diagnóstico dos anormais. — Escolas para anormais. — Métodos de educação emendativa. — A educação dos anormais no Brasil. — A educação dos anormais no Distrito Federal. — Realizações da iniciativa particular. — Necessidade da criação de instituições para a educação de anormais no sistema escolar público 202

Capítulo XXIV — A Educação Pedagógica — A importância do professor primário nas diversas épocas históricas. — O professor primário na Antiguidade, na Idade Média e na Idade Moderna. — Conceito atual de professor primário. — Formação do professor primário. — Tipos de escolas destinadas à formação do magistério. — Formação do professor primário nos diversos países. — Escolas normais urbanas e rurais. — A formação do professor primário no Brasil. — A formação do professor primário no Distrito Federal. — Evolução do ensino normal no Distrito Federal. — Situação qualitativa e quantitativa do ensino normal no Distrito Federal 208